

**Universidade de São Paulo  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil**

**Josimar Gonçalves de Jesus**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em  
Ciências. Área de concentração: Economia Aplicada

**Piracicaba  
2020**



**Josimar Gonçalves de Jesus**  
**Bacharel em Ciências Econômicas**

**Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:

Prof. Dr. **RODOLFO HOFFMANN**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em  
Ciências. Área de concentração: Economia Aplicada

**Piracicaba**  
**2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Jesus, Josimar Gonçalves de

Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil / Josimar Gonçalves de Jesus. -- versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. -- Piracicaba, 2020 .

147 p.

Tese (Doutorado) -- USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

1. Migração 2. Desigualdade racial 3. Mercado de trabalho 4. Brasil . I.  
Título.

## **DEDICATÓRIA**

À memória dos meus queridos irmãos Rosilene e Silvestre.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui, muitíssimo, a todos os meus familiares. Em especial, agradeço a minha mãe, Lindaura, aos meus irmãos Orozimbo, Plínio, Vanessa e Ivania, e a minha sobrinha, Ana Beatriz, por estarem sempre presentes e por todo o amor a mim transmitido.

Sou também muito grato aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da ESALQ-USP, com os quais tive a oportunidade de estudar, trabalhar e conviver nos últimos anos. Nomeadamente, agradeço a Luciane Cipriano, amiga muito querida e compreensível, ao João Felema, pela amizade sincera e, principalmente, pelas conversas leves e pelos momentos de descontração, e a Dona Mirian, pelo carinho e atenção e por todos os cafés.

Aos professores Humberto Francisco Silva Spolador, Daniela Verzola Vaz e Antônio Ribeiro de Almeida Júnior deixo o meu muito obrigado pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação. Ao professor Alexandre Sartoris Neto agradeço a pronta aceitação do convite para participar da banca de defesa desta tese. Ao Moisés Bortoletto e a Elizete Aparecida Adão, meus professores no ensino fundamental, serei eternamente grato. Sem vocês não teria sido possível.

Aos meus amigos *Cabeças de Baleia*, por todos as histórias, gratíssimo! Elis Braga Licks e eu, de tanto conviver, a sombra da gente forma uma só. Bah!... Que há de mais doce do que ter alguém com quem ouse falar como falarias a ti mesmo? Com o mesmo amor e carinho me refiro aos meus amigos João Guilherme Araújo Schmidt, Diego Camargo Botassio, Rayssa Alexandre Costa, Luciana Montebello de Oliveira, Mirela Casano, José Augusto Moreira de Oliveira, Jaqueline Gisele Gelain, Ana Paula Pereira da Silva, Iara Silveira e Rafael Mesquita. Vocês encheram minha vida de momentos felizes. Ao Diego Camargo Botassio agradeço, ainda, pela parceria acadêmica e pelas frutíferas discussões sobre desigualdade de renda que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

O correr da vida embrulha tudo. A Nathália Lima de Oliveira, minha parceira, por direcionar o meu olhar para o importante e bonito do mundo, e por me ensinar que amor é coisa séria, expresso a minha eterna gratidão. Eu te amo pretinha!

Confesso, porém, que agradecimento maior e mais profundo é a Rodolfo Hoffmann, meu orientador, pela orientação acadêmica, dando a este trabalho a consistência física de coisa palpável e legível, e, sobretudo, pela amizade. Levarei como exemplo sua conduta impecável enquanto professor e pesquisador.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

## EPÍGRAFE

A carne mais barata do mercado  
É a carne negra

*Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisse Cappelletti.*

## SUMÁRIO

Resumo . . . . .	7
Abstract . . . . .	8
1. Introdução . . . . .	9
2. Revisão da literatura . . . . .	13
2.1. Do <i>zugzwang</i> à democracia racial . . . . .	13
2.2. Cor, classe e mobilidade social no Brasil . . . . .	17
2.3. Das teorias sobre migração . . . . .	24
2.4. Migração interna e mobilidade social no Brasil . . . . .	33
2.5. Cor, mercado de trabalho e rendimento no Brasil . . . . .	38
2.6. Migração, rendimento ... e cor no Brasil . . . . .	41
3. Base de Dados e Metodologia . . . . .	45
3.1. Base de dados . . . . .	45
3.1.1. Informações sobre rendimento na PNAD . . . . .	45
3.1.2. O sistema de classificação étnico-racial utilizado pelo IBGE . . . . .	46
3.1.3. Quesitos sobre migração interna na PNAD . . . . .	47
3.2. Metodologia . . . . .	50
3.2.1. Equações de rendimento: aspectos metodológicos . . . . .	50
3.2.2. Amostras, depurações e valores reais . . . . .	52
4. Resultados e discussão . . . . .	53
4.1. Geografia, cor e migração . . . . .	53
4.1.1. População residente . . . . .	53
4.1.2. População economicamente ativa . . . . .	55
4.2. Características das pessoas ocupadas . . . . .	59
4.2.1. Escolaridade . . . . .	59
4.2.2. Informalidade . . . . .	64
4.3. Rendimento do trabalho . . . . .	68
4.3.1. Rendimento e geografia . . . . .	68
4.3.2. Rendimento, geografia e cor . . . . .	81
4.4. Bem-estar e pobreza . . . . .	93
4.4.1. Brasil e regiões . . . . .	93
4.4.2. A cor da zebra . . . . .	108
4.5. Cor, migração e rendimento no mercado de trabalho . . . . .	114
5. Considerações Finais . . . . .	127
6. Referências Bibliográficas . . . . .	131
Anexos . . . . .	145

## RESUMO

### **Negros em movimento: migração e desigualdade racial no Brasil**

O Brasil apresenta como marca histórica a desigual distribuição dos indivíduos negros e brancos no território nacional. Essa polarização geográfica, com os negros concentrados nas regiões menos desenvolvidas e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país, é apontada como uma das causas importantes das disparidades socioeconômicas entre os mesmos. Desde meados do século passado, a história do país é também marcada por um intenso e ininterrupto movimento da população, e portanto, de negros e brancos, no território nacional. Neste contexto, este estudo apresenta como tema principal a análise das relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, no período 1995-2015. É feita uma ampla revisão da distribuição dos rendimentos no Brasil neste período, com destaque para as diferenças regionais e entre negros e brancos. Essa análise é indispensável como cenário para compreender os fenômenos associados especificamente à interação entre as categorias de cor e a migração. Com importante componente geográfico, os resultados mostram que, em termos proporcionais, a diferença de rendimento entre migrantes e não migrantes se mostra maior quando se consideram os negros vis-à-vis os brancos, e que a desigualdade racial de rendimento é maior entre os não migrantes vis-à-vis os migrantes.

**Palavras-chave:** Migração, Desigualdade racial, Mercado de trabalho, Brasil

## ABSTRACT

### **Blacks on the move: migration and racial inequality in Brazil**

Brazil presents as historical mark the unequal distribution of black and white people in the national territory. This geographical polarization, with blacks concentrated in less developed regions and whites concentrated in more developed regions, is pointed out as one of the important causes of socioeconomic disparities between them. Since the middle of the last century, the Brazilian history has also been marked by an intense and uninterrupted movement of the population, and therefore of blacks and whites, in the national territory. In this context, the main objective of this study is the analysis of the relationships between skin-color, migration, and earnings in the Brazilian labor market, in the period 1995-2015. An extensive review of the income distribution in Brazil during this period is made, highlighting the regional and the black-white differences. This analysis is indispensable as a scenario for understanding the phenomena specifically associated with the interaction between skin-color groups and migration. With an important geographic component, the results show that, in proportional terms, the earnings gap between migrants and non-migrants is larger when considering blacks compared to whites, and the racial earnings gap is greater between non-migrants compared to migrants.

**Keywords:** Migration, Racial inequality, Labor market, Brazil

## 1. INTRODUÇÃO

Seguindo a abordagem proposta por Guimarães (2003, p.104), cabe destacar que o termo *raça* é aqui entendido como um conceito “certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social”.

Em *Escravidão*, Gomes (2019. cap. 17) apresenta números estarrecedores sobre o tráfico de negros africanos que se estendeu por mais três séculos e meio. Entre 1500 e 1867 cerca de 12,52 milhões de seres humanos foram embarcados para a travessia do Atlântico em cerca de 36 mil viagens de navios negreiros. Desses, cerca de 10,7 milhões chegaram vivos à América. O Brasil, sozinho, recebeu 4,9 milhões de cativos, o que representa algo em torno de 47% do total desembarcado em todo continente americano entre 1500 e 1850. Cerca de 1,82 milhões de negros morreram na travessia e foram jogados no mar. Fazendo as contas, isso significa que, ao longo de 350 anos, em média, catorze cadáveres foram atirados ao mar todos os dias, sendo imediatamente devorados por tubarões e outros predadores marinhos<sup>1</sup>.

Atualmente, o Brasil possui a segunda maior população negra ou de origem africana do mundo, cerca de 116 milhões de pessoas, número inferior apenas à população da Nigéria, de 190 milhões de habitantes. Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019a) divulgou um informativo intitulado *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, com dados referentes ao ano de 2018, que nos permite compor um quadro geral sobre as condições de vida da população negra brasileira.

Em 2018, 55,8% dos 208,5 milhões de brasileiros residentes se declaravam pretos ou pardos, porém, sua participação entre os 10% mais pobres da população era muito maior, de 75,2%; já entre os 10% mais ricos, era muito menor, de 27,7%. Os negros representavam 54,9% das 103,8 milhões de pessoas que compunham a força de trabalho do país naquele ano, cifra muito menor do que sua participação entre os desocupados (64,2%). Enquanto 34,6% dos brancos ocupados estavam em ocupações informais, entre os negros esse percentual era de 47,3%. O rendimento médio mensal dos negros ocupados (R\$ 1608,00) correspondia a apenas 57,7% do referente aos brancos (R\$ 2796,00). Das pessoas ocupadas em cargos gerenciais, os negros representavam apenas 29,9%.

Na população negra, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade era de 9,1%, e a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com pelo menos o ensino médio completo era de 40,3%; na população branca, as cifras correspondentes eram, respectivamente, 3,9% e 55,8%. A proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade de

---

<sup>1</sup>Segundo os inúmeros registros catalogados por Gomes (2019), mortes tão frequentes e em cifras tão grandes fizeram com que esses grandes peixes mudassem suas rotas migratórias, passando a acompanhar os navios negreiros na travessia do oceano, à espera dos corpos que seriam lançados sobre as ondas e lhes serviriam de alimento.

cor branca que frequentavam ou já haviam concluído o ensino superior (36,1%) era quase o dobro da observada entre os negros (18,3%). Dos estudantes brancos de 18 a 24 anos de idade, 78,8% estavam cursando o ensino superior, dos estudantes negros, 55,6%.

Em 2018, havia no país 49 negros pobres para cada 100 negros não pobres, e havia 18 brancos pobres para cada 100 brancos não pobres<sup>2</sup>. Em outras palavras, um negro tinha 2,7 vezes mais chance de ser pobre do que um branco. No mesmo ano, verificou-se maior proporção da população negra residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água por rede geral (17,9%, contra 11,5% da população branca), e sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (42,8%, contra 26,5% da população branca), implicando condição de vulnerabilidade e maior exposição a vetores de doenças.

No Brasil, a taxa de homicídios era de 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pessoas negras a cada 100 mil habitantes. Em outras palavras, uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca. Considerando apenas a população jovem (de 15 a 29 anos de idade), a taxa de homicídios era de 34,0 entre os brancos e de 98,5 entre os negros a cada 100 mil jovens. Entre os jovens negros do sexo masculino, a taxa era de 185,0, e entre os jovens brancos do mesmo sexo, de 63,5. Entre os jovens negros do sexo feminino, a taxa era de 10,1, e entre os jovens brancos do sexo feminino, de 5,2.

Quanto à representação política, no Brasil, o quadro atual é de sub-representação da população negra na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Com efeito, apesar de constituir 55,8% da população, esse grupo representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016 no país. Ademais, como consta em Gomes (2019, p. 26), só três dos 81 senadores (3,7%) eleitos em 2018 se declaram negros; entre os governadores dos estados e do Distrito Federal, não há nenhum. E também não há nenhum entre os atuais ministros do Supremo Tribunal Federal.

O Censo Agropecuário de 2017 investigou, pela primeira vez, a cor ou raça dos mais de 5 milhões de produtores agrícolas do país. Em 2017, 52,8% deles eram negros e 45,4% eram brancos, numa distribuição semelhante à da população do país. Porém, a desigualdade se reflete na distribuição de área dos estabelecimentos agropecuários. Entre os produtores que dirigem propriedades com até cinco hectares, a população negra é maioria, com 65% contra 32,4% de brancos. Conforme aumenta a área de produção, a proporção vai se invertendo: entre cinco e 50 hectares, a população branca é maioria, com 52,4% contra 46,3% de negros. Nos estabelecimentos agropecuários de 50 a mil hectares, 57,1% são dirigidos por produtores brancos, contra 41,5% de pretos ou pardos. Nas grandes áreas, a disparidade se intensifica. Em estabelecimentos de mil a 10 mil hectares, há mais que o triplo de brancos (74,7%) face aos negros (23,8%). Na última

---

<sup>2</sup>O IBGE considerou uma linha se pobreza de US\$ 5,50/dia.

faixa considerada, de mais de 10 mil hectares, a proporção é de 79% contra 18,9% (IBGE, 2019b).

Conforme colocado por Gomes (2019, p. 25), esses resultados que aparecem nas estatísticas a respeito da profunda e perigosa desigualdade social no país revelam que, “oficialmente, a escravidão acabou em 1888, mas o Brasil jamais se empenhou, de fato, em resolver ‘o problema do negro’ [...]. Liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, [as mesmas] oportunidades de mobilidade social ou melhoria de vida, [...] acesso a terras, bons empregos, moradias decentes, educação, assistência de saúde [etc.] disponíveis para os brancos”. Assim, passados 130 anos da abolição da escravidão, em quase todos os âmbitos da vida cotidiana consideráveis diferenças entre negros e brancos ainda se fazem presentes.

Aqui, a análise da desigualdade entre negros e brancos será estabelecida, sobretudo, no contexto do mercado de trabalho. Sabe-se que a renda está correlacionada com quase tudo considerado fonte de bem-estar nas sociedades contemporâneas, e, sendo o rendimento do trabalho a principal fonte de recursos dos indivíduos e das famílias, a desigualdade racial de resultados no mercado de trabalho acaba por comprometer as condições de igualdade de acesso a bens e serviços e alimentar o ciclo de reprodução das desigualdades sociais entre os dois grupos de cor.

À despeito de a democracia racial ainda se mostrar um sonho longínquo, e por vezes uma utopia, uma série de estudos tem mostrado que em sua história recente o Brasil experimentou um processo de desenvolvimento que contribuiu para a melhoria das condições de vida da população negra. Analisando os determinantes da melhoria observada no rendimento do trabalho da população negra *vis-à-vis* ao da população branca ocupada, Jesus (2016) mostrou que foram duas as suas principais causas: a primeira diz respeito à redução nas taxas de retorno da escolaridade que, associada a um significativo aumento nos níveis de educação formal das populações negra e branca ocupadas, foi a que mais contribuiu para a mudança observada no hiato de rendimento médio entre os dois grupos; e a segunda diz respeito às mudanças ocorridas na distribuição das respectivas populações no território nacional.

Em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, estudo pioneiro publicado no final da década de 1970, cuja análise centra-se na distribuição geográfica da população brasileira a partir da cor ou raça, Hasenbalg (1979) é enfático em afirmar que a desigual distribuição geográfica dos dois grupos, com os negros concentrados nas regiões menos desenvolvidas, e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país, seria uma das causas importantes das disparidades entre os mesmos. Essa polarização geográfica, historicamente condicionada, persiste até hoje, como pode ser comprovado facilmente com os dados do IBGE, e se traduz em diferenças na apropriação de oportunidades nas mais diversas áreas do nosso tecido social.

Por outro lado, desde meados do século passado, a história do país é marcada

por um intenso e ininterrupto movimento da população no território nacional e, portanto, por um intenso e ininterrupto movimento das populações negra e branca no território nacional. Neste contexto, o objetivo principal deste estudo é analisar as relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, no período 1995-2015.

Os estudos mostram que os migrantes apresentam melhores resultados do que os não migrantes no mercado de trabalho, e também mostram que os negros apresentam piores resultados do que os brancos no mercado de trabalho, mas não há na literatura estudos analisando os dois processos conjuntamente, isto é, se existem diferenças de resultados entre migrantes e não migrantes, negros e brancos, no mercado de trabalho, sua magnitude e comportamento; o efeito da migração sobre o rendimento dos indivíduos dos dois grupos de cor e o efeito da cor sobre o rendimento de migrantes e não migrantes. Tampouco há estudos analisando a existência de diferenças entre migrantes e não migrantes, negros e brancos, em termos de inserção no mercado de trabalho e de outras características socioeconômicas e demográficas. Responder a essas questões é o objetivo da presente pesquisa.

O texto está organizado em quatro capítulos, além deste de Introdução. No Capítulo 2 é apresentada uma ampla revisão da literatura sobre os temas tratados. O Capítulo 3 é destinado à apresentação da base de dados e da metodologia utilizadas nas análises. No Capítulo 4 são apresentados e discutidos os resultados. Iniciamos nossas análises apresentando a distribuição regional da população brasileira residente, bem como as mudanças ocorridas nessa distribuição entre os anos inicial e final do período analisado. Em seguida, quantificamos a participação dos migrantes na força de trabalho, sua composição racial, sua origem e destino, e outras características relevantes. Passando à população ocupada, são apresentadas e analisadas diversas características associadas à escolaridade e à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. O passo seguinte consiste na análise da evolução de diversas características da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil e em suas grandes regiões, no período 1995-2015. Para os mesmos estratos geográficos e período, analisamos pormenorizadamente a evolução da desigualdade de rendimento do trabalho entre negros e brancos. Também analisamos a evolução de indicadores de bem-estar e pobreza para o Brasil e suas grandes regiões e para as populações negra e branca, com base na distribuição do rendimento domiciliar per capita. Por fim, são analisadas as relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro. A análise pormenorizada da evolução da distribuição dos rendimentos no Brasil de 1995 a 2015, com base nos dados da PNAD, poderia ser considerada dispensável para o leitor familiarizado com a extensa literatura sobre o tema. Entretanto, para leitores não familiarizados com essa literatura, essa análise é um panorama essencial para a compreensão da análise do tema mais específico dessa tese, que é a interação entre cor, migração e rendimento das pessoas. No Capítulo 5 são apresentadas as considerações finais.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1. Do *zugzwang* à democracia racial

O ideário do branqueamento é visto, e por estudiosos das mais diferentes abordagens teóricas, como característica importantíssima do racismo brasileiro. Maggie (1996) se refere a ele como mecanismo organizador da sociedade brasileira, e Guimarães (1999), como aquele que especifica o nosso pensamento racial.

Na definição de Hofbauer (2006), trata-se de uma ideologia que associa status social elevado com a cor ou raça branca, e projeta ainda a possibilidade de uma metamorfose racial. Embora Maggie (1996) e Guimarães (1999) discordem em muitos pontos de suas análises, em especial no que diz respeito às estratégias de combate ao racismo, ambos os autores defendem que o ideário do branqueamento teria surgido no final do século 19, quando a elite brasileira, preocupada com o futuro do país, teria começado a adaptar as teorias raciais clássicas à situação brasileira (HOFBAUER, 2003). Sem embargo, as análises de Hofbauer (2006; 2003) mostram que esse ideário é muito mais antigo, de terras de além-mar, e marcou desde o início a sociedade colonial brasileira.

Hofbauer (2000, 2007) argumenta que o ideário do branqueamento foi fundamental para a manutenção da ordem social no contexto da escravidão no Brasil. De acordo com a explanação do autor, esta concepção segundo a qual o negro pode ser transformado em branco trazia em si uma enorme resistência contra qualquer tentativa de essencializar os limites de cor ou de raça. Neste contexto, qualquer definição de cor possuía um caráter ambíguo, era influenciada por interesses pessoais e dependia das relações de poder assim como de contextos sociais específicos<sup>1</sup>. Na interpretação do autor, essa ideologia atuava no sentido de abafar e inibir reações coletivas por parte dos desprivilegiados; de dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum. Induzia os não-brancos a negociar individualmente certos privilégios e contribuía para que os poucos que conseguiam ascender socialmente se afastassem daquela maioria que não tivera tanto êxito.

Diversos estudos mostram que negociações contextuais das fronteiras e das identidades são perceptíveis, no Brasil, até os dias de hoje (Cf. SCHWARZ, 2006; RIBEIRO, 1995; TELLES, 2003). *Avançam os negros, gol dos brancos!* Mas de maior interesse analítico aqui são os efeitos deste ideário na vida social, política e econômica do país nas décadas finais do século 19 e iniciais do século 20.

---

<sup>1</sup> “Ele não é negro, pois se fosse não seria chefe”. Essa foi a resposta obtida pelo viajante francês Saint Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1819, ao perguntar a um subalterno se o chefe da tropa, que encontrara enquanto andava pelo interior de Minas Gerais, era negro (apud. SCHWARZ, 2006, p. 49). Resposta quase idêntica a essa também foi ouvida no nordeste pelo viajante inglês Henry Koster, que no Brasil viveu entre 1809 e 1815, ao indagar um transeunte, descrito por ele como “homem de cor”, se certo capitão-mor seria “mulato”. O transeunte lhe respondeu: “Era, porém já não é!”. E justificou: “Pois, senhor, capitão-mor pode ser mulato?” (apud HOFBAUER, 2000, p.5).

A história nos conta que a partir de 1870 teorias raciais ancoradas em concepções essencialistas desembarcaram no Brasil. Para Guimarães (2004, p.10), o cerne dessas teorias, i.e., a ideia de que as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na “diferença inata e hereditária, de natureza biológica, psíquica, intelectual e moral”, é o que caracteriza o racismo moderno. Distinguíveis a partir de características somáticas, sobretudo pela cor da pele, a “raça branca” era tida como a única capaz de realizar o “progresso” e alcançar o “estágio superior da humanidade”. As outras raças, sobretudo os negros, configurar-se-iam como raças inferiores e, portanto, impossibilitadas de produzir a “verdadeira civilização” (HOFBAUER, 2006).

Diferentemente de suas versões anteriores, que também defendiam a superioridade da raça branca, mas atribuíam a razão das diferenças entre as “variedades” ou “raças” humanas a processos de degeneração causados basicamente por fatores externos, sobretudo àqueles associados ao clima e à geografia, e conjecturavam que a transformação de uma raça em outra, de “negro” em “branco”, era fundamentalmente uma questão de tempo, condições climáticas favoráveis e modos de sociabilidade adequados, ou ainda, de cruzamentos raciais adequados, as teorias raciais desenvolvidas na Europa do século 19 defendiam que o processo que levou ao surgimento de diferentes “constituições raciais” era irreversível e nada tinha que ver com o clima e com a geografia. Defendiam que as “raças” humanas não eram resultados de acidentes e, portanto, não eram conversíveis uma na outra por algum artifício criativo (HOFBAUER, 2006). A noção de degeneração adquire também um novo significado. Independentemente agora do clima e da geografia, a degeneração passa a ser interpretada como um produto do cruzamento entre raças essencialmente diferentes (HOFBAUER, 2006; 2003).

Tais concepções raciais foram assimiladas por parte dos representantes da *intelligentsia* brasileira à época, que passaram a questionar a possibilidade de um futuro próspero para o país. Para os mais céticos, o Brasil, um país cuja população era composta majoritariamente por mestiços, e portanto, por degenerados, estaria condenado ao subdesenvolvimento perpétuo (TELLES, 2003). Ademais, uma vez aceita a ideia de que “as desigualdades entre os seres humanos estão fundadas na diferença biológica, na natureza e na constituição mesmas do ser humano”, a igualdade política e formal entre todos os que aqui viviam, seria, portanto, “a negação artificial e superficial da natureza das coisas e dos seres” (GUIMARÃES, 2004, p.10-11). Neste contexto, o racismo brasileiro pode ser lido, mas não apenas, como uma reação à igualdade legal entre cidadãos formais, que se instalava com o fim da escravidão (JACCOUD, 2008). Mas, na terra de Machado de Assis, tais concepções não se transformariam em hegemônicas. A ideologia do branqueamento permitiu pensar uma saída para o Brasil: a imigração europeia e a seleção sexual tornariam o país livre das raças inferiores (HOFBAUER, 2003).

Assim, aceitando o pressuposto da superioridade da raça branca, mas questionando a ideia de que as diferenças entre as raças humanas seriam inatas, a ideologia do

branqueamento, nesta sua fase histórica, sustentava que a miscigenação não estaria produzindo gente degenerada, pelo contrário, estaria naturalmente produzindo uma população mais branca. E isso se devia, em parte ao fato de o gene branco ser mais resistente (HOFBAUER, 2006) e em parte porque os negros e mestiços tinham preferência por parceiros sexuais mais claros (SKIDMORE, 1976; GUIMARÃES, 2004). Conforme a explicação de Guimarães (1995), a noção de que o “sangue branco” diluía e exterminava o “sangue negro” abriu a possibilidade para que os mestiços “se elevassem ao estágio civilizado” e permitiu “racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural” instaurados pelas teorias raciais clássicas (p.37-38).

As análises de Hofbauer (2006; 2003) mostram que a ideia de importar mão-de-obra europeia esteve vinculada a todos os projetos que visavam abolir a escravidão no Brasil. Assim, muito antes das teorias raciais clássicas adentrarem no país já se acreditava que somente com a importação de mão de obra branca e livre o verdadeiro progresso poderia ser alcançado (Cf. tb. JACCOUD, 2008), o que reforça a tese de que o ideário do branqueamento é muito mais antigo do que geralmente se reporta. Mas é no final do século 19 que tal discurso se materializaria.

O suposto de que a predominância numérica de brancos nos intercassamentos era uma condição necessária para transformar o Brasil em um país “civilizado” foi fundamental para justificar e levar a cabo a política de Estado do final do século 19, que tinha como objetivo trazer mão de obra europeia para o Brasil (JACCOUD, 2008). O período mais intenso desse processo foi o que ocorreu nos anos que se seguiram à abolição. Entre 1888 e 1900 cerca de 1,5 milhões de imigrantes europeus desembarcaram em território brasileiro, em sua maior parte italianos, que se dirigiram ao estado de São Paulo (THEODORO, 2008). A entrada massiva de imigrantes europeus, oriundos principalmente de Itália, Portugal, Alemanha e Espanha, se processou até o final da década de 1920, quando o fluxo é substancialmente reduzido (TELLES, 2003). Ademais, como salienta Theodoro (2008, p.35), entre 1888 e 1915 cerca de 60% dos imigrantes que chegaram ao Brasil foram subvencionados pelo governo, sendo que essa taxa teria sido da ordem de 80% entre 1891 e 1900.

Aos olhos das elites nacionais das primeiras décadas do século 20 a questão racial no Brasil se encaminhava para uma solução: do processo de miscigenação emergiria um país predominantemente branco (JACCOUD, 2008). No primeiro Congresso Universal das Raças, realizado em Londres, em 1911, o representante do Brasil, o médico e antropólogo João Batista Lacerda, referiu-se aos mestiços não como degenerados, mas como um elemento nacional “em vias de transformação em branco”, e conjecturou que no período de um século não se encontraria qualquer rastro de sangue negro na população brasileira (HOFBAUER, 2006, p. 208-210).

Na terminologia enxadrística, o termo de origem alemã *zugzwang*, ou, simplesmente, *zug*, se refere àquelas posições, geralmente de final de jogo, em que o ato de

movimentar qualquer peça é tão prejudicial ao próprio jogo, que chega a ser uma calamidade. Estando nessa posição a vitória do adversário está assegurada, restando ao jogador em *zug*, caso queira continuar o jogo, martirizar-se enquanto espera o xeque-mate. A ideologia do branqueamento, nesta sua fase histórica, por meio das ações que dela se derivaram, sustentava ter colocado o “sangue negro” em uma “posição” de *zug*.

A partir da segunda metade da década de 1920, assiste-se a um progressivo definhamento do discurso racista embutido nas chamadas teorias raciais clássicas, e, no seu lugar, tanto no campo político quanto nos esforços de interpretação do futuro do desenvolvimento nacional, começa a emergir uma nova interpretação da questão racial no Brasil. As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela construção da imagem do Brasil, interna e externamente, como um “paraíso racial”. Sem embargo, diversos estudos mostram que essa estória começou a ser difundida muito antes (Cf. TELLES, 2003; HOFBAUER, 2006; THEODORO, 2008). Desde meados da década de 1860, nos discursos daqueles que defendiam a abolição da escravidão e a importação de mão de obra europeia, as relações entre senhores e escravos, entre negros e brancos, já eram concebidas como relativamente harmoniosas (HOFBAUER, 2003).

Em *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, publicado em 1883, lemos o seguinte trecho: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor; falando coletivamente, nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos” (apud AZEVEDO, 2003, p.89). Para Nabuco, considerado o mais eminente intelectual e representante político do abolicionismo durante os anos de 1880, no Brasil, “o conflito entre negros e brancos, entre senhores e escravos, restringia-se apenas a relações de produção atrasadas, mas nada comparado aos Estados Unidos, onde, segundo ele, havia se instaurado um forte preconceito racial” (apud AZEVEDO, 2003, p.90).

Na década de 1930, Gilberto Freyre conferiria uma roupagem científica a essa “velha utopia do paraíso racial”, atribuindo-lhe novos significados. A dimensão biológico-essencialista é substituída pelas dimensões social e cultural na interpretação das relações raciais brasileiras (GUIMARÃES, 2002, p.149). A Gilberto Freyre credita-se a paternidade de uma nova ideologia nacional, a ideologia da democracia racial, materializada em sua obra máxima, *Casa grande e senzala*, publicada em 1933 (MAIO, 2000).

No cerne dessa nova ideologia residia a ideia de uma democracia racial como expressão máxima da experiência brasileira; trazia no seu seio elementos como a valorização da mestiçagem e a afirmação da unidade do povo brasileiro, produto do caldeamento de matrizes raciais díspares, e cuja convivência harmônica teria permitido ao Brasil suplantarem os problemas raciais observados em outras partes do mundo (RIBEIRO, 1995). Nesta concepção de mundo, o mestiço torna-se o símbolo mais importante da cultura brasileira, a prova da postulada convivência harmoniosa entre as raças (GUIMARÃES, 2002). Contudo, cabe ressaltar que Freyre não rompe abruptamente com o ideário do

branqueamento. Em trecho de sua obra *Sobrados e mucambos*, publicada em 1936, lê-se o seguinte: “Talvez em nenhum outro país seja possível ascensão social mais rápida de uma classe a outra: do mucambo ao sobrado. De uma raça a outra: de ‘negro’ a ‘branco’ ou ‘moreno’ ou a ‘caboclo’” (apud, HOFBAUER, 2006, p.250).

Um dos desdobramentos dessa visão do Brasil como uma democracia racial foi o Projeto Unesco de Relações Raciais, do começo dos anos 1950. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Unesco, convencida da necessidade de combater políticas e ideologias que sustentassem a discriminação de grupos raciais, acreditava que o primeiro passo importante no combate ao racismo seria analisar contextos que permitiam a existência de relações raciais menos conflituosas (HOFBAUER, 2006). O Brasil foi o local escolhido para a realização das investigações. Assim, a Unesco custeou uma série de estudos sobre relações raciais em diversas localidades do país com o objetivo de retratar ao mundo as idiosincrasias da julgada, à época, singular e bem-sucedida experiência no campo das interações raciais (MAIO, 1999). Motivação importante para a realização do Projeto Unesco no Brasil foi a obra de Donald Pierson, *Negrões in Brazil*, publicado em 1942, que é equiparável à *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre, no que concerne à construção da imagem do Brasil como um paraíso das relações raciais (OSÓRIO, 2008).

Hofbauer (2007) salienta que o Projeto Unesco foi parte importante no processo que colocaria em xeque a legitimidade das ideologias do branqueamento e da democracia racial. Tendo esses estudos como objetivo analisar a posição social dos descendentes dos negros escravizados, surgiria, finalmente, no Brasil, o tema da discriminação racial como objeto de análises científicas. Conforme explica Guimarães (2004), tal agenda de pesquisa tem como berço os Estados Unidos da década de 1920, quando os primeiros cientistas sociais negros norte-americanos passaram a concentrar-se na hipótese de que a discriminação racial era o principal obstáculo para o progresso social, político e cultural dos negros naquele país, rechaçando o discurso então vigente que explicava a condição social dos negros a partir da hipótese de sua inferioridade inata.

## **2.2. Cor, classe e mobilidade social no Brasil**

Conforme apresentado na seção anterior, a década de 1940 foi marcada pela construção da imagem do Brasil, interna e externamente, como um paraíso das relações raciais. No cerne dessa ideologia, cuja paternidade é creditada à Freyre (2003), em sua obra máxima, *Casa grande e senzala*, residia a tese de uma democracia racial como expressão máxima da experiência brasileira. Assim, se num primeiro momento a miscigenação foi considerada como perigosa, produtora de gente degenerada, e que condenaria o país ao subdesenvolvimento perpétuo (HOFBAUER, 2006; THEODORO, 2008; TELLES, 2003), e num segundo momento como um mecanismo apenas útil enquanto catalisador do processo de branqueamento da população brasileira, tido como condição necessária para o

desenvolvimento econômico do país, com o advento da tese da democracia racial a miscigenação perde sua conotação pejorativa e se torna o símbolo mais importante da cultura brasileira.

Desde então, nos estudos sociológicos acerca das relações raciais no Brasil, a principal questão do debate foi sempre a de definir se as desigualdades existentes entre brancos e negros nos processos de mobilidade social eram determinadas por barreiras raciais ou por barreiras de classe (GUIMARÃES, 2004; OSÓRIO, 2004; HOFBAUER, 2006; RIBEIRO, 2006).

Corroborando a ideologia da democracia racial, a tese defendida por alguns estudos dos anos 1940 e 1950 era a de que não havia barreiras raciais à mobilidade social no Brasil, o preconceito era antes de classe do que de raça (RIBEIRO, 2006). Esses estudos interpretavam a posição que ocupavam os negros na hierarquia social como consequência única da proximidade histórica com o período escravocrata e, assim sendo, acreditavam que em poucas gerações desapareceria a forte correlação então existente entre cor e estrutura socioeconômica; o processo de desenvolvimento capitalista criaria oportunidades de ascensão social para todos (Cf. PIERSON, 1945; WAGLEY, 1952; AZEVEDO, 1996).

Tomando a exceção como regra, a presença, mesmo que pequena, de “gente de cor” entre as elites era o argumento de bolso daqueles que advogavam pela tese da democracia racial; era tida como a prova de que no Brasil não existia preconceito racial. O maior distanciamento histórico da escravidão, i.e., o fato de seus ancestrais terem se libertado ou sido libertos antes da abolição, seria a explicação da ascendência social daqueles mulatos de sucesso. Nessa mesma linha, argumentavam que, dada a proximidade histórica com a escravidão, os retardatários desse processo, os de pele mais escura, encontravam-se nos patamares mais baixos da pirâmide social e, portanto, sofriam mais com o preconceito de classe, o que, em tese, seria corrigido em poucas gerações, por meio dos processos de desenvolvimento econômico e modernização da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2006; GUIMARÃES, 2006, 2002; OSÓRIO, 2008, 2004). Todavia, mesmo defendendo a inexistência ou inocuidade do preconceito racial na sociedade brasileira, os defensores de tal tese ponderavam suas análises afirmando que, talvez, a ausência do mesmo poderia se dever ao fato de, até então, os negros não terem entrado em competição efetiva com os brancos pelos canais de ascensão social (OSÓRIO, 2008).

Mas nem todos os estudos do período chegaram à conclusão de que o preconceito era antes de classe do que de raça. Embora endossasse a ideia de que a modernização ocorrida na sociedade brasileira havia tornado a estratificação por classe social mais complacente do que a por casta, sobretudo no que diz respeito ao aumento das oportunidades de ascensão social, Pinto (1952) argumenta que a maior prova da existência de barreiras raciais no Brasil era a necessidade sistemática de desmentí-la. A tese defendida por este autor era a de que o aumento da mobilidade social propiciado pelas mudanças ocorridas na estrutura social brasileira havia trazido consigo uma ameaça ao *establishment* e, con-

sequentemente, o acirramento das tensões raciais (RIBEIRO, 2006). Assim, o que para Pierson e seus seguidores era apenas uma possibilidade - o surgimento do preconceito racial como mecanismo de proteção dos brancos contra a competição efetiva dos negros pelas oportunidades de ascensão social - para Pinto já era uma realidade (OSÓRIO, 2008).

Para esse autor, no Brasil Colônia e Império o preconceito racial não tinha função prática, pois a condição de escravo, por si só, era suficiente para demarcar as distâncias sociais entre negros e brancos, mas, após a abolição, este teria surgido como ferramenta de garantia dos privilégios dos brancos frente à competição com os negros pelos canais de ascensão social (Cf. GUIMARÃES, 2004; OSÓRIO, 2004). Assim, o autor argumenta que o preconceito racial não seria produto do passado escravista, mas produto da sociedade de classes em formação nas primeiras décadas do século 20, e que teria emergido no Brasil, após a abolição da escravidão, para cumprir o papel de mantenedor dos negros no lugar que a ideologia do grupo dominante considerava naturalmente apropriado para eles, isto é, na base da pirâmide social (Cf. OSÓRIO, 2009).

Analisando os dados do Censo de 1940, o autor chega à conclusão de que a maior distância percorrida pelos negros desde a abolição teria sido a de escravo a proletário, e mostra que ocupação de cargos de status elevado por parte dos negros teria acontecido em raríssimos casos, e, sendo exceção, apenas comprovava a extrema dificuldade de ascensão social dos negros na sociedade brasileira (Cf. PRAXEDES, 2012). Pinto (1952) argumenta, ainda, que as “honrosas exceções” de negros que obtiveram sucesso no processo de mobilidade social, citadas por Pierson (1945) como indícios de inexistência de barreiras raciais à ascensão na estrutura de classes, não eram mais que figuras de um discurso ideológico destinado a reforçar tais barreiras (Cf. OSÓRIO, 2004).

Florestan Fernandes (1965), por sua vez, apesar de manter o preconceito racial como principal explicação das dificuldades de ascensão social dos negros na nova ordem social em formação, denunciando como mito a tese da democracia racial, argumenta que este não teria surgido após a abolição como produto da competição entre brancos e negros pelos meandros de ascensão social, conforme enfatizara Pinto (1952); pelo contrário, a situação teria sido herdada da ordem anterior, na qual o preconceito racial cumpria justamente a função de legitimação da ordem social (Cf. tb. BASTIDE e FERNANDES, 1955; CARDOSO, 1962; IANNI, 1978). Ademais, o sociólogo argumenta que, com o fim do período escravocrata, o preconceito racial havia perdido sua função social, tornando-se uma herança arcaica que a despeito de sua incompatibilidade com a nova ordem social mostrava-se persistente, não impedindo, mas retardando a integração do negro na sociedade de classes (Cf. GUIMARÃES, 2004).

Não tendo o preconceito racial função na nova ordem social em formação, Fernandes (1965) conjectura que, com a alavancagem do desenvolvimento econômico e o recrudescimento do processo de transição para a sociedade de classes, os princípios raciais de seleção e distinção das pessoas tenderiam a perder importância, dando lugar a

princípios igualitaristas e meritocráticos de posicionamento dos indivíduos na estrutura socioeconômica, aproximando, neste sentido, das ideias defendidas por Pierson (1945) e seus seguidores (Cf. OSÓRIO, 2009). Conforme pontuado por Guimarães (2004, p. 24), “a expectativa geral era de que o preconceito existente seria superado paulatinamente pelos avanços e pelas transformações da sociedade de classes e pelo processo de modernização”.

De início, Cardoso e Ianni (1960), citados por Osório (2008), endossaram as elucubrações teóricas de Florestan Fernandes acerca do processo de integração dos negros na sociedade de classes, mas, posteriormente, acabaram reconsiderando a noção de que o preconceito racial, por sua irracionalidade e incompatibilidade, tenderia a desaparecer quando a transição para aquele novo modo de organização social estivesse se efetivado. As reconsiderações feitas por eles vão, em parte, ao encontro das ideias defendidas por Pinto (1952), interpretando a desigualdade racial como uma face do conflito de classes (IANNI, 1987), e, em parte, de encontro com as ideias defendidas por Fernandes (1965), ponderando que, o racismo, por ser um fenômeno ideológico, usufruiria de relativa autonomia em relação à configuração da estrutura econômico-social, mudando de conteúdo significativo e funções sociais (CARDOSO, 2003). Neste contexto, a intensidade do preconceito e da discriminação raciais seria, então, um reflexo da saúde da sociedade de classe. Tudo indo bem, as tensões de classe se atenuam, o mesmo acontecendo com o preconceito e com a discriminação raciais, sendo o contrário igualmente válido. Osório (2008, p.80) interpreta tais mudanças conceituais como um espécie de conciliação teórica entre as formulações de Pinto (1952) e Fernandes (1965): durante o período escravocrata o preconceito racial existia tal como descrito por Fernandes, mas após a abolição este teria se transformado em outro tipo de preconceito, que tem a ver com a preservação dos privilégios dos brancos contra a competição dos negros, conforme enfatizado por Pinto.

Outra importante contribuição para o debate acerca das relações raciais no Brasil foi dada por Nogueira (2006), em estudo publicado em 1954, e diz respeito à sua interpretação acerca das especificidades do preconceito racial vigente no país. De acordo com Nogueira (2006), a tese de inexistência de preconceito racial no Brasil, defendida em muitos estudos, como os já citados, estava relacionada à não distinção entre o preconceito racial observado no Brasil e aquele vigente nos Estados Unidos, segundo o mecanismo de atuação (Cf. tb. GUIMARÃES, 2004, 1999).

Nogueira (2006, p. 79) argumenta que a característica distintiva do preconceito brasileiro é que ele não incide sobre a origem étnica das pessoas, como procedera nos Estados Unidos, mas com base na sua aparência, traços físicos, cor da pele, sotaque, cabelo, etc. O autor denominou o tipo de preconceito vigente no Brasil como sendo *preconceito de cor* ou *preconceito de marca*, diferenciando-o do preconceito vigente nos Estados Unidos, o *preconceito de origem*, “quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito”. Segundo

ele, essa distinção explicaria o porquê de aqueles estudos defenderem a tese de que no Brasil os negros estariam sujeitos apenas ao preconceito de classe, mas não de raça, pois à diferença dos Estados Unidos, não havia no Brasil exclusão incondicional. No Brasil, quanto mais próximo do branco, menores seriam as chances de sofrer as consequências do preconceito e maiores as possibilidades de ascender socialmente (RIBEIRO, 1995).

No final da década de 1970 uma nova hipótese seria levantada por Hasenbalg (1979) e Silva (1980). Recusando a tese defendida por Fernandes (1965) de que, por sua irracionalidade e por incompatibilidade com a sociedade de classes, o preconceito racial tenderia a desaparecer com o recrudescer do desenvolvimento econômico e com a racionalização trazida pela modernidade, Hasenbalg (1979) argumenta que o preconceito racial não é simplesmente uma herança do passado no presente, mas, conforme já havia adiantado Cardoso (2003), que este muda de conteúdo significativo e de funções sociais, de modo a preservar os interesses materiais e simbólicos dos brancos por meio da desqualificação dos negros como concorrentes e, assim sendo, defende que somente a atividade política dos negros poderia romper com a ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades a que estão sujeitos (Cf. OSÓRIO, 2008).

Enquanto nas interpretações anteriores a estratificação racial é reduzida, em maior ou menor medida, a um epifenômeno da estratificação por classes, Hasenbalg (1979) e Silva (1980) colocam o preconceito racial no centro da explicação da produção e reprodução das desigualdades de oportunidades entre os grupos de cor. Para esses autores, mesmo com a consolidação da sociedade de classes, as barreiras raciais permaneciam, e, de forma relativamente independente das barreiras de classe, influentes no processo de mobilidade social no Brasil (SOUZA, RIBEIRO e CARVALHAES, 2010).

Como explicação para a persistência das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros Hasenbalg e Silva desenvolveram o que ficou conhecido na literatura como teoria das desvantagens cumulativas (OSÓRIO, 2008, 2009; GUIMARÃES, 2003b). No cerne dessa teoria reside a ideia de que os negros estão expostos a desvantagens que são transmitidas de geração para geração, e as desvantagens se acumulam ao longo do ciclo de vida, a cada fase do processo de socialização e de formação do indivíduo. Parafraseando Guimarães (2003b, p.6), de acordo com essa teoria, “a má sorte dos negros” se deve não apenas a heranças do passado, como à herança da escravidão, ou àquilo que comumente se denomina de “variáveis de background”, como a origem social. Em cada momento do ciclo de vida se acumula uma desvantagem a mais: o sistema educacional discrimina, o sistema ocupacional discrimina, o sistema de distribuição de rendimentos discrimina.

Hasenbalg e Silva produziram, individual e conjuntamente, vários estudos nas décadas de 1980 e 1990 analisando os processos de mobilidade social de negros e brancos no Brasil. Considerando o estrato ocupacional do pai como proxy para a classe de origem dos indivíduos Hasenbalg (1985; 1988) e Hasenbalg e Silva (1998) analisaram, dentre outros aspectos, o padrão de mobilidade ocupacional intergeracional de brancos e negros,

a forma como a posição social dos pais influi nas realizações educacionais dos indivíduos dos dois grupos, e a forma como a educação adquirida pelos indivíduos negros e brancos condiciona o preenchimento de posições na hierarquia social.

As evidências trazidas por esses estudos indicavam que as chances de mobilidade ascendente dos negros eram menores do que as dos brancos de mesma origem social e, não apenas que a diferença nas chances de mobilidade ascendente aumentava à medida que se consideravam pessoas nascidas nos estratos de origem mais elevadas, mas também que os negros estavam expostos a chances muito mais elevadas de mobilidade social descendente e de perda das posições conquistadas pela geração anterior. No que diz respeito à conversão de posição social de origem em escolaridade, a constatação mais notória foi que, independentemente do estrato de origem adotado como referência, os negros mostravam uma distribuição educacional mais concentrada na base. Os resultados encontrados também sugeriam que os negros nascidos nos estratos mais altos eram os que encontravam mais dificuldade na conversão da posição de classe de origem em realizações educacionais. Por fim, no que concerne à conversão da educação adquirida em posições na hierarquia social, qualquer que fosse o nível educacional considerado, os resultados mostravam que os negros se concentravam mais do que proporcionalmente nos estratos ocupacionais inferiores e que as magnitudes das diferenças nas distribuições ocupacionais tendiam a se agravar quando se passava para os níveis educacionais mais elevados.

A maioria dos estudos sobre mobilidade social conduzidos por Hasenbalg e Silva nas décadas de 1980 e 1990 utiliza como método de análise matrizes de contingência simples. É sabido que os negros são um percentual maior das pessoas que crescem nas classes mais baixas e menor das que crescem nas classes mais altas. Como salienta Ribeiro (2006), esse método não leva em conta tais desproporções, de forma que não permite diferenciar claramente quais os efeitos da raça e quais os efeitos da classe de origem nos processos de mobilidade, dado que estas duas variáveis estão correlacionadas.

Cientes dessa limitação, Carvalho e Neri (2000), Osório (2003b), Silva (2000; 2003), Fernandes (2005), Ribeiro (2006), Souza, Ribeiro e Carvalhaes (2010) e outros, utilizam métodos estatísticos mais sofisticados, que permitem controlar tal desproporção, para analisar de forma mais robusta as relações entre classe de origem e cor ou raça nos processos de mobilidade social. De um modo geral, esses estudos indicam que existe uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade brasileira. Na base da hierarquia social, a cor da pele não tem efeito relevante sobre as chances de mobilidade social, mas, à medida que se transita para os níveis mais elevados da mesma, nota-se um aumento substancial do efeito associado à cor no processo.

As análises de Ribeiro (2006) mostram que brancos e negros com origem nas classes mais baixas enfrentam dificuldades semelhantes de mobilidade social ascendente. Sem embargo, tendo origem nas classes mais altas, em relação aos brancos com origem nessas mesmas classes, os negros possuem menores chances de permanecerem no topo e

maiores chances de mobilidade descendente, indicando que o preconceito racial se torna mais relevante na medida em que subimos na hierarquia de classes no Brasil. Conforme colocado por Soares (2000), se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação, mas se porventura tentar ocupar um lugar ao sol, sentirá o peso da discriminação sobre seus ombros.

No que diz respeito à desigualdade de oportunidades educacionais, as evidências apresentados pelos estudos mais recentes reforçam as conclusões sobre o processo de mobilidade social apresentadas há pouco. Em resumo, no início da carreira escolar o efeito da desigualdade de classe é muito mais forte do que o da desigualdade racial no processo de transição educacional, ao passo que nos níveis educacionais mais elevados, embora tanto o efeito de classe quanto o efeito de cor diminuam em relação ao que ocorre nas primeiras transições, a desigualdade racial se torna mais importante que, ou pelo menos tão importante quanto, a de classe (OSÓRIO, 2003; FERNANDES, 2005; RIBEIRO, 2006).

Por fim, ao analisar os efeitos de classe de origem e da cor nas chances de mobilidade social dos indivíduos, controlando o nível educacional por eles alcançado, Ribeiro (2006) mostra que as conclusões em nada mudam: a desigualdade racial no processo de mobilidade está presente principalmente nos níveis mais elevados da hierarquia de classes; para negros e para brancos com origem nas classes mais baixas as dificuldades de ascensão social são indistinguíveis.

Assim, se por um lado, o conjunto de evidências reunidas por esses estudos mais recentes não rechaça a tese levantada por Hasenbalg e Silva, no sentido de que as barreiras raciais continuam tendo papel ativo nos processos de mobilidade social no Brasil, por outro lado, indicam que as estratificações por cor e por classe não são fatores independentes como teorizado por eles, mas interagem. Embora a teoria das desvantagens cumulativas continue sendo a explicação sociológica hegemônica para a persistência da desigualdade racial no Brasil, autores como Ribeiro (2006) e Osório (2008, 2009) argumentam que é demasiado o peso que esta teoria atribui à discriminação racial no processo de produção e reprodução das desigualdades observados entre os dois grupos de cor.

Um aspecto a ser considerado diz respeito à crença no volume de mobilidade social resultante da transição da sociedade de castas para a sociedade de classes no Brasil. Pastore e Silva (2000) definem o Brasil como uma sociedade de contrastes, onde um elevado grau de mobilidade social coexiste com a enorme desigualdade que nos caracteriza como ímpar no rol das sociedades com níveis semelhantes de desenvolvimento. No entanto, cabe deixar claro que o elevado grau de mobilidade social a que se referem os autores diz respeito ao fato de que, em relação a seu ponto de partida, ao longo do século 20, grande parte dos brasileiros experimentou alguma ascensão na estrutura social, o que, por outro lado, não significa que tenham sido longas as distancias percorridas pela maioria, muito pelo contrário.

Os dados apresentados por Pastore e Silva (2000) revelam, de um modo geral, que

a maior parte da mobilidade social experimentada pelos brasileiros ao longo do referido século foi de curta distância, sendo a maioria dos casos caracterizados pela mudança de um extrato social baixo para outro imediatamente superior. Muitos subiram, é verdade, mas destes, muitos subiram pouco e poucos subiram muito. Quanto ao aparente paradoxo entre os dois fenômenos, Pastore e Silva (2000) argumentam que, embora o processo tenha se dado desta forma, com poucos subindo muito e muitos subindo pouco, o estiramento da estrutura social provocado pela conjugação de tais movimentos teria propiciado um aumento da desigualdade. Como mostram suas análises, desigualdade e mobilidade convivem desde muito tempo na estrutura social brasileira.

Osório (2008) argumenta que, embora Hasenbalg e Silva, em sua teoria das vantagens cumulativas, tenham buscado desvincular a persistência da desigualdade racial da herança do passado escravocrata, essa assertiva deve ser entendida como se referindo ao aspecto funcional do preconceito racial, não sendo possível desvincular as desigualdades atuais entre negros e brancos da condição histórica inicial, isto é, do fato que uma vez finda a escravidão e as barreiras formais à mobilidade social dos negros, por motivos óbvios, estes se encontravam na base da hierarquia social.

Partindo da constatação de que a mobilidade social no Brasil é preponderantemente de curta distância, Osório (2008) interpreta a nossa estrutura social como extremamente rígida e, neste contexto, onde a posição alcançada pelos indivíduos na estrutura social é em larga escala determinada pelo que foram seus pais, ou, se se quiser, pela sua origem social, o autor argumenta que mesmo na ausência da discriminação, a equalização racial demoraria muito tempo para acontecer.

Por outro lado, Osório (2008) argumenta que o fato de a origem social ser o principal determinante da desigualdade social, não deve nos levar a colocar em segundo plano a importância da discriminação racial. Como foi argumentado, a rigidez da estrutura social brasileira, por si, faria com que a desigualdade racial perdurasse por muito tempo, mas a discriminação provoca estagnação e estabilidade neste processo. O autor argumenta, ainda, que, longe de tornar desaconselháveis as políticas públicas de combate às desigualdades raciais, o fato de a origem social ser o principal determinante dessas desigualdades reforça ainda mais a necessidade de tais políticas.

### **2.3. Das teorias sobre migração**

Analisando estatísticas oficiais sobre movimentos populacionais internos na Inglaterra, o estudo de Ravenstein (1980), intitulado *As leis da migração*, publicado no final do século 19, é considerado pioneiro entre os estudos modernos sobre o fenômeno da migração. Embora reconheça tratar-se de um fenômeno dependente de uma gama muito variada de fatores, atribuindo grande importância a elementos como distância e densidade populacional, Ravenstein foi contundente ao afirmar que as principais causas

da migração eram de ordem econômica. Sucintamente, a busca por melhores condições materiais levaria as pessoas a migrarem das áreas mais pobres, geralmente agrícolas, com excedente de mão de obra, para as áreas mais ricas, comerciais e industriais, com escassez da mesma.

Embora não livre de severas críticas, o estudo de Ravenstein resistiu à prova do tempo, e os conceitos e tipologias por ele definidos foram o ponto de partida da influente análise apresentada por Lee (1980) em meados da década de 1960. No cerne da generalização proposta por Lee reside a ideia de que seria a conjugação individual dos fatores de atração e repulsão prevalecentes nos locais de origem e destino, em conjunto com uma série de obstáculos intervenientes e motivos pessoais, que explicaria a migração.

Assim, nesta perspectiva, tanto no local de origem quanto no local de destino existiriam fatores que atuariam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e fatores que tenderiam a expulsá-las, sendo que alguns destes fatores afetariam a maioria das pessoas da mesma maneira, enquanto outros afetariam pessoas diferentes de maneiras distintas. Ademais, a decisão de migrar também seria afetada por uma série de obstáculos intervenientes prevalecentes entre os dois locais, os quais poderiam ser leves em alguns casos, ou para algumas pessoas, e, em outros casos, e para outras pessoas, insuperáveis; e por fatores pessoais, os quais agiriam no sentido de facilitar, retardar ou até mesmo impedir a migração, sendo que alguns desses fatores se manteriam relativamente constantes ao longo da vida, enquanto outros estariam associados às etapas do ciclo vital. Neste contexto, a migração ocorreria se, uma vez avaliados os fatores positivos e negativos nos locais de origem e de destino, e levando em consideração obstáculos intervenientes e os motivos pessoais, o saldo em favor do deslocamento fosse suficientemente forte, a ponto de romper a inércia natural existente de se permanecer no local de origem.

Denominada de teoria da atração e expulsão, a estrutura analítica proposta por Lee (1980) é considerada o mais amplo arcabouço teórico sobre as causas da migração. Grande parte dos estudos sobre a migração interna utiliza este arcabouço como explicação teórica dos fluxos migratórios ao arrolar como determinantes de tais fluxos fatores como crescimento demográfico, pobreza, desemprego, desequilíbrio de renda, estagnação econômica etc. (SOARES, 2004). Sem menosprezar a importância de fatores sociais e políticos envolvidos no processo, as explicações econômicas sempre dominaram o pensamento popular e acadêmico sobre a questão da migração, tendo a maioria dos textos clássicos sobre migração um parentesco nesta área (Cf. DE HAAS, 2007; PEIXOTO, 2004). No contexto das migrações internas nos países em desenvolvimento, destacam-se os estudos desenvolvidas por Todaro (1980) e Singer (1980) na década de 1970, sobre o fenômeno da migração rural-urbana. Embora se refiram a um contexto histórico específico e já distante da realidade atual em profunda transformação, esses estudos se tornaram a base para muitas análises e elucubrações teóricas desenvolvidas posteriormente (BRITO,

2009).

No nível macro, a teoria econômica convencional explica a migração por desigualdades geográficas na oferta e na demanda por trabalho, ou, em termos equivalentes, por diferenciais de rendimento entre as regiões. Os fundamentos desta teoria encontram-se nos clássicos estudos de Hicks (1936) e Lewis (1954) e, num mundo perfeitamente neoclássico, prediz uma relação linear entre diferenciais de rendimento e fluxos migratórios (MASSEY et al., 1993). O mercado de trabalho é considerado o mecanismo primordial que induz os movimentos migratórios, os quais pressupõe-se não serem afetados pelos demais mercados (SANTOS et al., 2010). Nesta perspectiva, nas regiões com excesso de oferta de trabalho em relação ao capital os salários seriam baixos, e seriam altos nas regiões em situação oposta àquelas. Neste contexto, a resultante do deslocamento populacional torna-se, então, evidente: esses diferenciais traduzir-se-iam em deslocamentos populacionais das regiões com salários mais baixos, ou com excesso de mão de obra, para as regiões com salários mais altos, ou com escassez da mesma (SOARES, 2004). À medida que se intensificam os fluxos migratórios, a oferta de trabalho aumentaria nessas últimas regiões e diminuiria nas primeiras, com os salários variando nas direções opostas. Como resultado deste processo, essa teoria afirma que os movimentos migratórios levariam a uma crescente convergência entre os salários, situação na qual o processo migratório tenderia a cessar (DE HAAS, 2007).

O modelo proposto por Todaro (1980) tinha como objetivo explicar o fenômeno aparentemente contraditório dos crescentes fluxos migratórios do meio rural para o urbano nos países em desenvolvimento, apesar do aumento do desemprego nas cidades. O autor argumentou que, para entender o fenômeno, dever-se-ia modificar e estender aquela teoria para além de uma abordagem calcada pura e simplesmente em diferenciais de renda; dever-se-ia levar em conta não propriamente o diferencial de renda real prevalecente mas, ao invés, o diferencial esperado entre as rendas dos dois setores, i.e., o diferencial de renda ajustado pela probabilidade de o indivíduo encontrar emprego no setor urbano. O essencial desse argumento é que a valoração dos custos e benefícios da migração não deveria se restringir a uma análise no curto prazo. Essa ideia, também presente em Sjaastad (1980), abriu uma possibilidade teórico-analítica interessante, a qual, desde então, permaneceu a base das teorias microeconômicas neoclássicas sobre o tema; a migração passa a ser vista na condição de investimento, que possui custos, mas que também envolve retornos.

Todaro (1980) percebe a migração rural-urbana como um processo em dois estágios. No primeiro estágio, o migrante, trabalhador rural não qualificado, seria alocado no setor urbano tradicional, tendo que conviver com o desemprego, com o emprego ocasional e com o subemprego. Posteriormente, já mais integrado ao modo de vida urbano, este poderia então mover-se na direção do segundo estágio, engajando-se num emprego permanente no setor moderno (BRITO, 2009). O pressuposto básico da análise de Todaro seria que, mesmo existindo desemprego urbano, haveria uma racionalidade na decisão de

emigrar do campo para a cidade, que estaria fundamentada no cálculo econômico de sua renda esperada, ou permanente, e não na renda imediata após a emigração. Assim, no que se refere àquela aparente contradição, a hipótese de Todaro era que, nestes países, a diferença de renda esperada entre os dois setores permanecia alta o suficiente para compensar o risco de se tornar desempregado, ou, em outros termos, a migração ocorria porque havia expectativa de ganhos econômicos a mais longo prazo. Com o passar do tempo, outros fatores que potencialmente influenciam na formação da expectativa dos retornos da migração, como os custos de oportunidade da migração, os custos de deslocamento, os custos de instalação no destino, os custos psicológicos, entre outros, foram incorporados a essa análise (DE HAAS, 2007). Os custos e riscos associados à migração explicam, em tese, porque geralmente não são os mais pobres que migram e porque as redes sociais são tão cruciais na redução dos limiares materiais e psicológicos associados ao ato migratório (FAIST, 2000).

Singer (1980), também escrevendo nos anos setenta, propõe uma interpretação diferente sobre os processos de migração interna nos países em desenvolvimento. Partindo do princípio de que as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas, o autor as associa intrinsecamente ao processo de industrialização experimentado por estes países.

Para Singer, a racionalidade econômica do progresso técnico, essência da industrialização nos moldes capitalistas, apresenta como característica necessária e fundamental a concentração espacial das atividades econômicas, significando para estes países a criação e intensificação das desigualdades regionais, as quais são encaradas como motor principal das migrações internas. Neste contexto, e sem perder de vista as características institucionais e idiosincrasias históricas associadas, o autor argumenta que as migrações internas seriam um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, à concentração e rearranjo espacial das atividades econômicas que resultam daquele processo.

Na interpretação proposta por Singer, os fatores de expulsão que levam a emigração das áreas rurais seriam, a priori, de duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação. No primeiro caso, as emigrações rurais seriam resultado da introdução das relações capitalistas no campo por meio do progresso técnico, a qual acarretaria a expropriação de camponeses e a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego. No segundo caso, as emigrações se manifestariam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis que poderiam ser limitadas tanto pela insuficiência física de terras aproveitáveis quanto pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

No que diz respeito aos fatores de atração, o mais importante seria a demanda

por força de trabalho, sendo esta entendida não apenas como a gerada pelas atividades industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços nos centros urbano-industriais. De um modo mais geral, a demanda por força de trabalho é interpretada no sentido de proporcionar “oportunidades econômicas”, constituindo um fator de atração na medida em que oferece uma remuneração mais elevada do que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém.

Singer também chama atenção para uma série de obstáculos que se interpõem entre o migrante e as oportunidades econômicas que, em tese, os centros urbano-industriais ofereciam. De um lado, o autor ressalta que nem sempre o migrante possui as qualificações necessárias nem a bagagem cultural exigida pelos novos empreendimentos; por outro lado, que a insuficiência de recursos impede muitos de chegar ao destino pretendido, ou, ali chegando, de alcançar êxito na luta competitiva que se trava dentro do mercado urbano de trabalho.

Outra questão discutida por Singer (1980) diz respeito ao desemprego nos centros urbano-industriais. Diferentemente da explicação *a lá* Todaro (1980), de que a não absorção de um grande número de migrantes pelo mercado de trabalho urbano seria resultado de seu desajustamento face às condições requeridas pela nova realidade, e que este desequilíbrio tenderia a ser superado com o tempo, na medida em que o migrante passasse por um período de aprendizado e aculturação no meio urbano, Singer (1980) argumenta que os fluxos migratórios suscitados pela industrialização capitalista tenderiam inerentemente a produzir, nas áreas urbanas, uma oferta de trabalho superior à demanda, ou, em termos marxistas, um exército industrial de reserva.

O autor argumenta que a preponderância dos fatores de estagnação na determinação dos fluxos migratórios do meio rural para o urbano, para o conjunto dos países em desenvolvimento, contribuiria para a formação do exército industrial de reserva, e esse fenômeno intrínseco à economia capitalista, onde o produto cresce mais rápido do que a demanda por força de trabalho, seria o obstáculo estrutural mais importante que se interpõe entre o migrante e as novas oportunidades econômicas. Obstáculo este que poderia se tornar mais grave ou menos grave, a depender das características individuais do migrante, bem como do seu processo de adaptação ao ambiente urbano.

Diferentemente da análise de Todaro, na qual a unidade atuante no processo migratório é o indivíduo, na análise de Singer esta unidade é o grupo social. Se para Todaro, a racionalidade econômica que leva o indivíduo a se mover no espaço é inerente a sua própria participação como agente no mercado de trabalho, para Singer, essa mesma racionalidade está dada para o migrante, não como indivíduo, mas, como grupo social, por imposição estrutural do processo de acumulação capitalista (BRITO, 2009). Na visão de Singer, se se admite que a migração interna é um fenômeno social, então deve-se supor que ela tenha causas estruturais que obrigam determinados grupos a se pôr em movimento. Sem desprezar a importância dos motivos individuais na decisão de migrar, Singer enfatiza

que o que não se pode perder de vista é que a primeira determinação de quem vai e quem fica é social ou, se se quiser, de classe. Assim, dadas determinadas circunstâncias, um grupo social é posto em movimento. Apenas num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinariam que membros desse grupo migrariam antes e quais ficariam para trás.

Conforme colocado por Brito (2009), embora existam nítidas diferenças nas orientações teóricas de Singer (1980) e Todaro (1980), as semelhanças quanto à relevância das migrações para o desenvolvimento do capitalismo são, também, notáveis. A análise de Singer é menos otimista do que a de Todaro, para quem todos os imigrantes tendem a se transferir, com o tempo, para os setores modernos da economia. Contudo, mesmo para Singer, os migrantes oriundos das regiões estagnadas encontrariam o seu lugar no capitalismo, embora parte fique como exército industrial de reserva. Ademais, ambas as análises compreendem as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para a mobilidade social dos indivíduos, dentro do contexto dos desequilíbrios setoriais e espaciais de uma economia em desenvolvimento.

Muito mais próxima da análise de Todaro (1980), e se afastando dos aspectos histórico-estruturalistas apontados por Singer (1980), a teoria microeconômica convencional retrata os migrantes como indivíduos racionais que decidem se deslocar com base em um cálculo de custo-benefício (DE HAAS, 2007; CAMPOS, 2015). Nas sociedades modernas, o capital humano tem sido reconhecido, cada vez mais, como um fator crucial no processo de desenvolvimento econômico (BECKER, 1962). Introduzida nos estudos da migração por Sjaastad (1980), a teoria do capital humano enriquece a estrutura analítica neoclássica ao incorporar características sociodemográficas do indivíduo como um importante determinante da migração (BAUER e ZIMMERMANN, 1999).

Dentro da abordagem microeconômica, a teoria do capital humano situa a migração em um contexto de investimento pessoal: o indivíduo investe em seu próprio potencial produtivo – educação formal, qualificação profissional, cuidados com a saúde, busca de informação acerca dos potenciais locais de destino etc. – apostando na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro, mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo (PEIXOTO, 2004; CAMPOS, 2015). A busca por empregos mais qualificados e com maior remuneração, por seu turno, levaria muitos indivíduos a migrarem, escolhendo como destinos locais onde, levando em consideração suas habilidades pessoais, possam ser mais produtivos. É neste sentido que Sjaastad (1980) argumenta que a migração pode ser vista como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos. Assim, associado ao ato migratório, ter-se-ia, de um lado, os custos referentes ao investimento no próprio potencial produtivo, acrescido dos custos de deslocamento, adaptação no local de destino etc., e, do outro, os benefícios da migração, relacionados ao aumento dos rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual associada à mudança (BORJAS, 1996).

Outra importante questão tratada por Lee (1980), e que aparece de maneira explícita na abordagem da teoria do capital humano, diz respeito ao caráter seletivo da migração. Segundo Lee, a migração é seletiva em razão de as pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e destino, terem capacidades diferentes para superar a série de obstáculos intervenientes e diferenciarem-se em termos dos fatores pessoais. Em termos práticos, dizer que a migração é seletiva significa dizer que os migrantes não constituem uma amostra aleatória do local de origem, mas sim indivíduos com características específicas, que respondem de maneiras diferentes a estímulos e obstáculos (CAMPOS, 2015).

Lee (1980) salienta, ainda, que a seletividade no processo migratório pode ser positiva ou negativa. O primeiro caso se configura para migrantes que respondem principalmente a fatores positivos prevalentes no local de destino, tipicamente, indivíduos com boa qualificação, que já gozam de uma boa situação no local de origem e migram porque percebem oportunidades ainda melhores alhures. Já o segundo caso se configura para migrantes que respondem primordialmente a fatores negativos prevalentes no local de origem, normalmente, indivíduos com baixo nível de qualificação, que por diversos motivos ou de alguma forma ali fracassaram econômica e socialmente, e se veem forçados a migrar em busca de novas oportunidades.

De acordo com a teoria do capital humano, considerando que os indivíduos são diferentes em termos de conhecimento, formação educacional, habilidades físicas e pessoais, idade, status marital, gênero, entre outras características sociodemográficas, eles também o serão em termos dos retornos que esperam obter do processo migratório (DE HAAS, 2007). Essas diferenças de retornos esperados podem explicar, em parte, porque indivíduos diferentes, de um mesmo local de origem, demonstram diferentes propensões a migrar, e porque escolhem diferentes locais como destino migratório (KUREKOVA, 2011).

A teoria do capital humano permite abordar a questão da seletividade para além das explicações focadas nos custos. Assim, dependendo do tipo específico de demanda de mão de obra nos locais de destino, essa teoria afirma que os migrantes seriam selecionados, sobretudo, de acordo com suas habilidades específicas e formação educacional. Isso permite explicar, teoricamente, porque indivíduos com níveis educacionais mais elevados tendem a apresentar maior propensão a migrar. A existência de uma atitude de investimento explicaria, ainda, porque os migrantes possuem um perfil etário tipicamente jovem; a propensão a migrar diminui com a idade porque quanto maior esta for, menor será o período de tempo em que o investimento realizado poderá ser compensado (SJAASTAD, 1980; PEIXOTO, 2004).

Ainda no contexto da teoria microeconômica, uma outra vertente teórica, denominada de nova economia da migração, questionará alguns dos pressupostos e conclusões da teoria do capital humano (Cf. TAYLOR, 1986; STARK, 1991). O essencial para a compreensão desta abordagem é a ideia de que as decisões de migração não são determina-

das individualmente, mas sim por unidades mais amplas de laços parentais - tipicamente famílias ou domicílios - nas quais os indivíduos agem coletivamente não apenas para maximizar as expectativas de renda, mas também para minimizar os riscos de perda de bem-estar e reduzir as restrições associadas a uma variedade de falhas advindas de outros mercados, que não o de trabalho (MASSEY et al., 1993).

O controle de tais riscos se daria por meio da diversificação dos recursos do domicílio, incluindo a força de trabalho. Assim, enquanto alguns membros do domicílio se ocupariam em atividades econômicas locais, os outros poderiam ser enviados para mercados de trabalho de outras localidades como forma de garantir que, no caso de as condições econômicas locais se deteriorarem a ponto de o domicílio não conseguir atingir um nível adequado de renda, este possa contar com os membros emigrados para se sustentar (CAMPOS, 2015).

Diferentemente da abordagem convencional, na abordagem da nova economia da migração considera-se a existência de um mercado de trabalho imperfeito, de forma que, visando minimizar os riscos de perda de bem-estar, mesmo na ausência de diferenças salariais a migração continuaria a ocorrer (SANTOS et al., 2010). Assim, a ocorrência de migração na ausência de diferenças salariais ou a ausência de migração na presença das mesmas não implica, necessariamente, em irracionalidade por parte dos envolvidos no processo de tomada de decisão (STARK, 1991). Massey et al. (1993) argumentam, ainda, que, nos países desenvolvidos, os riscos ao bem-estar geralmente são minimizados por meio de mercados de seguros privados ou programas governamentais, mas nos países em desenvolvimento esses mecanismos institucionais para controlar os riscos são imperfeitos ou não existem ou são inacessíveis para domicílios pobres, incentivando-os a minimizar os riscos através da migração.

Outra contribuição da nova economia da migração diz respeito ao conceito de privação relativa. O pressuposto é que o efeito de um aumento na renda depende do contexto socioeconômico do domicílio. Conforme Santos et al. (2010), os domicílios avaliam sua situação de privação, tendo como parâmetro certo padrão de distribuição de renda. Assim, a migração representaria não apenas uma possibilidade de obter novos rendimentos em termos absolutos, mas também de melhorar a posição relativa do domicílio dentro do seu grupo de referência (STARK e TAYLOR, 1989).

Neste sentido, argumenta-se que as mesmas expectativas de ganhos econômicos não têm o mesmo efeito sobre a decisão de migração para domicílios localizados em diferentes pontos da distribuição de renda ou para domicílios localizados em comunidades com diferentes distribuições de renda (MASSEY et al., 1993). Nesta abordagem, a questão da seletividade também fica condicionada às características domiciliares, o que reforça, por exemplo, o papel das estruturas de gênero nas decisões sobre quem migra, e para onde migra, e quem permanece no local de origem (CAMPOS, 2015).

Embora a teoria do capital humano e a nova teoria da migração conduzam a

diferentes conclusões sobre as origens e a natureza da migração, ambas são essencialmente análises de decisão microeconômica. Basicamente, o que difere é a unidade de tomada de decisão, os pressupostos sobre o contexto econômico da tomada de decisão e o grau em que a decisão de migrar é socialmente contextualizada.

Outras abordagens se afastarão de uma valoração puramente econômica dos determinantes da migração, chamando atenção para os aspectos culturais e sociais envolvidos no processo. As teorias migratórias descritas até aqui, as quais atribuem o movimento migratório ora a uma decisão pessoal ou familiar, ora a um reflexo das determinações do sistema econômico, deixam muitas questões fundamentais sem resposta (SOARES, 2004; MATOS e BRAGA, 2002), como, por exemplo, o que confere estabilidade aos fluxos migratórios, e neste contexto, tem sido a abordagem das redes sociais na migração que têm oferecido alguns enquadramentos teóricos ao tema.

Nesta abordagem, as unidades atuantes no processo migratório não são nem indivíduos nem famílias, mas, sim, conjuntos de pessoas ligadas por relações de amizade, de conhecimento, de parentesco, de trabalho etc. (TILLY, 1990). Assim, se por um lado, as causas originárias de um determinado movimento populacional podem estar associadas a transformações estruturais nas sociedades (Cf. SINGER, 1980), por outro, argumenta-se que a continuidade da migração está intimamente relacionada a laços estabelecidos entre locais de origem e destino; são as redes sociais que conferem aos fluxos migratórios estabilidade e perpetuação no tempo (MASSEY et al., 1993; SOARES, 2004).

Segundo os escritos de Matos e Braga (2002), as redes sociais podem ser compreendidas como o conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais que estão conectadas por algum tipo de relação, podendo inclusive se sobrepor inúmeras vezes dentro de um sistema de relações. As redes migratórias seriam, então, uma espécie de rede social, precedida por outras redes que se adaptam ao objetivo de migrar, como as de amizade, de conhecimento, de parentesco, de trabalho etc. (SOARES, 2002; FAZITO, 2002).

Segundo essa abordagem, essas redes migratórias tendem a se tornar autossuficientes com o tempo, por causa do capital social acumulado, que faculta aos migrantes em potencial contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos, além de oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no destino. À medida que as conexões interpessoais são estendidas e elaboradas, esse capital social mostra-se cada vez mais disponível ao migrante em potencial nas comunidades de origem, o que intensifica a expectativa dos retornos líquidos do ato migratório e reduz progressivamente os custos financeiros e físicos associados ao mesmo (MASSEY et al., 1993; SOARES, 2002; FAZITO, 2002; MATOS e BRAGA, 2017).

## 2.4. Migração interna e mobilidade social no Brasil

Embora, para certos grupos, a migração tenha significado e ainda se apresente como umas das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica (JANNUZZI, 1999; MARTINE, 1980), a expectativa de mobilidade social ascendente é considerada, e dentro das mais diversas abordagens teóricas, como um dos fatores, senão o fator mais importante para explicar o fenômeno. A possibilidade de inserção virtuosa no mercado de trabalho no local de destino é elencada, unanimemente, como um dos determinantes primários da direção e intensidade dos fluxos migratórios nas sociedades contemporâneas (JANNUZZI, MONTAGNER e TAIRA, 2019).

A segunda metade do século 20 é marcada pela reorganização da população no território nacional. Entre as décadas de 1940 e 1970, os deslocamentos populacionais no Brasil estiveram associados sobretudo à migração rural-urbana (PASTORE e SILVA, 2000), sendo os processos de industrialização e expansão das fronteiras agrícolas os eixos da dinâmica da distribuição da população no âmbito interestadual (BAENINGER, 2012). Neste período, observa-se uma redução significativa da participação da população rural no total nacional, que passou de 69% para 44% entre as duas datas. Tal fenômeno teria continuidade nas décadas seguintes, marcando o acelerado processo de urbanização experimentado pelo País. Em 1980 a população urbana já representava 67% do total nacional, aumentando para 81% em 2000 e 84,3% em 2010, conforme dados das respectivas edições do Censo Demográfico.

Nos anos 70, em conjunto com o acelerado processo de urbanização, outras duas questões norteavam as análises acerca da distribuição espacial da população no território nacional, quais sejam, o crescente e intenso movimento de concentração da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste, e a concentração da população, manifestada no processo de metropolização (BAENINGER, 2005). Esse novo perfil da sociedade brasileira, urbana, metropolitana e industrial, tem a marca estrutural das migrações internas que, se por um lado, contribuíram para constituição de uma sociedade nacionalmente mais integrada, por outro, mantiveram fortes desequilíbrios regionais e sociais (BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012).

A questão da inserção do migrante no mercado de trabalho e da sua adaptação na sociedade de destino é tema recorrente na literatura sobre mobilidade social produzida no Brasil desde o último quarto do século 20, e sem sombra de dúvidas, a migração é um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade social ascendente registrada no país ao longo do referido século (RIBEIRO, 2007; PASTORE e SILVA, 2000; JANUZZI, 1999).

Mobilidade social é entendida como a mudança de posição social experimentada por um conjunto de indivíduos num determinado período de referência, sendo o status da sua inserção ocupacional o indicador de posição social mais comumente utilizado nas análises.

lises, o que se deve, por sua vez, ao fato deste ser um indicador mais robusto e estável da posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social. Assim, mobilidade social confunde-se, na maioria dos estudos, com mobilidade socio-ocupacional. (JANNUZZI, MONTAGNER e TAIRA, 2019). Do ponto de vista metodológico, as análises concentram-se nas transições ocupacionais experimentadas pelos indivíduos entre dois momentos de referência. A mobilidade intrageracional refere-se ao movimento do indivíduo em duas fases distintas do seu ciclo de vida, geralmente, início da sua carreira profissional e momento atual. Por outro lado, se se confronta a ocupação de um indivíduo com a ocupação do pai no início de sua vida profissional, tem-se então a mobilidade intergeracional (SCALON, 1999).

Ademais, a mobilidade pode ser horizontal ou vertical. O primeiro caso se caracteriza quando a passagem de uma posição social para outra não muda a condição de classe ou o status ocupacional do indivíduo. Mobilidade vertical, por outro lado, significa a transição para uma situação melhor (mobilidade ascendente) ou pior (mobilidade descendente) em termos de condição de classe ou status ocupacional (PASTORE e SILVA, 2000). Em se tratando de mobilidade vertical, pode-se falar ainda em mobilidade do tipo estrutural e do tipo circular. O primeiro tipo está geralmente associado a transformações na composição setorial do mercado de trabalho, resultando na criação de novas e diferentes ocupações. Neste caso, as mudanças na estrutura ocupacional ocorridas no intervalo de tempo que separa os dois momentos de referência “forçam” os indivíduos a se deslocarem no sentido de preencher as novas oportunidades criadas, provocando assim, mobilidade do tipo estrutural (JANNUZZI, MONTAGNER e TAIRA, 2019). O complemento da mobilidade estrutural é a mobilidade circular, oriunda da competição entre os indivíduos. Neste caso, para uma pessoa subir na estrutura social outra precisa descer ou sair de uma posição mais alta, seja por morte, aposentadoria ou desemprego. A imobilidade, como o próprio nome sugere, diz respeito à permanência do indivíduo na mesma ocupação ou estrato socio-ocupacional no período de tempo considerado (PASTORE e SILVA, 2000; RIBEIRO, 2007).

Analisando dados do início da década de 1970 sobre mobilidade social no Brasil, Pastore (1976) mostra que a mobilidade ali registrada era predominantemente do tipo estrutural, ou seja, era fruto da transformação na composição setorial do mercado de trabalho que havia experimentado o Brasil nas décadas anteriores. De acordo com os resultados por ele apresentados, em 1973, 47,1% dos chefes de família de 20 a 64 anos haviam experimentado ascensão sociocupacional intergeracional, e 54,2% dos mesmos, ascensão sociocupacional intrageracional. Na explanação do autor, mesmo sem grande preparo profissional, as pessoas, e dentre elas muitos migrantes, haviam aproveitado bem as oportunidades de trabalho que surgiram em decorrência da criação de mais e novos empregos nos setores da indústria, comércio e serviços nas áreas urbanas.

No final do século 20, Jannuzi (1999) e Pastore e Silva (2000), analisando dados

de mesma natureza, e seguindo os mesmos procedimentos metodológicos adotados por Pastore (1979), mostram que a mobilidade intergeracional ascendente continuou intensa. Em 1996, cerca da metade dos chefes de família de 20 a 64 anos haviam ascendido em termos sociocupacionais em relação aos seu pais e cerca de um terço ascendera em relação à primeira posição exercida no mercado de trabalho. Essa redução na cifra de mobilidade intrageracional ascendente de um levantamento para o outro é, em grande parte, reflexo da conjuntura crescentemente desfavorável do mercado de trabalho a partir dos anos 1980, que refletiu-se de forma significativa sobre as possibilidades de mobilidade de carreira do pessoal ocupado no Brasil (JANNUZZI, 2002). Ademais, o estudo de Pastore e Silva (2000) revelou uma redução da mobilidade do tipo estrutural e uma concomitante elevação da mobilidade do tipo circular. Os autores interpretam esse aumento da mobilidade circular no sentido do mercado de trabalho ter se tornado mais competitivo no decorrer do último quarto do século 20, chamando atenção para a importância do aumento da qualificação e educação formal neste processo<sup>2</sup>.

Mas nem tudo são flores. Se por um lado, seja em relação às gerações passadas, seja em relação às primeiras posições ocupacionais exercidas pelos indivíduos quando da entrada no mercado de trabalho, os estudos mostram que, ao longo do século 20, a maior parte da população economicamente ativa brasileira experimentou mobilidade social ascendente, por outro, os mesmos estudos mostram que, embora intenso, este processo se caracterizou por se concentrar na base da pirâmide social, por forte herança de status de classe de origem e pelas curtas distâncias socio-ocupacionais percorridas. Repetindo, muitos subiram, é verdade, mas muitos subiram pouco e poucos subiram muito.

Quanto à relação entre migração e mobilidade social, considerando o fato de as ocupações rurais geralmente ocuparem os estratos mais baixos das estratificações sócio-ocupacionais utilizadas na mensuração da mobilidade social no Brasil, o intenso fluxo migratório das áreas rurais para as áreas urbanas, de forma um tanto disseminada pelo país, consolidando fluxos migratórios importantes, como os do Nordeste para o Sudeste, responsáveis pela forte expansão urbana de São Paulo e Rio de Janeiro entre 1940 e 1970, significou, para parcela substancial dos envolvidos, mobilidade social ascendente, mesmo tendo a inserção sócio-ocupacional destes se restringido, na maior parte dos casos, a ocupações de baixa remuneração e qualificação no mercado de trabalho urbano (JANNUZZI, 1999).

Em *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*, Pastore (1979) descreve uma relação virtuosa entre migração e mobilidade social. Segundo o autor, a contribuição da migração rural-urbana sobre as cifras de mobilidade social ascendente estaria evidenciada

---

<sup>2</sup>Cabe assinalar que, usando tabelas de contingência  $6 \times 6$ , da mesma maneira que Pastore e Silva (2000), e uma estratificação baseada apenas no rendimento e na escolaridade, Oliveira (2018) constatou, com dados de 1996, mobilidade ascendente de 49% e mobilidade descendente para 18% dos ocupados. Com a mesma metodologia obteve, com dados de 2014, 45% e 22% de mobilidade ascendente e descendente, respectivamente.

pelo fato de a ascensão social de migrantes interestaduais ter sido maior do que a dos naturais residentes no destino, seja na perspectiva inter ou intrageracional. Porém, considerações de natureza substantiva e metodológica levaram vários autores a questionar o significado da intensa mobilidade social observada no país e a relativizar essa interpretação dos efeitos da migração sobre a mobilidade ascendente no contexto da modernização brasileira (JANNUZZI, 1999).

Peliano (1992) e Baltar, Dedecca e Henrique (1997), por exemplo, argumentam que o volume de mobilidade registrado não teria significado melhoria efetiva das condições de vida para uma parcela significativa dos vindos do campo, pois a inserção ocupacional destes no meio urbano não lhes garantiu o aporte de renda suficiente diante da crescente mercantilização do consumo. Os resultados apresentados pelo próprio Pastore (1979) mostram, neste sentido, que mais da metade daquela cifra de mobilidade ascendente acima apontada (47%) se devia a ascensão de filhos de trabalhadores rurais do estrato sociocupacional mais baixo para os dois seguintes, compostos sobretudo de trabalhadores urbanos não qualificados e semiqualeificados.

Silva (1979), por sua vez, chama a atenção para o fato de os dois primeiros grupos ocupacionais da estratificação utilizada por Pastores (1979) para mensurar a mobilidade social no país se distinguirem apenas pela dimensão urbano-rural, o que, por construção, faz com que o processo de migração rural-urbana seja, quase sempre, identificado como mobilidade social ascendente. Nesta mesma linha, Jannuzzi (1999) argumenta que se fosse outra a escala sociocupacional utilizada, com trabalhadores não qualificados no campo e na cidade na mesma categoria, os resultados da mobilidade social ascendente seriam bem menos expressivos, dada a magnitude alcançada pela migração rural-urbana entre 1940 e 1970.

Neste contexto, poderia se questionar se a relação virtuosa entre mobilidade geográfica e mobilidade social não seria um reflexo estrito do processo de urbanização experimentado pelo país e, uma vez estabilizado o processo de deslocamento da população do campo para a cidade, se aquela relação não tenderia a desaparecer. A resposta é não.

Ainda no bojo daqueles processos dominantes - acelerado processo de urbanização, concentração dos fluxos migratórios e concentração da população - a partir dos anos 70 as mudanças no processo migratório nacional tiveram o deslanchar de suas transformações (BAENINGER, 2012). Quanto aos possíveis destinos migratórios, nos anos 70 havia no país mais estados perdedores do que ganhadores de população; ainda nessa década, no contexto do processo da concentração da migração, concomitante ao aumento no número de estados perdedores, verifica-se uma redução no número de estados ganhadores de população (MARTINE e CARVALHO, 1989).

Na década seguinte esse processo se inverteria, com os anos 80 entrando para a história da migração recente no País com o maior número de espaços ganhadores nas migrações interestaduais (BAENINGER, 2012). Em conjunto com os processos de es-

gotamento das fronteiras agrícolas e desconcentração relativa das atividades econômicas, em particular a desconcentração das atividades industriais, contribuiu para o aumento no número de estados ganhadores de população a expressiva intensificação do movimento de retorno aos estados de nascimento observada entre as duas décadas. Dessa forma, os anos 80 já indicavam um processo que viria a recrudescer nas décadas seguintes, qual seja, a expansão dos espaços da migração (BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012).

Quanto às tendências na migração interna no Brasil nos anos 90, destacam-se: (1) a redução nos fluxos migratórios de longa distância, particularmente aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; (2) a permanência do Sudeste como importante área de absorção de fluxos de longa distância, com destaque para o fluxo Nordeste-Sudeste; (3) a recuperação migratória no âmbito intrarregional de espaços perdedores de população no âmbito nacional, especialmente os estados do Nordeste; e (4) o surgimento e consolidação de núcleos de absorção migratória tanto no âmbito inter-regional quanto no âmbito intrarregional, com a maior parte dos estados se tornando ganhadores de população (BAENINGER, 2015).

Nos anos 2000 houve reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração e trouxeram consigo um novo dinamismo às migrações internas no país. Embora a migração interestadual, para o conjunto do país, tenha continuado em patamares expressivos, verifica-se que os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração etc.; não se observa mais, como em décadas anteriores, uma definição clara dos rumos da migração no País. Neste contexto, os locais de partida e chegada não se configuram mais como as antigas áreas de perda e retenção migratórias conforme pensadas, por exemplo, para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (LEE, 1980; SINGER, 1980). O que se observa é a consolidação da rotatividade migratória como o novo motor do processo de redistribuição espacial da população brasileira (BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012; BAENINGER, 2019).

Conforme definido por Baeninger (2015, 2012, 2005), além de tratar-se de um fenômeno eminentemente urbano, constituindo a imigração e a emigração partes de um mesmo processo social, o conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional tanto na área de origem quanto na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho.

É bem verdade que esse novo padrão migratório não significa uma transição completa, verificando-se, de um modo geral, a manutenção das principais trajetórias migratórias no País. O corredor da migração nacional historicamente conformado pelos fluxos entre o Nordeste e o Sudeste é um exemplo muito ilustrativo: apesar das mudanças recentes no padrão migratório, São Paulo continua sendo o estado que mais recebe imigrantes e os estados do Nordeste continuam sendo os grandes fornecedores de emigrantes interes-

taduais. Trata-se, pois, de uma trajetória migratória persistente no tempo e, portanto, estruturante do mercado de trabalho nacional e componente das dinâmicas econômica e social brasileira (BRITO, RIGOTTI e SANTOS, 2012).

No contexto desse novo padrão migratório, eminentemente urbano, e marcado pelo intenso e crescente vai-e-vem de migrantes, Jannuzzi, Montagner e Taira (2019) mostram, com base nos dados mais recentes sobre mobilidade social no Brasil, coletados pelo IBGE em 2014, que a migração continua sendo um determinante relevante da mobilidade social no país. Na explanação dos autores, a persistência de diferenças expressivas da estrutura e oportunidades ocupacionais pelas regiões do país, a existência de redes familiares e sociais ligando-as, a ampla disponibilidade de meios de transporte e comunicação no território, entre outros fatores, configuraram um ambiente em que a mobilidade territorial de indivíduos continua possibilitando ascensão sociocupacional no destino para parte expressiva daqueles que a empreenderam, o que se reflete, sobretudo, na remuneração de sua força de trabalho.

## **2.5. Cor, mercado de trabalho e rendimento no Brasil**

A despeito das diferentes interpretações acerca do nosso padrão de relações raciais, até pelo menos os anos 1970, a pesquisa especializada compartilhava, de um modo geral, a crença no poder integrador do desenvolvimento econômico (HOFBAUER, 2006; OSÓRIO, 2008; JESUS, 2016). A ideia de que o desenvolvimento econômico seria capaz de criar oportunidades para todos, fazendo desaparecer a forte associação entre cor e estrutura socioeconômica, era compartilhada tanto por aqueles que defendiam a inexistência de barreiras raciais à mobilidade social no Brasil, como é o caso de Pierson (1945), quanto por aqueles que denunciavam essa ideia como um mito, como é o caso de Fernandes (1965).

No final da década de 1970, inaugura-se uma nova fase das pesquisas acerca das relações raciais no país. Para além das contribuições teóricas, fundamentais para a compreensão dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades socioeconômicas entre negros e brancos no Brasil, esses estudos caracterizam-se pelo uso de métodos e técnicas de análise estatística cada vez mais sofisticados nas análises das desigualdades de resultados entre os dois grupos de cor (OSÓRIO, 2004; GUIMARÃES, 2004; RIBEIRO, 2006). Em seu conjunto, os resultados mostraram que o desenvolvimento econômico não gerou os frutos esperados, de forma que, no tecido das desigualdades socioeconômicas brasileiras, a importância substantiva do pertencimento étnico-racial continua sendo um dos seus aspectos mais marcantes (HENRIQUES, 2001; SOARES, 2008; JACCOUD, 2008). Dos mais antigos aos mais recentes, os estudos mostram que em quase todos os âmbitos da vida cotidiana consideráveis diferenças entre negros e brancos ainda se fazem presentes (THEODORO, 2008).

Sabe-se que a renda está correlacionada com quase tudo considerado fonte de

bem-estar nas sociedades contemporâneas, e, sendo o rendimento do trabalho a principal fonte de recursos dos indivíduos e das famílias, a desigualdade de resultados entre negros e brancos no mercado de trabalho acaba por comprometer as condições de igualdade de acesso a bens e serviços e alimentar o ciclo de reprodução das desigualdades entre os dois grupos de cor (JESUS, 2016).

No que toca à desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho, são dois os papéis que desempenha o mercado de trabalho na sua determinação. No primeiro caso, o mercado de trabalho atua apenas como um revelador das heterogeneidades existentes na distribuição das características produtivas, ou seja, aqueles trabalhadores que possuem maior nível de escolaridade, maior experiência e outras características intrínsecas que os tornam mais produtivos recebem remunerações maiores do que aqueles menos produtivos (BARROS e MENDONÇA, 1995; MENEZES-FILHO, FERNANDES, PICHETTI, 2000; BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007; BARROS et al. 2009).

Já no segundo caso, as imperfeições no mercado de trabalho levam a diferenças em remuneração para trabalhadores com características produtivas similares; trabalhadores, por assim dizer, substitutos perfeitos no processo produtivo. Nesse sentido, o mercado de trabalho atua como gerador de desigualdades. Isso ocorre, por exemplo, quando a avaliação de atributos não produtivos, como a cor da pele ou o sexo do indivíduo, resulta na exclusão ou no acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho (discriminação ocupacional), ou, uma vez inseridos, quando o mercado de trabalho remunera homens e mulheres ou brancos e negros com mesmas características produtivas inseridos nos mesmos segmentos do mercado de trabalho de forma diferente (discriminação salarial) (BERNDT, 1991; BARROS e MENDONÇA, 1995; SILVA, 1999; SOARES, 2000)<sup>3</sup>.

O método de decomposição proposto por Oaxaca (1973) e Blinder (1973) é um procedimento comumente adotado quando se pretende analisar a diferença de rendimento médio entre dois grupos no mercado de trabalho. A ideia básica do método consiste em decompor a diferença de rendimento médio observada em duas partes, sendo uma delas explicada por diferenças nas médias das características individuais e de inserção no mercado de trabalho dos indivíduos desses grupos e a outra, uma parcela residual, associada a diferenças na remuneração das características dos indivíduos pertencentes a grupos diferentes (Cf. JESUS, 2016). O modelo de determinação de rendimentos proposto por Mincer (1974) é o arcabouço teórico sobre o qual este método se assenta.

Contribuições importantes na área foram dadas por Juhn, Murphy e Pierce (1993) e, mais recentemente, por Machado e Mata (2004), Melly (2005) e Fortin, Lemieux e Firpo (2009), que propuseram extensões do método de decomposição de Oaxaca-Blinder que

---

<sup>3</sup>A desigualdade de rendimento no mercado de trabalho também pode advir de outras fontes, como é o caso dos diferenciais de rendimento resultantes da segmentações espacial, setorial e entre os setores formal e informal, ou, ainda, de conjunturas macroeconômicas que prejudicam mais intensamente certos grupos, como é o caso dos períodos de alta inflação, em que os pobres não conseguem preservar o valor da sua renda real (Cf. FERREIRA et al., 2006; MENEZES-FILHO e KIRSCHBAUM, 2015).

permitem decompor a diferença de rendimento entre dois grupos considerando qualquer ponto da distribuição, e não apenas a média, o caso contemplado na formulação original proposta por Oaxaca (1973) e Blinder (1973).

Quando se trata de diferenças de rendimento entre grupos de cor ou gênero, a parcela associada a diferenças na remuneração das características dos indivíduos pertencentes a grupos diferentes, ou, em termos equivalentes, a parcela não explicada por diferenças nas características individuais e de inserção no mercado de trabalho, é usualmente interpretada como a parcela da diferença total devido à discriminação. O argumento por trás da ideia é simples: na ausência de discriminação a remuneração às características individuais deveria ser a mesma, independentemente do grupo ao qual pertencem os indivíduos.

Sem embargo, se deve ter cautela ao interpretar essa parcela residual usualmente atribuída à discriminação, uma vez que a mesma capta tanto efeitos associados à discriminação *stricto sensu* quanto efeitos associados a diferenças intergrupos de características não observadas, como é o caso de variáveis relativas ao *background* familiar, as quais acredita-se ter influência sobre os rendimentos individuais independentemente da existência ou não de discriminação no mercado de trabalho. A rigor, o que a parcela residual mede é o máximo da diferença total de rendimento entre os dois grupos que pode ser atribuída à discriminação.

No que concerne à desigualdade de resultados entre brancos e negros no mercado de trabalho brasileiro, com base no método de decomposição de Oaxaca-Blinder e nas extensões dele derivadas, os estudos mostram que grande parte da diferença de rendimento médio observado entre as duas categorias de cor advém de etapas que antecedem a entrada no mercado de trabalho.

A discrepância entre os níveis de escolaridade dos dois grupos de cor é sempre apontada como o principal determinante desse diferencial (SOARES, 2000; ZUCCHI e HOFFMANN, 2004; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; OSÓRIO, 2009). Como é sabido, as trajetórias escolares de crianças e jovens negros são mais acidentadas e curtas do que as dos seus pares brancos e essa desigualdade educacional irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional, ocasionando a concentração dos negros nos setores menos dinâmicos da economia e em ocupações de baixa remuneração (HASENBALG, 1979; SILVA 1999).

Outro condicionante do resultado médio dos negros no mercado de trabalho diz respeito a sua maior presença relativa nas regiões menos desenvolvidas do País (HASENBALG, 1979; BARROS e MENDONÇA, 1995). Os estudos mostram que a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor é o segundo fator que mais contribui para a diferença de rendimento médio observada entre eles (Cf. CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; JESUS, 2016).

No caso da discriminação salarial, os estudos mostram que esta aumenta gradualmente à medida que se transita da base para o topo da distribuição dos rendimentos

do trabalho, corroborando aqueles resultados encontrados nos estudos sobre mobilidade social no Brasil, de que existe uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade brasileira (SOARES, 2000; CAMPANTE, CRESPO E LEITE, 2004; BARTOLOTTI, 2007; PRATA, 2009; REIS 2014).

À despeito da democracia racial ainda se mostrar um sonho longínquo, e por vezes uma utopia, uma série de estudos tem mostrado que, em sua história recente, o Brasil experimentou um processo de desenvolvimento que contribuiu para a melhoria das condições de vida da população negra. De acordo com os dados da PNAD, no período 1995-2015, o rendimento médio do trabalho dos negros aumentou de 49,1% para 60,4% daquele recebido pelos brancos. Analisando os determinantes desta melhoria relativa, Jesus (2016) mostra que foram duas as suas principais causas: a primeira diz respeito à redução nas taxas de retorno da escolaridade que, associada ao significativo aumento no nível de educação formal das mãos de obra negra e branca, foi a que mais contribuiu para a mudança observada no hiato de rendimento médio entre os dois grupos de cor; e a segunda diz respeito às mudanças ocorridas nas diferenças entre as proporções de negros e brancos residentes nas grandes regiões geográficas, ressaltando-se, sobretudo, a redução ocorrida na proporção da população negra ocupada residente na região Nordeste, menos desenvolvida, e o aumento da mesma na região Sudeste, mais desenvolvida.

Embora os resultados apresentados por Jesus (2016) sugiram que a migração teve um papel relevante neste processo, de modo geral, os estudos sobre migrações internas desenvolvidos no Brasil não considera a cor ou raça como uma categoria analítica importante (Cf. PANTA, 2014). Neste sentido, cabe destacar o estudo de Hasenbalg (1979), cuja análise centra-se na distribuição geográfica da população brasileira a partir da cor ou raça. Hasenbalg (1979) é enfático em afirmar que a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor, com os negros concentrados nas regiões menos desenvolvidas, e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país, é uma das causas importantes das disparidades entre os mesmos. Essa polarização geográfica, historicamente condicionada, persiste até hoje, como pode ser comprovado facilmente com os dados do IBGE, e se traduz em diferenças na apropriação de oportunidades nas mais diversas áreas do nosso tecido social.

## **2.6. Migração, rendimento ... e cor no Brasil**

Muitos dos estudos empíricos sobre o fenômeno da migração se baseiam em análises puramente descritivas. Trata-se, por exemplo, de estudos cujo interesse reside em analisar questões como regularidade, volume, composição socioeconômica e direção dos fluxos migratórios. Nesses casos, de um modo geral, definido o recorte de interesse, a simples tabulação cruzada entre origem e destino já fornece os insumos necessários para a realização de tais análises.

Outros estudos, por sua vez, munidos de aportes teóricos e técnicas de análise

estatística mais elaborados, estarão interessados em verificar relações de causa e efeito associadas a este fenômeno social. No nível macro, destacam-se os estudos que analisam os determinantes do volume e direção dos fluxos migratórios tendo como base, sobretudo, a teoria da atração e repulsão e, mais recentemente, a teoria das redes sociais. No nível micro, ancorados sobretudo na teoria do capital humano, muitos estudos concentram-se nos determinantes da decisão migratória a nível de indivíduo. No geral, as conclusões são essencialmente as esperadas.

No primeiro caso, chama-se a atenção para fatores como distância e diferenças de renda, salários e custo de vida entre os locais de origem e de destino e para uma variedade de outros fatores associados à qualidade de vida e à presença de amenidades naturais e urbanas, bem como a importância das redes sociais ou conexões prévias como um facilitador da mobilidade populacional, sobretudo quando se trata de deslocamentos de longa distância. No segundo caso, prevalecem como principais determinantes fatores como escolaridade, idade, sexo, status marital e local de origem do indivíduo<sup>4</sup>.

Mas de maior relevância em termos dos objetivos da presente pesquisa são os estudos que analisam os efeitos da migração sobre o rendimento auferido pelos indivíduos no mercado de trabalho. As principais referências teóricas para os estudos que analisam a existência de diferenças de rendimento entre migrantes e não migrantes são os estudos de Chiswick (1978, 1999) e de Borjas (1987, 1994). Sucintamente, diz-se que os migrantes são positivamente (negativamente) selecionados em relação aos não migrantes se, após controlado um amplo conjunto de características observáveis que potencialmente afetam o rendimento individual, o rendimento condicional dos primeiros se mostrar maior (menor) do que o dos últimos.

Por meio da estimação de equações de rendimento, diversos estudos aplicaram esse tipo de análise ao Brasil. As evidências reunidas sugerem que: (1) mesmo controlando um amplo conjunto de características observáveis que potencialmente afetam o rendimento individual, o valor esperado para os migrantes é maior do que o esperado para os não migrantes (SILVA e SILVEIRA NETO, 2005); (2) tal diferença se verifica tanto em relação aos seus conterrâneos que não migrantes quanto em relação aos não migrantes dos locais que os recebem (SANTOS JUNIOR, MENEZES FILHO E FERREIRA, 2005); (3) a mesma vem se reduzindo ao longo do tempo (SANTOS JUNIOR, 2002); (4) ela é maior quando se consideram os migrantes mais recentes vis-à-vis os migrantes mais antigos (MACIEL e CUNHA, 2013).

Conforme já reportado, de um modo geral, os estudos sobre migrações internas desenvolvidos no Brasil não consideram a cor ou raça como uma categoria analítica importante, muito embora existam estudos que sugerem que a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor, com os negros concentrados nas regiões menos desenvolvidas,

---

<sup>4</sup>Uma revisão dos estudos de ambas as naturezas aplicados ao caso brasileiro pode ser apreciada em Lameira, Gonçalves e Freguglia (2015).

e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país, seja uma das causas importantes das disparidades entre os grupos de cor (Cf. HASENBALG, 1979) e que mudanças recentes neste quadro contribuíram para a redução da diferença de rendimento médio observada entre eles (Cf. JESUS, 2016).

Em um outro sentido, verifica-se, sobretudo a partir da década de 1950, um intenso e ininterrupto movimento populacional no território nacional que, em que pese as mudanças ocorridas no padrão, com a expansão dos espaços de migração e a rotatividade migratória se configurando como novo motor do processo de redistribuição da população no território nacional, manteve características estruturais importantes, que acompanham as próprias características do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro.

Dada tal polarização geográfica entre os grupos de cor, esse intenso e persistente movimento migratório no território nacional, por suas características intrínsecas, traduziu-se e continua significando um intenso e persistente movimento da população negra no território nacional. Se, conforme suscitado por Ravenstein (1980) no final do século 19, as principais causas da migração são de ordem econômica, isso tem implicações diretas sobre a população negra do nosso país.

No Brasil, os patamares inferiores da distribuição da renda são compostos predominantemente por negros e, à medida que transitamos para os níveis mais elevados da distribuição, por brancos (HENRIQUES, 2001; SOARES, 2008, JESUS, 2016). Ademais, a diferença de nível entre as distribuições da renda dos dois grupos é de tal ordem que, do ponto de vista da renda, independentemente da linha de pobreza e do indicador de pobreza empregados, a distribuição dos brancos será sempre apontada como a de menor pobreza (OSÓRIO, 2009, JESUS, 2016). Andrews (1992) mostra que, em 1988, um século após a abolição, a proporção de domicílios chefiados por negros, em situação de pobreza, no Brasil, era quase o dobro da proporção de domicílios chefiados por brancos na mesma situação. Tendo como referência aquele mesmo ano, Silva (1992) encontra que, no Brasil, as chances de um negro ser pobre era mais que o dobro das chances de um branco ser pobre. Henriques (2001), analisando a evolução da incidência da pobreza no país, constata que, na década de 1990, a participação dos negros na população pobre se manteve praticamente inalterada, no elevado patamar de 64%. Estudos mais recentes mostram que a proporção da população negra vivendo abaixo da linha de pobreza continua sendo cerca do dobro do valor correspondente à população branca, tendo aumentado a participação relativa dos negros na população pobre, como consta em Soares, Fontoura e Pinheiro (2007), Paixão (2009) e Jesus (2016).

Os estudos mostram que os migrantes apresentam melhores resultados do que os não migrantes no mercado de trabalho, e também mostram que os negros apresentam piores resultados do que os brancos no mercado de trabalho, mas não há na literatura estudos analisando os dois processos conjuntamente, isto é, se existem diferenças de resultados entre migrantes e não migrantes, negros e brancos, no mercado de trabalho, sua

magnitude e comportamento; o efeito da migração sobre o rendimento dos indivíduos dos dois grupos de cor e o efeito da cor sobre o rendimento de migrantes e não migrantes. Tampouco há estudos analisando a existência de diferenças entre migrantes e não migrantes, negros e brancos, em termos de inserção no mercado de trabalho e de outras características socioeconômicas e demográficas. Preencher essa lacuna é o objetivo da presente pesquisa.

### **3. BASE DE DADOS E METODOLOGIA**

#### **3.1. Base de dados**

Na presente pesquisa, os dados analisados foram extraídos das edições disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1995-2015, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é uma pesquisa por amostra probabilística de domicílios da qual podem ser obtidas informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas gerais da população. Neste período, a forma de investigação adotada pela PNAD permaneceu praticamente a mesma, o que permite realizar com segurança comparações intertemporais e reconstruir, sob diversos aspectos, a rede de inter-relações relevantes para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos que vêm ocorrendo na história recente do Brasil. De interesse particular para esta pesquisa são as informações sobre rendimento, cor ou raça e migração, e sobre elas cabem algumas considerações.

##### **3.1.1. Informações sobre rendimento na PNAD**

No período em questão, a PNAD fornece dados anuais relativos a todos os rendimentos de pessoas de 10 anos ou mais de idade, consistindo na principal fonte de informação para estudos sobre a geração e a distribuição dos rendimentos no país (ROCHA, 2003). Contudo, inexoravelmente, as pesquisas domiciliares esbarram em certas dificuldades no que diz respeito à captação adequada de informações sobre rendimento.

A mais comum se deve ao fato de que, mesmo com a garantia da finalidade estatística e sigilo das informações, as pessoas podem, por diversos motivos, não se sentir à vontade para declarar de maneira fidedigna seus rendimentos ao entrevistador (OSÓRIO, 2009). A consequência desse tipo de comportamento é a subdeclaração dos rendimentos em pesquisas domiciliares de um modo geral, não sendo a PNAD uma exceção. É sabido que o grau de subdeclaração é tanto maior quanto mais elevado o rendimento, mas este varia também conforme a natureza do rendimento (HOFFMANN, 2017; ROCHA, 2003).

No que diz respeito ao grau de subdeclaração dos rendimentos do trabalho, observa-se que este é menor para rendimentos do trabalho formal, e aumenta consideravelmente quando se trata de rendimentos do trabalho informal. Quanto aos rendimentos provenientes de outras fontes, a captação adequada se faz mais fácil para aqueles “oficializados”, como pensões e aposentadorias, sendo substancialmente mais difícil para outros tipos, como rendimentos de alugueis e rendimentos financeiros (ROCHA, 2003).

Recentemente, Medeiros e Souza (2015, 2016) e Morgan (2015) usaram dados da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) para reavaliar a distribuição dos rendimentos no Brasil. Sabidamente, dados dessa natureza permitem uma análise muito melhor do que ocorre na cauda direita da distribuição (HOFFMANN, 2017).

Refletindo o fato de que o grau de subdeclaração nas pesquisas domiciliares tende a ser maior para rendimentos mais elevados, os resultados desses estudos, como esperado, indicam que a distribuição dos rendimentos no país é mais desigual do que o revelado pelos dados de levantamentos domiciliares. Essa é sem dúvida uma questão pertinente e que deve ser levada em conta ao analisar a distribuição dos rendimentos no país, sobretudo quando as unidades de análise são indivíduos ou domicílios, dado o potencial efeito da subdeclaração sobre a mensuração da desigualdade.

Por outro lado, o que mais importaria aos objetivos da presente pesquisa seriam os potenciais efeitos dessa subdeclaração sobre a mensuração da distribuição dos rendimentos entre os grupos de cor ou entre migrantes e não migrantes. E nesse sentido não há razão para acreditar que os indivíduos negros e brancos, ou, migrantes e não migrantes, se comportem de forma diferente no que diz respeito à subdeclaração dos seus rendimentos. Assim, é de se esperar que a subdeclaração dos rendimentos na PNAD não tenha efeitos significativos sobre a mensuração da desigualdade de rendimentos entre estes grupos.

### **3.1.2. O sistema de classificação étnico-racial utilizado pelo IBGE**

Uma vez que se pretende analisar desigualdades de resultados entre grupos de cor com base em informações divulgadas pelo IBGE por meio de suas pesquisas domiciliares, é importante apresentar, ainda que de forma breve, o sistema de classificação étnico-racial empregado por essa instituição.

Todo sistema de classificação social possui dois componentes básicos: as categorias nas quais os indivíduos podem ser classificados e o método de identificação utilizado para classificar os indivíduos nas categorias predefinidas. Atualmente, no sistema de classificação étnico-racial utilizado pelo IBGE constam cinco categorias de cor ou raça: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Quanto ao critério de identificação, em princípio, este pode ser determinado por dois métodos, o método de autoatribuição ou o método de heteroatribuição de pertença (OSÓRIO, 2003).

No primeiro caso é o próprio entrevistado que escolhe o grupo ao qual pertence, optando por uma das cinco categorias. No segundo caso, dado que nem sempre é possível entrevistar todas as pessoas dos domicílios, seja por estarem ausentes no momento da entrevista seja por incapacidade, como é o caso das crianças e de pessoas em outras situações especiais, essa classificação é feita por outro residente do domicílio. Entretanto, nos casos de heteroatribuição, essa é feita por uma pessoa muito próxima daquela a ser classificada, não havendo, portanto, razão para suspeitar que a classificação feita por esse intermédio seria muito diferente do que seria autoatribuído. Assim, para todos os efeitos, o critério de classificação utilizado pelo IBGE é o de autoatribuição (OSÓRIO, 2003).

Embora não exista tal categoria no sistema de classificação étnico-racial adotado pelo IBGE, a agregação daqueles que se definem como pretos ou pardos em um só grupo,

o grupo dos negros, se tornou comum nos estudos produzidos sobre a temática no País. A justificativa principal dessa agregação está assentada em estudos empíricos que mostraram, por meio de uma série de indicadores socioeconômicos, não haver grandes diferenças entre aqueles que se definem como pretos ou pardos (HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999; GUIMARÃES, 2003).

Vale destacar, ainda, que evidências reunidas em estudos produzidos em meados (NOGUEIRA, 2006) e final do século XX (SILVA, 1999) sugerem que a autoatribuição étnico-racial é influenciada pela posição socioeconômica do respondente. Isto é, no Brasil, não só a riqueza embranquece, como, inversamente, a pobreza também escurece (SILVA, 1999; TELLES, 2003). Em termos práticos, significa dizer que a desigualdade de rendimento entre os dois grupos de cor, negros e brancos, pode, de fato, estar inflacionada pela utilização do critério de autoatribuição de pertença, relativamente ao que se obteria caso dispuséssemos de um critério mais “objetivo”, pautado, por exemplo, exclusivamente nas características fenotípicas dos indivíduos (SILVA, 1999). Dada a inexistência de uma medida desta natureza, é impossível mensurar o quanto a correlação entre a cor declarada nas pesquisas do IBGE e a situação socioeconômica se vê aumentada (GUIMARÃES, 2006), mas, por outro lado, há indícios de que esse “viés” possa estar se reduzindo.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, em 1980, 2000 e 2010, o conjunto daqueles que se autodeclararam como sendo pretos ou pardos correspondia, respectivamente, a 44,77%, 44,66% e 50,94% da população brasileira total. Comparada à relativa estabilidade observada entre 1980 e 2000, nota-se que entre 2000 e 2010 houve um aumento substancial da proporção da parcela negra da população, que passou a representar mais da metade da população brasileira, em detrimento daquela que se declara como branca, que representava, respectivamente, 54,23%, 53,74% e 47,51% da população brasileira naqueles respectivos anos. Soares (2008) faz um estudo sobre esse fenômeno e mostra que a rápida mudança observada na composição étnico-racial da população brasileira a partir do início dos anos 2000 se deve sobretudo à mudança ocorrida no modo como as próprias pessoas se veem, ficando os elementos de cunho mais estritamente demográficos em segundo plano.

### **3.1.3. Quesitos sobre migração interna na PNAD**

No período 1995-2015, a PNAD coletou, em todas as suas edições, informações sobre migração. As informações básicas investigadas são: (1) Unidade da Federação (UF) de nascimento; (2) UF de última residência; (3) UF de residência em uma data fixa do passado; e (4) duração de residência na UF de destino. A seguir, comenta-se sobre cada uma delas, chamando a atenção para os conceitos e o tipo de informação produzida.

A conceito de migração passa necessariamente por um recorte espacial e temporal (CUNHA, 2002), dimensões estas que constituem seus dois elementos básicos (NAÇÕES UNIDAS, 1980). Trata-se de um fenômeno multifacetado. O tempo de duração, por

exemplo, permite identificar várias modalidades de deslocamentos populacionais, a partir das quais pode-se definir movimentos permanentes, temporários, sazonais etc. (BILSBORROW, 1996).

Cabe ressaltar que não existe uma definição de migrante que por si mesma seja melhor do que as demais, mas sim aquela que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa (RIGOTTI, 1999). Neste sentido, e respeitando alguns limites, a PNAD oferece um conjunto de informações sobre os movimentos migratórios suficientemente consistentes e adequados para o estudo do fenômeno em suas múltiplas manifestações (CUNHA, 2002).

Uma das limitações das informações da PNAD no quesito migração diz respeito ao fato de a Unidade da Federação (UF) ser o menor nível para o qual é possível estabelecer e caracterizar os fluxos migratórios, muito embora, na sua formulação, tanto estado quanto município sejam considerados referência espaciais (RIGOTTI, 1999; CUNHA, 2002). Tendo isso em conta, vamos às maneiras de identificar o migrante com base nas informações da PNAD.

(1) UF de nascimento - Com base nesse quesito, a condição de migrante é definida para aqueles indivíduos cuja UF de residência na data de referência da pesquisa é diferente daquela de seu nascimento. Quanto aos remanescentes, estes podem ser classificados como não migrantes, isto é, aqueles indivíduos que sempre residiram na UF de nascimento, e migrantes de retorno, que são aqueles que, embora residam na UF de nascimento, já moraram em outra UF.

(2) UF de residência anterior - Neste quesito, a informação que se apreende é a última UF de residência do indivíduo antes de fixar residência naquela onde foi entrevistado. Assim, com base nessa informação, a condição de migrante é definida para aqueles indivíduos que já residiram em UF distinta daquela onde foram entrevistados, independentemente de terem ali nascido. Em termos práticos, migrantes serão todos aqueles que já moraram fora da UF de nascimento. Conceitualmente, no grupo dos migrantes estarão todos os imigrantes acumulados da UF analisada, mais os imigrantes de retorno.

(3) UF de residência numa data fixa do passado - Este quesito investiga a UF de residência do indivíduo há cinco anos da data de referência da pesquisa. Com base nessa informação, a condição de migrante é definida para aqueles indivíduos que residiam em UFs diferentes nas duas datas, enquanto a condição de não migrante é definida para aqueles que nas duas datas residiam na mesma UF.

A partir de qualquer um dos três quesitos é possível determinar fluxos migratórios pela simples tabulação cruzada entre origem (UF de nascimento, UF de última residência ou UF de residência numa data fixa do passado) e destino (UF de residência atual). Esses dados podem ser agrupados segundo o volume de imigrantes por lugar de origem, o volume de emigrantes por lugar de destino e as trocas migratórias entre cada par de unidades espaciais (RIGOTTI, 1999).

Mas além do simples cruzamento entre origens e destinos, definindo diferentes

matrizes migratória e categorias de migrantes, pode-se pensar em diversas outras combinações visando um melhor conhecimento do fenômeno migratório.

Conforme já apontado, outra informação importante investigada pela PNAD é o tempo de residência na UF de destino. Note-se que, tanto da definição (1) quanto da definição (2), se teria apenas o que se chama de migrantes acumulados, i.e., todos aqueles que chegaram à UF de destino independentemente do tempo de residência (CUNHA e JAKOB, 2011). Assim, sob pena de analisar coortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos, em ambos os casos, a análise pode ser enriquecida ao se levar em consideração o tempo de residência na UF de destino (CUNHA, 2002).

Uma diferença do quesito UF de residência anterior em relação ao quesito UF de nascimento é que o primeiro reflete o movimento direto entre lugares, enquanto o segundo ignora todo movimento intermediário entre a saída do local de nascimento e a chegada no lugar de residência na data da pesquisa (RIGOTTI, 1999). De certa forma, o quesito UF de última residência permite traçar um quadro mais atualizado do processo migratório, na medida em que serão computados os movimentos realizados mais recentemente pelos migrantes (CUNHA, 2002). Possibilidade analítica interessante é dada pela combinação dos dois quesitos, que ao permitir conhecer mais de uma origem, possibilita descrever com maior detalhe a trajetória dos migrantes. Especificamente, o cruzamento dessas informações permite saber se, entre a saída da UF de nascimento e a chegada na UF de destino, o migrante fixou residência em pelo menos uma das demais UFs.

O potencial analítico dos processos migratórios também torna-se bastante enriquecido com o cruzamento dos quesitos sobre UF de residência em data fixa e UF de nascimento, o qual permite classificar os migrantes de data fixa em três categorias (NAÇÕES UNIDAS, 1980; RIGOTTI, 1999): (i) migrantes primários: aqueles que moravam na UF de nascimento cinco anos antes da data de referência da pesquisa e em outra UF na data em que a pesquisa foi realizada; (ii) migrantes secundários: aqueles que moravam fora da UF de nascimento cinco anos antes da data de referência da pesquisa e em uma terceira UF na data em que a pesquisa foi realizada; e (iii) migrantes de retorno: aqueles que moravam fora da UF de nascimento cinco anos antes da data de referência da pesquisa e retornaram para ela antes da data em que a pesquisa foi realizada.

Obviamente, as possibilidades para o estudo da migração a partir das informações da PNAD não se limitam às formas de identificação dos migrantes, aos volumes, aos fluxos e às intensidades. Dada a riqueza dessa fonte, no que se refere à caracterização socioeconômica e demográfica da população, várias outras questões podem ser consideradas, tendo em vista um melhor entendimento do fenômeno migratório.

Porém, é importante lembrar que, a despeito do volume de informações socioeconômicas e demográficas disponíveis na PNAD, quando se trata da análise de processos migratórios, uma limitação importante é o caráter não-retrospectivo dos dados. De um

modo geral, a grande maioria das informações coletadas diz respeito ao momento do levantamento e, portanto, permite discutir a situação socioeconômica e demográfica do migrante apenas no lugar de destino.

## 3.2. Metodologia

Em seções do próximo capítulo, diversas técnicas estatísticas são utilizadas para analisar a distribuição dos rendimentos e medir seus graus de desigualdade e pobreza. Por questões de ordem didática, optou-se por discuti-las à medida que forem sendo utilizadas. As relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro também serão avaliadas por meio da estimação de equações de rendimento, apresentadas de forma breve a seguir.

### 3.2.1. Equações de rendimento: aspectos metodológicos

Uma equação de rendimento é uma tentativa de relacionar os rendimentos auferidos por um trabalhador com suas características pessoais e de inserção no mercado de trabalho. Base de uma extensa literatura em economia empírica, sua forma funcional encontra respaldo teórico no clássico estudo de Mincer (1974).

Sendo  $y_i$  o logaritmo natural do rendimento do  $i$ -ésimo indivíduo de uma amostra com tamanho  $n$ ,  $\mathbf{X}_i$  um vetor  $1 \times k$  com suas características pessoais e de inserção no mercado de trabalho,  $\boldsymbol{\beta}$  um vetor  $k \times 1$  de parâmetros desconhecidos e  $u_i$  um termo de erro com as propriedades usuais, a equação de rendimento minceriana pode ser expressa pelo seguinte modelo estatístico de regressão linear múltipla:

$$y_i = \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta} + u_i, \quad (3.1)$$

O procedimento padrão consiste em modelar a relação entre as variáveis explanatórias  $\mathbf{X}_i$  e a média condicional da variável de resposta  $y_i|\mathbf{X}_i$ . Neste caso, se o interesse é expressar a média condicional de  $y_i|\mathbf{X}_i$  como uma função linear nos parâmetros  $\boldsymbol{\beta}$ , isto é,  $E(y_i|\mathbf{X}_i) = \mathbf{X}_i\boldsymbol{\beta}$ , a Eq. (3.1) pode ser ajustada pelo método de mínimos quadrados, que consiste em adotar como estimativa de  $\boldsymbol{\beta}$  o vetor  $\hat{\boldsymbol{\beta}}$  que resulta da solução de um problema de minimização de soma de quadrados de desvios, como se segue:

$$\min_{\boldsymbol{\beta} \in \mathbb{R}^k} \sum_i (y_i - \mathbf{X}_i\hat{\boldsymbol{\beta}})^2 w_i \quad (3.2)$$

onde  $w_i$  é o peso ou fator de expansão da amostra.

Os modelos de média condicional possuem certas propriedades que os tornam atraentes. Além de fornecer uma descrição parcimoniosa da relação entre as variáveis explanatórias e a variável de resposta, levam a estimadores que possuem propriedades estatísticas bastante desejáveis, não exigem um esforço computacional muito grande no processo de

estimação e os resultados produzidos são, geralmente, de fácil interpretação. Por outro lado, apresentam uma limitação inerente, qual seja, as relações se resumem à média condicional. Em muitas áreas das ciências sociais, é precisamente nas caudas da distribuição que reside o interesse da investigação, e neste caso, modelos de médias condicionais podem se mostrar insuficientes. Em se tratando de modelos de determinação de rendimento, por exemplo, uma questão relevante é se existem diferenças nos efeitos das variáveis explanatórias sobre o rendimento de indivíduos situados em diferentes pontos da distribuição, sendo de especial interesse as diferenças nos efeitos de tais variáveis sobre os rendimentos daqueles situados nas caudas inferior (pobres) e superior (ricos) da distribuição.

Neste contexto, os modelos de regressão quantílica se apresentam como possibilidade. Introduzida por Koenker e Basset (1978), a regressão quantílica pode ser vista como uma extensão natural do modelo clássico de regressão linear (HAO e NAIMAN, 2007). Enquanto o modelo clássico de regressão linear especifica a alteração na média condicional da variável de resposta associada a uma alteração nas variáveis explanatórias, o modelo de regressão quantílica especifica mudanças no quantil condicional. Como qualquer quantil pode ser usado, é possível modelar qualquer posição predeterminada da distribuição. (MEINSHAUSEN, 2006; KOENKER, 2005; CHEN, 2005; KOENKER e HALLOCK, 2001). O quantil de ordem  $\tau$ , com  $\tau \in (0, 1)$ , denota o valor da resposta abaixo do qual está a proporção  $\tau$  da população de interesse. Assim, os quantis podem especificar qualquer posição de uma distribuição. A noção de quantil generaliza conceitos específicos como mediana, quartil, quintil, decil e percentil. Uma vez que vários quantis podem ser modelados, é possível obter um retrato mais completo de como a distribuição da variável resposta é afetada pelas variáveis explanatórias, incluindo informações sobre mudança de forma. Além do mais, destaca-se que as estimativas provenientes de modelos de regressão quantílica são mais robustas na presença de *outliers* (HAO e NAIMAN, 2007).

O modelo de regressão quantílica correspondente ao modelo descrito na Eq. (3.1) pode ser expresso por:

$$y_i = \mathbf{X}_i \boldsymbol{\beta}^{(\tau)} + u_i^{(\tau)}, \quad \tau \in (0, 1) \quad (3.3)$$

Neste caso, o interesse é expressar o quantil condicional de  $y_i | \mathbf{X}_i$  como uma função linear nos parâmetros  $\boldsymbol{\beta}^{(\tau)}$ , isto é,  $Q^\tau(y_i | \mathbf{X}_i) = \mathbf{X}_i \boldsymbol{\beta}^{(\tau)}$ . Conforme Koenker e Bassett (1978), a estimativa de  $\boldsymbol{\beta}^{(\tau)}$  é o vetor  $\hat{\boldsymbol{\beta}}^{(\tau)}$  que resulta da solução de um problema de minimização da soma ponderada de desvios absolutos, como se segue:

$$\min_{\hat{\boldsymbol{\beta}}^{(\tau)} \in \mathbb{R}^K} \left[ \sum_{i \in \{i: y_i \geq \mathbf{X}_i \hat{\boldsymbol{\beta}}\}} \tau |y_i - \mathbf{X}_i \hat{\boldsymbol{\beta}}| w_i + \sum_{i \in \{i: y_i < \mathbf{X}_i \hat{\boldsymbol{\beta}}\}} (1 - \tau) |y_i - \mathbf{X}_i \hat{\boldsymbol{\beta}}| w_i \right] \quad (3.4)$$

onde  $w_i$  é o peso ou fator de expansão da amostra.

Em nossas análises serão utilizados tanto os modelos de regressão por mínimos quadrados quanto os modelos de regressão quantílica. A interpretação dos coeficientes de uma regressão quantílica é conceitualmente análoga à de uma regressão por mínimos quadrados. No caso da regressão por mínimos quadrados, os coeficientes da regressão medem a influência das variáveis explanatórias sobre a média condicional da variável resposta. No caso da regressão quantílica, os coeficientes representam a influência das variáveis explanatórias sobre o quantil condicional de ordem  $\tau$  da variável de resposta.

### 3.2.2. Amostras, depurações e valores reais

- (a) Conforme já assinalado, na presente pesquisa, os dados analisados foram extraídos das edições disponíveis da PNAD no período 1995-2015, divulgadas pelo IBGE.
- (b) Como até 2003 a PNAD não cobria a área rural da antiga região Norte, a fim de manter a comparabilidade ao longo do tempo, nas edições da PNAD de 2004 a 2015 foram desconsiderados os dados referentes àquela área.
- (c) Foram eliminados da amostra os estrangeiros e aqueles indivíduos que não responderam o suplemento da pesquisa referente à migração.
- (d) Todas as estimativas apresentadas neste trabalho foram feitas ponderando-se cada observação pelo respectivo fator de expansão fornecido pelo IBGE.
- (e) Todos os valores de rendimento apresentados neste trabalho estão expressos em reais (R\$) de setembro-outubro de 2015. O deflator utilizado para atualizar os valores anteriores a essa data foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE<sup>1</sup>.
- (f) As análises apresentadas na subseção 4.1.1. e na seção 4.4. têm como referência a população residente.
- (g) As análises apresentadas na subseção 4.1.2. têm como referência a população economicamente ativa.
- (h) As análises apresentadas nas seções 4.2. e 4.3. têm como referência a população ocupada, com 10 anos e mais de idade, e com rendimento de todos os trabalhos com valor positivo. Ademais, foram eliminadas da amostra as pessoas ocupada sem informação de escolaridade, as que declararam tempo semanal de trabalho, em todos os trabalhos, inferior a 14 horas ou superior a 98 horas e aquelas sem informação sobre sua ocupação.
- (i) Nas análises apresentadas na seção 4.5. são considerados apenas os indivíduos negros e brancos ocupados.

---

<sup>1</sup>Utilizou-se a média geométrica dos valores do INPC em setembro e outubro de cada ano.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1. Geografia, cor e migração

#### 4.1.1. População residente

No período 1995-2015, observa-se um aumento expressivo da população brasileira. Em 20 anos, o país saltou do patamar dos 150 milhões e alcançou o patamar dos 200 milhões de habitantes, conforme se verifica na tabela 4.1. A forte concentração da população nas regiões Sudeste e Nordeste está enraizada na dinâmica dos grandes ciclos econômicos experimentados pelo país ao longo de sua história, como o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do ouro, o ciclo do algodão e o ciclo do café, e é reflexo também do processo de industrialização e de seus efeitos dinamizadores sobre os demais setores da economia da região Sudeste, responsáveis pela atração de caudalosos fluxos migratórios para a mesma, sobretudo no decorrer da segunda metade do século 20.

**Tabela 4.1.** Distribuição das populações total, negra e branca residentes, segundo as grandes regiões geográficas do Brasil, em 1995 e 2015

Em números (milhões de pessoas)						
Região	1995			2015		
	Pop. Total	Negra	Branca	Pop. Total	Negra	Branca
Norte	7,22	5,15	2,03	13,45	10,31	3,04
Nordeste	44,45	31,98	12,36	56,61	41,36	14,93
Sudeste	65,92	22,18	43,24	85,46	39,61	45,11
Sul	23,25	3,55	19,59	29,10	6,54	22,35
Centro-Oeste	10,36	5,32	5,00	15,42	9,25	6,06
Total	151,20	68,18	82,22	200,04	107,06	91,49
Em porcentagem						
Região	1995			2015		
	Pop. Total	Negra	Branca	Pop. Total	Negra	Branca
Norte	4,77	7,56	2,47	6,72	9,63	3,32
Nordeste	29,40	46,91	15,03	28,30	38,63	16,31
Sudeste	43,60	32,53	52,59	42,72	37,00	49,31
Sul	15,38	5,21	23,82	14,55	6,11	24,43
Centro-Oeste	6,85	7,80	6,08	7,71	8,64	6,63
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

A região Sudeste, a mais populosa do país, concentrava, em 1995, 43,60% da população nacional, cifra um pouco maior do que a observada em 2015, 42,72%. A região Nordeste, por sua vez, concentrava, nestes respectivos anos, 29,40% e 28,30% dos brasileiros residentes. Assim, neste período, somadas, as populações das duas regiões representavam mais de 70% do total nacional. Seguindo a ordem, a região Sul aparece na terceira posição, e, assim como nos casos das regiões Sudeste e Nordeste, no período

analisado, verifica-se uma redução da sua participação no total nacional, passando de 15,38% em 1995 para 14,55% em 2015. Em contrapartida, as regiões Norte e Centro-Oeste, as menos populosas do país, aumentaram suas participações, passando de 4,77% para 6,72%, no caso da primeira, e no caso da segunda, de 6,85% para 7,71% entre as duas datas.

Mas mais significativas foram as mudanças na distribuição regional quando se consideram, separadamente, as populações negra e branca residentes. Um primeiro aspecto a ser notado é a forte polarização regional, com os negros mais concentrados nas regiões menos desenvolvidas e os brancos nas regiões mais desenvolvidas do país. Em 1995, mais da metade da população negra, 54,47%, se concentrava nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que a presença relativa dos brancos nessas regiões era de apenas 17,50%. Já nas regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul, a situação era oposta, concentrando 76,41% da população branca e 37,74% da população negra. Com relação às mudanças ocorridas no período 1995-2015, sobressai a redução de cerca de 8,3 pontos percentuais na proporção dos negros residentes na região Nordeste e o aumento da mesma em todas as demais, tendo sido este de 4,47 pontos percentuais na região Sudeste. No caso das mudanças na distribuição regional da população branca, cabe sublinhar a redução de 3,28 pontos percentuais na proporção dos residentes na região Sudeste, os quais foram distribuídos de forma não muito desigual entre as demais regiões do país.

Os dados apresentados na metade superior da tabela 4.1 também revelam uma grande mudança na composição racial da população brasileira neste período, com os negros se tornando maioria. Em 1995, 54,38% dos indivíduos da população brasileira se declaravam brancos, 45,09% negros e a parcela remanescente, 0,53%, indígenas ou amarelos. Em 2015, as proporções referentes aos dois primeiros grupos praticamente se invertem, com os negros passando a representar 53,52% da população residente do país, os brancos 45,73% e os amarelos e indígenas 0,75%. Em números, a população negra brasileira saltou de 68,18 milhões para 107,06 milhões de indivíduos, e a população branca, de 82,22 milhões para 91,49 milhões de indivíduos entre as duas datas. Ademais, pode-se verificar que houve aumento na participação relativa dos negros em todas as grandes regiões do país. No Sudeste, esta aumentou de 33,65% para 46,35%, no Sul, de 15,27% para 22,47%, no Centro-Oeste, de 51,29% para 59,96%, no Norte, de 71,42% para 76,65% e no Nordeste, de 71,95 para 73,06%.

Conforme ressaltado na subseção 3.1.2, a mudança observada na composição étnico-racial da população brasileira se deve sobretudo à mudança ocorrida no modo como as próprias pessoas se veem, ficando os elementos de cunho mais estritamente demográficos em segundo plano. Assim, poderia-se argumentar que, neste período, a maior mudança observada na distribuição regional da população negra vis-à-vis a mudança observada na distribuição regional da população branca seria devida mais a este fenômeno e não ao da migração. Mas note-se que, se a taxa de reclassificação étnico-racial for a mesma para

todas as regiões, seu efeito sobre as mudanças observadas na distribuição regional das populações dos dois grupos de cor é nulo, e não há razão para acreditar que essa taxa seja tão dessemelhante entre as regiões.

Definindo como migrantes os indivíduos que, na data de referência da pesquisa, residiam numa Unidade da Federação (UF) distinta daquela do seu nascimento, tem-se que, em 1995, 15,45% da população residente brasileira era migrante, o que corresponde a um contingente de 23,36 milhões de pessoas. Em 2015, cerca de 29,89 milhões de pessoas residiam numa UF que não a sua de nascimento, o que representa 14,94% da população residente brasileira naquele ano. Essa redução da participação da população migrante no total nacional é em parte explicada pelo aumento da migração de retorno neste período. Em 1995, 5,97% dos brasileiros, a despeito de residirem na UF de seu nascimento, já haviam morado em outra UF; em 2015, essa cifra alcançou 6,89%. Quanto à composição racial desta população, em 1995, 56,67% dos migrantes eram brancos e 42,90% negros; em 2015, seguindo o padrão geral de mudança na composição racial da população brasileira, as cifras foram 44,18% e 54,88%, respectivamente. Dentre os negros residentes, a proporção de migrantes aumenta de 14,70% em 1995 para 15,32% em 2015; dentre os brancos, cai de 16,10% para 14,43% entre as duas datas.

#### **4.1.2. População economicamente ativa**

Na presente subseção, as análises realizadas têm como referência a população economicamente ativa (PEA), que compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo. As informações apresentadas na tabelas 4.2 são da mesma natureza das apresentadas na tabela 4.1, porém, ao invés de considerar a população residente, considera-se a PEA. No período 1995-2015, a PEA brasileira aumentou de 73,6 milhões para 103,2 milhões de pessoas, e como porcentagem da população residente, de 48,68% para 51,48%. Em termos da distribuição regional da PEA total, quantitativa e qualitativamente, o padrão geral não destoia do observado ao se tratar da população residente. Um aspecto a ser ressaltado é o fato de a participação da região Sudeste nestes totais ter aumentado de 1995 para 2015, o contrário do que foi observado no caso anterior.

Analogamente, os padrões também se mantêm quando se considera, separadamente, as populações negra e branca economicamente ativas vis-à-vis as populações residentes dos dois grupos de cor, tanto no que diz respeito à polarização regional e às mudanças na distribuição regional das mesmas, quanto no que diz respeito às mudanças ocorridas na composição racial dessas populações. Os negros, que em 1995 representavam 44,59% da PEA, passaram a representar, em 2015, 53,51% da mesma; a participação dos brancos na PEA, por sua vez, caiu de 54,83% para 45,69%, tendências estas, verificadas, em maior ou menor grau, em todas as grandes regiões do país. Ademais, em 1995, mais da metade da PEA negra estava concentrada nas regiões Nordeste e Norte do país, as quais

concentravam apenas cerca de 16,2% da PEA branca. Por outro lado, 77,83% da PEA branca estava concentrada nas regiões Sudeste e Sul, sendo de 38,89% o valor referente à PEA negra. No que diz respeito às mudanças na distribuição regional das populações dos dois grupos de cor neste período, verifica-se uma redução 9,89 pontos percentuais na proporção da PEA negra residente na região Nordeste e o aumento da mesma nas demais regiões do país, sobretudo na região Sudeste. No caso da PEA branca, as mudanças na distribuição regional foram muito menos significativas, com pequenas reduções nas regiões Sudeste e Sul e aumentos nas demais regiões.

**Tabela 4.2.** Distribuição das populações total, negra e branca economicamente ativas, segundo as grandes regiões geográficas do Brasil, em 1995 e 2015

Em números (milhões de pessoas)						
Região	1995			2015		
	Pop. Total	Negra	Branca	Pop. Total	Negra	Branca
Norte	3,19	2,28	0,89	6,33	4,90	1,39
Nordeste	20,77	15,08	5,63	26,82	19,91	6,77
Sudeste	31,91	10,90	20,76	45,79	21,81	23,53
Sul	12,58	1,87	10,66	16,00	3,64	12,24
Centro-Oeste	5,15	2,70	2,42	8,25	4,96	3,23
Total	73,60	32,82	40,36	103,19	55,22	47,15
Em porcentagem						
Região	1995			2015		
	Pop. Total	Negra	Branca	Pop. Total	Negra	Branca
Norte	4,33	6,95	2,21	6,14	8,87	2,94
Nordeste	28,22	45,94	13,95	25,99	36,05	14,36
Sudeste	43,36	33,20	51,43	44,37	39,50	49,91
Sul	17,09	5,69	26,40	15,50	6,60	25,95
Centro-Oeste	7,00	8,23	6,01	7,99	8,98	6,84
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

Em 1995, cerca de um quinto da PEA brasileira, 19,60%, residia numa UF diferente daquela de seu nascimento, o que correspondia a um contingente de cerca de 14,43 milhões de pessoas; em 2015, o contingente de migrantes na PEA era da ordem de 18,1 milhões de pessoas, o que representava 17,54% da mesma. Se somarmos estes aos migrantes de retorno, tem-se que, em 1995, 27,72% da PEA brasileira morava ou já havia morado em uma UF que não a sua de nascimento, sendo de 26,23% a cifra referente ao ano de 2015. Os negros representavam 43,48% da PEA migrante em 1995 e 55,74% da mesma em 2015; a participação dos brancos na PEA migrante caiu de 56,10% para 43,33% no mesmo período. Na PEA negra, a proporção de migrantes era 19,11% em 1995 e 18,27% em 2015; na PEA branca, 20,05% e 16,63% nos mesmos anos.

Note-se que, pela definição adotada, migrantes são todos aqueles que chegaram à UF de destino, independentemente do tempo de residência, os quais podemos denominar de migrantes acumulados. Considerando o tempo de residência na UF de destino, em

1995, 27,54% dos migrantes acumulados haviam chegado a menos de 10 anos, e os remanescentes 72,46% tinham 10 anos ou mais de residência na UF de destino. Em 2015 a proporção daqueles com 10 anos ou mais de residência aumentou para 74%, sendo de 26% a proporção daqueles com tempo de residência menor do que 10 anos. Apesar de as mulheres representarem mais da metade da população residente do país, tanto na PEA total quanto na PEA migrante a participação feminina ainda permanece muito aquém da participação masculina. Para o país como um todo, entre 1995 e 2015, a participação das mulheres na PEA total aumentou de 40,44% para 43,93%, e na PEA migrante, de 39,34% para 43,78% entre as duas datas.

A tabela 4.3 mostra, para 1995 e 2015, a distribuição percentual cruzada dos migrantes conforme regiões de origem e destino. Como se pode verificar, a principal origem dos migrantes é a região Nordeste (43,64% em 1995 e 46,40% em 2015) e o principal destino a região Sudeste (50,38% em 1995 e 49,98% em 2015). Pode-se verificar, ainda, que, em 1995, 38% dos migrantes eram naturais de UFs pertencentes a sua própria região de residência; esse valor cai para cerca de 33% em 2015. E mais, naqueles respectivos anos, 24,68% e 26,91% tinham como origem de nascimento os estados do Nordeste e como destino os estados do Sudeste.

**Tabela 4.3.** Distribuição cruzada dos migrantes, conforme regiões de origem e destino - Brasil, 1995 e 2015

1995						
Origem	Destino					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Norte	1,74	0,34	0,44	0,05	0,64	3,22
Nordeste	3,59	9,31	24,68	1,09	4,97	43,64
Sudeste	1,05	2,07	17,66	4,24	6,09	31,12
Sul	0,77	0,24	6,28	7,27	2,67	17,23
Centro-Oeste	0,99	0,21	1,32	0,21	2,07	4,80
Total	8,15	12,17	50,38	12,86	16,44	100
2015						
Origem	Destino					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Norte	2,41	0,56	0,79	0,16	1,5	5,42
Nordeste	4,00	7,77	26,91	1,00	6,72	46,40
Sudeste	1,06	3,10	14,35	3,27	4,52	26,31
Sul	0,72	0,27	6,03	5,82	2,8	15,65
Centro-Oeste	0,94	0,36	1,90	0,54	2,48	6,22
Total	9,14	12,08	49,98	10,78	18,02	100

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

De acordo com informação adicionais da PNAD, pode-se verificar que, com exceção da região Nordeste, o principal destino dos emigrantes de cada região são sempre estados da mesma região. Considerando apenas a emigração inter-regional, para aqueles nascidos no Norte, o principal destino são os estados do Centro-Oeste; para os naturais das regiões

Nordeste, Centro-Oeste e Sul, são os estados da região Sudeste; os naturais da região Sudeste têm como principais destinos os estados das regiões Sul e Centro-Oeste. E, se se considera a distribuição dos imigrantes de cada região, conforme as regiões de nascimento, verifica-se que os imigrantes da região Norte são predominantemente nordestinos; no caso do Nordeste, a grande maioria dos imigrantes são naturais dos próprios estados da região; os nordestinos representam quase metade dos imigrantes do Sudeste; no Sul, os imigrantes oriundo do Sudeste têm peso importante, mas mais da metade advém dos estados da própria região; os imigrantes residentes no Centro-Oeste são em sua maioria oriundos das regiões Nordeste e Sudeste.

Verifica-se ainda que, dos migrantes com destino na região Sudeste, em 1995, 60,72% eram brancos e 38,93% negros; em 2015, os negros representavam 55,03% e os brancos 43,96%. Mas mais curiosa e interessante é a composição racial dos migrantes naturais da região Nordeste. Como revelam os dados da tabela 4.1, em 1995, 46,91% da população residente negra estava concentrada na região Nordeste, a qual concentrava apenas 15,03% da população residente branca. E quanto à composição racial da população residente daquela região, naquele mesmo ano, negros representavam 71,95% do total e os brancos 27,80%. Assim, não seria ilícito pensar que a grande maioria dos migrantes oriundos daquela região fossem negros, mas isto não se verifica. Em 1995, dos migrantes nascidos na região Nordeste, os brancos representavam quase a metade, 47,26%, e os negros 52,66%; em 2015, a participação dos negros naquele grupo aumentou para 65,96% e a dos brancos se reduziu para 33,20%.

Complementando a análise, a tabela 4.4 mostra, para os anos de 1995 e 2015, a distribuição dos migrantes negros e brancos, conforme regiões de origem e de destino.

**Tabela 4.4.** Distribuição dos migrantes negros e brancos, conforme regiões de origem e de destino - Brasil, 1995 e 2015

Região	Segundo região de origem				Segundo região de destino			
	1995		2015		1995		2015	
	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco
Norte	5,85	2,58	7,02	3,72	12,54	4,83	11,85	5,71
Nordeste	51,82	36,60	53,73	35,29	19,89	8,37	15,99	10,44
Sudeste	29,82	33,88	25,36	32,20	44,40	54,85	47,33	50,36
Sul	6,69	21,92	7,50	23,01	5,31	17,49	6,00	17,89
Centro-Oeste	5,81	5,02	5,02	5,78	17,86	14,47	18,84	15,60
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

A principal origem dos migrante negros são os estados das regiões Nordeste e Sudeste, um resultado esperado, pois estas regiões concentram as maiores proporções da população negra, seja ela residente, seja ela economicamente ativa. Mas esta lógica não se aplica ao caso dos migrantes brancos. Embora as maiores proporções da população branca estejam concentradas, por ordem de grandeza, nas regiões Sudeste e Sul, é também dos

estados da região Nordeste a origem da maior proporção dos migrantes brancos. Quanto aos destinos, sem surpresas, a região Sudeste se apresenta como a principal receptora dos migrantes de ambos os grupos de cor.

## 4.2. Características das pessoas ocupadas

### 4.2.1. Escolaridade

No período 1995-2015, houve um aumento expressivo da escolaridade média dos brasileiros. Como mostra a tabela 4.5, em se tratando da população ocupada, para o país como um todo, a escolaridade média aumentou de 6,23 para 9,60 anos de estudo.

**Tabela 4.5.** Evolução da média de anos de estudo da população ocupada, por categorias selecionadas, no período 1995-2015

Categorias	1995	1999	2003	2007	2011	2015
Brasil	6,23	6,87	7,65	8,37	8,96	9,60
Norte	6,15	6,64	7,28	8,22	8,69	9,43
Nordeste	4,55	5,16	5,99	6,95	7,68	8,43
Sudeste	6,97	7,64	8,41	9,01	9,52	10,11
Sul	6,70	7,39	8,15	8,72	9,22	9,87
Centro-Oeste	6,25	6,93	7,76	8,43	9,19	9,84
Negro	4,79	5,41	6,30	7,21	7,97	8,68
Branco	7,29	7,96	8,76	9,41	9,90	10,59
Migrante	5,90	6,48	7,15	7,88	8,42	9,06
Não migrante	6,31	6,97	7,78	8,49	9,08	9,71
Migrante negro	4,78	5,28	6,04	6,89	7,57	8,24
Migrante branco	6,70	7,40	8,12	8,84	9,32	10,04
Não migrante negro	4,79	5,44	6,37	7,29	8,07	8,78
Não migrante branco	7,45	8,1	8,92	9,54	10,03	10,69

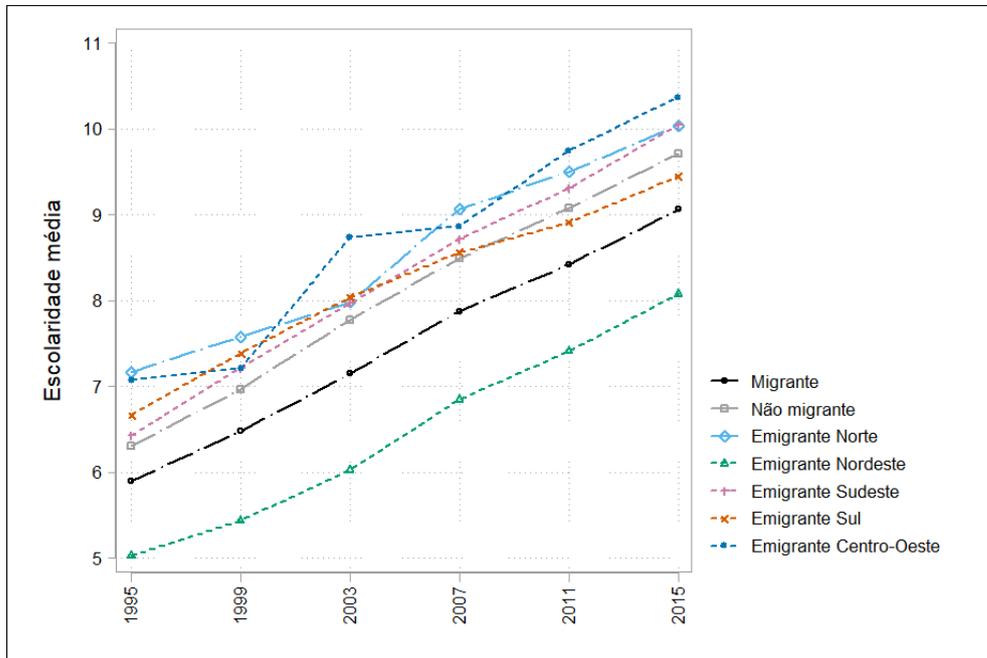
Fonte: IBGE: PNAD, anos selecionados. Elaboração Própria.

Nota: Atribuído valor médio 17 aos com 15 ou mais anos de estudo.

Dentre todas as regiões, a Nordeste foi a que experimentou a maior taxa de crescimento do indicador no período, passando de 4,55 para 8,43 anos de estudo, porém, em que pese este fato, o nível de escolaridade média de sua população ocupada manteve-se sempre abaixo dos respectivos níveis médios das demais regiões. No Norte, a escolaridade média dos ocupados aumentou de 6,15 para 9,43 anos de estudo entre 1995 e 2015, permanecendo, assim como no caso do Nordeste, sempre abaixo da média nacional. A população ocupada da região Sudeste foi a que apresentou o melhor indicador no período, seguida pelas regiões Sul e Centro-Oeste. A escolaridade média das pessoas ocupadas da região Sudeste aumentou de 6,97 para 10,11 anos de estudo, tendo sido de 6,70 para 9,87 anos de estudo e de 6,25 para 9,84 anos de estudo os respectivos aumentos experimentados pelas populações ocupadas das regiões Sul e Centro-Oeste neste período.

No que concerne às populações negra e branca ocupadas, verifica-se que a média de anos de estudo dos negros é substancialmente menor do que a dos brancos. Ademais, embora se possa constatar uma tendência de redução da diferença entre os níveis de escolaridade média dos dois grupos de cor, a equalização não é observável no horizonte próximo. Em 1995, a escolaridade média dos negros e dos brancos ocupados era, respectivamente, 4,79 e 7,29 anos de estudo, isto é, uma diferença de 2,5 anos em favor dos brancos. Em 2015, essa diferença caiu para 1,91 anos, quando a escolaridade média dos negros alcançou 8,68 e a dos brancos 10,59 anos de estudo.

Conforme consta na tabela 4.5, para o país como um todo, a média de escolaridade dos migrantes (5,90 anos de estudo em 1995 e 9,06 anos de estudo em 2015) é menor do que a dos não migrantes (6,31 anos de estudo em 1995 e 9,71 anos de estudo em 2015). Este resultado é em grande parte determinado pelo elevado peso, apontado anteriormente, dos migrantes oriundos da região Nordeste na população migrante total. Na figura 4.1 pode-se verificar que, durante todo o período, apenas para os emigrantes nordestinos a média de escolaridade é menor do que aquela observada para a população migrante como um todo. Pode-se verificar também que, durante todo o período, apenas para os emigrantes nordestinos, e no final do período, também para os emigrantes sulistas, a média de escolaridade é menor do que a observada para a população não migrante.

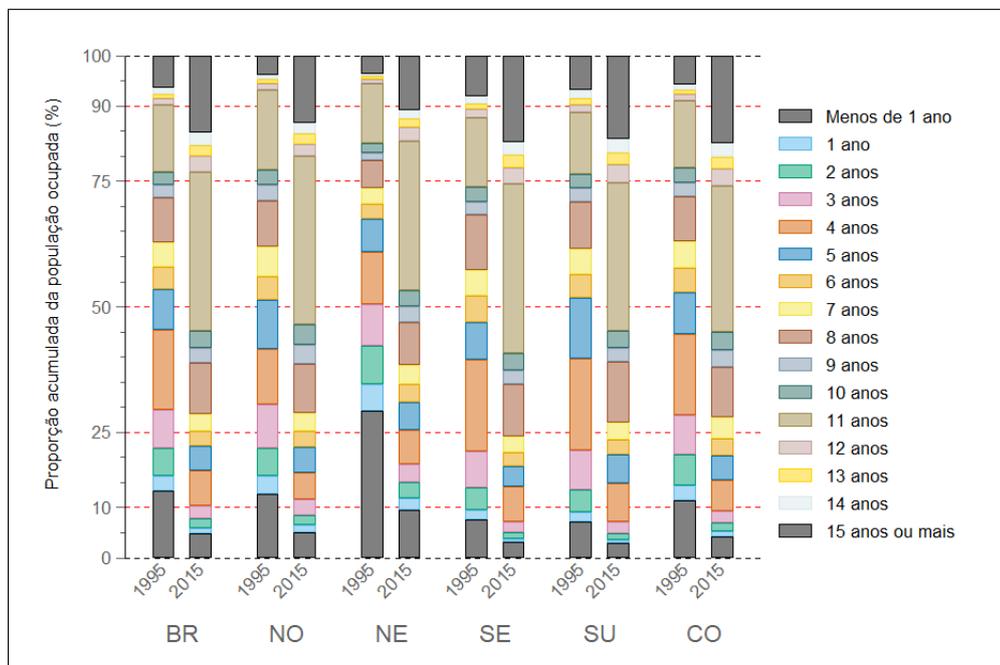


**Figura 4.1.** Evolução da média de anos de estudo da população ocupada, conforme categorias selecionadas, no período 1995-2015

Por fim, os dados apresentados na tabela 4.5 mostram que, assim como observado no caso geral, a escolaridade média dos migrantes negros ocupados é substancialmente menor do que a escolaridade média dos migrantes brancos na mesma condição, tendo

a diferença em favor dos migrantes brancos caído de 1,91 para 1,80 anos de estudo no período em questão. Verifica-se também que, para ambos os grupos de cor, a escolaridade média dos migrantes é menor do que a média dos não migrantes.

A figura 4.2 apresenta, para os anos de 1995 e 2015, a distribuição da população ocupada do Brasil e das grandes regiões, segundo os anos de estudo completos. Um espectro de cores foi utilizado para diferenciar os vários níveis de escolaridade, sendo que a altura de cada uma das barrinhas coloridas dimensiona a proporção da população ocupada com aquele nível de escolaridade. Além disso, no eixo vertical da representação gráfica, pode-se verificar como a proporção acumulada da população ocupada varia em função dos anos de estudo. Linhas horizontais tracejadas vermelhas marcam os percentis de ordem 10, 25, 50, 75 e 90 da distribuição da escolaridade, o que facilita para o leitor a verificação de como os valores de tais estatísticas mudaram no período 1995-2015.



**Figura 4.2.** Distribuição da população ocupada, por anos de estudo. Brasil e regiões, 1995 e 2015

Em 1995, para mais da metade da população brasileira ocupada, a escolaridade não ultrapassava os 5 anos de estudo, situação igualmente observada nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. No Nordeste, a mediana da escolaridade era de 3 anos de estudo, e no Sudeste, região com o melhor indicador, de 6 anos de estudo. Passados 20 anos, a mediana da escolaridade da população ocupada brasileira aumentou para 11 anos de estudo, valor que, em termos regionais, só não se configurou para o Nordeste, cuja mediana era de 9 anos de estudo em 2015. De mais a mais, o valor da mediana da escolaridade observado para os brasileiros ocupados em 1995, de 5 anos de estudo, caracterizava, em 2015, não muito mais do que 20% dos mesmos. De um modo geral, o que se verifica é uma redução

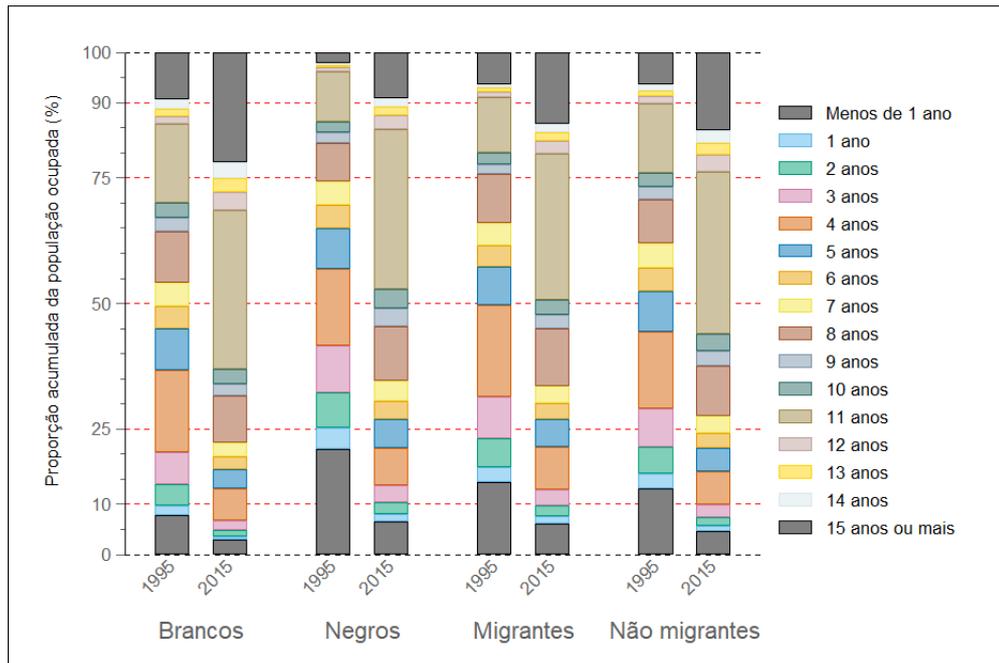
da participação daqueles com 7 de anos ou menos de estudo e o concomitante aumento daqueles com 8 anos ou mais de estudos, com forte concentração no patamar de 11 anos de estudo, equivalente a ter concluído o ensino médio.

Para o país como um todo, a participação das pessoas ocupadas com 7 anos ou menos de estudo na população ocupada total caiu de 62,66% para 28,58% entre 1995 e 2015, sendo observados valores muito semelhantes quando das regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. No caso do Nordeste, essa proporção caiu de 73,64% para 38,29%, e no do Sudeste, de 57,2% para 24,1% entre as duas datas. Em se tratando do Nordeste, em 1995, a proporção dos ocupados sem instrução (menos de 1 ano de estudo) era de 29,11%, cifra muito além da correspondente ao caso nacional e, por conseguinte, aos casos das demais regiões. Para o país como um todo, em 1995, a proporção de ocupados sem instrução era de 13,38%, tendo recuado para 4,17% em 2015, ano em que, para o Nordeste, o valor correspondente era de 9,53%.

No mesmo período, verifica-se um aumento substancial na parcela da população ocupada com ensino médio completo, a qual aumentou de 13,18% para 31,73% quando se considera o país como um todo, de 15,91% para 33,59% no Norte, de 11,94% para 29,83% no Nordeste, de 13,85% para 33,84% no Sudeste, de 12,32% para 29,38% no Sul e de 13,53% para 29,08% no Centro-Oeste. Também se pode verificar um aumento significativo na parcela da população ocupada com 15 anos ou mais de estudos, o que, de modo razoável, pode ser considerado equivalente a ter concluído ensino superior. Para o agregado, o aumento foi de 6,45% para 15,41% no período analisado, tendo o mesmo sido de 4,01% para 13,56% no Norte, de 3,62% para 10,98% no Nordeste, de 8,14% para 17,21% no Sudeste, de 6,94% para 16,68% no Sul e de 5,73% para 17,54% no Centro-Oeste.

Conforme as informações apresentadas na figura 4.3, em 1995, a mediana da escolaridade da população branca ocupada era de 7 anos de estudo, ao passo que para a população negra o valor correspondente era 4 anos de estudo. Neste mesmo ano, para cerca de três quartos da população negra ocupada a escolaridade não ultrapassava os 7 anos de estudo, sendo de 54,11% a proporção da população branca ocupada em situação congênere. Ocorria, ainda, que um quinto dos negros ocupados tinha menos de 1 ano de estudo, corte que caracterizava 7,7% dos brancos ocupados.

Em 2015, o valor da mediana da escolaridade era de 11 anos de estudo para os brancos e de 10 anos de estudo para os negros. Assim como observado para a população ocupada como um todo, no período analisado, verifica-se, para ambos os grupos de cor, um aumento substancial na parcela dos ocupados com ensino médio completo. Em se tratando da população negra, no período em questão, a cifra mais que triplicou, passando de 10,03% para 31,82%; no caso da população branca, mais que dobrou, passando de 15,54% para 31,74% entre as duas datas. Ademais, a parcela da população negra ocupada com menos de 1 anos de estudo caiu de 20,84% para 6,52%, e a proporção daqueles com 15 anos ou mais de estudo aumentou, no mesmo período, de 2,20% para 9,17%. Quanto



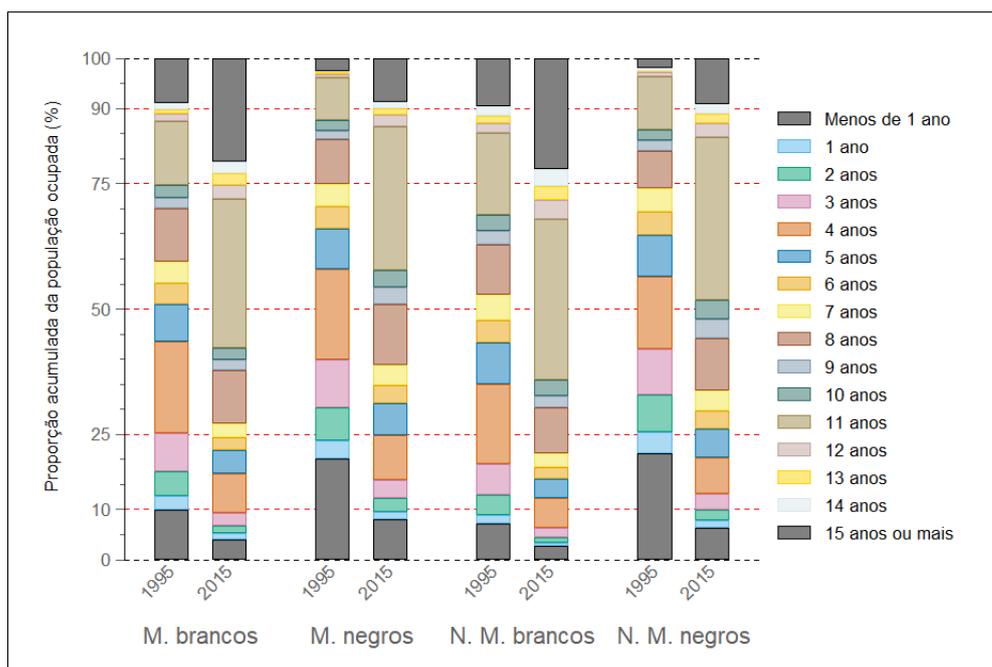
**Figura 4.3.** Distribuição da população ocupada, por anos de estudo, segundo cor ou raça e segundo condição de migração. Brasil, 1995 e 2015

à população branca ocupada, em 2015, mais de um quinto dos ocupados tinha de 15 anos ou mais de estudo, tendo sido de 9,52% o valor observado em 1995, e aqueles com menos de 1 ano de estudo, ante os 7,7% observados em 1995, em 2015 não chegavam a 3% do total.

A figura 4.3 também traz informações referentes às populações migrante e não migrante ocupadas. Pode-se verificar que os indicadores para população ocupada não migrante são levemente melhores do que os indicadores para a população ocupada migrante. A citar, em 1995, 14,26% dos migrantes e 13,14% dos não migrantes tinham menos de 1 ano de estudo; para 65,83% dos migrantes e 61,80% dos não migrantes a escolaridade não ultrapassava os 7 anos de estudo; 11,01% dos migrante e 13,77% dos não migrantes tinham 11 anos de estudo completos; 6,38% dos migrante e 6,47% dos não migrantes tinham 15 anos ou mais de estudo. Em 2015, a parcela dos migrantes e dos não migrantes com menos de 1 ano de estudo era, respectivamente, 6,16% e 4,50%; caiu para 33,48%, no caso dos migrantes, e para 27,56%, no caso dos não migrantes, a parcela daqueles com 7 anos ou menos de estudo; 29,13% dos migrantes e 32,28% dos não migrantes tinham 11 anos de estudo completos, sendo de 14,32% e 15,65% as respectivas parcelas daqueles com 15 anos ou mais de estudo. Análoga à discussão anterior, essa “dominância” da distribuição da escolaridade dos não migrantes sobre a distribuição da escolaridade dos migrantes é em grande parte determinada pelo peso que têm os emigrantes nordestinos, menos escolarizados, na população migrante total.

A figura 4.4 apresenta informações análogas àquelas apresentadas nas figuras an-

teriores, considerando, agora, a distribuição da escolaridade dos negros e dos brancos ocupados, tendo em conta o *status* de migração. Seguindo os padrões gerais, para todas as categorias, observa-se uma melhoria substancial, no sentido de redução na proporção dos ocupados nos patamares inferiores da distribuição da escolaridade. A proporção dos ocupados com 7 anos ou menos de estudo passou de 59,39% para 27,17%, no caso dos migrantes brancos, de 74,82% para 38,77%, no caso dos migrantes negros, e, nos casos dos não migrante brancos e dos não migrantes negros, de 52,68% para 21,19% e de 74,01% para 33,57%, respectivamente, entre 1995 e 2015. Ademais, embora de 1995 para 2015, as distâncias tenham se reduzido, sejam migrantes, sejam não migrantes, verifica-se a dominância da distribuição da escolaridade dos brancos sobre a distribuição da escolaridade dos negros, no sentido que, em comparação aos seus respectivos pares brancos, os negros estão relativamente mais concentrados nos patamares inferiores da distribuição da escolaridade. No mesmo sentido, mas em menor magnitude, verifica-se que a distribuição da escolaridade dos não migrantes domina a distribuição da escolaridade dos migrantes, considerem-se os negros ocupados, considerem-se os brancos ocupados.



**Figura 4.4.** Distribuição da população ocupada, por anos de estudo, segundo cor ou raça, conforme condição de migração. Brasil, 1995 e 2015

#### 4.2.2. Informalidade

A tabela 4.6 apresenta, para os anos de 1995 e 2015, a distribuição das pessoas ocupadas, para diferentes recortes, segundo as categorias de posição na ocupação. Definindo como informais os empregados sem carteira de trabalho assinada (EMPS), os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada (DOMS) e os trabalhadores

por conta própria (CTPR), tem-se que, em 1995, a informalidade incidia sobre 51,60% da força de trabalho ocupada do país. No Nordeste, o grau de informalidade era de 68,09%, e mesmo no Sudeste, região na situação mais amena, a informalidade acometia mais de dois quintos dos ocupados (43,24%). Nas regiões Norte e Nordeste, tanto a proporção de EMPS quanto a proporção de CTPR superava a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada (EMPC).

O transcorrer dos anos foi acompanhado pela redução do grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, mas o mesmo ainda se mantém em patamar elevado. Em 2015, conjuntamente, as três categorias de informais ainda representavam mais de dois quintos da força de trabalho ocupada no país (42,12%). Nas regiões Norte e Nordeste, embora a proporção dos EMPC tenha sobrepujado a dos EMPS e a dos CTPR, os penúltimos ainda representavam mais de um quinto, e os últimos mais de um quarto do total de seus residentes ocupados. Note-se que, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, os CTPR ainda representavam algo em torno de um quinto dos ocupados.

Quando se consideram os grupos de cor, verifica-se que os negros são muito mais suscetíveis do que os brancos à condição de informalidade. Em 1995, o grau de informalidade entre os negros ocupados era da ordem de 59,83%, com os empregados sem carteira de trabalho assinada respondendo por 24,18%, por 8,81% os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada e por 26,84% os trabalhadores por conta própria. Naquele mesmo ano, entre os brancos, o grau de informalidade se encontrava no patamar de 45,38%, desagregados em 15,81%, 5,13% e 24,44%, mantida a ordem das categorias de informais. Acompanhando a tendência geral de redução, a informalidade entre os negros ocupados teve baixa de 13,38 pontos percentuais, quedando no patamar de 46,45% em 2015. Entre os brancos ocupados, a redução no grau de informalidade foi 7,96 pontos percentuais, permanecendo 37,42% dos mesmos em dita condição.

A incidência de informalidade entre os migrantes (48,24% em 1995 e 39,65% em 2015) é um pouco menor do que a observada entre os não migrantes (52,51% em 1995 e 42,64% em 2015), mas verifica-se que a proporção de DOMS na população migrante é maior do que a observada na população não migrante, e isto se mantém mesmo quando se consideram separadamente as populações negra e branca ocupadas. E já que aqui estamos, entre os migrantes negros, o grau de informalidade que era de 52,87% em 1995, baixou para 41,87% em 2015; entre os migrantes brancos, de 44,91% para 36,98% no mesmo período. Entre os não migrantes negros a informalidade incidia sobre 61,66% do contingente total em 1995 e 47,47% em 2015; entre os não migrantes brancos os valores correspondentes foram, mantida a ordem, 45,50% e 37,51%. Note-se que a incidência de informalidade entre os migrantes brancos é apenas ligeiramente inferior à observada entre os não migrantes brancos; já no caso da população negra, a incidência de informalidade é claramente maior entre os não migrantes vis-à-vis os migrantes.

Além das participações das três categorias de posição na ocupação definidas como

informais, a tabela 4.6 também traz informações referentes às participações das categorias empregado com carteira de trabalho assinada (EMPC), militar ou funcionário público estatutário (MLFP), empregado doméstico com carteira de trabalho assinada (DOMC) e empregador (EPGR) na composição das populações ocupadas, tendo em conta os diferentes recortes considerados. O leitor pode facilmente verificar as magnitudes destas participações relativas e as mudanças ocorridas nas mesma no período em análise. O restante desta subseção será dedicado a analisar características associadas ao emprego doméstico remunerado no Brasil.

**Tabela 4.6.** Distribuição das pessoas ocupadas, para diferentes recortes, segundo as categorias de posição na ocupação - 1995 e 2015

Categorias	1995						
	EMPC	EMPS	MLFP	DOMC	DOMS	CTPR	EPGR
Brasil	34,21	19,40	8,00	1,71	6,70	25,50	4,48
Norte	21,42	23,53	13,31	0,62	7,56	29,40	4,15
Nordeste	20,34	25,33	7,77	0,79	6,91	35,85	3,01
Sudeste	42,18	16,57	7,62	2,29	6,56	20,11	4,66
Sul	39,29	14,94	6,68	1,96	5,83	25,25	6,05
Centro-Oeste	26,97	24,74	11,08	1,22	8,35	22,63	5,01
Negro	29,02	24,18	6,84	2,00	8,81	26,84	2,32
Branco	38,23	15,81	8,87	1,50	5,13	24,44	6,02
Migrante	37,27	15,41	7,10	2,58	7,42	25,42	4,80
Não migrante	33,39	20,47	8,24	1,48	6,51	25,53	4,39
Migrante negro	35,23	18,29	6,04	3,07	9,24	25,34	2,80
Migrante branco	38,84	13,31	7,88	2,20	6,08	25,52	6,15
Não migrante negro	27,38	25,74	7,05	1,72	8,69	27,23	2,19
Não migrante branco	38,06	16,49	9,14	1,31	4,87	24,14	5,99
Categorias	2015						
	EMPC	EMPS	MLFP	DOMC	DOMS	CTPR	EPGR
Brasil	42,99	14,88	8,55	2,34	4,24	23,00	4,00
Norte	31,39	20,67	11,91	1,49	4,88	26,55	3,10
Nordeste	30,30	22,02	8,75	1,58	4,96	29,26	3,13
Sudeste	49,53	11,97	7,72	2,82	4,16	19,73	4,06
Sul	48,89	10,34	8,14	2,11	3,25	22,00	5,27
Centro-Oeste	41,84	14,32	10,67	2,97	4,07	21,75	4,39
Negro	40,72	17,16	7,61	2,75	5,29	24,00	2,48
Branco	45,52	12,41	9,55	1,89	3,11	21,90	5,61
Migrante	44,77	11,59	7,57	3,65	4,80	23,26	4,35
Não migrante	42,61	15,58	8,76	2,06	4,12	22,94	3,93
Migrante negro	44,55	12,84	6,55	4,17	5,73	23,30	2,86
Migrante branco	45,21	10,02	8,68	3,03	3,73	23,23	6,10
Não migrante negro	39,85	18,13	7,85	2,43	5,19	24,15	2,39
Não migrante branco	45,58	12,88	9,73	1,67	2,99	21,64	5,51

Legenda: Empregado com carteira de trabalho assinada (EMPC); Empregado sem carteira de trabalho assinada (EMPS); Militar ou funcionário público estatutário (MLFP); Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada (DOMC); Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada (DOMS); Trabalhador por conta própria (CTPR); Empregador (EPGR).

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

Essencialmente feminino, o emprego doméstico remunerado ainda é a principal ocupação das brasileiras, e se configura como um dos principais meios de inserção das mulheres pobres, negras, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional, no mercado de trabalho (MELO, 1998). No Brasil, a taxa de participação feminina no emprego doméstico sempre se manteve acima dos 90%, como já bem documentado<sup>1</sup>. Em 2015, estima-se que o número de trabalhadores domésticos ocupados no país era da ordem de 5,39 milhões, sendo 93,23% desse contingente formado por mulheres. Ainda longe de se tratar de uma atividade em extinção, no período analisado houve um aumento substancial desse contingente, que era de cerca de 4,41 milhões de pessoas em 1995. Trata-se também de uma categoria formada majoritariamente por negros, os quais representavam 55,41% dos trabalhadores domésticos ocupados no país em 1995, e passaram a representar, em 2015, 63,71%.

No que diz respeito ao peso do serviço doméstico remunerado para a ocupação das mulheres brasileiras, os dados da PNAD revelam que, em 1995, as trabalhadoras domésticas representavam 22% da população feminina ocupada. Naturalmente, com o aumento da taxa de atividade das mulheres no mercado de trabalho, a mais tradicional e antiga das ocupações femininas perdeu posição (MELO, 1998), mas, em 2015, ainda correspondia a 14,60% daquela população. Ademais, notam-se diferenças substanciais quando se consideram, separadamente, as mulheres negras e brancas ocupadas. Em 1995, 29,72% das mulheres negras ocupadas eram empregadas domésticas, ao passo que para as mulheres brancas, a proporção observada foi de 16,69%. Em 2015, cerca de um quinto das mulheres negras ocupadas (18,95%) e pouco mais de um décimo das mulheres brancas ocupadas (10,37%) ainda permaneciam no emprego doméstico no Brasil.

Verifica-se também que a proporção de mulheres empregadas domésticas é maior entre as migrantes do que entre as não migrantes. Em 1995, mais de um quarto das mulheres migrantes ocupadas eram empregadas domésticas (26,28%), sendo de cerca de um quinto a proporção de empregadas domésticas entre as não migrantes ocupadas. Em 2015, os valores observados foram 18,62%, no caso das primeiras, e 13,75%, no caso das últimas. Se, ainda, levarmos em consideração a cor, temos que, em 1995, mais de um terço das migrantes negras eram empregadas domésticas (33,95%), tendo esse valor se reduzido para 22,85% em 2015. No caso das não migrantes negras, as proporções de domésticas foram, nos respectivos anos, 28,6% e 18,06%. Entre as migrantes brancas a proporção de domésticas, que era de 20,95% em 1995, caiu para 14,06% em 2015; entre as não migrantes brancas, tal proporção caiu de 15,56% para 9,65% entre as duas datas. Assim, verifica-se que, embora as magnitudes sejam sempre maiores quando se trata das mulheres negras, para ambos os grupos de cor a proporção de empregadas domésticas é mais elevada entre as migrantes face às não migrantes.

---

<sup>1</sup> Cf. MELLO, 1982; KUZNESOF, 1993; BRUSCHINI, 1994; DIEESE, 2013; BRITES e PICANÇO, 2014.

Regionalmente, no Sudeste é onde se concentra a maior parcela dos trabalhadores domésticos ocupados no país, seguido pelas regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Entre 1995 e 2015, houve uma ligeira mudança nessa distribuição, com aumento da participação das regiões Norte (de 4,30% para 6,13%), Nordeste (de 22,78% para 24,55%) e Centro-Oeste (de 8,24% para 9%) e redução da participação das regiões Sudeste (de 49,25% para 47,14%) e Sul (de 15,43% para 13,18%). Conforme Melo (1998), dentre as diferentes categorias de ocupação, o serviço doméstico remunerado é a que apresenta o maior grau de informalidade e precariedade das relações de trabalho. Em 1995, apenas 18,91% dos trabalhadores domésticos ocupados possuíam carteira de trabalho assinada. Embora ainda se configure como uma das piores marcas da economia nacional, de lá para cá, houve uma melhora nessa relação, tendo a participação dos com carteira assinada alcançado 33,85% em 2015.

Em relação à faixa etária dos trabalhadores domésticos, nota-se que, enquanto no início do período o maior percentual desses postos de trabalho era ocupado por pessoas com até 34 anos de idade (64,22%), no final do período, essa relação se inverte, 73,53% dos postos passam a ser ocupados por pessoas com idade igual ou superior a 35 anos. Concomitante ao crescimento da participação dos mais velhos - passando de 20,28% para 30,38% para aqueles com idade entre 35 e 44 anos, de 10,50% para 26,83%, entre 45 e 54 anos, e de 5% para 16,32% para aqueles com 55 anos ou mais - houve redução da proporção de jovens ocupados nessa atividade. Para aqueles entre 10 e 17 anos de idade, a participação caiu de 16,16%, em 1992, para 2,08% em 2014; nas faixas de 18 a 24 anos e 25 a 34 anos, as participações caíram, respectivamente, de 23% para 6,63% e de 25,8% para 17,76%, neste período.

Esses resultados sugerem que os jovens têm buscado outras formas de inserção no mercado de trabalho. Conforme ressaltado em estudo elaborado pelo Dieese (2013, p.7), essa mudança de perfil pode ser explicada, pelo menos em parte, pelo aumento do nível de escolaridade dos jovens, o que possibilita seu acesso a ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e com grau de formalização maior do que o trabalho doméstico. Por outro lado, para os mais velhos, sobretudo para aqueles com baixo nível de escolaridade, são menores as chances de uma inserção diferente do emprego doméstico no mercado de trabalho, condicionando, dessa maneira, o envelhecimento da categoria.

### **4.3. Rendimento do trabalho**

#### **4.3.1. Rendimento e geografia**

A tabela 4.7 e a figura 4.5 apresentam a evolução do valor real do rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, para Brasil e regiões,

no período 1995-2015. Em todos os casos, verifica-se um comportamento muito semelhante em termos da evolução dos valores dos respectivos rendimentos médios. De 1995 a 2003 a tendência foi de redução e, a partir de 2004 ocorre uma reversão neste processo, com o rendimento médio do trabalho aumentando de forma contínua até 2013 ou 2014, a depender do caso. Como se pode visualizar na figura 4.5A, entre todas as regiões, a Nordeste apresentou sistematicamente o menor nível de rendimento, embora, em concomitância com a região Centro-Oeste, tenha apresentado a maior taxa de crescimento do indicador no período, como pode ser observado na figura 4.5B. O rendimento médio do trabalho na região Nordeste, em relação à média nacional, aumentou de 58,11% para 66,53% no período. Também sempre abaixo da média nacional se manteve o rendimento médio da região Norte, mas, diferentemente do caso da região Nordeste, e refletindo uma menor taxa relativa de crescimento no período, a média para esta região caiu em relação à nacional, tendo a razão passado de 90,87% em 1995 para 83,21% em 2015.

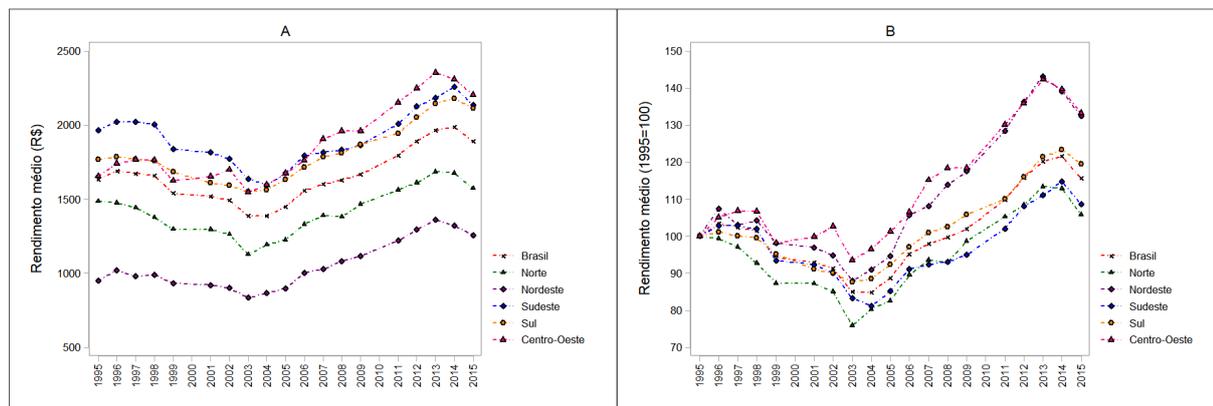
**Tabela 4.7.** Evolução do valor real do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
1995	1634,25	1485,14	949,76	1965,94	1767,69	1654,39
1996	1691,09	1474,69	1020,52	2022,42	1787,08	1738,91
1997	1672,53	1441,60	978,36	2022,97	1767,80	1767,06
1998	1657,58	1376,36	989,82	2003,52	1759,57	1763,59
1999	1539,42	1297,30	932,12	1835,92	1682,89	1623,98
2001	1517,94	1295,24	921,00	1815,36	1609,92	1651,10
2002	1491,35	1262,18	900,48	1770,15	1591,48	1698,60
2003	1388,46	1126,80	835,64	1637,52	1550,17	1546,79
2004	1387,13	1192,25	864,61	1595,63	1563,31	1596,52
2005	1449,40	1226,93	898,52	1674,33	1632,32	1674,71
2006	1556,43	1329,58	1003,92	1793,23	1715,98	1762,01
2007	1600,63	1389,13	1026,99	1815,83	1783,85	1905,21
2008	1628,33	1380,64	1081,86	1831,17	1813,43	1957,54
2009	1666,58	1466,13	1116,10	1865,77	1869,76	1959,39
2011	1795,44	1562,68	1219,13	2006,27	1944,19	2152,01
2012	1892,48	1610,35	1294,65	2124,73	2050,09	2248,86
2013	1964,55	1683,80	1359,16	2183,65	2145,56	2353,65
2014	1986,26	1676,59	1320,95	2257,24	2179,62	2310,12
2015	1890,03	1572,69	1257,45	2135,56	2112,43	2203,66

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração Própria.

Outra região que apresentou desempenho em termos de crescimento do rendimento médio do trabalho abaixo da cifra nacional foi a Sudeste. Em 1995, o rendimento médio do trabalho da região Sudeste era 20,3% maior do que a média nacional, tendo essa cifra baixado para cerca de 13% em 2015. Em termos de crescimento do indicador, o desempenho da região Sul foi o que mais se assemelhou ao observado para o país como um todo, sendo de 8,16%, em 1995, e de 11,76%, em 2015, o quanto o rendimento médio

daquela região superava a média nacional.



**Figura 4.5.** Evolução do valor real do rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015

Contudo, o que mais salta aos olhos é o caso da região Centro-Oeste. Com extraordinário crescimento no período, o rendimento médio do trabalho nesta região, que em 1995 se encontrava praticamente no mesmo patamar da média nacional, já em 2007 superou a média da região Sudeste, passando a ocupar a primeira posição no cenário nacional. Em 2015, a média de rendimento da região Centro-Oeste superava em 16,6% a média nacional. Deve-se ter em conta que a região Centro-Oeste inclui o Distrito Federal e os elevadíssimos rendimentos do funcionalismo público de Brasília, o que afeta o desempenho daquele indicador para esta região. Como é sabido, a média é uma estatística muito sensível aos valores extremos de uma distribuição.

Outra forma de caracterizar a distribuição dos rendimentos do trabalhos é por meio da análise de como o valor do quantil cresce com a proporção acumulada da população. Como explicado anteriormente, a noção de quantil generaliza conceitos específicos como percentil, decil, quartil e mediana<sup>2</sup>. A tabela 4.8 apresenta, para Brasil e regiões, considerando os anos de 1995 e 2015, os valores correspondentes a diversos percentis da distribuição do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. É relevante para a análise saber que o valor real do salário mínimo era de R\$ 374,59 em 1995 e de R\$ 788,00 em 2015.

Começando pelo Brasil, em 1995, o primeiro quartil (p25) da distribuição era R\$ 374,59. Isso significa que para pelo menos 25% das pessoas ocupadas no país naquele ano, o valor do rendimento de todos os trabalhos não ultrapassava um salário mínimo corrente<sup>3</sup>. Situação igual era observada na região Norte. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste o

<sup>2</sup>Lembrando, os 99 percentis dividem a distribuição em 100 partes com o mesmo número de observações; os nove decis, em 10 partes iguais; os três quartis, em quatro partes iguais; a mediana, em duas partes com o mesmo número de observações. Deve-se, ainda, atentar para as equivalências. Por exemplo, a mediana, o segundo quartil, o quinto decil e o quinquagésimo percentil são o mesmo valor.

<sup>3</sup>Note-se que neste tipo de análise a linguagem pode se mostrar um tanto quanto midiática, no sentido da impressão que causa no receptor da informação, pois, de forma equivalente, poderia se dizer que, em 1995, pelos menos 75% das pessoas ocupadas auferiam rendimento igual ou maior do que um

valor do salário mínimo corrente era o que separava os 10% pior remunerados dos 90% remanescentes (p10), sendo de R\$ 561,88, no caso da regiões Sudeste e Sul e de cerca de R\$450,00, no caso da região Centro-Oeste, os valores correspondentes ao primeiro quartil das respectivas distribuições. No Nordeste, R\$ 299,67 era o limite superior para os rendimentos de pelo menos um quarto das pessoas ocupadas.

**Tabela 4.8.** Quantis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões 1995-2015

1995						
Percentil	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
p10	280,94	299,67	149,84	374,59	374,59	374,59
p25	374,59	374,59	299,67	561,88	561,88	449,51
p50	756,67	749,18	449,51	1123,77	936,47	749,18
p75	1685,65	1498,35	861,55	2060,24	1872,94	1610,73
p90	3745,88	2996,71	1872,94	4120,47	3745,88	3745,88
p95	5618,83	5244,24	3195,24	6742,59	5618,83	5881,04
2015						
Percentil	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
p10	500,00	500,00	250,00	788,00	788,00	788,00
p25	788,00	788,00	500,00	900,00	1000,00	900,00
p50	1200,00	1000,00	788,00	1300,00	1500,00	1380,00
p75	2000,00	1600,00	1200,00	2000,00	2200,00	2250,00
p90	3500,00	3000,00	2400,00	4000,00	4000,00	4200,00
p95	5100,00	4500,00	3700,00	6000,00	5500,00	6900,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração Própria.

Note que, em 1995, o rendimento mediano (p50) na região Sudeste (R\$1123,77) era 2,5 vezes maior do que o rendimento mediano na região Nordeste (R\$ 449,51). Para o país como um todo e nas regiões Norte e Centro-Oeste o valor que separava as duas metades da distribuição girava em torno de R\$ 750,00, sendo de R\$ 936,47 o valor da mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos na região Sul naquele mesmo ano. Se se comparam os valores das medianas, apresentados na tabela 4.8, com os valores das respectivas médias, apresentados na tabela 4.7, verifica-se, em todos os casos, que as médias das distribuições são substancialmente maiores do que as medianas. Não se trata de uma particularidade brasileira; traduz, sim, a forte assimetria à direita que caracteriza as distribuições dos rendimentos mundo afora. No Brasil, e em suas grandes regiões, o rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas coincide com algo em torno do terceiro quartil (p75) da distribuição.

Seguindo para o topo da distribuição, de acordo com os dados da PNAD, em 1995, aqueles que recebiam mais de R\$ 3745,88 estavam entre os 10%, e aqueles com salário mínimo. Embora os dois modos de transmitir a informação sejam corretos e equivalentes, este segundo pode causar no receptor da informação uma sensação mais amena da situação do que o primeiro e vice-versa. É preciso estar atento e, sobretudo, refletir sobre o significado das informações que nos são apresentadas.

remuneração maior do que R\$ 5618,83, entre os 5% mais bem remunerados do país<sup>4</sup>. No Nordeste, pessoas que ganhavam mais de R\$ 1872,94 já se encontravam entre os 10% mais bem remunerados da região, e entre os 5%, aqueles que recebiam mensalmente pelo menos R\$ 3195,24. No Sudeste, para fazer parte do grupo dos 10%, a pessoa deveria estar ganhando pelo menos R\$ 4120,47 mensais, e R\$ 6742,59 mensais, para fazer parte dos grupos dos 5% mais bem remunerados. Nas regiões Sul e Centro-Oeste o valor que separava os 10% mais bem remunerados dos 90% restantes era R\$ 3745,88, e na região Norte, R\$ 2996,71. Ademais, os que recebiam pelo menos R\$ 5618,83 na região Sul, pelo menos R\$ 5881,04 na região Centro-Oeste e pelo menos R\$ 5244,24 na região Norte se encontravam no grupo dos 5% mais bem remunerado de suas respectivas regiões.

Em 2015, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste 90% das pessoas ocupadas recebiam mensalmente pelo menos um salário mínimo (R\$ 788,00), ou, em termos equivalentes, 10% das pessoas ocupadas nestas regiões recebiam um salário mínimo ou menos. No país como um todo, o salário mínimo correspondia ao primeiro quartil da distribuição, i.e., 25% das pessoas ocupadas no país em 2015 recebiam mensalmente um salário mínimo ou menos, ou, se se quiser, 75% das pessoas ocupadas no país recebiam pelo menos um salário mínimo. Idêntico ao nacional se manteve o caso da região Norte. Já na região Nordeste, o valor do salário mínimo correspondia, em 2015, à mediana da distribuição. Assim, verifica-se que, o valor de rendimento abaixo do qual se encontra 10% das pessoas ocupadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, se encontra pelo menos metade das pessoas ocupadas na região Nordeste.

Na tabela 4.8, se se comparam os percentis da distribuição dos rendimentos do trabalho da região Nordeste com os respectivos percentis das distribuições das demais regiões, verifica-se que os percentis correspondentes à região Nordeste nunca são maiores do que os correspondentes às demais regiões do país. Sendo isso válido para todos os quantis da distribuição, e de fato é, diz-se, então, que a distribuição dos rendimentos da região Nordeste é dominada em primeira ordem pelas distribuições dos rendimentos das demais regiões do país. Em termos práticos, isso significa que, independentemente do valor de rendimento considerado, a proporção da população ocupada da região Nordeste com rendimento mensal menor ou igual aquele valor nunca será menor do que a proporção correspondente nas demais regiões.

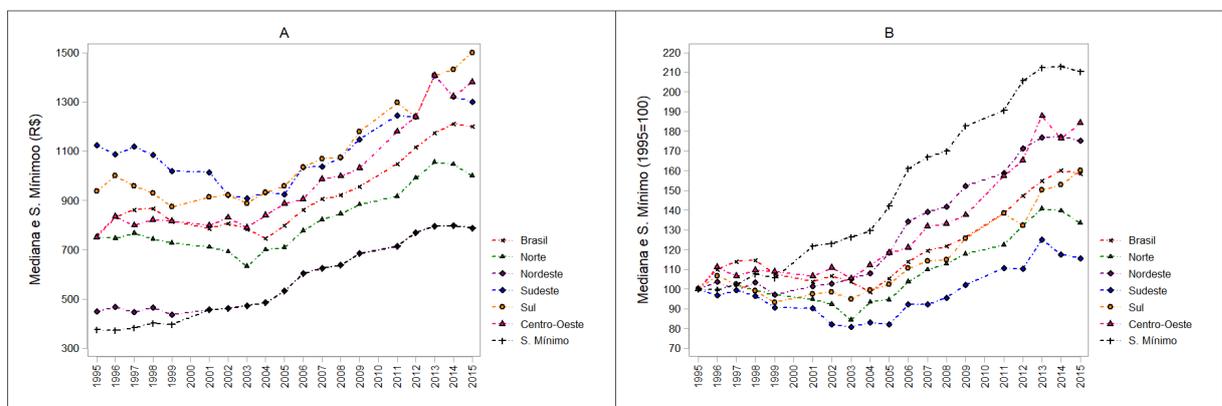
Seguindo nessa mesma linha de interpretação, se se comparam os percentis das distribuições em 1995 com os percentis das distribuições em 2015, apenas nos casos das regiões Nordeste e Centro-Oeste se verifica a dominância de primeira ordem da distribuição

---

<sup>4</sup>Pessoas relativamente ricas para a distribuição da renda no Brasil costumam se considerar “pobres”. Quando muito a pessoa admite pertencer à “classe média”. É verdade que esses percentis estão subestimados. Admitindo que os valores dos percentis da tabela 4.8 estão subestimados em 40%, o que se pode considerar uma correção bastante generosa, podemos afirmar, com elevado grau de confiabilidade, que, em 1995, não mais de 10% da população ocupada recebia mais de R\$ 6.242,00, e não mais de 5% da mesma recebia mais de R\$ 9365,00 mensalmente

dos rendimentos do trabalho em 2015 sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho em 1995. Nos casos das regiões Norte, Sudeste e Sul, e também quando se considera o país como um todo, verifica-se, de 1995 para 2015, uma redução nos percentis mais altos da distribuição. Para o país como um todo, o 95º percentil da distribuição dos rendimentos do trabalho, que era R\$ 5618,83 em 1995, caiu para R\$ 5100,00 em 2015. Entre as duas datas, o mesmo percentil caiu de R\$ 5244,24 para R\$ 4500,00 na região Norte, de R\$ 6742,29 para R\$ 6000,00 na região Sudeste e de R\$ 5618,83 para R\$ 5500,00 na região Sul. Quanto às regiões Nordeste e Centro-Oeste, o mesmo aumentou de R\$ 3195,24 para R\$ 3700,00, no caso da primeira, e de R\$ 5881,04 para R\$ 6900,00, no caso da segunda, entre as duas datas.

A figura 4.6 mostra a evolução da mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento positivo, para Brasil e regiões, no período 1995-2015. Note-se que, mesmo se se considera outra medida de tendência central, como a mediana, que é uma estatística de ordem, e, portanto, não é influenciada pelos valores extremos da distribuição, o bom desempenho da região Centro-Oeste se mantém. Em termos de evolução, no período 1995-2015, o comportamento da mediana do rendimento de todos os trabalhos, para Brasil e regiões, é semelhante ao comportamento observado ao se tratar da média. Ademais, verifica-se que, no período analisado, o valor real do salário mínimo mais do que dobrou.

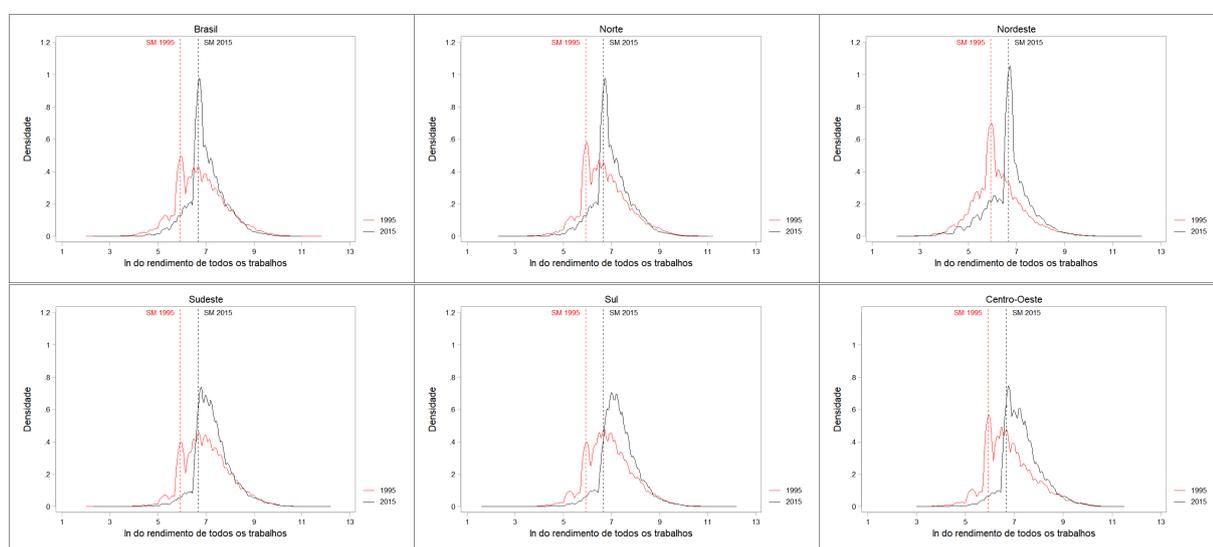


**Figura 4.6.** Evolução do valor real do rendimento mediano de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015

A figura 4.7 apresenta, para Brasil e regiões, nos anos 1995 e 2015, as estimativas das funções densidade de probabilidade do logaritmo natural do rendimento de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento positivo. No geral, verifica-se que a moda das distribuições, o ponto de maior densidade, é o salário mínimo, o que é indicativo do grande potencial distributivo de políticas de valorização do mesmo. A importância social do salário mínimo se expressa na sua abrangência como remuneração básica de milhões de brasileiros na ativa e aposentados e como farol para negociações salariais, pisos salariais e remunerações do setor informal (DIEESE, 2005).

Observa-se que há, entre 1995 e 2015, um deslocamento das distribuições para a direita, associado ao crescimento da renda média em todas as regiões do país. Mas é impressionante a mudança da forma da distribuição associada ao crescimento do salário mínimo real. Nas palavras de Bacha e Hoffmann (2015, p. 69), “é como se a massa de rendimentos fosse ‘empurrada e espremida’ pelo lado esquerdo”. Verifica-se, ainda, que a densidade no ponto referente ao salário mínimo é maior em 2015 do que em 1995, o que sugere um aumento na efetividade da garantia da remuneração mínima prevista no artigo 7º da Constituição de 1988.

Além do pico no ponto correspondente ao salário mínimo, diversos outros picos são observados ao longo das distribuições, mas isso se deve mais à tendência de as pessoas declararem valores redondos na PNAD do que a um fenômeno real da economia.



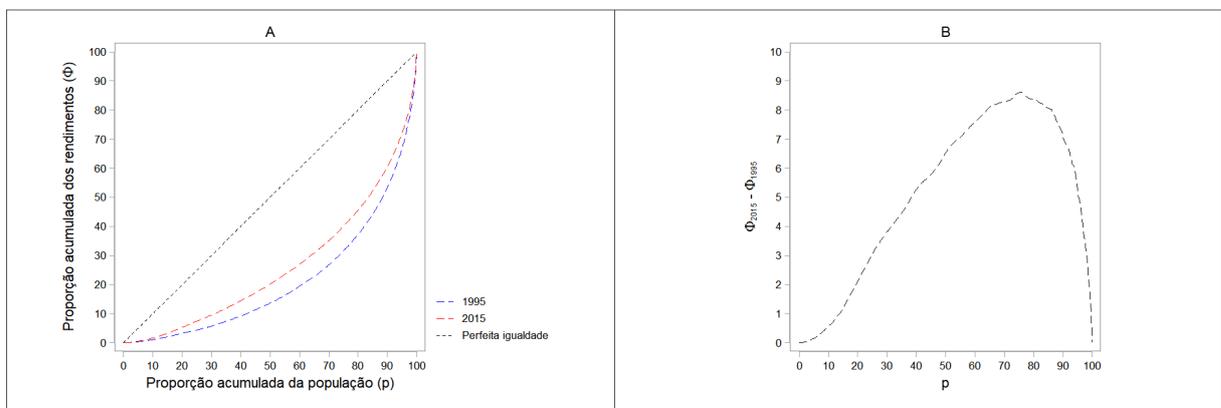
**Figura 4.7.** Estimativas das funções densidade de probabilidade do logaritmo natural dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995 e 2015

Um instrumento básico para analisar a desigualdade da distribuição da renda é a curva de Lorenz. Admitindo que as pessoas tenham sido ordenadas conforme valores crescentes do seu rendimento, a curva de Lorenz mostra como a proporção acumulada do rendimento ( $\Phi$ ) cresce com a proporção acumulada da população ( $p$ ).

A título de ilustração, a figura 4.8A apresenta, para o Brasil, para os anos 1995 e 2015, as curvas de Lorenz da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento positivo. Para o ano de 1995, um ponto da curva de Lorenz era  $p = 40\%$  e  $\Phi = 9,17\%$ , indicando que os 40% pior remunerados da população ocupada se apropriavam de apenas 9,17% do rendimento total de todos os trabalhos. Por outro lado, naquele mesmo ano, os 10% melhor remunerados se apropriavam de 46,63% do rendimento total de todos os trabalhos, o que, na curva de Lorenz, corresponde ao

ponto  $p = 90\%$  e  $\Phi = 53,37\%$ <sup>5</sup>. Em 2015, ordenadas associadas aos pontos de abscissas  $p = 40\%$  e  $p = 90\%$  eram, respectivamente,  $\Phi = 14,3\%$  e  $\Phi = 60,49\%$ , indicando redução no grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho neste período.

A proporção do rendimento total apropriada pelos 10% melhor remunerados e a proporção do rendimento total apropriada pelos 40% pior remunerados, assim como a relação entre os rendimentos médios destes grupos, por serem de fácil interpretação, são medidas de desigualdade bastante utilizadas. Note-se que no caso de perfeita igualdade qualquer parcela da população ficaria com igual parcela do rendimento total. Teríamos, neste caso,  $p = \Phi$ , e a “curva de Lorenz” seria representada por uma reta de  $45^\circ$ , denominada “linha de perfeita igualdade”, conforme se observa na figura 4.8A.



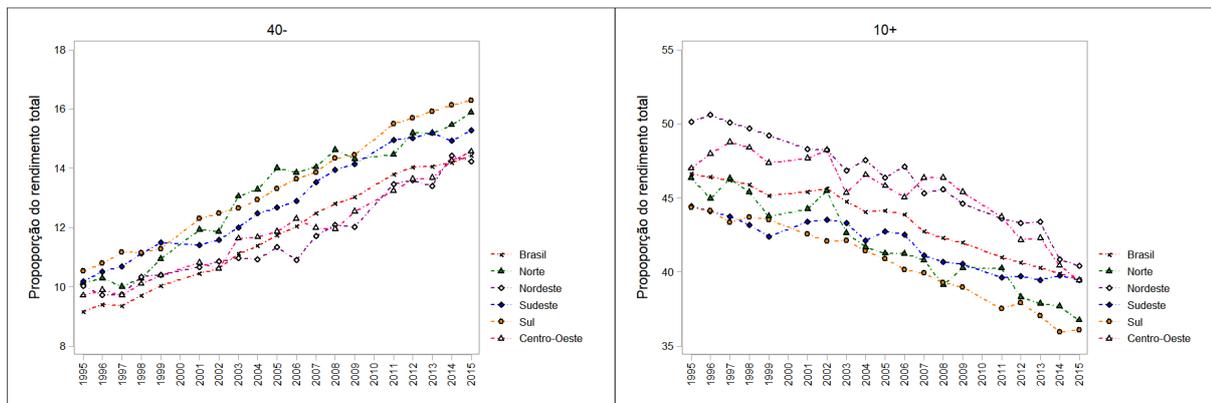
**Figura 4.8.** Curvas de Lorenz (A) e diferença entre as ordenadas das curvas de Lorenz (B) da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil, 1995 e 2015

A figura 4.9 mostra a evolução, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, da proporção do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 40% pior remunerados (40-) e da proporção do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 10% melhor remunerados (10+). Um primeiro aspecto a ser notado é a melhoria geral dos indicadores, se observando redução na proporção do rendimento total apropriada pelos 10+ e aumento na proporção apropriada pelos 40-. Ademais, se pode observar que, dentre todas as regiões, a Nordeste e a Centro-Oeste apresentaram, sistematicamente, os piores indicadores no período.

No caso da região Nordeste, em 1995, os 10+ se apropriavam de 50,13% do rendimento total do trabalho, tendo esse valor baixado para 40,42% em 2015. Nesse mesmo período, a proporção da massa de rendimento total apropriada pelos 40- aumentou de 10,04% para 14,23%. No caso da região Centro-Oeste, a parcela apropriada pelo primeiro grupo caiu de 47% para 39,44%, e aquela apropriado pelo segundo grupo aumentou de 9,71% para 14,56% no mesmo período. No geral, a região Sul apresentou os melhores

<sup>5</sup>A parcela do rendimento total apropriada pelos 10% melhor remunerados é igual a  $100 - 53,37 = 46,63$ .

indicadores. A parcela apropriada pelos 10+ nesta região, que era de 44,34% em 1995, baixou para 36,07% em 2015, sendo que, neste mesmo período, a parcela apropriada pelos 40- aumentou de 10,53% para 16,28%.



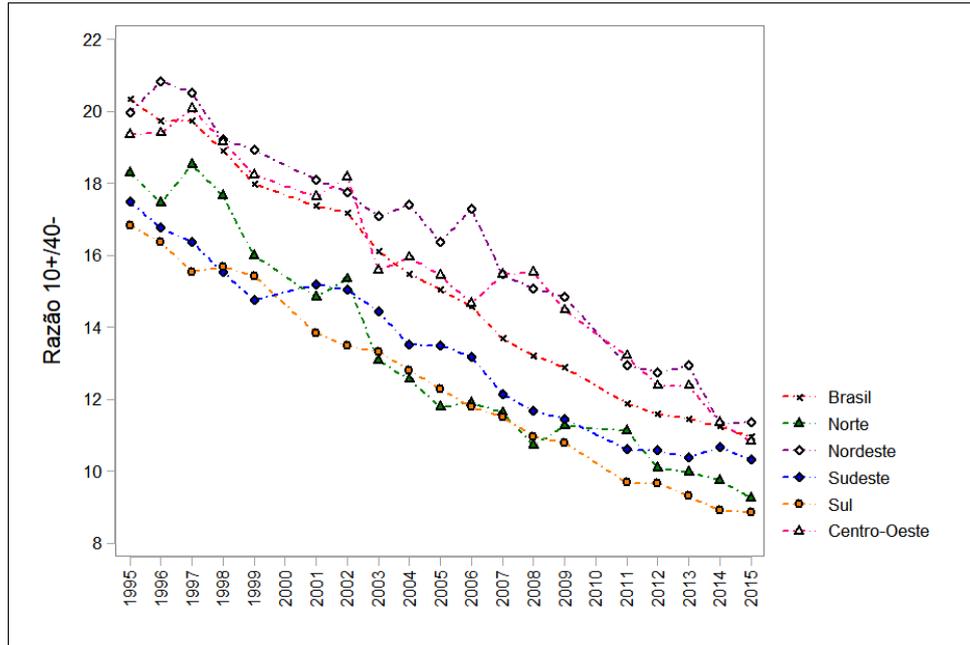
**Figura 4.9.** Evolução da proporção (%) do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 40% pior remunerados (40-) e da proporção (%) do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 10% melhor remunerados (10+). Brasil e regiões, 1995-2015

A figura 4.10 mostra a evolução, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, da razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos dos 10+ e dos 40- (razão 10+/40-). Como era de se esperar, dadas as tendências verificadas na figura anterior, observa-se, em todos os casos, uma redução no grau da desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho medida por essa razão.

Para o país como um todo, em 1995, o rendimento médio dos 10+ era 20,35 vezes maior do que o rendimento médio dos 40-, tendo o valor dessa estatística se reduzido de forma contínua desde 1997. Em 2015, a razão entre os rendimentos médios dos dois grupos era de 10,95. Como se pode observar, com uma maior variabilidade, os valores referentes às regiões Nordeste e Centro-Oeste se mantiveram quase sempre acima da cifra nacional. No caso da primeira, a razão 10+/40-, que era aproximadamente 19,97 em 1995, passou para 11,36 em 2015; no caso da segunda, a relação caiu de 19,36 para 10,83 entre as duas datas. Na região Norte a razão 10+/40- decresceu de 18,3 para 9,25, e nas regiões Sudeste e Sul, de 17,47 para 10,33 e de 16,84 para 8,86, respectivamente.

Esses resultados mostram que, no período 1995-2015, de acordo com os dados da PNAD, houve uma redução significativa do grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho no país. Em todas as regiões do país a razão 10+/40- caiu praticamente pela metade em 20 anos. Mas, em que pese esse avanço distributivo, a nossa sociedade ainda se mantém firme e forte entre as mais desiguais do mundo.

Embora possuam uma vantagem muito querida, que é ser de fácil interpretação, a proporção do rendimento total apropriado por determinado grupo (p. ex.: 5+, 10+, 20+, 50-, 40-, 25-) ou qualquer razão que contraste o rendimento médio dos relativamente



**Figura 4.10.** Evolução da razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos dos 10% melhor remunerados (10+) e o rendimento médio de todos os trabalhos dos 40% pior remunerados (40-). Brasil e regiões, 1995-2015

ricos com o rendimento médio dos relativamente pobres (p. ex.: razão  $10+/40-$ , razão  $20+/40-$ , razão  $5+/25-$ ) como medidas de desigualdade apresentam algumas limitações.

Uma primeira diz respeito ao fato de levarem em consideração apenas um ponto ou apenas dois pontos da infinidade de pontos que constituem a curva de Lorenz. Uma segunda diz respeito à violação de um dos princípios desejáveis à uma boa medida de desigualdade, o princípio de Pigou-Dalton. De acordo com este princípio, uma boa medida de desigualdade deve aumentar quando é feita uma transferência regressiva de renda, isto é, quando parte da renda de uma pessoa é transferida para outra cuja renda era igual ou maior do que a renda da primeira. Note que aquelas medidas não obedecem a tal princípio, pois seu valor não é afetado por transferências regressivas envolvendo duas pessoas que estão e permanecem, por exemplo, entre os 40% pior remunerados ou entre os 10% melhor remunerados.

Voltando a figura 4.8, percebe-se que, quanto maior a desigualdade de uma distribuição, mais a curva de Lorenz se afasta da linha de perfeita igualdade. Assim, apenas ao examinar a figura 4.8A já poderíamos intuir que o grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho em 1995 era maior que o grau de desigualdade da mesma em 2015. A figura 4.8B mostra que as ordenadas da curva de Lorenz em 2015 são sempre iguais ou maiores do que as respectivas ordenadas da curva de Lorenz em 1995, o que caracteriza a dominância de Lorenz da primeira sobre a segunda distribuição. Em termos práticos isso significa que qualquer medida de desigualdade que obedeça ao princípio de Pigou-Dalton indicará a distribuição de 2015 como sendo menos desigual do que a de

1995.

A área delimitada pela linha de perfeita igualdade e pela curva de Lorenz é denominada “área de desigualdade”. O índice de Gini pode ser definido como duas vezes a área de desigualdade. Este índice varia no intervalo  $[0, 1)$  e é uma das medidas de desigualdade mais comumente utilizadas. Quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição. No seu cálculo, o índice de Gini leva em consideração todos os pontos da curva de Lorenz, e pode-se demonstrar que trata-se de uma medida de desigualdade que atende ao princípio de Pigou-Dalton. Cabe ressaltar que existem infinitas medidas de desigualdade que atendem a este e a outros princípios desejáveis à uma boa medida de desigualdade, porém, algumas passaram a ser mais utilizadas.

Quando a dominância de Lorenz não se verifica, isto é, quando as curvas de Lorenz se cruzam, diferentes medidas de desigualdade podem gerar resultados contraditórios. Imagine, por exemplo, que as curvas de Lorenz referentes à distribuição dos rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas, no Brasil, em 1995 e em 2015, se cruzassem em um ponto. Existiriam medidas que indicariam aumento da desigualdade de um ano para o outro assim como também existiriam medidas que indicariam o contrário. Este fenômeno está associado à sensibilidade das medidas de desigualdade a transferências regressivas, ou, em outros termos, como, para as diferentes medidas de desigualdade, o efeito de uma transferência regressiva varia com o nível de renda das pessoas envolvidas. Por esse motivo, em análises de distribuição dos rendimentos, é indicado utilizar diferentes medidas de desigualdade e observar se elas apontam para a mesma direção.

Outras duas medidas de desigualdade baseadas na área de desigualdade delimitada pela curva de Lorenz são os índices de Mehran ( $M$ ) e de Piesch ( $P$ ). Em relação ao índice de Gini, o índice de Mehran é mais sensível a mudanças na cauda inferior e o índice de Piesch é mais sensível a mudanças na cauda superior da distribuição<sup>6</sup>.

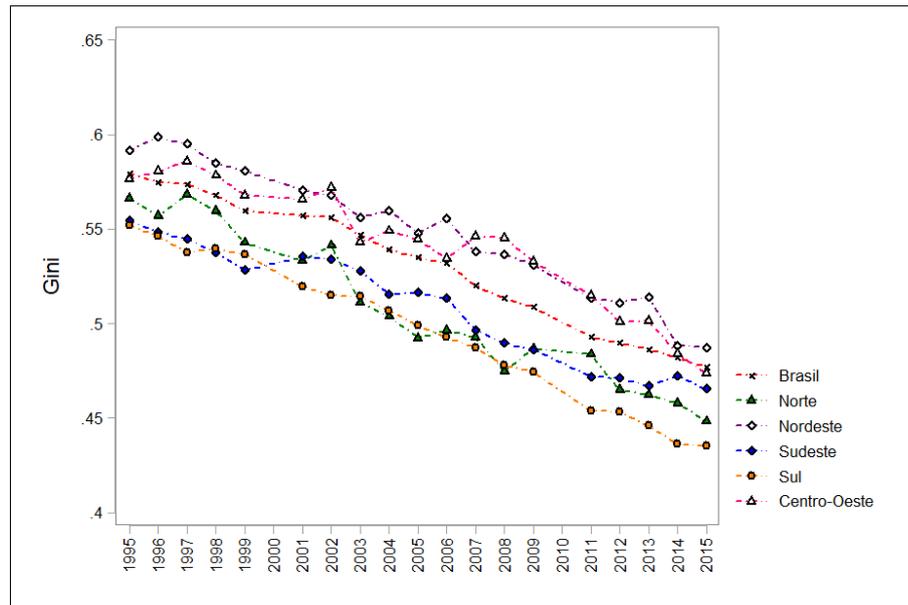
A figura 4.11 apresenta a evolução do índice de Gini, e a figura 4.12 apresenta a evolução dos índices de Mehran e Piesch da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, para Brasil e regiões, no período 1995-2015.

Nota-se que, mesmo utilizando medidas de desigualdade com diferentes sensibilidades, no geral os resultados são qualitativamente convergentes, seja no sentido de mostrar que neste período houve uma substancial redução no grau de desigualdade da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos no Brasil e em suas regiões, seja no sentido de indicar quais as regiões mais e menos desiguais do país. Note-se, ainda, que, embora a razão 10+/40- não obedeça à condição de Pigou-Dalton, as tendências gerais apresentadas na figura 4.10 são muitíssimo semelhantes às apresentadas nas figuras 4.11 e 4.12.

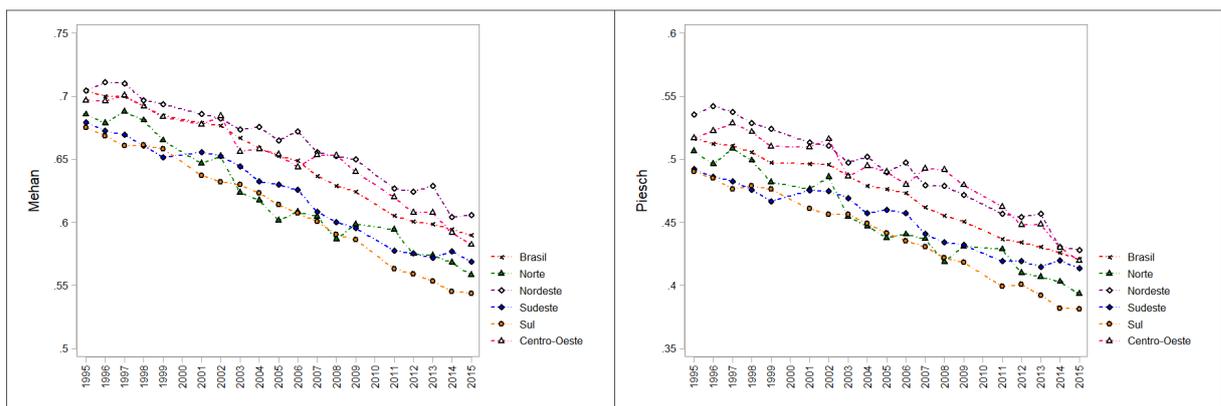
Outras duas medidas de desigualdade bastante utilizadas são os índices  $T$  e  $L$  de Theil, baseadas em conceitos da teoria da informação. No que diz respeito à sensibili-

---

<sup>6</sup>Para uma análise detalhada, ver Hoffmann(1998) e Hoffmann, Botassio e Jesus (2019).



**Figura 4.11.** Evolução do índice de Gini da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015



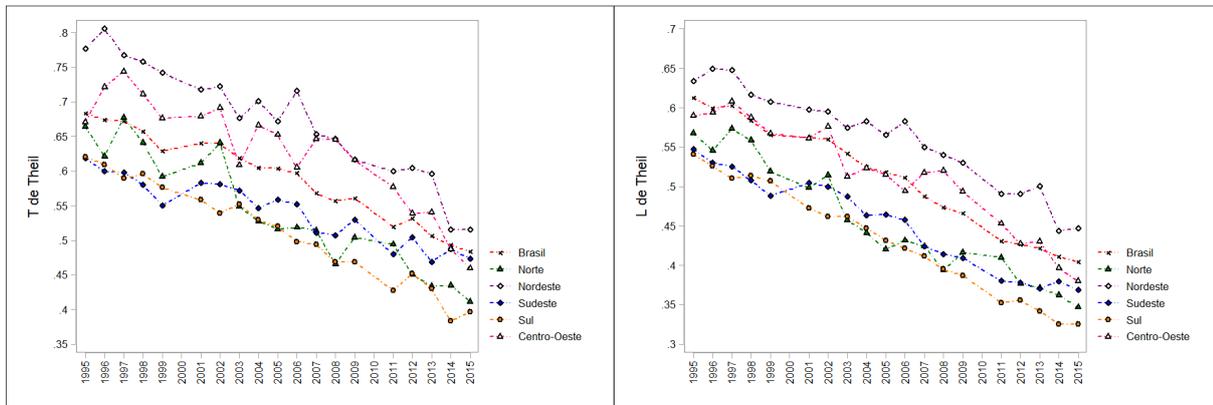
**Figura 4.12.** Evolução dos índices de Mehran e Piesch da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015

dade dessas medidas, o índice  $T$  é mais sensível a alterações na desigualdade dentro dos grupos de rendimentos altos e o  $L$  é mais sensível à desigualdade dentro de grupos de rendimentos baixos. Uma importante vantagem das medidas de desigualdade de Theil se deve ao fato de que, quando as rendas individuais podem ser agrupadas de acordo com algum critério, elas podem ser decompostas em dois componentes mutuamente exclusivos e coletivamente exaustivos, sendo um deles referente à desigualdade entre os grupos e o outro à desigualdade dentro dos grupos<sup>7</sup>.

A figura 4.13 mostra, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a evolução dos índices  $T$  e  $L$  de Theil da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Já a figura 4.14 mostra a evolução, no mesmo período,

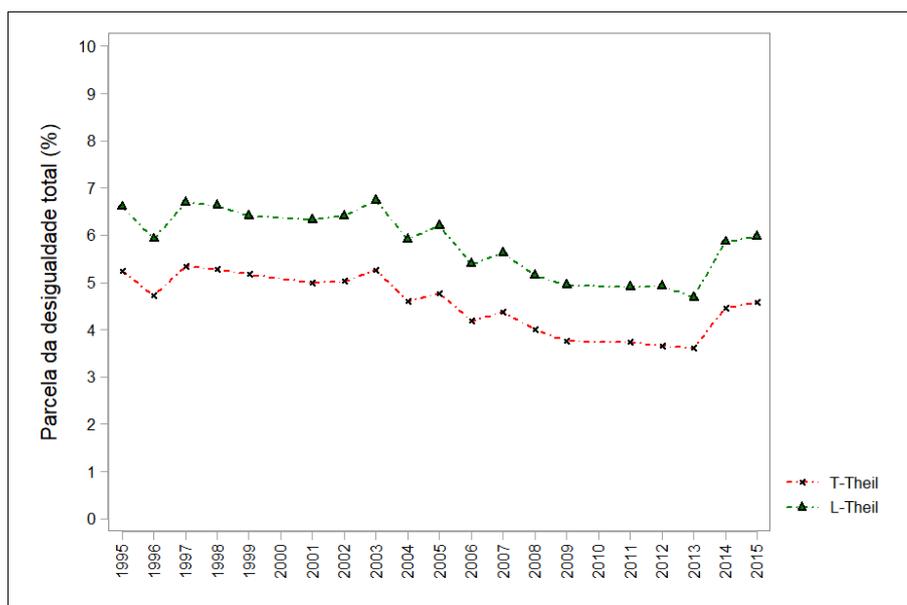
<sup>7</sup>Para uma análise detalhada, ver Hoffmann(1998) e Hoffmann, Botassio e Jesus (2019).

das parcelas das desigualdades totais medidas pelos índices  $T$  e  $L$  de Theil devidas a desigualdade entre as cinco grandes regiões brasileiras.



**Figura 4.13.** Evolução dos índices  $T$  e  $L$  de Theil da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil e regiões, 1995-2015

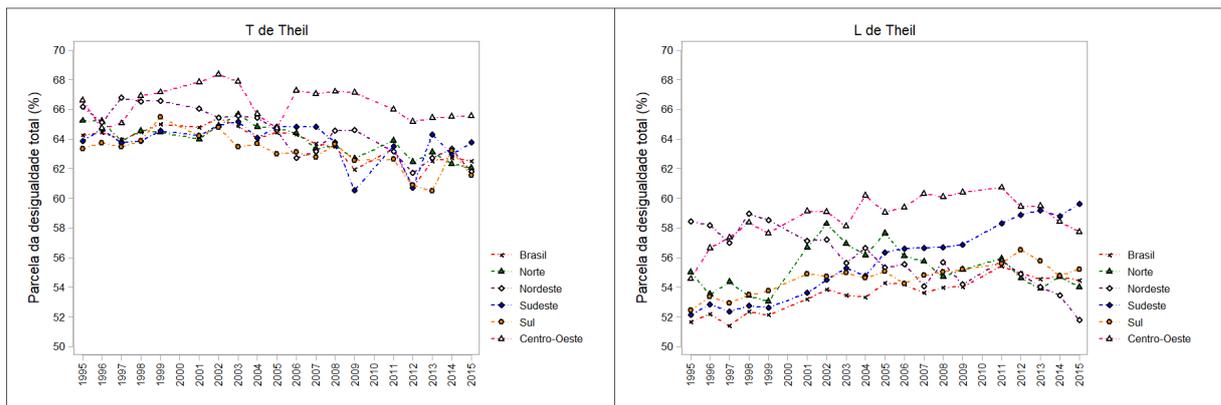
Sem surpresas, da mesma forma que a evolução das medidas de desigualdade anteriores, a evolução dos índices  $T$  e  $L$  de Theil também mostra as tendências gerais de redução da desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil e em suas grandes regiões no período 1995-2015. Mas mais interessante é verificar que, embora as diferenças em termos de remuneração do trabalho sejam enormes entre as cinco macrorregiões geográficas brasileiras, é relativamente pequena a parcela da desigualdade brasileira total devida a tais diferenças.



**Figura 4.14.** Evolução da parcela da desigualdade total da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento medida pelos índices  $T$  e  $L$  de Theil devida à desigualdade entre as cinco grandes regiões. Brasil, 1995-2015

Como mostra a figura 4.14, em 1995, da desigualdade total da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil medida pelos índices  $T$  e  $L$  de Theil, apenas 5,24%, ao se considerar a primeira medida, e 6,60%, no caso da segunda medida, era devida à desigualdade entre as cinco grande regiões. Ou, de forma equivalente, em 1995, 94,76% da desigualdade total da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil medida pelo índice  $T$  de Theil estava associada às desigualdades dentro de cada região, sendo de 93,4% essa cifra quando a desigualdade é medida pelo índice  $L$  de Theil. Em 2015, as parcelas da desigualdade total devidas à desigualdade entre as cinco macrorregiões foram 4,57%, quando se considera o índice de  $T$  de Theil, e 5,98%, quando se considera o índice  $L$  de Theil.

Por outro lado, se dividirmos a população ocupada, seja a nacional, seja a de cada região, em dois grupos, o dos 10% melhor remunerados (10+) e o dos 90% pior remunerados (90-), observa-se em todos os casos que, no período analisado, mais de 60% da desigualdade total medida pelo índice de  $T$  de Theil e mais de 50% da desigualdade total medida pelo índice  $L$  de Theil é devida à desigualdade entre estes dois grupos, como ilustra a figura 4.15.



**Figura 4.15.** Evolução da parcela da desigualdade total da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento medida pelos índices  $T$  e  $L$  de Theil devida à desigualdade entre os 10+ e os 90-. Brasil e regiões, 1995-2015

#### 4.3.2. Rendimento, geografia e cor

A tabela 4.9 e a figura 4.16 mostram a evolução do valor real do rendimento médio mensal de todos os trabalhos, por pessoa ocupada, segundo categorias de cor, no Brasil, no período 1995-2015. A tabela 4.9 mostra também como evoluiu a razão entre os rendimentos médios de negros e brancos e as razões entre os rendimentos médios dos dois grupos de cor e a média nacional neste período.

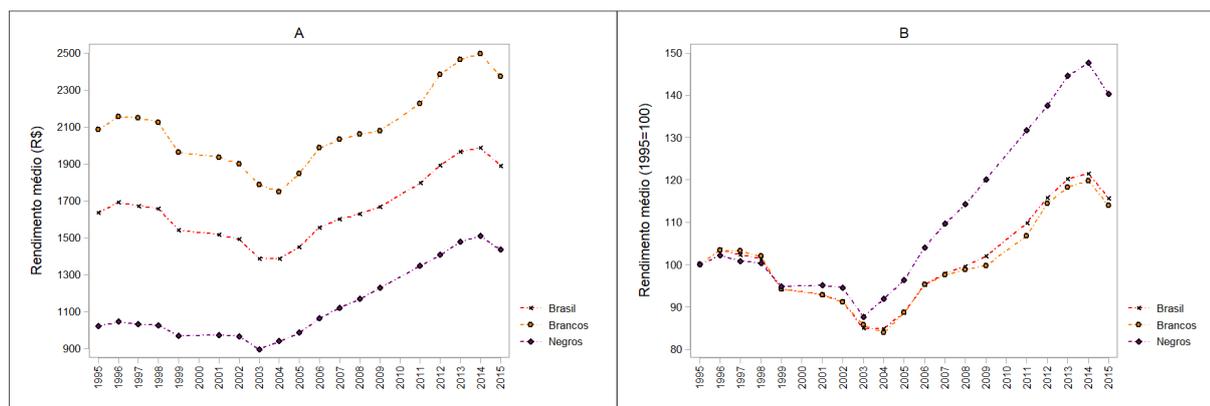
Análogas às descrições já realizadas, para ambas as categorias de cor, verifica-se um comportamento muito semelhante em termos da evolução dos respectivos rendimentos médios. De 1995 a 2003 a tendência foi de redução e, a partir de 2004, ocorre uma reversão neste processo, com o rendimento médio do trabalho aumentando de forma contínua, com

interrupção apenas de 2014 para 2015. Para o país como um todo, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos cresceu 15,65% no período analisado, passando de R\$ 1634,25 em 1995 para R\$ 1890,03 em 2015. Para negros e para brancos, as taxas de crescimento foram, respectivamente, 40,24% e 13,91% neste período, com o rendimento médio dos primeiros aumentando de R\$1022,50 para R\$ 1434,00 e o dos últimos de R\$ 2083,12 para R\$ 2372,92.

**Tabela 4.9.** Evolução do valor real do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias cor - Brasil, 1995-2015

Ano	Brasil (BR)	Negros (N)	Branco (B)	(N/B)x100	(N/BR)x100	(B/BR)x100
1995	1634,25	1022,50	2083,12	49,09	62,57	127,47
1996	1691,09	1044,64	2153,20	48,52	61,77	127,33
1997	1672,53	1030,98	2149,14	47,97	61,64	128,50
1998	1657,58	1025,40	2123,54	48,29	61,86	128,11
1999	1539,42	969,74	1961,54	49,44	62,99	127,42
2001	1517,94	972,11	1934,69	50,25	64,04	127,45
2002	1491,35	966,87	1898,43	50,93	64,83	127,30
2003	1388,46	896,14	1785,63	50,19	64,54	128,61
2004	1387,13	939,67	1748,69	53,74	67,74	126,07
2005	1449,40	985,08	1846,26	53,36	67,96	127,38
2006	1556,43	1064,01	1985,06	53,60	68,36	127,54
2007	1600,63	1120,63	2031,24	55,17	70,01	126,90
2008	1628,33	1167,98	2058,64	56,74	71,73	126,43
2009	1666,58	1228,33	2078,49	59,10	73,70	124,72
2011	1795,44	1347,27	2225,26	60,54	75,04	123,94
2012	1892,48	1405,80	2382,91	59,00	74,28	125,91
2013	1964,55	1477,72	2463,83	59,98	75,22	125,41
2014	1986,26	1509,08	2496,42	60,45	75,98	125,68
2015	1890,03	1434,00	2372,92	60,43	75,87	125,55

Fonte: IBGE: PNADs 1995-2015. Elaboração própria.

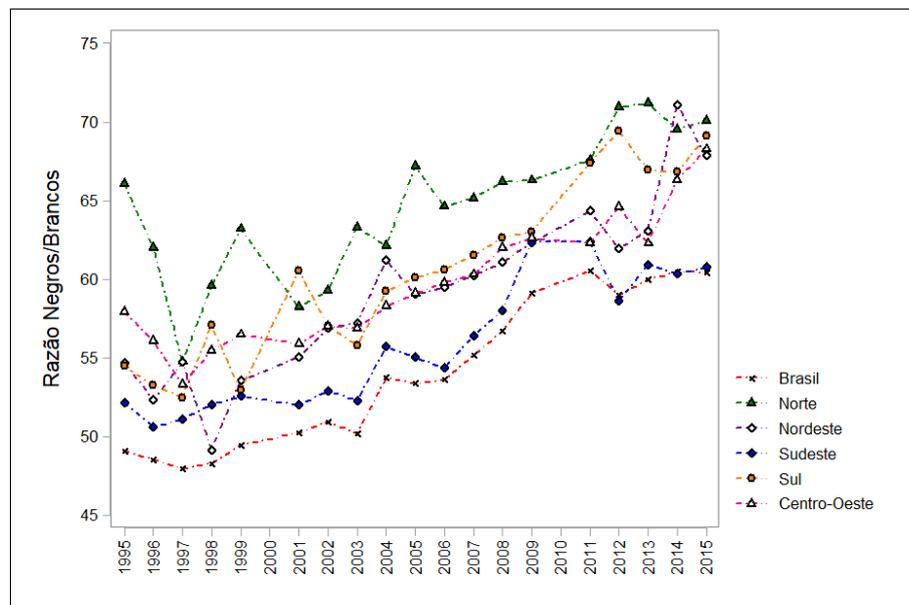


**Figura 4.16.** Evolução do valor real do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias de cor - Brasil, 1995-2015

Como se pode observar na tabela 4.9, em 1995, mais de um século após a abolição da escravidão, o rendimento médio do trabalho dos negros não chegava à metade daquele

recebido pelos brancos (49,09%), fato suficiente para descaracterizar a sociedade brasileira como uma democracia racial. Sem embargo, refletindo a maior taxa de crescimento do rendimento médio dos negros *vis-à-vis* a dos brancos, embora a diferença remanescente ainda seja substancial e inaceitável, verifica-se que neste período houve uma redução de 11,34 pontos percentuais na diferença de rendimento médio entre os dois grupos. Em 2015, o rendimento médio percebido pelos negros correspondia a 60,43% daquele recebido pelos brancos. Verifica-se, ainda, que o rendimento médio dos negros, que em 1995 representava 62,57% do rendimento médio nacional, possui a representar 75,87% do mesmo em 2015; para os brancos, em 1995, o rendimento médio do trabalho superava em 27,47% a média nacional, tendo essa diferença se reduzido brandamente ao longo de 20 anos, baixando para 25,55% em 2015.

A figura 4.17 apresenta a evolução da razão entre o rendimento médio de negros e brancos considerando a divisão do Brasil conforme as cinco grandes regiões geográficas, no período 1995-2015.



**Figura 4.17.** Evolução da razão (%) entre o rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos indivíduos negros e brancos ocupados, segundo as grandes regiões geográficas do Brasil, no período 1995-2015

Primeiramente, verifica-se que, no período analisado, a desigualdade de rendimento médio entre negros e brancos diminuiu em todas as grandes regiões. Ademais, nota-se que as desigualdades dentro das respectivas regiões são menores do que a desigualdade observada quando se considera o país como um todo. Isso reflete as diferenças regionais em termos de desenvolvimento econômico e de concentração relativa dos indivíduos dos dois grupos de cor. Como vimos, os negros estão mais concentrados nas regiões menos desenvolvidas e os brancos nas regiões mais desenvolvidas no país, o que contribuiu para que a razão entre as médias para o país seja menor do que aquelas observadas para cada

região separadamente. Com raras exceções, no período analisado, o Sudeste se apresenta como a região com o maior nível de desigualdade e o Norte como a região com o menor nível de desigualdade de rendimento médio do trabalho entre negros e brancos.

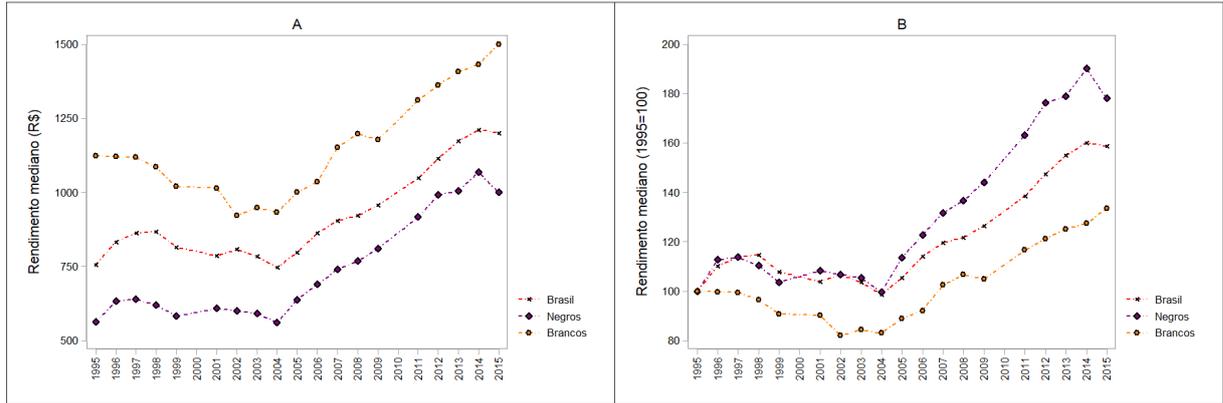
A tabela 4.10 e a figura 4.18 mostram a evolução do valor real do rendimento mediano mensal de todos os trabalhos, por pessoa ocupada, segundo categorias de cor, no Brasil, no período 1995-2015. A tabela 4.10 mostra também como evoluiu a razão entre os rendimentos medianos de negros e brancos e as razões entre os rendimentos medianos dos dois grupos de cor e a mediana nacional neste período.

**Tabela 4.10.** Evolução do rendimento mediano mensal de todos os trabalho das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias cor - Brasil 1995-2015

Ano	Brasil (BR)	Negros (N)	Branco (B)	(N/B)x100	(N/BR)x100	(B/BR)x100
1995	756,67	561,88	1123,77	50,00	74,26	148,52
1996	833,11	633,16	1119,70	56,55	76,00	134,40
1997	862,37	638,79	1117,88	57,14	74,07	129,63
1998	867,66	619,76	1084,58	57,14	71,43	125,00
1999	815,20	582,29	1019,00	57,14	71,43	125,00
2001	786,02	608,53	1014,21	60,00	77,42	129,03
2002	807,34	599,74	922,67	65,00	74,29	114,29
2003	783,84	592,32	947,72	62,50	75,57	120,91
2004	746,20	559,65	932,75	60,00	75,00	125,00
2005	797,92	638,33	1000,06	63,83	80,00	125,33
2006	862,53	690,02	1035,04	66,67	80,00	120,00
2007	904,91	740,38	1151,71	64,29	81,82	127,27
2008	921,31	767,76	1197,70	64,10	83,33	130,00
2009	956,83	809,63	1177,64	68,75	84,62	123,08
2011	1048,04	917,03	1310,05	70,00	87,50	125,00
2012	1114,61	990,76	1362,30	72,73	88,89	122,22
2013	1172,37	1004,72	1406,85	71,42	85,70	120,00
2014	1211,29	1068,14	1431,52	74,62	88,18	118,18
2015	1200,00	1000,00	1500,00	66,67	83,33	125,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995-2015. Elaboração própria.

No período analisado, a razão entre a mediana da distribuição dos negros e a mediana da distribuição dos brancos aumentou 16,67 pontos percentuais. O rendimento mediano dos negros, que correspondia a metade do rendimento mediano dos brancos em 1995, passou a corresponder, em 2015, a 66,67%. Em termos monetários, o rendimento mediano dos negros passou de R\$ 561,88 para R\$ 1000,00, e o dos brancos, de R\$ 1123,77 para R\$ 1500,00 entre as duas datas. Em relação à mediana nacional, a mediana dos negros, que em 1995 correspondia a 74,26% da mesma, passou a corresponder a 83,33% em 2015. Neste mesmo período, caiu de 48,52% para 25% o quanto a mediana da distribuição dos brancos superava a mediana nacional. Como a distribuição dos rendimentos tem forte assimetria positiva, observa-se, para ambos os grupos de cor, ao comparar os dados da tabela 4.9 com os da tabela 4.10, que a média é sempre substancialmente maior do que



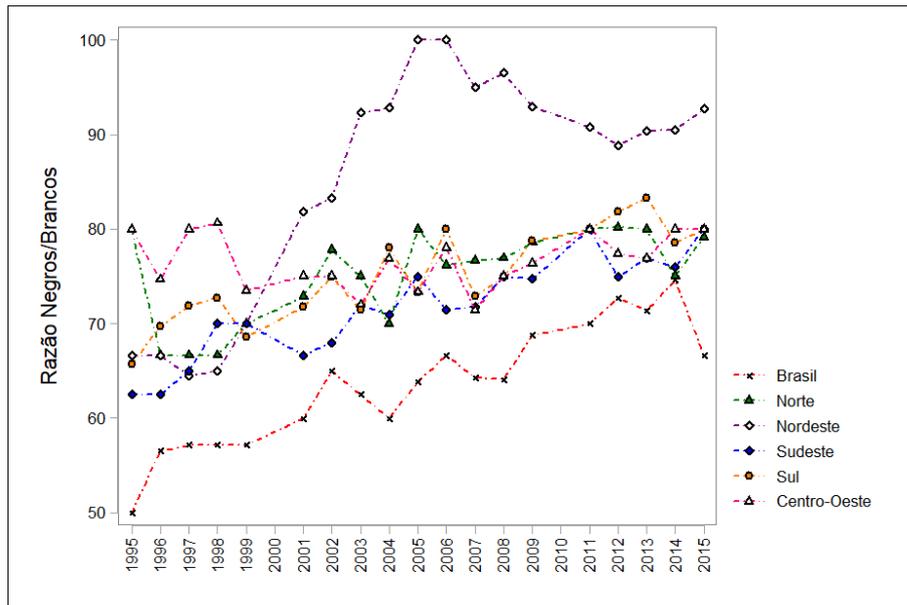
**Figura 4.18.** Evolução do valor real do rendimento mediano de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias de cor - Brasil, 1995-2015

a mediana. Por outro lado, pode-se verificar que, neste período, em ambos os casos, o rendimento mediano cresceu (cerca de 78% no caso dos negros e cerca 33% no caso dos brancos) mais do que o rendimento médio, um indício de que dentro de ambos os grupos de cor houve redução da desigualdade da distribuição dos rendimentos do trabalho.

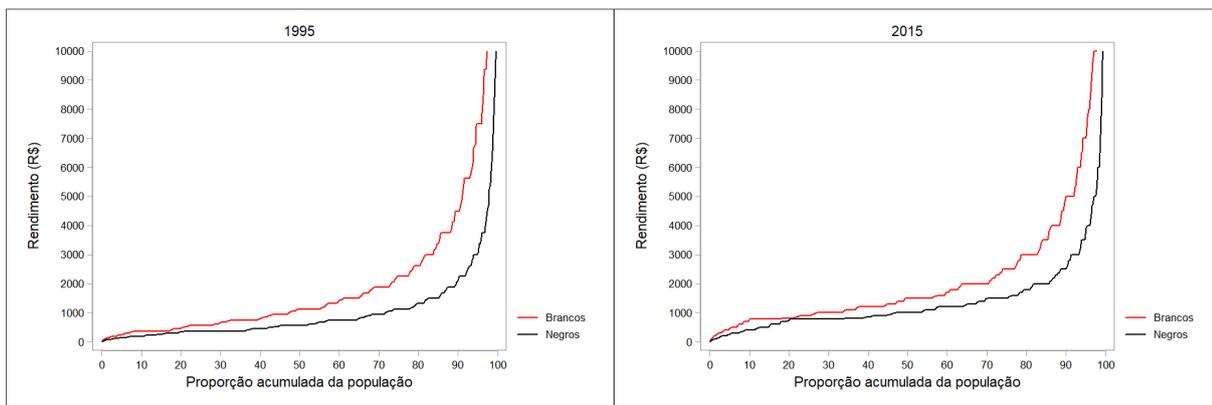
A figura 4.19 apresenta a evolução da razão entre as medianas das distribuições dos rendimentos do trabalho dos dois grupos de cor, considerando a divisão do Brasil conforme as cinco grandes regiões geográficas. O quadro geral é semelhante ao apresentado na figura 4.17, com os resultados para as regiões sempre maiores do que o observado quando se considera o país como um todo. Chama a atenção a evolução da razão entre os rendimentos medianos de negros e brancos na região Nordeste, que aumentou de 66,7% para 92,7% no período analisado.

A figura 4.20 apresenta as curvas de quantis das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, no Brasil, em 1995 e 2015. Como se pode observar, tanto no início quanto no final do período analisado, a curva referente à distribuição dos brancos nunca se encontra abaixo da referente à distribuição dos negros, o que caracteriza a dominância de primeira ordem da primeira sobre a segunda distribuição. Assim, dado um valor de rendimento qualquer, a proporção da população negra ocupada que auferir rendimento abaixo daquele valor nunca se mostrará menor do que a proporção da população ocupada branca em mesma situação. Embora não sejam apresentadas as representações gráficas, pode-se verificar, com base nos dados da PNAD, que em todas as grandes regiões do país a distribuição dos negros é dominada em primeira ordem pela dos brancos.

Uma forma alternativa de verificar a dominância de primeira ordem entre duas distribuições é considerar as razões entre seus correspondentes pares de quantis, conforme ilustra a figura 4.21. Note-se que, tanto em 1995 quanto em 2015, as razões entre os correspondentes pares de percentis das distribuições de negros e brancos são sempre menores do que a unidade. Isso mostra que os percentis da distribuição dos negros são sempre menores do que os correspondentes percentis da distribuição dos brancos, caracterizando



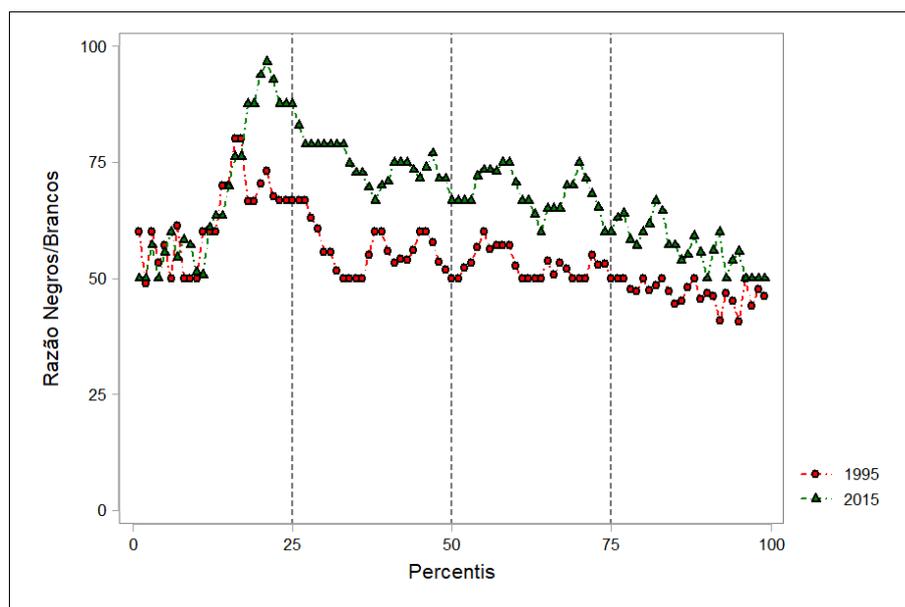
**Figura 4.19.** Evolução da razão (%) entre o rendimento mediano de todos os trabalhos dos indivíduos negros e brancos ocupados, segundo as grandes regiões geográficas do Brasil, no período 1995-2015



**Figura 4.20.** Curvas de quantis das distribuições dos rendimentos de todos os trabalhos dos indivíduos negros e dos indivíduos brancos ocupados (truncadas em R\$ 10000,00). Brasil, 1995 e 2015

a dominância de primeira ordem da distribuição dos últimos sobre a dos primeiros. A ilustração também permite observar, para cada percentil, como a relação mudou de um ano para o outro. Na figura 4.21 estão destacados com linhas tracejadas os três quartis da distribuição.

Assim, em 1995, o primeiro quartil da distribuição dos rendimentos dos negros correspondia a 66,7% daquele referente à distribuição dos rendimentos dos brancos. No decorrer de duas décadas essa razão aumentou 20,9 pontos percentuais, alcançando 87,56% em 2015. Em termos monetários, em 1995, o valor do primeiro quartil da distribuição dos rendimentos dos negros era de R\$ 374,59, significando que, naquele ano, para pelo



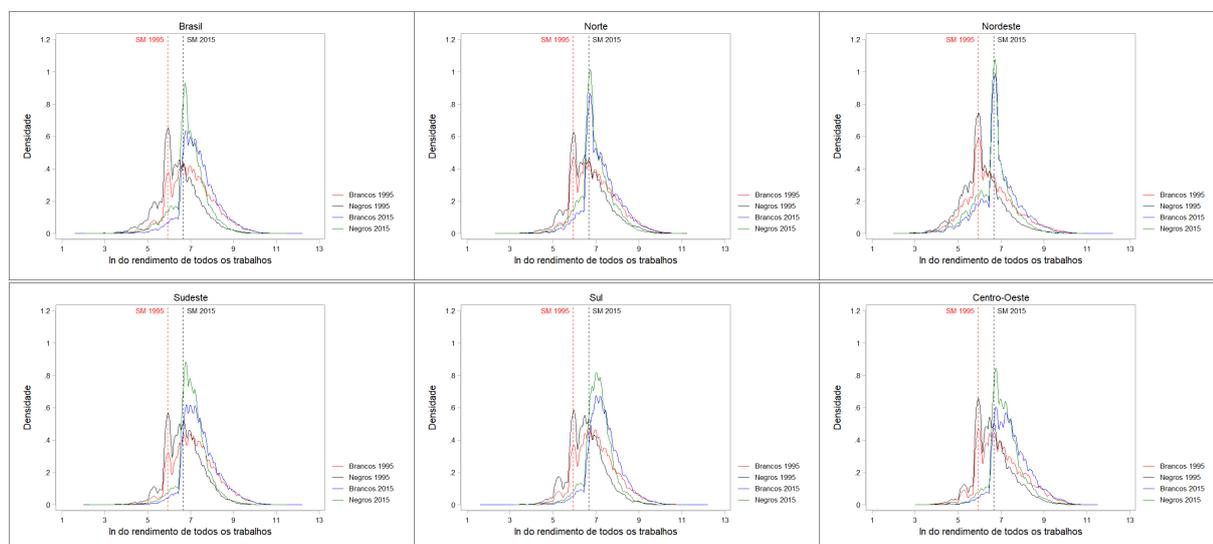
**Figura 4.21.** Razão (%) entre os correspondentes percentis das distribuições dos rendimentos de todos os trabalhos dos indivíduos negros e indivíduos dos brancos ocupados - Brasil, 1995 e 2015

menos um quarto da população negra ocupada o rendimento de todos os trabalhos não superava o valor de um salário mínimo. Para a população branca ocupada, naquele mesmo ano, o valor correspondente foi de R\$ 561,88; em 2015, os valores do primeiro quartil das respectivas distribuições foram R\$ 788,00 e R\$ 900,00. O caso da mediana foi comentado em parágrafos anteriores.

Seguindo, como porcentagem do referente à distribuição dos brancos, o terceiro quartil da distribuição dos negros aumentou de 50% para 60% no período analisado, uma variação de 10 pontos percentuais. Em termos monetários, os valores referentes ao terceiro quartil das distribuições dos rendimentos do trabalho dos dois grupos de cor, em 1995 e 2015, foram, respectivamente, R\$ 1123,77 e R\$ 1500,00, no caso dos negros, e R\$ 2247,53 e R\$ 2500,00 no caso dos brancos. Considerando as informações apresentadas anteriormente, verifica-se que a mediana da distribuição dos brancos é equivalente ao terceiro quartil da distribuição dos negros, ou seja, o valor de rendimento abaixo do qual se concentra metade da população branca ocupada, delimita os três quartos pior remunerados da população negra ocupada.

A figura 4.22 apresenta, para Brasil e regiões, nos anos 1995 e 2015, as estimativas das funções densidade de probabilidade do logaritmo natural do rendimento de todos os trabalhos dos indivíduos negros e brancos ocupados com rendimento positivo. De um modo geral, os comentários feitos em relação à figura 4.8 são perfeitamente válidos em se tratando da figura 4.22, mas, adicionalmente, cabe ressaltar que, embora o salário mínimo possua forte influência nas distribuições de ambos os grupos de cor, comparativamente, o efeito do salário mínimo é mais forte sobre a distribuição dos negros. Note-se que em

todos os casos a densidade da distribuição no ponto referente ao salário mínimo é sempre maior quando da distribuição dos negros vis-à-vis a distribuição dos brancos.

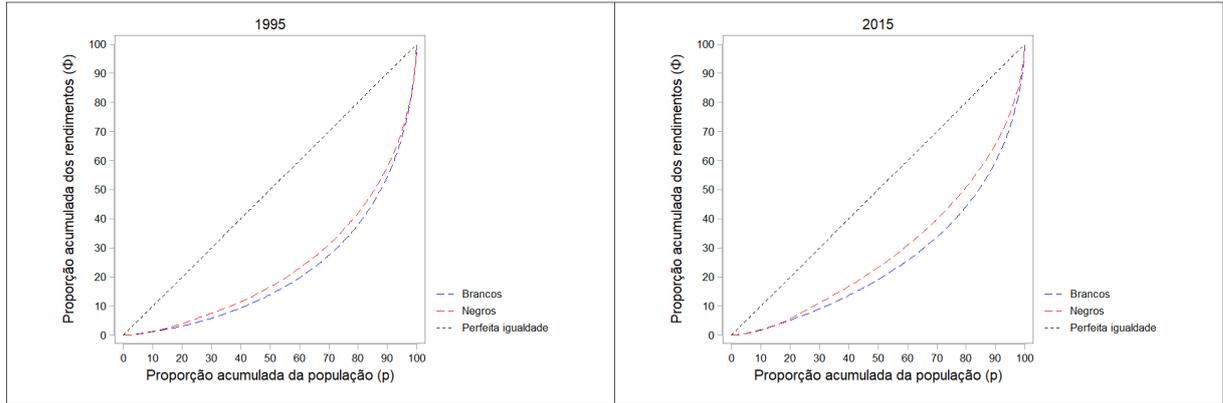


**Figura 4.22.** Estimativas das funções densidade de probabilidade do logaritmo natural dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias de cor. Brasil e regiões, 1995 e 2015

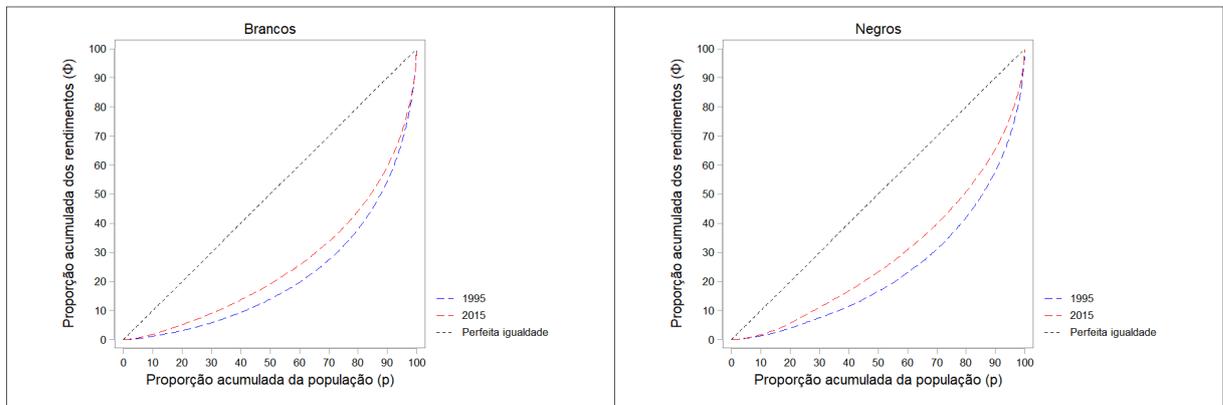
As figuras 4.23 e 4.24 apresentam curvas de Lorenz associadas a distribuições do rendimento do trabalho de negros e brancos no Brasil. No caso da primeira figura, o objetivo é comparar, em 1995 e em 2015, as curvas de Lorenz de negros e de brancos; no caso da segunda, é comparar, para cada grupo de cor, a curva de Lorenz de 1995 com a curva de Lorenz de 2015. Conforme argumentado anteriormente, quanto mais uma curva de Lorenz se afasta da linha de perfeita igualdade, maior é o grau de desigualdade da distribuição a ela associado. Assim, o que a figura 4.23 indica é que o grau de desigualdade entre os negros é menor do que entre os brancos. Já a figura 4.24 indica que, no período analisado, para ambas as categorias de cor, houve redução do grau de desigualdade no período 1995-2015. A seguir serão apresentadas as evoluções de diversas medidas de desigualdade atestando esses fatos.

A figura 4.25 apresenta, para Brasil e regiões, como evoluíram as parcelas do rendimento total do trabalho de cada grupo de cor apropriadas pelos seus 40% (40-) pior e pelos seus 10% (10+) melhor remunerados no período 1995 e 2015. Um primeiro aspecto a ser notado é a melhoria distributiva, ocorrida neste período, dentro de ambas as categorias de cor. Um segundo é que, tanto no caso nacional, quanto quando se considera cada região separadamente, a desigualdade entre os negros se mostra menor do que a desigualdade entre os brancos<sup>8</sup>. Ademais, nota-se que, tanto para brancos como para

<sup>8</sup>Cabe deixar claro que o fato de a desigualdade entre os negros ser menor do que a desigualdade entre os brancos não significa que entre os negros ela é baixa; talvez seria mais apropriado dizer que a desigualdade entre os negros é menos alta do que a observada entre os brancos. Também do ponto de vista do bem-estar social, tal constatação é insuficiente para caracterizar a distribuição dos negros como



**Figura 4.23.** Curvas de Lorenz das distribuições dos rendimentos de todos os trabalhos dos indivíduos negros e dos indivíduos brancos ocupados. Brasil, 1995 e 2015

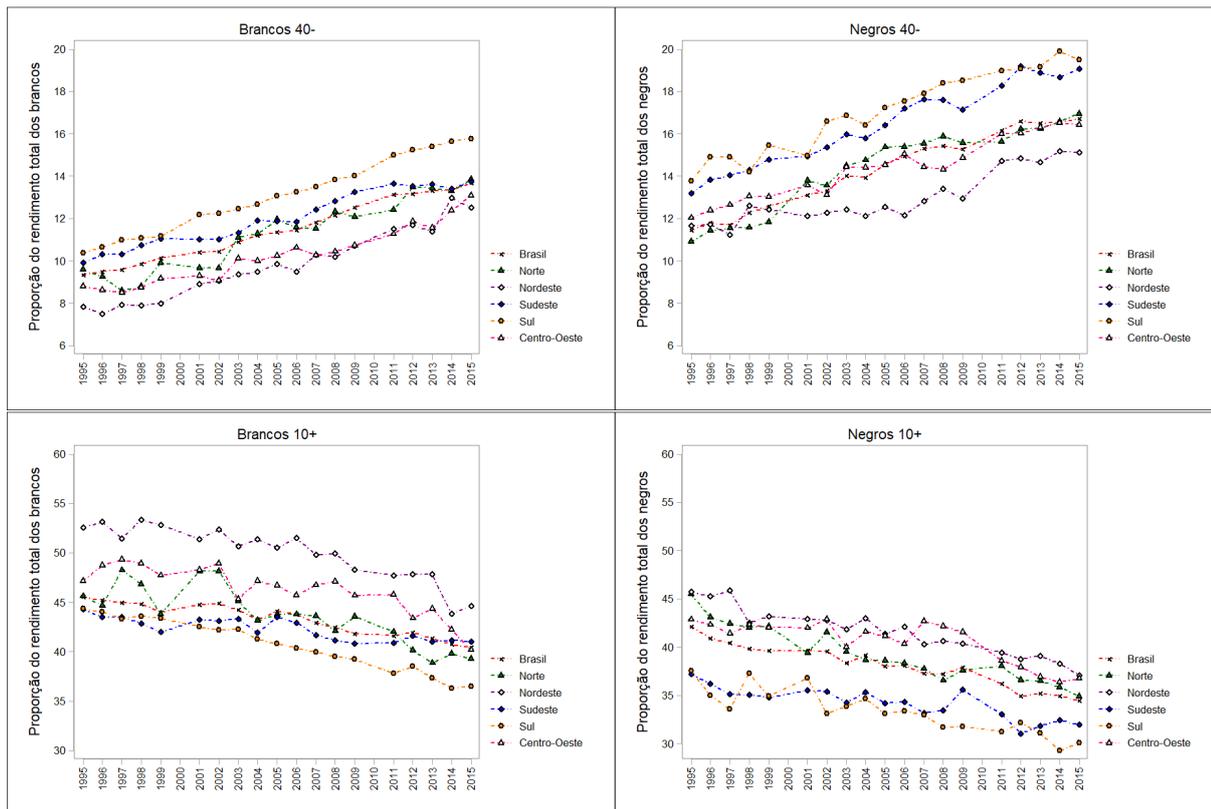


**Figura 4.24.** Curvas de Lorenz das distribuições dos rendimentos de todos os trabalhos, em 1995 e 2015, dos indivíduos negros e dos indivíduos brancos ocupados no Brasil

negros, a desigualdade dentro de cada categoria tende a ser maior nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e menor nas regiões Sul e Sudeste.

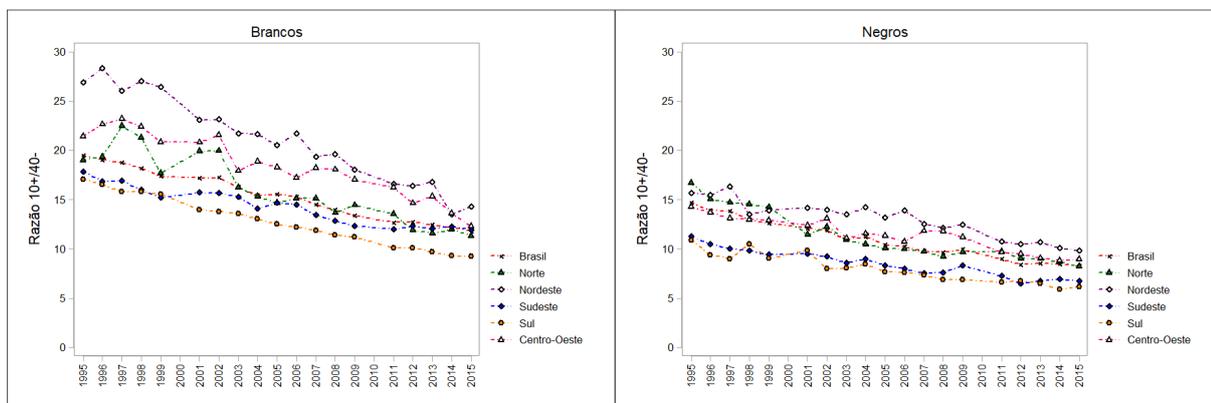
Tomando o Brasil como unidade de análise, tem-se que, em 1995, os 40- da população negra ocupada se apropriava de apenas 11,44% do rendimento total do grupo, ao passo que os 10+ se apropriavam de 42,12% do mesmo. Passados 20 anos, a parcela do primeiro grupo aumentou para 16,70%, e a do segundo caiu para 34,43%. No caso dos brancos, os 40- se apropriavam de menos de um décimo do rendimento total do grupo em 1995 (9,33%), sendo de 45,52% a parcela apossada pelos seus 10+; refletindo a tendência geral de redução da desigualdade, em 2015, a parcela dos 10+ caiu para 40,41%, e aumentou para 13,67% a referente aos 40-.

A figura 4.26 apresenta, para as duas categorias de cor, a evolução da razão entre o rendimento médio dos 10+ e o rendimento médio dos 40-, no Brasil e em suas grandes regiões. Considerando novamente o caso nacional, na população negra ocupada, em 1995, preferível à dos brancos. Dados os resultados apresentados anteriormente, sobretudo no que diz respeito à dominância de primeira ordem, não deve restar dúvidas de que os negros, em seu conjunto, prefeririam a distribuição dos brancos à sua, mesmo aquela sendo mais desigual.



**Figura 4.25.** Evolução da proporção (%) do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 40% pior remunerados (40-) e da proporção (%) do rendimento total de todos os trabalhos apropriada pelo 10% melhor remunerados (10+), segundo categorias de cor. Brasil e regiões, 1995-2015

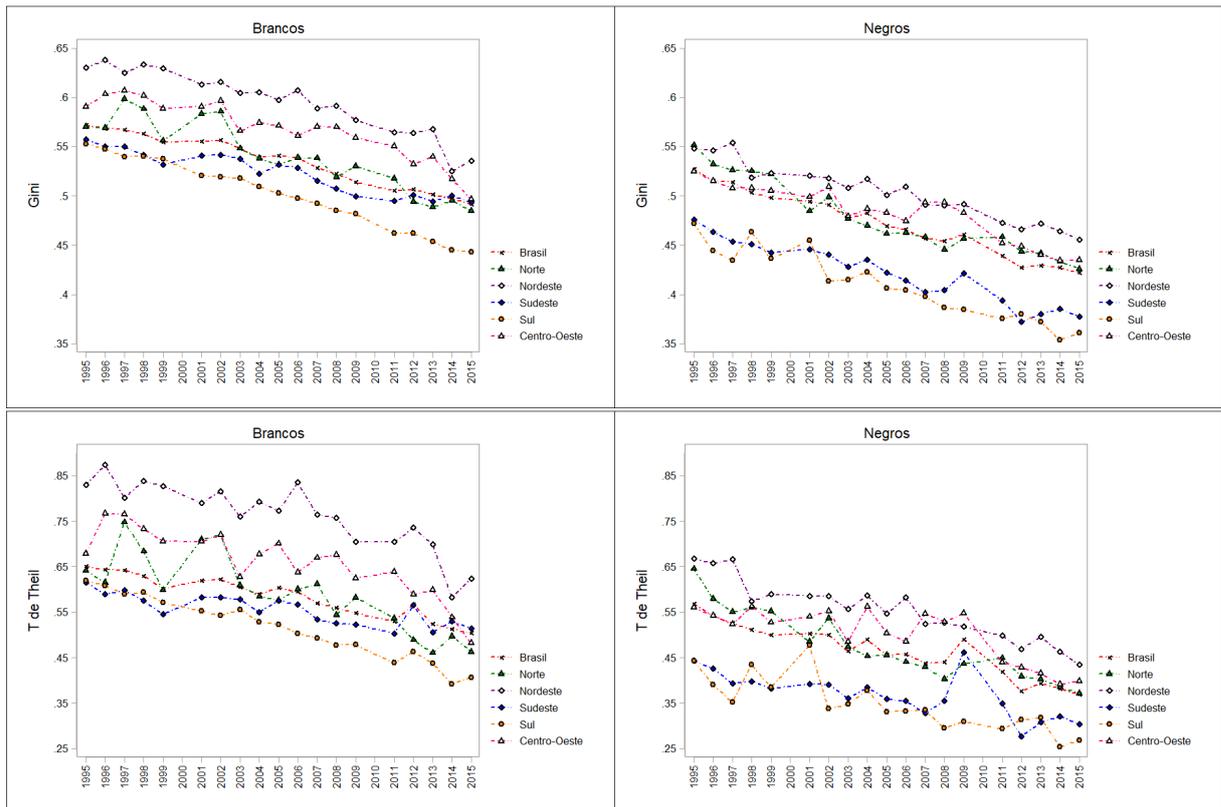
o rendimento médio dos 10+ era 14,71 vezes maior em relação ao dos 40-, tendo essa razão caído para 8,24 em 2015; na população branca, no mesmo período, a razão que era da ordem de quase 20 caiu para 11,82.



**Figura 4.26.** Evolução da razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos dos 10% melhor remunerados (10+) e o rendimento médio de todos os trabalhos dos 40% pior remunerados (40-), segundo categorias de cor. Brasil e regiões, 1995-2015

Ao encontro do que acaba de ser discutido, a figura 4.27 apresenta a evolução da

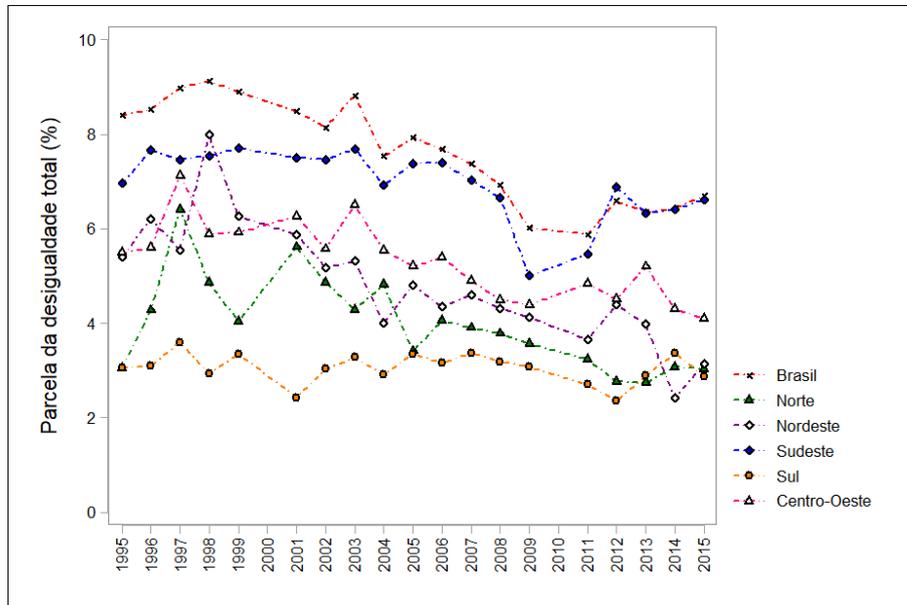
desigualdade dentro de cada categoria de cor, no período 1995-2015, medida pelo índice de Gini e pelo índice  $T$  de Theil, considerando o Brasil e suas grandes regiões. No caso da população negra ocupada, considerando o país como um todo, a desigualdade medida pelo índice de Gini caiu de 0,527 para 0,422; no caso da população branca, caiu de 0,571 para 0,491 no período em questão. Quando se considera a desigualdade medida pelo índice  $T$  de Theil, no mesmo período, esta caiu de 0,567 para 0,369, no caso da população negra, e de 0,651 para 0,504, no caso da população branca ocupada.



**Figura 4.27.** Evolução do índice de Gini e evolução do índice  $T$  de Theil da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento, segundo categorias de cor. Brasil e regiões, 1995-2015

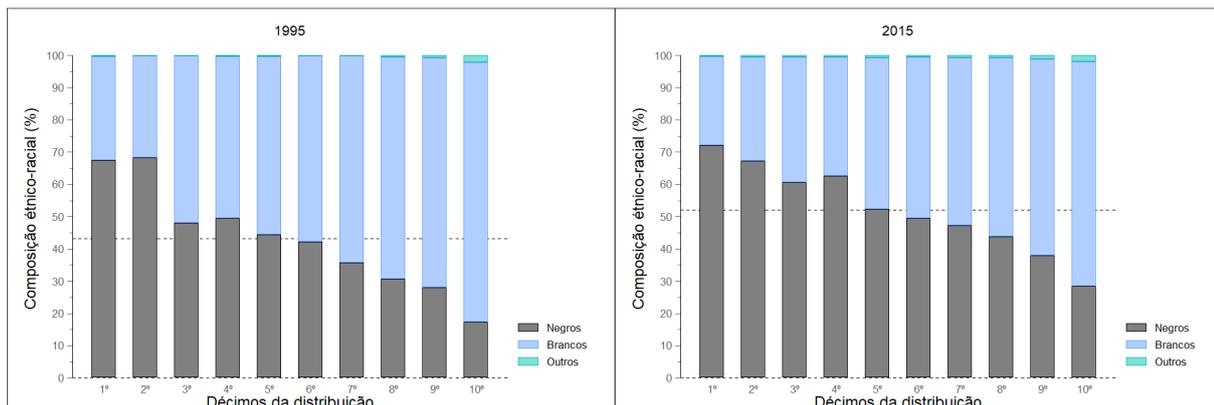
A figura 4.28 mostra, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a evolução da parcela da desigualdade total, medida pelo índice  $T$ , que é devida à desigualdade entre as categorias de cor. Análoga à análise regional realizada anteriormente, verifica-se que, embora sejam expressivas as diferenças de rendimentos entre as categorias de cor, em todos os casos, mais de 90% da desigualdade total mensurada se deve não à desigualdade entre as mesmas, mas sim à desigualdade dentro das mesmas. Em 1995, da desigualdade total da distribuição dos rendimentos do trabalho entre as pessoas ocupadas no Brasil, medida pelo índice  $T$  de Theil, apenas 8,41% era devida à desigualdade entre as categorias de cor; em 2015, essa proporção caiu para 6,69%. Por outro lado, com base nos dados da PNAD é possível constatar que, dentro de ambas as categorias de cor, no Brasil e em

todas suas regiões, mais da metade da desigualdade observada se deve à desigualdade entre os 90% pior e os 10% melhor remunerados.



**Figura 4.28.** Evolução da parcela da desigualdade total da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento medida pelo índice  $T$  de Theil devida à desigualdade entre os grupos de cor. Brasil e regiões 1995-2015

Por fim, a figura 4.29 mostra, para os anos de 1995 e 2015, a composição étnico-racial de cada décimo da distribuição dos rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas no Brasil.



**Figura 4.29.** Composição racial dos décimos da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento. Brasil, 1995 e 2015

Em 1995 e 2015, os negros representavam, respectivamente, 43,13% e 52,14% do total de ocupados no país, o que está representado por linhas pretas tracejadas nos gráficos desta figura. Numa perfeita democracia racial, nos respectivos anos, aquelas deveriam ser as proporções de negros em cada décimo da distribuição. Mas o que se verifica é uma

sobrerrepresentação dos negros nos patamares inferiores e uma sub representação dos mesmos nos patamares superiores da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil.

É sabido que uma parcela importante da desigualdade da distribuição dos rendimento do trabalho no Brasil se deve a sua altíssima concentração nos patamares mais elevados da distribuição. Como vimos na seção anterior, em 1995 e 2015, os 10+ concentravam, respectivamente, 46,63% e 39,51% do rendimento total do trabalho no país. Naqueles mesmos anos, os brancos representavam, respectivamente, 80,51% e 69,78% dos indivíduos pertencentes ao décimo mais elevado da distribuição.

#### **4.4. Bem-estar e pobreza**

Quando se pretende analisar o nível de bem-estar dos indivíduos de uma sociedade, o rendimento domiciliar per capita (RDPC) é a variável mais comumente usada. Isso se deve, sobretudo, ao fato de o acesso a bens e serviços, i.e., o acesso a quase tudo considerado fonte de bem-estar nas sociedades mercantis, depender não apenas da renda individual, mas, principalmente, da renda do grupo familiar a que pertence o indivíduo (ROCHA, 2012). Assim, nas análises desta seção, a variável de renda relevante é o rendimento domiciliar per capita (RDPC). O RDPC é obtido dividindo o rendimento domiciliar total pelo total de moradores de cada domicílio. Neste cálculo foram excluídos os moradores classificados como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. Como é usual, ao analisar a distribuição do RDPC foram considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

##### **4.4.1. Brasil e regiões**

A tabela 4.11 apresenta, para Brasil e regiões, para os anos de 1995 e 2015, diversas características da distribuição do RDPC. Faremos aqui uma análise mais geral, ficando os pormenores a cargo do leitor, que, tendo nos acompanhado até este ponto, não encontrará nenhuma dificuldade na realização dessa tarefa.

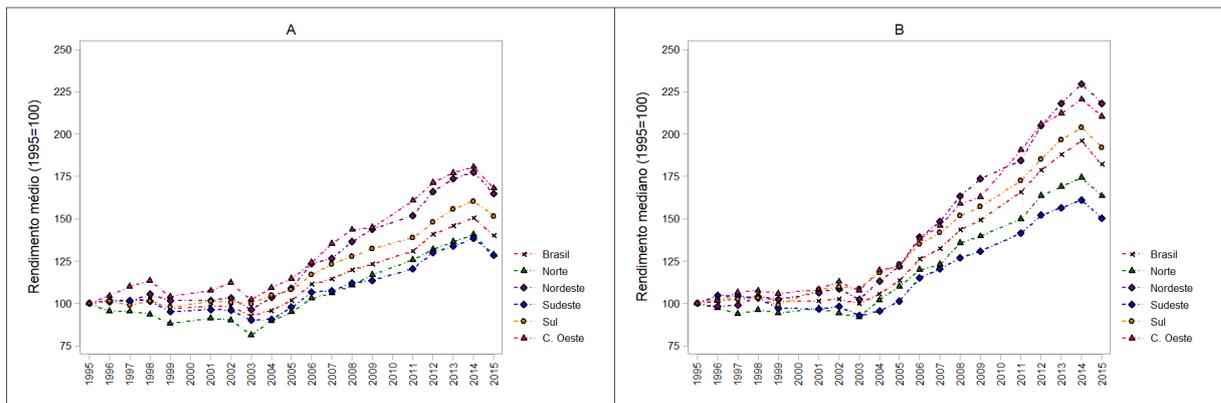
Entre as duas datas, verifica-se um aumento generalizado do RDPC médio no país. Sem surpresas, o Nordeste apresentou o menor nível de RDPC médio entre as cinco grandes regiões geográficas (R\$ 403,76 em 1995 e 665,88 em 2015), o qual correspondia à cerca de 53,57% da média nacional em 1995 (R\$ 760,34) e a 62,5% da mesma em 2015 (R\$ 1064,48). No início, a região Sudeste apresentava o melhor indicador (R\$ 977,07), mas no final do período ocupava a terceira posição (R\$1254,08), ficando atrás das regiões Sul (R\$ 1309,72) e Centro-Oeste (R\$ 1286,68).

**Tabela 4.11.** Características da distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC). Brasil e regiões, 1995 e 2015

Estatísticas		1995					2015						
		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Percentis (R\$)	p10	93,65	93,65	59,93	149,84	134,85	119,33	200,00	183,33	116,67	280,00	327,00	291,67
	p25	187,29	166,48	107,03	280,94	249,73	209,30	375,00	293,33	233,60	475,00	550,00	475,00
	p50	374,59	305,91	193,54	524,42	468,24	374,59	681,75	500,00	422,00	788,00	900,00	788,00
	p75	778,39	599,34	374,59	1032,62	906,50	756,67	1175,00	862,67	788,00	1340,00	1500,00	1369,00
	p90	1666,92	1265,17	764,16	2076,29	1872,94	1685,65	2100,00	1538,00	1254,67	2433,33	2500,00	2560,00
	p95	2659,58	2060,24	1348,52	3246,43	2871,84	2809,41	3225,00	2300,00	1960,00	3750,00	3600,00	4000,00
% do RDPC apropriada pelos:	25% mais pobres	3,48	4,16	3,93	4,23	4,31	4,14	5,20	6,12	5,09	5,98	6,66	5,95
	40% mais pobres	8,09	9,17	8,81	9,57	9,76	9,17	11,60	12,85	11,48	12,77	14,29	12,54
	20% mais ricos	63,90	63,32	64,76	60,80	61,02	63,05	55,95	54,09	55,27	55,05	51,24	55,95
	10% mais ricos	47,55	47,62	50,42	44,54	44,50	46,88	40,34	38,30	40,31	39,88	35,63	40,49
	5% mais ricos	33,89	34,39	37,98	31,34	31,31	33,11	28,31	26,42	28,79	27,98	24,29	28,16
Média do RDPC para (R\$):	Geral	760,34	605,05	403,76	977,07	863,66	765,79	1064,48	779,14	665,88	1254,08	1309,72	1286,68
	25% mais pobres	105,73	100,59	63,45	165,26	148,81	126,73	221,61	190,68	135,59	300,08	349,01	306,36
	40% mais pobres	153,87	138,72	88,90	233,80	210,75	175,62	308,73	250,24	191,03	400,31	467,74	403,41
	20% mais ricos	2429,25	1915,60	1307,48	2970,47	2634,86	2414,27	2977,70	2107,11	1840,01	3452,13	3355,60	3599,81
	10% mais ricos	3615,68	2880,99	2035,67	4351,73	3843,35	3589,78	4294,52	2983,81	2684,04	5001,34	4665,93	5209,19
	5% mais ricos	5153,39	4161,25	3066,87	6124,80	5408,61	5071,36	6027,15	4117,67	3833,84	7017,85	6362,73	7247,24
Razão 10+/40-		23,50	20,77	22,90	18,61	18,24	20,44	13,91	11,92	14,05	12,49	9,98	12,91

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

Em termos de variação relativa, nestes 20 anos, para o país como um todo, o RDPC médio cresceu 40%. Mas como podemos observar na figura 4.30A, o período 1995-2003 é marcado por queda no RDPC médio, de forma que, todo o crescimento observado ocorreu no período consequente, em que a taxa média geométrica de crescimento foi de 3,5% ao ano. Em termos regionais, as maiores taxas de crescimento no período foram experimentadas pelas regiões Centro-Oeste (68%) e Nordeste (64,9%). Na região Sul o RDPC médio cresceu 51,6%, e com taxa de crescimento em torno de 28,5%, ocuparam as últimas posições as regiões Sudeste e Norte. Em todos os casos, verifica-se um crescimento contínuo do RDPC no decênio 2004-2014, com interrupção no ano subsequente. Em termos qualitativos, esses resultados se assemelham muito àqueles que verificamos quando analisamos a distribuição dos rendimentos do trabalho, fato um tanto quanto esperado, uma vez que, ao longo de todo o período analisado, os rendimentos do trabalho responderam por mais de 70% do rendimento total captado pela PNAD.



**Figura 4.30.** Evolução dos valores reais da média e da mediana da distribuição do rendimento domiciliar per capita (RDPC) - Brasil e regiões, 1995-2015

Seguindo em nossa odisseia, em 1995, pelo menos 50% dos brasileiros viviam com RDPC que não ultrapassava o valor de um salário mínimo corrente (R\$ 374,59); os 40% mais pobres se apropriavam de apenas 8,1% do rendimento total, sendo de R\$153,87 a média do RDPC para este grupo. Situação ainda mais severa vivenciavam os residentes na região Nordeste, onde para pelo menos metade da população o RDPC não ultrapassava R\$ 194,00, sendo a média para os 40% mais pobres inferior à R\$ 90,00. No extremo oposto, os 10% mais ricos do país se apropriavam de 47,55% do rendimento total, e cabia aos 5% mais ricos 33,9% do mesmo. No caso da região Nordeste, passava da metade a parcela do rendimento total que ficava com os 10% mais ricos da região, sendo de quase dois quintos (38%) a parcela referente aos 5% mais ricos. Verifica-se, ainda, que, em relação à região Nordeste, as demais regiões apresentavam quadros não tão gritantes, mas em todas elas é patente o elevadíssimo grau de desigualdade da distribuição do RDPC.

De 1995 para 2015 verifica-se uma melhoria geral nos diversos indicadores. Como se pode observar na figura 4.30B, no período em questão, e em todos os casos, o cresci-

mento das medianas foi substancialmente maior do que o observado para as médias das respectivas distribuições. Isso significa que, no país como um todo e em todas as suas cinco regiões, houve redução da assimetria da distribuição do RDPC, o que está associado à redução da desigualdade. Voltando às estatísticas da tabela 4.11, em 2015, para o país como um todo, a mediana da distribuição do RDPC era R\$ 681,75, valor muito superior aos referentes às regiões Norte (R\$ 500,00) e Nordeste (R\$ 422,00); no Sudeste e no Centro-Oeste um RDPC de um salário mínimo separava as duas metades das distribuições; na região Sul, onde se observa o melhor indicador entre as cinco regiões, R\$ 900,00 era o limite superior para o quinto décimo da distribuição do RDPC.

As informações sobre o topo da distribuição nos permitem refletir sobre o que é ser rico nos contextos nacional e regionais. Como já mencionamos, pessoas relativamente ricas para a distribuição da renda no Brasil costumam se considerar pobres, e quando muito, admitem pertencer à classe média. De acordo com os dados da PNAD, em 1995, indivíduos que gozavam de um rendimento domiciliar per capita superior à R\$ 1666,92 se encontravam entre os 10% mais ricos do país e, entre os 5% mais ricos, aqueles com RDPC superior a R\$ 2659,58. Refletindo as enormes disparidades regionais, na região Nordeste, era de R\$ 764,16 o valor que separava os 90% mais pobres dos 10% mais ricos, e para fazer parte do vigésimo mais rico bastava gozar de um RDPC maior do que 1348,52; na região Sudeste, o limite inferior do último décimo era de R\$ 2078,29, e era de R\$ 3246,43 o limite inferior para aqueles que pertenciam ao último vigésimo da distribuição do RDPC. Os valores para as demais regiões encontravam-se entre as duas situações expostas.

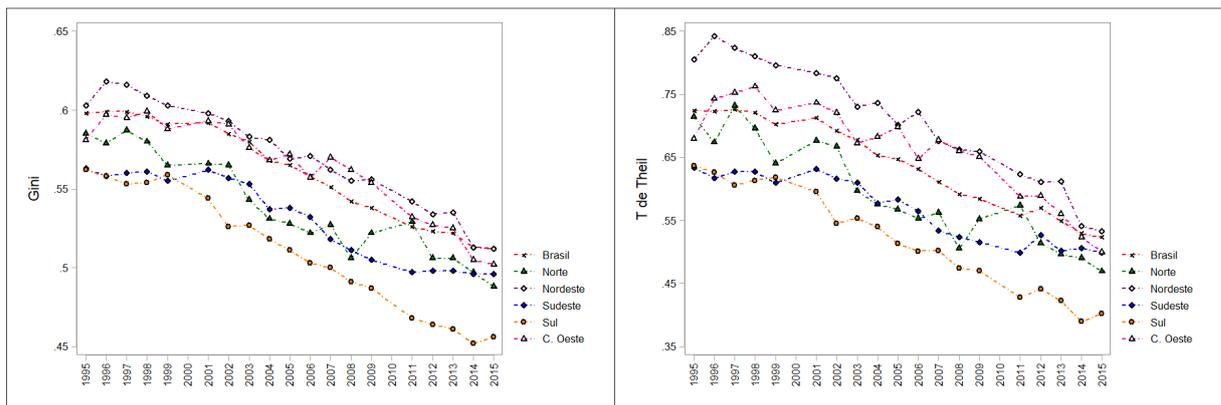
Em 2015, para o país como um todo, havia aumentado para R\$ 2100,00 o 90º percentil e para R\$ 3225,00 o 95º percentil da distribuição do RDPC. No Nordeste, naquele mesmo ano, ter RDPC maior do que R\$ 1358,00 era condição suficiente para fazer parte do décimo mais rico, e aqueles com RDPC superior à R\$ 2300,00 encontravam-se entre os 5% mais ricos da região. Note-se que, em 2015, para os percentis mais altos, os valores referentes à região Centro-Oeste superaram os relativos às regiões Sudeste e Sul. Assim, naquela região, para pertencer ao décimo mais rico, haveria de ter um RDPC da ordem de R\$ 2560,00 ou mais; os valores referentes às regiões Sudeste e Sul eram, respectivamente, R\$ 2433,33 e R\$ 2500,00. No caso da região Centro-Oeste, o percentil 95º da distribuição do RDPC era R\$ 4000,00, e nos casos das regiões Sudeste e Sul, R\$ 3750,00 e R\$ 3600,00, respectivamente. Como indicativo da enorme desigualdade no topo da distribuição, verifica-se, em todos os casos, que médias do RDPC para os 10% mais ricos (5% mais ricos) são muito maiores do que os 90º percentis (95º percentil) das respectivas distribuições.

Ademais, como base nos dados apresentados na parte superior da tabela 4.11, verifica-se que, tanto no início quanto no final do período analisado, os percentis referentes à distribuição do RDPC na região Nordeste são sempre menores do que os referentes às distribuições das demais regiões. Em outras palavras, a distribuição da região Nordeste

é dominada em primeira ordem pelas distribuições das demais regiões. Isso nos permite afirmar que, do ponto de vista da renda, independentemente da linha e do indicador de pobreza adotados, dentre as cinco regiões, a Nordeste sempre será apontada como aquela com maior incidência de pobreza. Verifica-se, ainda, que, em todos os casos, as distribuições referentes ao ano de 2015 dominam em primeira ordem as relativas ao ano de 1995. Analogamente, podemos afirmar que, no período em questão, do ponto de vista da renda, independentemente da linha e do indicador de pobreza adotados, houve redução dos níveis de pobreza no país como um todo e em todas as suas cinco grandes regiões.

Os dados apresentados na parte central, e na última linha da tabela 4.11, indicam uma redução geral no grau da desigualdade da distribuição do RDPC neste período. Exemplificando, para o país como um todo, cai para 40,37% (28,31%) a parcela do RPDC total apropriada pelos 10% mais ricos (5% mais ricos), e aumenta para 11,6% a referente aos 40% mais pobres; padrões semelhantes são observados em todas as cinco grandes regiões. Adotando como medida de desigualdade a razão 10+/40-, tem-se que, para o país como um todo, em 1995, o RDPC médio dos 10% mais ricos que era 23,50 vezes maior do que o referente aos 40% mais pobres, sendo de 13,91 o valor observado em 2015. A região Nordeste é apontada como a mais desigual e a região Sul como a menos desigual do país. No caso da primeira, a razão 10+/40- que era de 22,9 em 1995, cai para 14,05 em 2015; no caso da segunda, passa de 18,24 para 9,98 entre as duas datas.

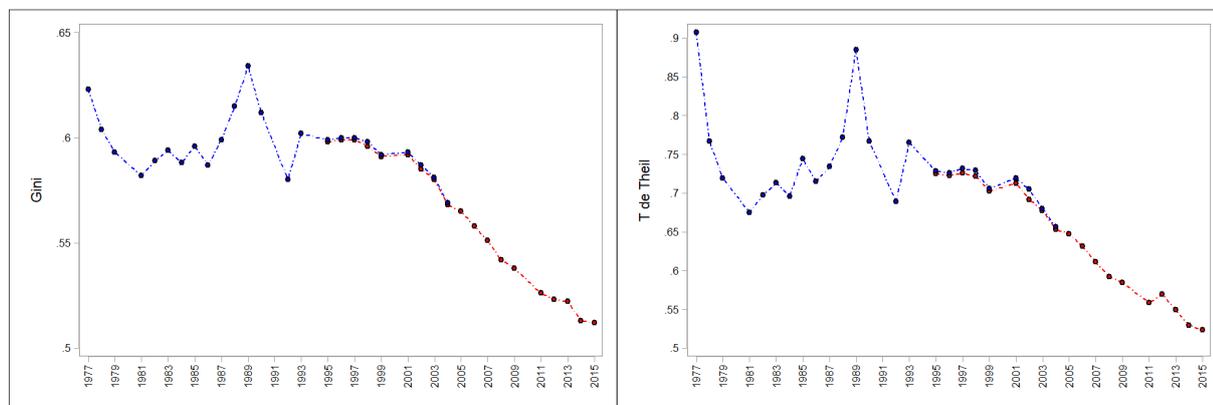
A figura 4.31 apresenta a evolução dos índices de Gini e  $T$  de Theil da distribuição do rendimento domiciliar per capita, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, onde fica evidente a substancial redução do grau de desigualdade da distribuição do RDPC experimentada pelo país neste período, sobretudo a partir de 2001.



**Figura 4.31.** Evolução do índice de Gini e evolução do índice  $T$  de Theil da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil e regiões, 1995-2015

Medida pelo índice de Gini, a desigualdade no país caiu de 0,598 para 0,512 entre 1995 e 2015; medida pelo índice  $T$  de Theil, de 0,725 para 0,523 no mesmo período. Padrões semelhantes são observados em todas as cinco grandes regiões do país, e, de um modo geral, as regiões Nordeste e Centro-Oeste se apresentam como as mais desiguais, e

como a menos desigual, a região Sul. De forma complementar, a figura 4.32 mostra, para o Brasil, no período 1977-2015, a evolução dos índices de Gini e  $T$  de Theil da distribuição do RDPC<sup>9</sup>. Fica evidente que o nível de desigualdade em 2014/2015 foi o menor alcançado nessas quase quatro décadas.



**Figura 4.32.** Evolução do índice de Gini e evolução do índice  $T$  de Theil da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil e regiões, 1977-2015

Os estudos apontam que foram múltiplos os fatores que contribuíram para esse processo substantivo de queda da desigualdade da distribuição do RDPC no Brasil neste período (Cf. BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2006; 2007; HOFFMANN, 2009; 2014; SOARES, 2006; 2010; ROCHA, 2012). Como já indicado, do rendimento total captado pela PNAD, a maior parcela é a proveniente da renda do trabalho, sendo essa a principal e, frequentemente, a única fonte de renda dos indivíduos e das famílias. Assim, é natural que o comportamento do rendimento do trabalho, à luz das transformações ocorridas no mercado de trabalho, seja o principal determinante dessa melhoria distributiva (Cf. HOFFMANN, 2014).

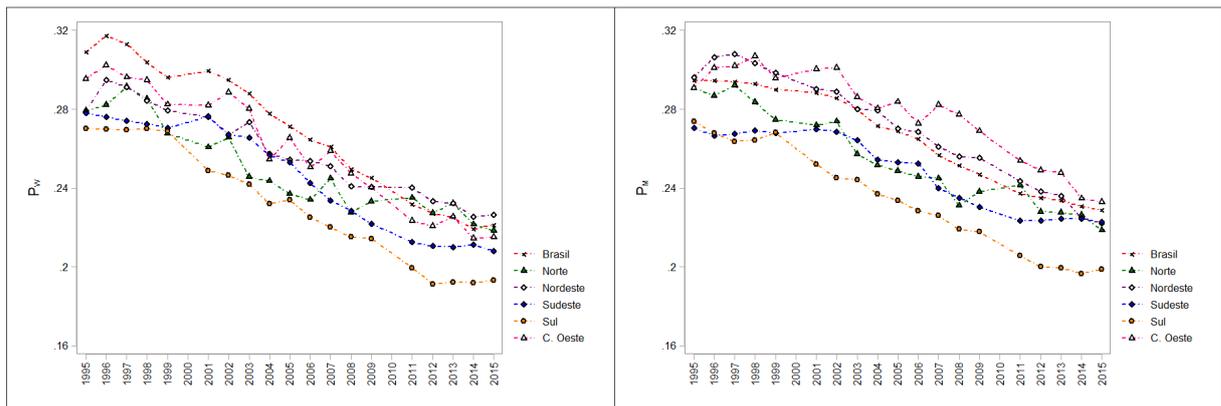
Em grande parte, o nível e a dispersão dos rendimentos do trabalho dependem da distribuição das características dos seus trabalhadores, como educação, esforço, experiência etc., bem como dos retornos a essas características. Os retornos, por sua vez, dependem da distribuição da demanda por essas características. Em se tratando das transformações ocorridas no mercado de trabalho, a enorme expansão dos níveis de escolaridade, que provocou uma queda significativa nos retornos à educação, é apontado como o determinante principal da redução da desigualdade de rendimento do trabalho e, concomitantemente, da desigualdade da distribuição da renda domiciliar per capita observada no país a partir do início dos anos 2000 (Cf. MENEZES-FILHO, FERNANDES e PICCHETTI, 2007; BARROS, et al., 2009; MENEZES e OLIVEIRA, 2014). Outros fatores, como o aumento da formalização do mercado de trabalho, o aumento do salário mínimo real e os programas de transferências de renda, também contribuíram para esse processo (Cf. HOFFMANN, 2014; JESUS e HOFFMANN, 2015).

<sup>9</sup>As estimativas em azul foram retiradas de Barros, Foguel e Ulysea (2006).

A análise da distribuição do RDPC também pode ser feita utilizando medidas da polarização. Aqui nos limitaremos ao conceito de bipolarização, que consiste, essencialmente, de um contraste entre a desigualdade “entre” dois grupos, um mais rico e outro mais pobre, e a desigualdade “dentro” dos grupos. A polarização varia diretamente com o distanciamento entre os dois grupos e com a identidade dentro deles. Em termos práticos, a ideia de polarização da renda está associada ao aumento da frequência relativa de pobres e ricos, com redução da classe média.

Uma das medidas de bipolarização mais comumente usadas foi proposta por Foster e Wolfson (1992). A medida foi reapresentada e analisada por Wolfson (1944, 1997), recebendo este nome. Sendo  $G$  o índice de Gini geral,  $G_m$  o índice de Gini da desigualdade entre os dois grupos separados pela mediana,  $\mu$  a média e  $m$  a mediana da distribuição, a medida de polarização de Wolfson pode ser definida como  $P_W = (2G_m - G) \frac{\mu}{m}$ . De forma análoga, conforme discutido em Hoffmann (2008, 2017) e em Hoffmann, Botassio e Jesus (2019), podemos definir a seguinte medida de bipolarização associada à média:  $P_M = 2G_\mu - G$ , onde  $G_\mu$  é o índice de Gini da desigualdade entre os dois grupos separados pela média. Assim, a medida  $P_W$  corresponde à divisão da população em dois estratos delimitados pela mediana, e a medida  $P_M$  corresponde à divisão em dois estratos com base na média.

A figura 4.33 apresenta a evolução das medidas de polarização  $P_W$  e  $P_M$  da distribuição do RDPC, para Brasil e regiões, no período 1995-2015. Em todos os casos, verifica-se clara redução da polarização da distribuição do RDPC no período analisado, acompanhando a redução da desigualdade<sup>10</sup>.

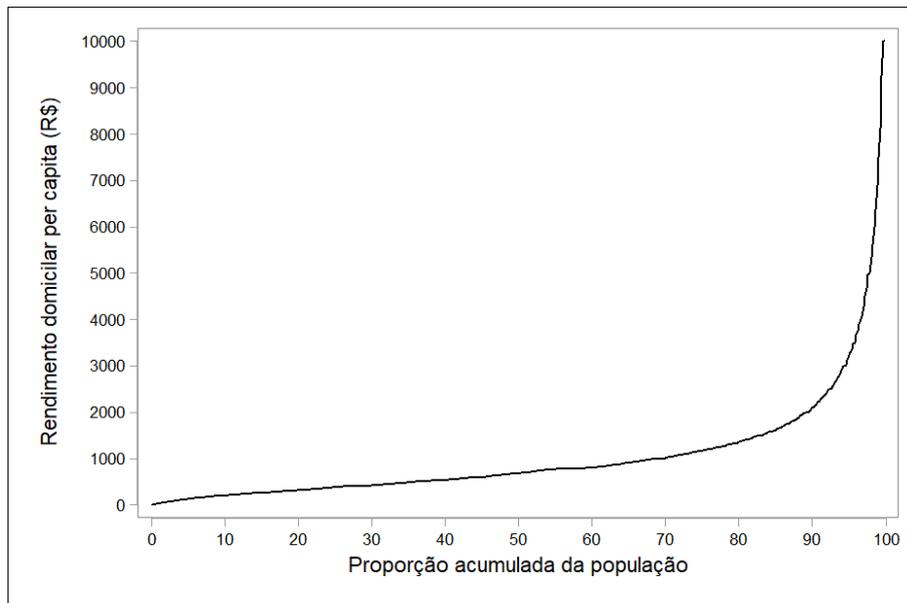


**Figura 4.33.** Evolução das medidas de polarização  $P_W$  e  $P_M$  da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil e regiões, 1995-2015

É inegável, e ficará ainda mais evidente com as análises que se seguirão, que no período que estamos estudando houve uma melhoria importante na distribuição dos rendimentos no país, a qual teve efeitos diretos sobre os níveis de bem-estar dos brasileiros,

<sup>10</sup> Para uma análise mais aprofundada acerca da evolução da polarização da renda no Brasil, ver Hoffmann (2017).

sobretudo no que se refere à redução dos níveis de pobreza. Mas é importante que fique claro que nascemos e permanecemos uma nação muito desigual e injusta, marcas estas que, tudo indica, não nos deixarão tão cedo. A figura 4.34 apresenta a curva de quantis da distribuição do RDPC, referente ao ano de 2015, para o Brasil. A curva de quantis também é denominada de “Parada de Pen”.



**Figura 4.34.** Curva de quantis da distribuição do rendimento domiciliar per capita - Brasil, 2015

A seguir, com contextualização das informações, é reproduzido um trecho de Hoffmann (2019, p. 6-7), que nos brinda como uma interpretação muito didática da curva de quantis:

Pen (1971) imaginou uma parada de pessoas ordenadas conforme valores crescentes da renda e admitiu que, num passe de mágica, as pessoas ficassem com altura proporcional à sua renda, de maneira que a altura média correspondesse à pessoa com renda média. Imagine uma parada dessas com uma grande amostra de pessoas representando a distribuição do RDPC no Brasil, no ano de 2015. Vamos admitir que todo o desfile, do mais pobre ao mais rico, iria durar 100 minutos. Considerando os dados apresentados na Tabela 4.12, ao final de 10 minutos de parada estaria passando uma pessoa com altura incrivelmente baixa ( $200/1064,48 = 0,18$  da média). Ao final de 25 minutos ainda estariam passando pessoas com altura bem inferior à metade da média ( $375/1064,48 = 0,35$ ). No meio do desfile, isto é, após 50 minutos, estariam passando anões com altura igual a 0,64% da média ( $681,75/2.118 = 0,64$ ). Só quando já tivessem passado três quartos do desfile é que veríamos pessoas com

altura média, pois o 75º percentil é semelhante à renda média. Nos últimos 10 minutos veríamos passar gigantes cada vez mais altos. A pessoa correspondente ao 95º percentil teria altura igual a 3,03 vezes a média. De acordo com os dados da PNAD, no início do último minuto teríamos uma pessoa com altura igual a 7,04 vezes a altura média, e a parada terminaria com uma pessoa com altura igual a 140,9 vezes a média.

Obviamente, reduções nos níveis de pobreza ocorrem apenas quando cresce a renda dos mais pobres, e existem dois instrumentos polares capazes de produzir tal feito. O primeiro é o crescimento econômico balanceado, que eleva igualmente a renda de todos os grupos. O segundo é a redução no grau de desigualdade, que faz crescer a fatia da renda total apropriada pelos pobres e, dessa forma, aumenta a renda desse grupo, mesmo na ausência de crescimento. O ideal é poder contar com os dois instrumentos: o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto as reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos pobres cresça mais rapidamente que a dos ricos (BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2006).

Antes de passarmos à análise dos indicadores de pobreza para o Brasil e suas cinco grandes regiões, vamos examinar como o crescimento econômico afetou os relativamente pobres. Para isso usaremos duas abordagens. A primeira consiste na análise do crescimento do rendimento médio das parcelas mais pobre e mais rica da população, e a segunda, na construção da “curva de crescimento para pobres” proposta por Son (2004).

Ainda com base nas informações apresentadas na tabela 4.11, pode-se verificar que, entre 1995 e 2015, no Brasil, o RDPC médio dos 25% mais pobres cresceu 109,60%, e se se considerarmos os 40% mais pobres, cresceu 100,65%; por outro lado, o crescimento do RDPC médio dos 10% mais ricos foi de 18,78%, e o dos 5% mais ricos, de 16,96% no mesmo período. Ou seja, o crescimento do rendimento médio para as parcelas mais pobres foi substancialmente maior do que o observado para as parcelas mais ricas da população brasileira. Como já tínhamos visto, e pode ser observado na última coluna da tabela 4.12, para a população brasileira como um todo, o crescimento do RDPC médio foi de 40%.

**Tabela 4.12.** Taxa de crescimento do rendimento domiciliar per capita para diversas parcelas da população - Brasil e regiões, 1995/2015.

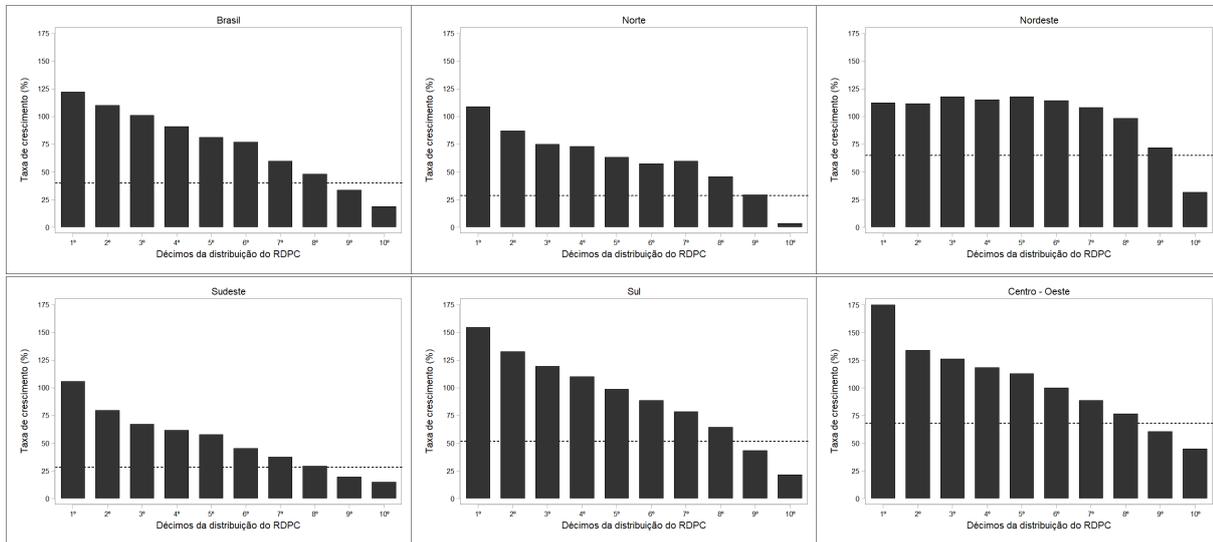
Taxa de crescimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
25% mais pobres	89,56	113,7	81,58	134,54	141,74	109,6
40% mais pobres	80,39	114,87	71,22	121,94	129,70	100,65
20% mais ricos	10,00	40,73	16,22	27,35	49,11	22,58
10% mais ricos	3,57	31,85	14,93	21,40	45,11	18,78
5% mais ricos	-1,05	25,01	14,58	17,64	42,91	16,96
Geral	28,77	64,92	28,35	51,65	68,02	40,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

A tabela 4.12 também apresenta, para o mesmo período, para cada uma das cinco

grandes regiões, as taxas de crescimento do RDPC médio referentes às diversas parcelas da população. Embora as magnitudes sejam diferentes, todas elas apresentam o mesmo padrão, mostrando que o crescimento do rendimento médio das parcelas mais pobres foi substancialmente maior em relação ao observado para as parcelas mais ricas.

Nessa mesma linha, a figura 4.35 apresenta, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a taxa de crescimento do RDPC médio por décimo da distribuição. As linhas horizontais tracejadas mostram o crescimento do RDPC médio geral. De um modo geral, verifica-se que o crescimento foi maior para os décimos mais baixos, caindo quase que continuamente à medida que se transita para os décimos mais altos da distribuição. Caso excepcional foi o da região Nordeste, onde se observa que a taxa de crescimento só cai de modo significativo a partir do oitavo décimo da distribuição.



**Figura 4.35.** Taxa de crescimento do rendimento domiciliar per capita por décimos. Brasil e regiões, 1995/2015

Sejam  $\mu_p^I$  e  $\mu_p^F$  as rendas médias dos  $p\%$  mais pobres da população nos anos inicial ( $I$ ) e final ( $F$ ) do período que estamos analisando. Obviamente, para  $p = 100$ ,  $\mu_p^I$  e  $\mu_p^F$  são as rendas médias de toda a população em cada ano.

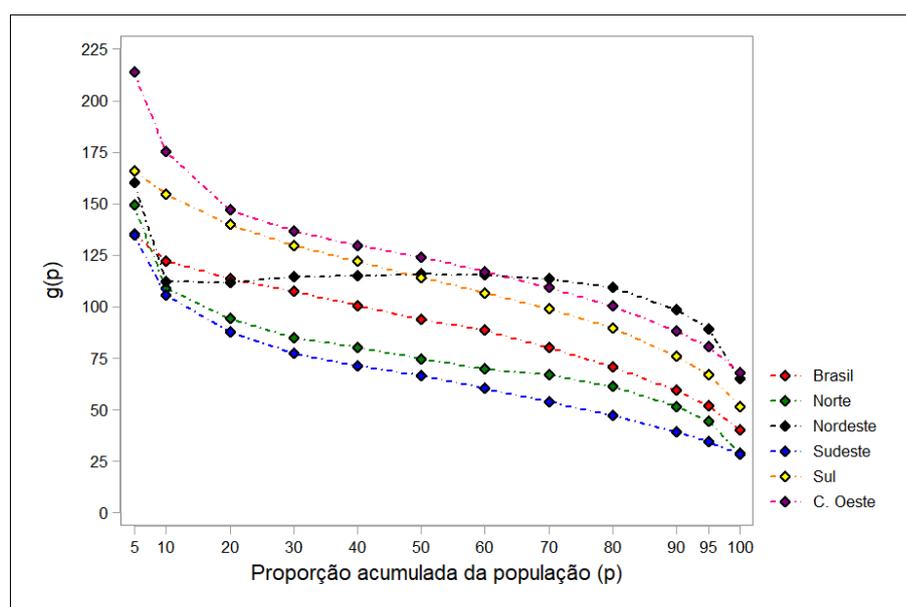
No período em questão, o crescimento percentual da renda média dos  $p\%$  mais pobres é dado por:

$$g(p) = 100 \times \left( \frac{\mu_p^F}{\mu_p^I} - 1 \right) \quad (4.1)$$

Note-se que  $g(100)$  é o crescimento da renda média de toda a população nesse período. O gráfico mostrando como  $g(p)$  varia em função de  $(p)$  é a denominada “curva de crescimento para pobres”.

Son (2004) demonstra que, se  $g(p) > 0$  para todo  $p$ , então, no período em questão, independentemente da linha de pobreza adotada, seria observada redução da proporção de pobres <sup>11</sup>. E demonstra também que, se além disso,  $g(p) > g(100)$  para todo  $p < 100$ , a redução da pobreza seria acompanhada de redução da desigualdade, pois, nessas condições, a distribuição de renda final Lorenz-domina a distribuição inicial, o que implica que a desigualdade diminui para qualquer medida que obedeça a condição de Pigou-Dalton<sup>12</sup>. Esta seria a situação em que, para Son, crescimento econômico se configuraria como “pró-pobre”; situação em que a renda média de qualquer grupo relativamente pobre cresce mais do que a média geral. Kageyama e Hoffmann (2006) afirmam não existir unanimidade na definição do que é “crescimento pró-pobre”. Alguns autores, como Kraay (2005), por eles citado, consideram que qualquer crescimento acompanhado de redução da pobreza é “pró-pobre”.

A figura 4.36 mostra a curva de crescimento para pobres para o Brasil e para suas cinco grandes regiões de 1995 a 2015.



**Figura 4.36.** Curva de crescimento para pobres - Brasil e regiões, 1995/2015

Neste período, houve crescimento pró-pobre no país como um todo e em todas as suas cinco grandes regiões. As curvas mostram que para qualquer grupo de relativamente pobres o crescimento da sua renda média foi maior do que o crescimento da média para toda a população. Como demonstrou Son (2004), o crescimento pró-pobre está necessariamente associada a uma redução na desigualdade, o que é condizente com os re-

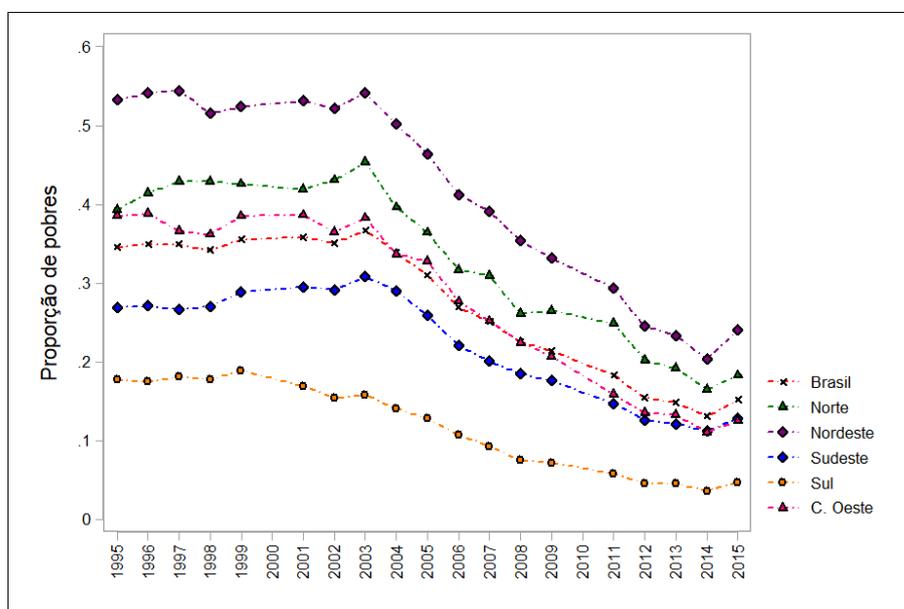
<sup>11</sup>Qualquer membro da família de índices proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) indicaria redução da pobreza. Para mais detalhes, ver Son (2004) e Athinkson (1987). Sobre a família de índices proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984), ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019).

<sup>12</sup> Ver Kageyama e Hoffmann (2006).

sultados apresentados na figura 4.31, discutidos anteriormente. Uma segunda implicação é a redução da pobreza neste período, que analisaremos a seguir.

Vimos, na figura 4.30, que o RDPC médio não apresentou comportamento uniforme no período analisado: a tendência geral foi de redução ou estagnação entre 1995 e 2003, de aumento contínuo no decênio seguinte e redução de 2014 para 2015. Assim, os resultados apresentados na tabela 4.12 e nas figuras 4.35 e 4.36, embora se refiram ao período 1995-2015, refletem sobretudo os avanços ocorridos entre 2003 e 2014. Como mostra a figura 4.37, o nível de pobreza no país manteve-se relativamente estável entre 1995 e 2003, caiu vertiginosamente no período subsequente, e voltou a aumentar de 2014 para 2015, como consequência da crise econômica que se instaurava<sup>13</sup>.

Em 1995, de acordo com os dados da PNAD, cerca de 35% da população brasileira vivia com RDPC inferior à linha de pobreza, o que correspondia a um contingente de cerca de 50 milhões de pessoas. Em 2003, superava os 60 milhões os brasileiros em situação de pobreza, o que representava cerca de 36% do total de residentes. O período subsequente é marcado por um processo de redução dos níveis de pobreza sem precedentes na história do país. Em termos absolutos, em uma década, mais de 30 milhões de brasileiros deixaram a situação de pobreza. Em 2014, a proporção de pobres atingiu o menor nível já registrado, pouco mais que 13%. Em 2015, com a instauração da crise macroeconômica, houve reversão no processo, com a proporção de pobres aumentando para cerca de 15,15%.



**Figura 4.37.** Evolução da proporção de pobres - Brasil e regiões, 1995-2015

No que diz respeito aos contextos regionais, no Nordeste, em 1995, mais da metade da população (53,24%) vivia abaixo da linha da pobreza, quadro este que permaneceu

<sup>13</sup>Foram utilizadas linhas de pobreza regionalizadas, calculadas por Sonia Rocha com base na metodologia descrita em Rocha (1997). As linhas de pobreza estão em reais de setembro de 2014 (Ver Anexo, tabela A.1.). Para o cálculo dos indicadores de pobreza, todos os valores de rendimentos foram corrigidos para a mesma data, com base no INPC.

praticamente inalterado até 2003 (54,11%). Entre 2003 e 2014, cerca de 10 milhões de nordestinos deixaram a situação de pobreza; a proporção de pobres na região caiu 33,7 pontos percentuais neste período. Mas mesmo com esse avanço, em 2014, ano em que o menor nível foi registrado, um quinto da população residente na região Nordeste ainda vivia abaixo da linha da pobreza. Seguindo as tendências gerais, de 2014 para 2015, a proporção de pobres na região aumentou para quase um quarto. Na região Sul, que apresenta o melhor indicador entre as cinco regiões, a proporção de pobres, que era de 17,68% em 1995 e 15,8% em 2003, atingiu o mínimo de 3,6% em 2014, e fechou o período em 4,7%.

A proporção de pobres na região Centro-Oeste era de 38,5% em 1995, muito próxima da observada para a região Norte (39,31%), acima da observada para o país como um todo, e muito acima da observada na região Sudeste, 26,9%. Entre 1995 e 2003, a proporção de pobres manteve-se relativamente constante na Centro-Oeste (38,23% em 2003) e aumentou na região Sudeste (30,76% em 2003). No período subsequente, observa-se, para ambas as regiões, uma redução significativa dos níveis de pobreza, a qual foi mais intensa em se tratando da região Centro-Oeste, bastando observar que no final do período analisado a proporção de pobres era praticamente a mesma nas duas regiões, cerca de 12,5%. No caso da região Norte, o proporção de pobres que era de 39,31% em 1995, aumenta para 45,31% em 2003, e daí em diante mostra forte tendência decrescente; em 2015, a proporção de pobres na região Norte se encontrava no patamar de 18,27%.

Comparando os resultados ao longo do tempo, verifica-se uma clara tendência de convergência entre as taxas regionais de pobreza. Porém, a ordem de classificação das regiões foi essencialmente mantida ao longo do período analisado, com as regiões Nordeste e Sul nas posições extremas. Outro quadro onde não se observou mudanças significativas foi o da distribuição regional dos pobres brasileiros. A tabela 4.13 mostra, para os anos de 1995 e 2015, a distribuição regional das populações pobre e total brasileiras, onde ficam evidentes os descompassos entre as participações de cada região nas respectivas populações<sup>14</sup>.

**Tabela 4.13.** Distribuição regional das populações pobre e total - Brasil, 1995 e 2015

Regiões	1995		2015	
	População		População	
	Pobre	Total	Pobre	Total
Norte	5,47	4,80	8,19	6,79
Nordeste	44,85	29,09	45,28	28,56
Sudeste	34,08	43,74	35,64	42,32
Sul	7,94	15,50	4,51	14,57
Centro-Oeste	7,66	6,87	6,38	7,76
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

<sup>14</sup>Para uma análise mais aprofundada, ver Rocha (2019, 2013, 2003b).

Conforme apontado por Rocha (2019), os pobres, qualquer que seja o conceito usado, são os menos privilegiados na distribuição de renda e riqueza, bem como no acesso a serviços públicos, informações e outros elementos desejados para uma qualidade de vida adequada. No Brasil, a pobreza absoluta persiste por causa da desigualdade na distribuição de renda, não por insuficiência global de meios para garantir um nível de vida razoável para todos. Assim, nesse sentido, o aspecto distributivo é essencial para a análise da pobreza.

A tabela 4.14 apresenta estimativas, para Brasil e regiões, das contribuições do crescimento do RDPC e queda da desigualdade da distribuição do RDPC para a redução na proporção de pobres ocorrida no período 1995-2015.

**Tabela 4.14.** Contribuições do crescimento do RDPC e queda da desigualdade da distribuição do RDPC para a redução na proporção de pobres. Brasil e regiões, 1995-2015

Indicadores	Proporção de pobres (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Distribuição de 1995	34,53	39,31	53,24	26,90	17,68	38,52
Distribuição de 2015 caso o RDPC médio fosse o mesmo de 1995	25,48	29,10	42,90	19,73	9,99	30,37
Distribuição de 2015	15,15	18,27	24,03	12,76	4,69	12,47
Redução na proporção de pobres (p.p.)						
Total	19,37	21,04	29,21	14,14	12,99	26,05
Devida à redução da desigualdade	9,05	10,21	10,34	7,17	7,69	8,15
Devida ao crescimento	10,32	10,83	18,87	6,97	5,30	17,90
Contribuição para redução da pobreza (%)						
Redução da desigualdade	46,71	48,52	35,41	50,69	59,23	31,27
Crescimento	53,29	51,48	64,59	49,31	40,77	68,73

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

Quanto aos valores apresentados na tabela 4.14, a primeira linha mostra, para aqueles estratos geográficos, as porcentagens de pobres em 1995, e a terceira linha, as porcentagens de pobres em 2015. A segunda linha mostra qual seria a porcentagem de pobres em 2015 caso o RDPC médio, em cada um dos estratos geográficos, fosse o mesmo de 1995<sup>15</sup>. A diferença entre a primeira e a terceira linhas mostra a redução total, em pontos percentuais, na proporção de pobres no período 1995-2015. A diferença entre as duas primeiras linhas é a parcela da redução total atribuída à redução da desigualdade, e a diferença entre a segunda e a terceira linhas é a parcela da redução total atribuída ao crescimento do RDPC. Essas diferenças estão apresentadas na parte central da tabela. A penúltima linha da tabela mostra a contribuição percentual da redução da desigualdade

<sup>15</sup>Para a construção dessa distribuição contrafactual, os valores da distribuição de 2015 são multiplicados pela razão entre a média da distribuição de 1995 e a média da distribuição de 2015. Este procedimento torna a média dessa nova distribuição igual à média da distribuição de 1995. Por outro lado, como a multiplicação por uma constante não altera a desigualdade da distribuição, esta permanece igual à da distribuição original, de 2015.

para a redução na proporção de pobres no período analisado. Analogamente, a última linha mostra a contribuição do crescimento do RDPC neste processo.

Assim, para o país como um todo, 46,71% da redução na proporção de pobres observada entre 1995 e 2015 está associada à redução da desigualdade, e os 53,29% remanescentes, ao crescimento do RDPC. Nas regiões Norte e Sudeste é muito equilibrada a contribuição de cada um dos fatores para a redução na proporção de pobres observada no período. Na região Sul, cerca de 60% da redução é atribuída à melhoria distributiva; nas regiões Nordeste e Centro-Oeste as contribuições da redução da desigualdade da distribuição do RDPC para a redução nos níveis de pobreza foram, respectivamente, 35,41% e 31,27%. Desse modo, verifica-se, em todos os casos, que ambos os fatores foram importantes para a redução observada nos níveis de pobreza.

Mas como vimos, de um modo geral, é no período 2003-2014 que se observa efetivamente a redução nos níveis de pobreza no país. Dado este fato, a tabela 4.15 apresenta estimativas, para Brasil e regiões, das contribuições do crescimento do RPDC e queda da desigualdade da distribuição do RDPC para a redução na proporção de pobres ocorrida neste período.

**Tabela 4.15.** Contribuições do crescimento do RPDC e queda da desigualdade da distribuição do RDPC para a redução na proporção de pobres. Brasil e regiões, 2003-2014

Indicadores	Proporção de pobres (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste
Distribuição de 2003	36,67	45,31	54,11	30,76	15,80	38,23
Distribuição de 2014 caso o RDPC médio fosse o mesmo de 2003	27,98	39,50	46,86	23,43	9,88	29,93
Distribuição de 2014	13,07	16,49	20,34	11,25	3,61	11,08
Redução na proporção de pobres (p.p.)						
Total	23,60	28,82	33,77	19,51	12,19	27,15
Devida à redução da desigualdade	8,69	5,81	7,25	7,34	5,92	8,30
Devida ao crescimento	14,91	23,01	26,52	12,17	6,27	18,85
Contribuição para redução da pobreza (%)						
Redução da desigualdade	36,83	20,16	21,47	37,61	48,59	30,57
Crescimento	63,17	79,84	78,53	62,39	51,41	69,43

Fonte: IBGE: PNADs 1995 e 2015. Elaboração própria.

A conclusão geral se mantém. Em todos os casos, tanto a redução da desigualdade como o crescimento do RDPC contribuíram de forma significativa para a redução observada na proporção de pobres. Por outro lado, com exceção da região Sul, onde as contribuições dos dois fatores foram parecidas, observa-se que a contribuição do crescimento do RDPC foi muito maior se comparada à contribuição da melhoria distributiva para a redução nos níveis de pobreza no país neste período. Como vimos, no Brasil e em todas as cinco regiões, o RDPC cresceu bastante neste período, favorecido por uma conjunção de fatores que, nas palavras de Osório (2019, p. 7), “vão do aumento do emprego à

expansão das transferências de política social, passando por mudanças demográficas, pela maior escolarização da força de trabalho e pela valorização real do salário mínimo”.

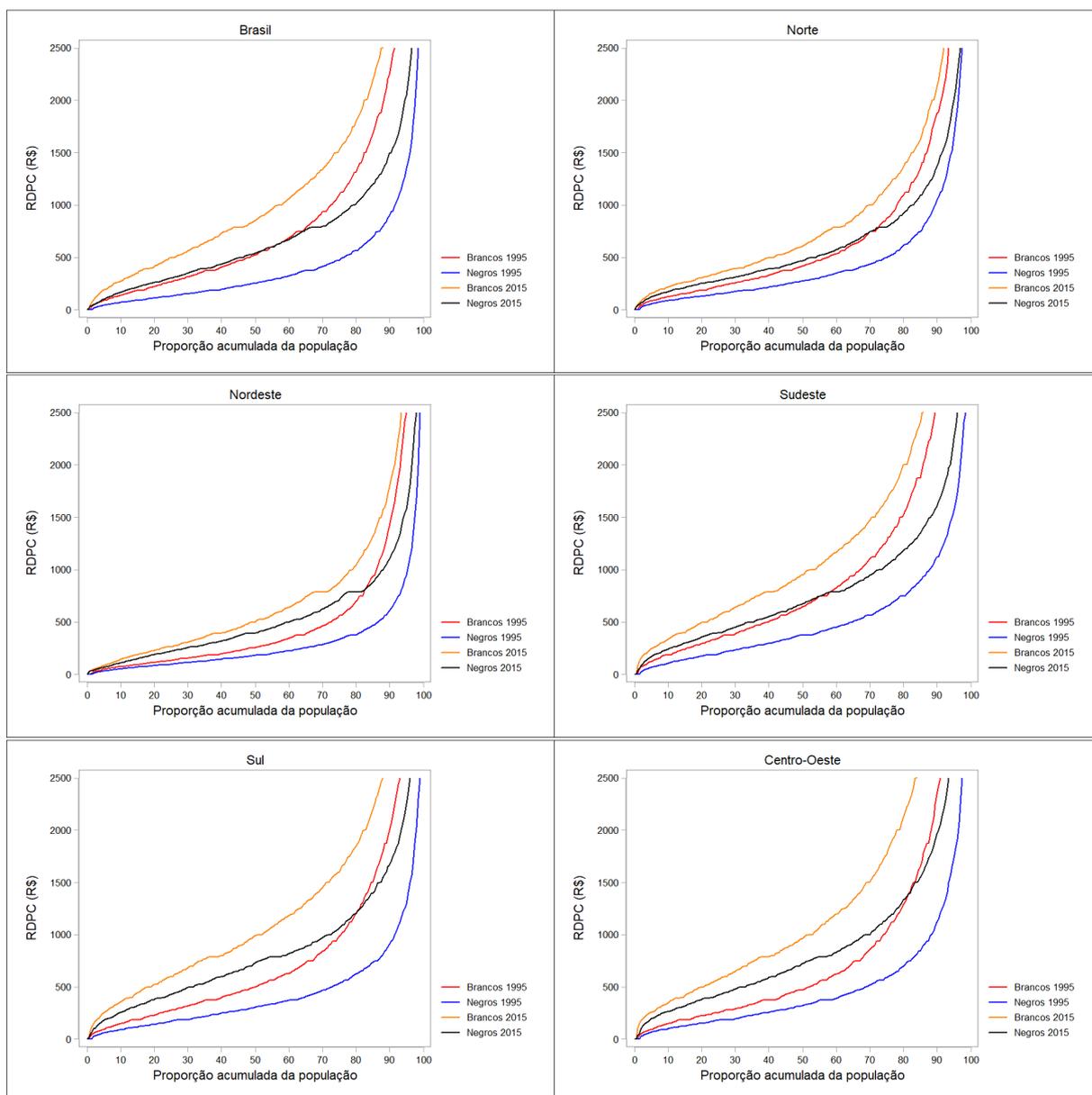
Cabe ressaltar que, com base nos resultados da tabela 4.15, seria estupidez afirmar que, se o objetivo é reduzir a pobreza então deveria-se priorizar políticas que promovam o crescimento econômico em detrimento de políticas focadas na redução da desigualdade. Aumentar a renda em 1% e reduzir a desigualdade em 1% envolvem processos e volumes de recursos totalmente diferentes. Repetindo, o ideal é poder contar com os dois instrumentos: o crescimento incrementa a renda de todos, enquanto as reduções no grau de desigualdade garantem que a renda dos pobres cresça mais rapidamente que a dos ricos.

#### 4.4.2. A cor da zebra

A figura 4.38 apresenta, para Brasil e regiões, para os anos 1995 e 2015, as curvas de quantis das distribuições do RDPC dos negros e dos brancos. Um primeiro aspecto a ser notado é que, tanto no início como no final do período analisado, e em todos os casos, a distribuição dos brancos domina em primeira ordem a dos negros. Isso nos permite concluir que a incidência de pobreza foi e continua maior entre os negros relativamente aos brancos.

Da análise da figura em questão, uma segunda conclusão que podemos tirar é que, no Brasil e em todas as regiões, entre 1995 e 2015, para ambas as categorias de cor houve redução na proporção de pobres. Basta notar que, tanto para negros quanto para brancos, a distribuição de 2015 domina em primeira ordem a de 1995. Por fim, nota-se que, quando se considera o país como um todo, no trecho relevante para a análise da pobreza, a curva de quantis da distribuição dos negros em 2015 é muito semelhante a da distribuição dos brancos em 1995. A citar, em 2015, a mediana da distribuição do RDPC dos negros era R\$ 540,30, valor não muito maior do que a mediana da distribuição dos brancos em 1995, que era R\$ 524,42. Como verificaremos, considerando o país como um todo, a proporção de pobres na população negra em 2015 se assemelha à observada na população branca fazia duas décadas.

No que diz respeito às diferenças de RDPC médio, em termos de evolução, para Brasil e regiões, os comportamentos são semelhantes aos descritos na subseção 4.3.2, verificando-se, de um modo geral, uma redução da desigualdade entre as duas categorias de cor, mas, em termos de magnitude, a desigualdade racial é maior quando se considera a distribuição do RDPC vis-à-vis a dos rendimentos do trabalho. A título de ilustração, vamos considerar o país como um todo, mas, em maior ou menor grau, o mesmo ocorre nos contextos regionais. Em 1995, o RDPC médio dos negros (R\$ 433,18) correspondia a cerca de dois quintos (42,36%) do RDPC médio dos brancos (R\$ 1022,56). Somente em 2008 a média dos primeiros alcançou a metade da referente aos últimos, e, em 2015, ano final do período analisado, a média referente à distribuição dos negros (R\$ 770,75)

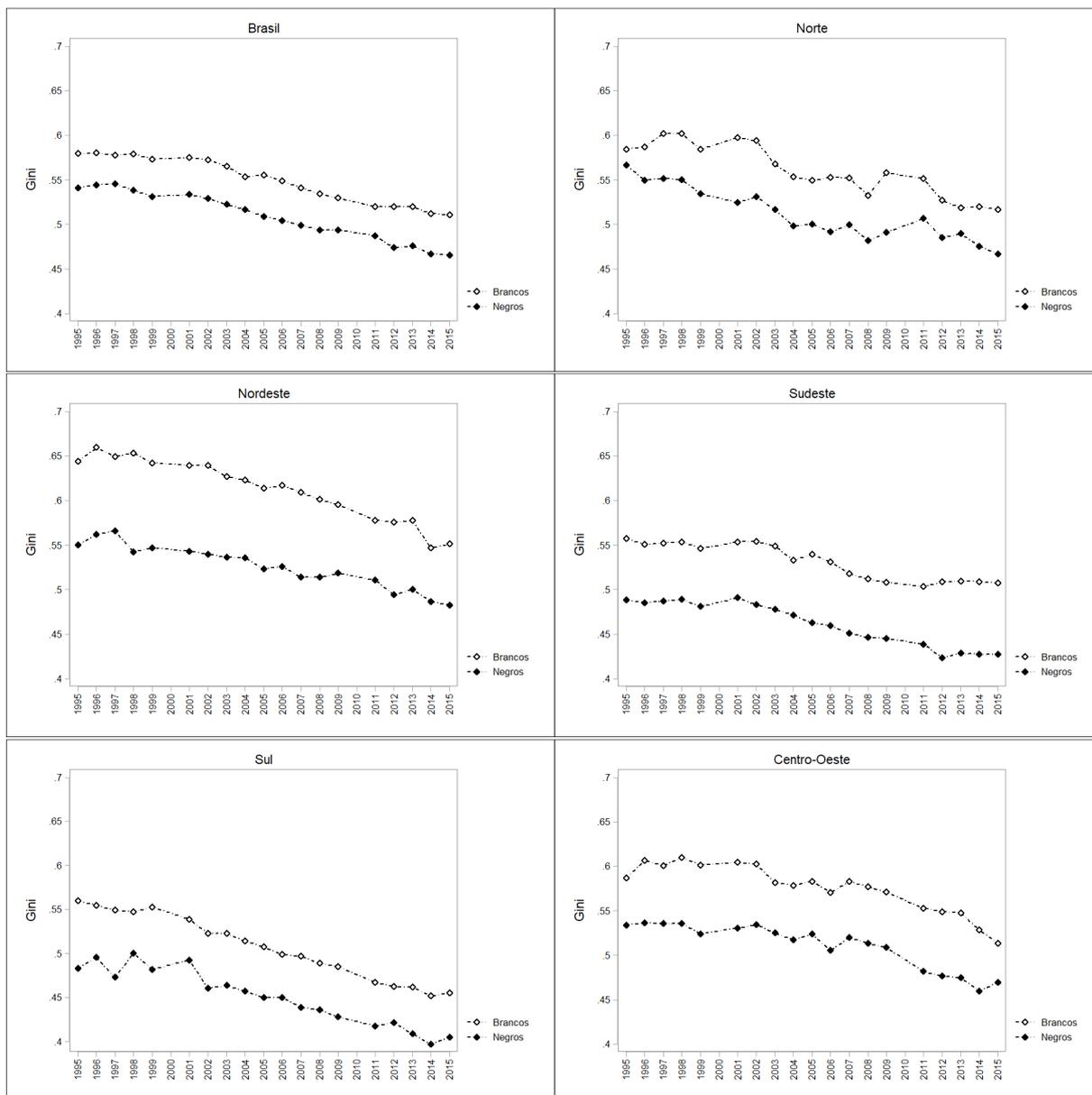


**Figura 4.38.** Curvas de quantis das distribuições do RDPC dos negros e dos brancos (trucadas em R\$ 2500,00). Brasil e regiões, 1995-2015

correspondia a cerca de 55% da referente à distribuição dos brancos (R\$ 1401,77). Em se tratando dos rendimentos do trabalho, era 49,09% em 1995 e 60,43% em 2015 o quanto a média dos negros correspondia à média dos brancos.

Quanto à desigualdade da distribuição do RDPC, assim como no caso dos rendimentos do trabalho, verifica-se que ela é maior entre brancos do que entre os negros, como podemos observar na figura 4.39, que apresenta, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a evolução do índice de Gini associado às respectivas distribuições.

Comentando o caso nacional, em 1995, a desigualdade medida por este índice era de 0,579 no caso dos brancos e de 0,541 no caso dos negros. Acompanhando a tendência geral de redução da desigualdade, em 2015, o índice relativo à distribuição dos negros era



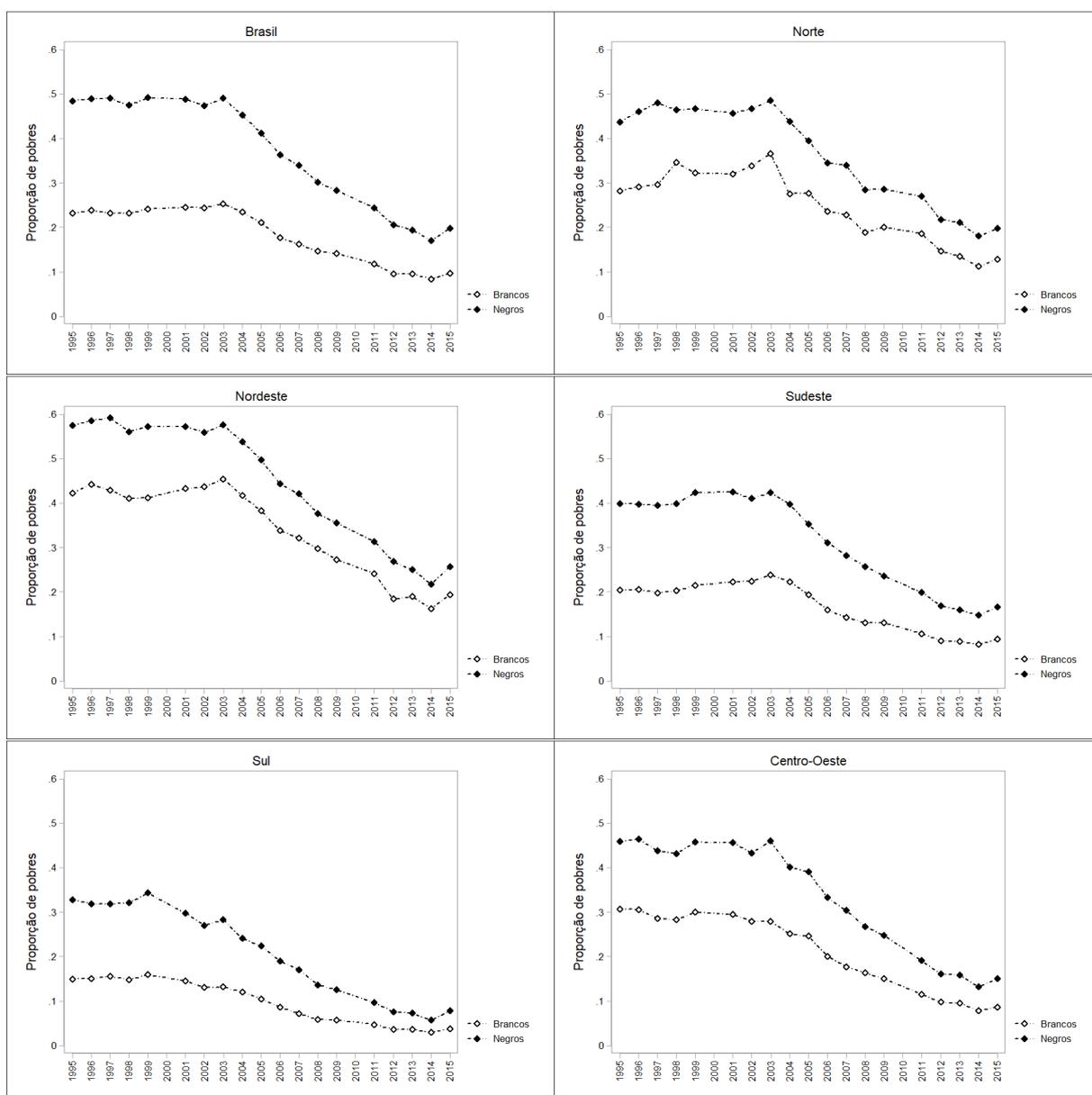
**Figura 4.39.** Evolução do índice de Gini das distribuições do RDPC dos negros e dos brancos - Brasil e regiões, 1995-2015

de 0,466, e o relativo à distribuição dos brancos, de 0,511. Considerando os negros, entre as duas datas, a parcela do RDPC total apropriada pelos 40% mais pobres aumentou de 10,15% para 13,64%, e caiu de 42% para 35,5% a parcela apropriada pelos 10% mais ricos. No caso dos brancos, em 1995, os 40% mais pobres e os 10% mais ricos se apropriavam de, respectivamente, 8,75% e 45,5% do RDPC total, sendo de 11,8% e 40,23% os valores referentes ao ano de 2015. Na população negra, a razão entre o RDPC médio dos 10% mais ricos e o RDPC médio dos 40% mais pobres caiu de 16,56 para 10,8, e no caso da população branca, de 20,78 para 13,63 no período analisado.

Em termos de bem-estar, de um lado temos que o nível da distribuição dos brancos é preferível ao da distribuição dos negros, e do outro, que a forma da distribuição dos

negros é preferível a da distribuição dos brancos. Mas a diferença de nível em favor dos brancos é de tal ordem que mais do que compensa seu maior grau de desigualdade. Isso fica evidente quando se analisa a incidência de pobreza sobre as duas populações.

A figura 4.40 apresenta, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a evolução da proporção de pobres entre os negros e entre os brancos. Em termos de evolução, verifica-se, em todos os casos, comportamentos semelhantes para as duas categorias de cor, mas, em termos nível, embora a diferença entre os percentuais tenha diminuído no período em questão, tem-se que a parcela da população negra em situação de pobreza continua substancialmente maior do que a da população branca.



**Figura 4.40.** Evolução da proporção de pobres, conforme as categorias de cor - Brasil e regiões, 1995-2015

Seguindo o padrão observado na figura 4.37, no Brasil, entre 1995 e 2003, para

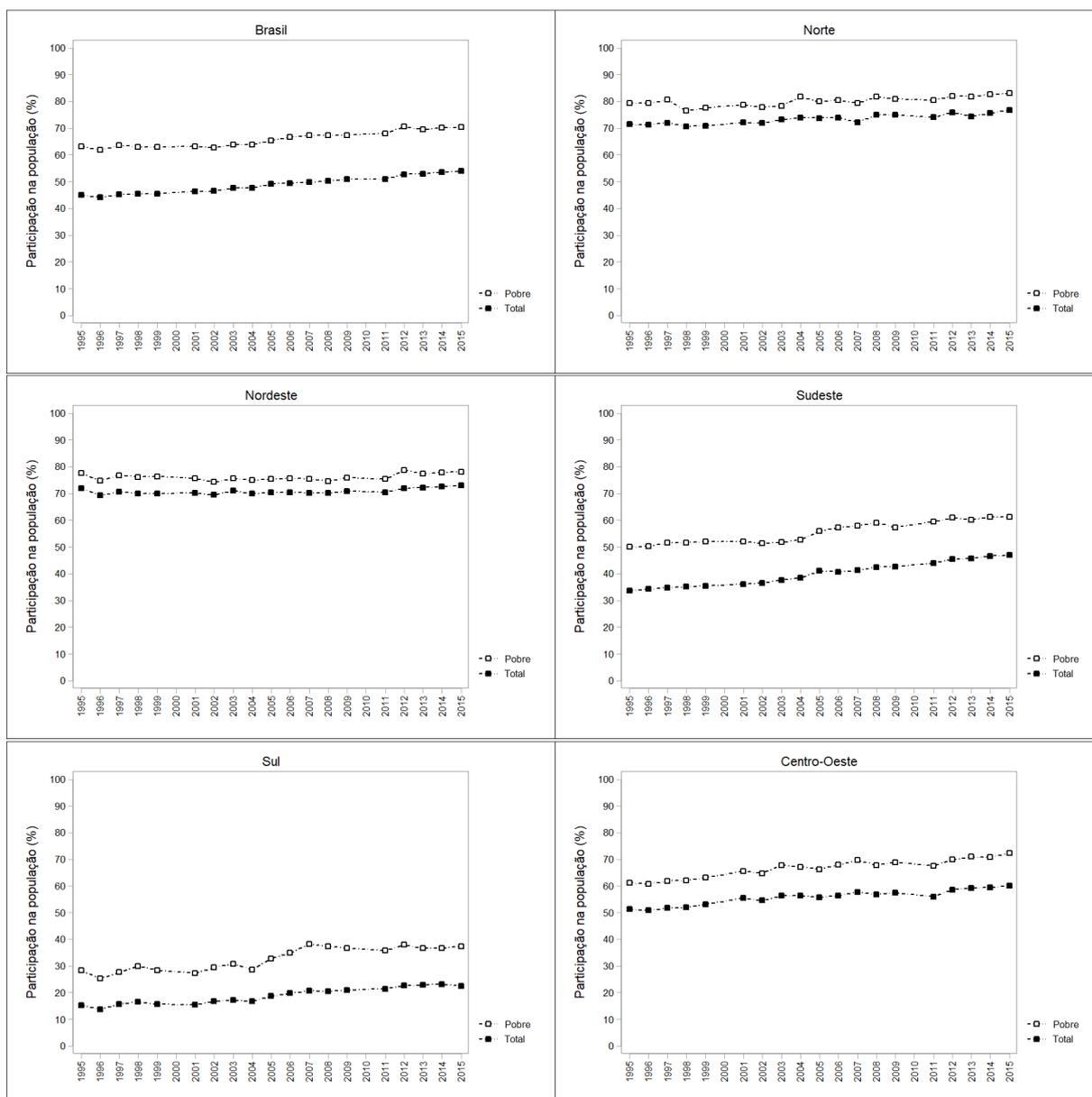
ambas as categorias de cor, os níveis de pobreza mantiveram-se relativamente constantes, mas em patamares muito diferentes. Em 1995, a proporção de pobres entre os brancos era de 23,17%, ao passo que entre os negros era de 48,44%; em 2003, as cifras correspondentes às respectivas categorias eram 25,36% e 49,03%. Acompanhando as tendências gerais anteriormente elucidadas, no período subsequente, ambas as categorias experimentaram reduções substanciais nos níveis de pobreza. Em 2015, a proporção de pobres era de 9,72% na população branca e de 19,77% na população negra. Note que a proporção de pobres na população negra em 2015 (19,77%) não é muito diferente da observada na população branca em 1995 (23,17%). De mais a mais, embora a diferença entre as proporções de pobres nas duas categorias tenha se reduzido, com tendência de convergência, ao longo de todo período a proporção de pobres na população negra manteve-se próxima do dobro da proporção de pobres na população branca.

Na região Norte, em se tratando da população negra, em quase todo o período, a proporção de pobres se assemelha muito à observada no caso nacional. Em 2003, 48,5% da população negra residente na região Norte era pobre, sendo de 19,77% o valor observado em 2015. Nos mesmos anos, a pobreza incidia sobre, respectivamente, 28,23% e 12,88% dos brancos residentes na região. Na região Nordeste, entre 1995 e 2003, a proporção de pobres se manteve em torno de 57,5% no caso dos negros e de 43% se se consideram os brancos residentes. Em 2015, a pobreza ainda incidia sobre aproximadamente um quarto da população negra (25,68%) e um quinto (19,76%) da população branca da região Nordeste.

No Sudeste, a proporção de pobres na população negra aumentou de 39,88% para 42,35% entre 1995 e 2003, e, em 2015, era de 16,65%. No que diz respeito aos brancos, as cifras observadas foram 20,42% em 1995, 23,83% em 2003 e 9,37% em 2015. Na região Sul, no período em questão, caiu de 32,84% para 7,81% o nível de pobreza entre os negros, e entre os brancos, de 14,96% para 3,73%. Por fim, na região Centro-Oeste, entre 1995 e 2003, se manteve no patamar de 46% a proporção de pobres na população negra, e caiu de 30,7% para 27,9% a proporção de pobres na população branca; em 2015, os valores observados para as duas categorias foram, respectivamente, 15,02% e 7,81%.

Do contingente total de pobres no país em 1995, os negros representavam 63,15%, cifra muito superior à de sua participação na população residente total, que era de 45,1%. Em 2015, 70,3% dos pobres brasileiros eram negros, sendo, no mesmo ano, de 53,5% a representação dos mesmos na população total. A figura 4.41 mostra, para Brasil e regiões, no período 1995-2015, a evolução da participação dos negros nas populações pobre e total, tornando evidente, em todos os casos, a sobrerrepresentação dos negros entre os pobres.

Define-se a chance de um indivíduo de determinada categoria ser pobre como o quociente entre a proporção de pobres e a proporção de não pobres na categoria à qual ele pertence. Em 1995, a chance de um indivíduo negro ser pobre era de 0,94. Esse valor indica que, no país, naquele ano, havia 94 negros pobres para cada 100 não pobres. Em

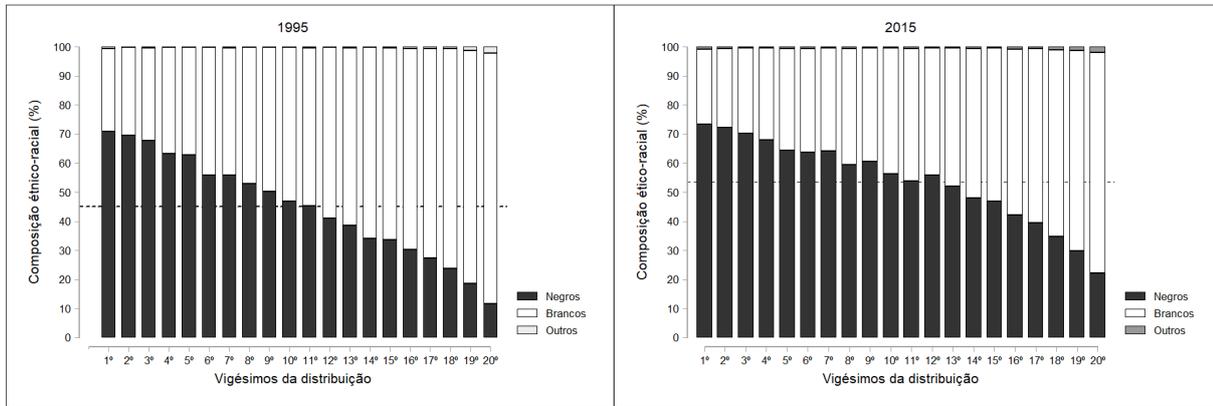


**Figura 4.41.** Evolução da participação dos negros nas populações total e pobre. Brasil e regiões, 1995-2015

se tratando dos brancos, a chance de um indivíduo da categoria ser pobre era de 0,302, indicando que havia em 1995 cerca de 30 brancos pobres para cada 100 não pobres. Ou seja, em 1995, a chance de um negro ser pobre era 3,12 vezes maior do que a de um branco ser pobre. No Brasil, em 2015, a chance de um negro ser pobre (0,246) ainda era 2,3 vezes maior do que a de um branco (0,107).

De forma complementar, a figura 4.42 mostra, para o Brasil, para os anos de 1995 e 2015, a composição étnico-racial de cada vigésimo da distribuição do rendimento domiciliar per capita. As linhas horizontais tracejadas indicam, nos respectivos anos, a representatividade dos negros na população total. Assim como no caso da distribuição dos rendimentos do trabalho, verifica-se uma sobrerrepresentação dos negros nos patamares

inferiores e uma sub representação dos mesmos nos patamares superiores da distribuição do RDPC no Brasil.



**Figura 4.42.** Composição racial dos vigésimos da distribuição do rendimento domiciliar per capita. Brasil, 1995 e 2015

#### 4.5. Cor, migração e rendimento no mercado de trabalho

Nesta última seção, analisaremos as relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, no período 1995-2015. Conforme mencionado anteriormente, tais relações serão avaliadas por meio da estimação de equações de rendimento.

Iniciaremos nossas análises com base em modelos muito simples, descritos a seguir:

$$y_i = \alpha + M_i\beta_1 + C_i\beta_2 + M_iC_i\beta_3 + u_i \quad (4.2)$$

$$y_i = \alpha^{(\tau)} + M_i\beta_1^{(\tau)} + C_i\beta_2^{(\tau)} + M_iC_i\beta_3^{(\tau)} + u_i^{(\tau)} \quad (4.3)$$

onde  $y_i$  é o logaritmo natural do rendimento de todos os trabalhos do  $i$ -ésimo indivíduo;  $M_i$  é uma variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é migrante e 0 caso contrário;  $C_i$  é uma variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é negro e 0 se o indivíduo é branco;  $\alpha$ ,  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  [ $\alpha^{(\tau)}$ ,  $\beta_1^{(\tau)}$ ,  $\beta_2^{(\tau)}$  e  $\beta_3^{(\tau)}$ ] são parâmetros desconhecidos; e  $u_i$  [ $u_i^{(\tau)}$ ] é o termo de erro do modelo. A expressão 4.2 está associada à modelação da média condicional, e a 4.3 à modelação do quantil condicional de ordem  $\tau$  da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos. Com base nos modelos descritos em 4.2 e 4.3 podemos estimar diversos efeitos:

1. A estimativa do efeito percentual de ser migrante sobre a média condicional [quantil condicional de ordem  $\tau$ ] da distribuição dos negros é dada por:

$$E_1 = 100 \times (e^{\hat{\beta}_1 + \hat{\beta}_3} - 1)\% \quad [E_1^{(\tau)} = 100 \times (e^{\hat{\beta}_1^{(\tau)} + \hat{\beta}_3^{(\tau)}} - 1)\%].$$

2. A estimativa do efeito percentual de ser migrante sobre a média condicional [quantil condicional de ordem  $\tau$ ] da distribuição dos brancos é dada por:

$$E_2 = 100 \times (e^{\hat{\beta}_1} - 1)\% \quad [E_2^{(\tau)} = 100 \times (e^{\hat{\beta}_1^{(\tau)}} - 1)\%].$$

3. A estimativa do efeito percentual de ser negro sobre a média condicional [quantil condicional de ordem  $\tau$ ] da distribuição dos migrantes é dada por:

$$E_3 = 100 \times (e^{\hat{\beta}_2 + \hat{\beta}_3} - 1)\% \quad [E_3^{(\tau)} = 100 \times (e^{\hat{\beta}_2^{(\tau)} + \hat{\beta}_3^{(\tau)}} - 1)\%].$$

4. A estimativa do efeito percentual de ser negro sobre a média condicional [quantil condicional de ordem  $\tau$ ] da distribuição dos não migrantes é dada por:

$$E_4 = 100 \times (e^{\hat{\beta}_2} - 1)\% \quad [E_4^{(\tau)} = 100 \times (e^{\hat{\beta}_2^{(\tau)}} - 1)\%].$$

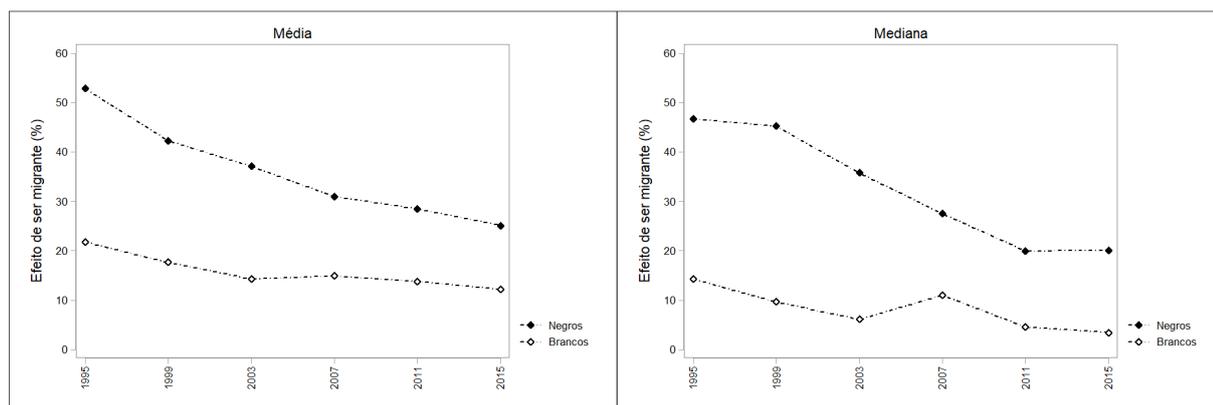
Note-se que, no caso dos modelos descritos acima, por apresentarem como regressores duas variáveis categóricas e a interação entre elas, nem precisaríamos recorrer a técnicas econométricas sofisticadas para determinar os quatro efeitos supra elencados. Cada um deles é dado simplesmente pela diferença percentual entre as médias geométricas [entre os quantis de ordem  $\tau$ ] das distribuições dos rendimentos do trabalho das categorias envolvidas<sup>16</sup>. Mas não se trata de esnobismo estatístico. Em análises sucessoras serão acrescentadas outras variáveis aos modelos, e, embora a determinação das estimativas de seus parâmetros exija métodos mais sofisticados, as fórmulas de cálculo do “efeito” associado à migração (ou à cor) permanecerão as mesmas. O que mudará é a interpretação. Neste caso mais simples, temos o que podemos chamar de efeito bruto da migração (ou cor). Nos outros casos, teremos o efeito da migração (ou cor) sobre a distribuição dos rendimentos, após descontados os efeitos das demais variáveis incluídas no modelo.

A figura 4.43 mostra a evolução do efeito bruto da migração sobre a média geométrica e sobre a mediana ( $\tau = 0.50$ ) das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, no Brasil, no período 1995-2015.

Verifica-se que, em 1995, a média geométrica da distribuição dos migrantes brancos era 21,77% maior do que a referente à distribuição dos não migrantes brancos. Ademais, verifica-se que essa diferença se reduziu ao longo do período analisado, de maneira que, em 2015, a média dos primeiros superava em 12,16% a relativa aos últimos. No que diz respeito à relação entre os rendimentos medianos, a diferença em favor dos migrantes também se reduziu, passando de 14,28% para 3,45% entre as duas datas. No caso da população negra ocupada, em 1995, a média geométrica da distribuição dos rendimentos dos migrantes era 52,8% maior em relação a dos não migrantes, sendo de 46,67% a diferença entre os rendimentos medianos das duas categorias. Com o passar dos anos, ambas

---

<sup>16</sup> $E_1 [E_1^{(\tau)}]$  é a diferença percentual entre as médias geométricas [entre os quantis de ordem  $\tau$ ] das distribuições dos rendimentos do trabalho de migrantes negros e não migrantes negros;  $E_2 [E_2^{(\tau)}]$  é a diferença percentual entre as médias geométricas [entre os quantis de ordem  $\tau$ ] das distribuições dos rendimentos do trabalho de migrantes brancos e não migrantes brancos;  $E_3 [E_3^{(\tau)}]$  é a diferença percentual entre as médias geométricas [entre os quantis de ordem  $\tau$ ] das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros migrantes e brancos migrantes;  $E_4 [E_4^{(\tau)}]$  é a diferença percentual entre as médias geométricas [entre os quantis de ordem  $\tau$ ] das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros não migrantes e brancos não migrantes.



**Figura 4.43.** Evolução do efeito bruto de ser migrante sobre a média geométrica e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a cor - Brasil 1995-2015

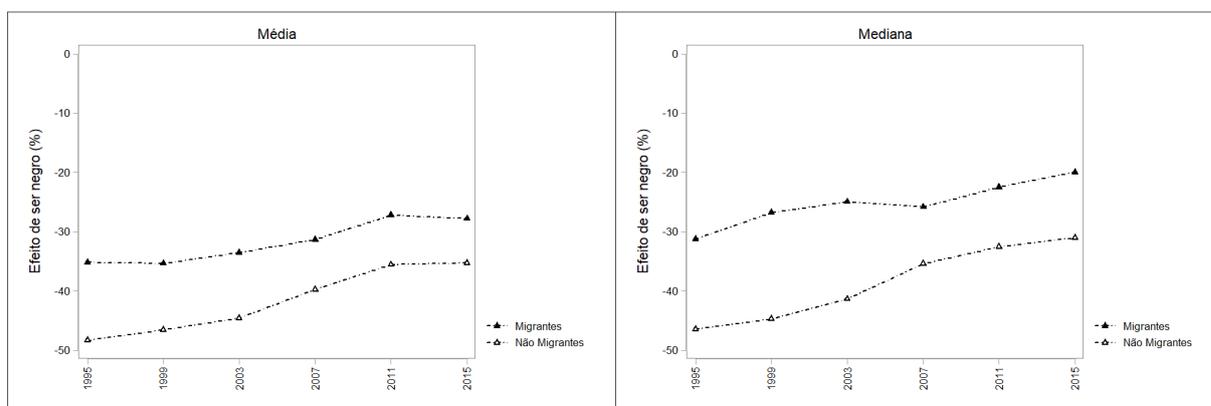
as diferenças se reduziram, mas, no final do período analisado, em 2015, ainda se encontravam em patamares relativamente elevados, 25,1% e 20%, respectivamente. Assim, esses resultados mostram que, em relação aos seus respectivos pares não migrantes, tanto os negros quanto os brancos migrantes apresentam melhores resultados, mas, em termos proporcionais, o efeito de ser migrante se mostra maior para os negros comparativamente aos brancos.

Como se tornará evidente com as análises que se seguirão, grande parte dessa diferença de resultados observada entre migrantes e não migrantes no mercado de trabalho, e isso se aplica a ambas os grupos de cor, se deve à diferenças em termos das condições econômicas entre os locais de origem e destino. Como vimos, a principal origem dos migrantes, sejam eles brancos ou negros, é a região Nordeste, menos desenvolvida e com menor remuneração do trabalho, e o principal destino, a região Sudeste, mais desenvolvida e com remuneração mais elevada. Assim, mesmo na ausência de outros fatores, dadas as enormes diferenças regionais existentes no país, a simples audácia de migrar já confere ao migrante condições para melhores resultados.

Quanto ao fato do efeito bruto da migração ser proporcionalmente maior para os negros em relação aos brancos, também aí a questão geográfica é determinante. Os não migrantes negros estão relativamente mais concentrados nas regiões menos desenvolvidas e os não migrantes brancos nas regiões mais desenvolvidas do país. Por outro lado, os migrantes de ambas as categorias tendem a buscar como destinos as regiões mais desenvolvidas, onde a remuneração do trabalho é maior. Dado o peso dos não migrantes no total, é de se esperar que a diferença relativa seja maior quando se consideram os negros vis-à-vis os brancos. Sendo essa explicação razoável, ao adicionarmos controles geográficos nos modelos de regressão, essa diferença de efeito da migração para negros e para brancos deve desaparecer.

A figura 4.44 mostra a evolução do efeito bruto de ser negro sobre a média geo-

métrica e sobre a mediana ( $\tau = 0.50$ ) das distribuições dos rendimentos do trabalho de migrantes e não migrantes, no Brasil, no período 1995-2015.



**Figura 4.44.** Evolução do efeito bruto de ser negro sobre a média geométrica e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração - Brasil 1995-2015

Em 1995, a média geométrica dos rendimentos dos não migrantes negros era 48,34% menor do que a referente aos não migrantes brancos; se se consideram os migrantes, a diferença em desfavor dos negros era de 35,17%. Em 2015, a diferença entre as médias dos dois grupos ainda era de 35,27% no caso dos não migrantes e de 27,80% no caso dos migrantes. No que diz respeito as medianas, passou de 46,43% em 1995 para 31% em 2015 o quanto a referente à distribuição dos negros não migrantes era menor do que a relativa à distribuição dos brancos não migrantes; em se tratando dos migrantes, a diferença em desfavor dos negros passou de 31,25% para 20% entre as duas datas. Assim, verifica-se que, embora a desigualdade racial ainda se encontre em patamar elevado, houve uma redução da mesma no período analisado. Ademais, tem-se que a desigualdade racial de rendimento é menor entre os migrantes vis-à-vis os não migrantes, o que, por sua vez, se deve ao fato de a polarização regional entre os migrantes ser menor do que a polarização regional entre os não migrantes negros e brancos.

Aos modelos descritos em 4.2 e 4.3 foram adicionadas variáveis associada ao sexo, à escolaridade e à idade dos indivíduos. Os modelos adotados passaram a assumir as seguintes formas funcionais:

$$y_i = \alpha + M_i\beta_1 + C_i\beta_2 + M_iC_i\beta_3 + \mathbf{Z}_i\boldsymbol{\xi} + u_i \quad (4.4)$$

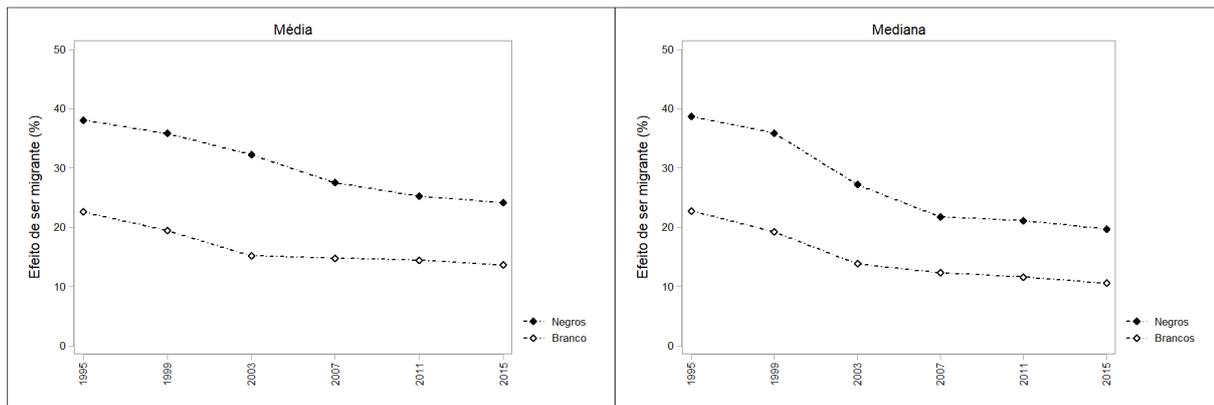
$$y_i = \alpha^{(\tau)} + M_i\beta_1^{(\tau)} + C_i\beta_2^{(\tau)} + M_iC_i\beta_3^{(\tau)} + \mathbf{Z}_i\boldsymbol{\xi}^{(\tau)} + u_i^{(\tau)} \quad (4.5)$$

sendo o vetor  $\mathbf{Z}_i$  composto por:

- $SX_i$ : uma variável binária para distinguir o sexo do indivíduo. Assume valor 1 para mulher e 0 para homem;

- $I_i$ : a idade declarada do indivíduo. Para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos optou-se por medi-la em dezenas de anos;
- $I_i^2$ : o quadrado da variável anterior. O logaritmo do rendimento não varia linearmente com a idade. A partir de determinada idade, à medida que os indivíduos envelhecem, tende a ocorrer queda na sua produtividade;
- $ESC_i$ : um vetor contendo quinze variáveis binárias para distinguir dezesseis níveis de escolaridade: sem instrução ou com menos de um ano de estudo completo (tomado como base), um ano de estudo completo, dois anos de estudo completos, ..., quatorze anos de estudos completos e 15 ou mais anos de estudos completos.

A figura 4.45 mostra a evolução do efeito ser migrante sobre a média<sup>17</sup> e sobre a mediana das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, após descontados os efeitos de tais variáveis.



**Figura 4.45.** Evolução do efeito de ser migrante sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a cor, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  - Brasil 1995-2015

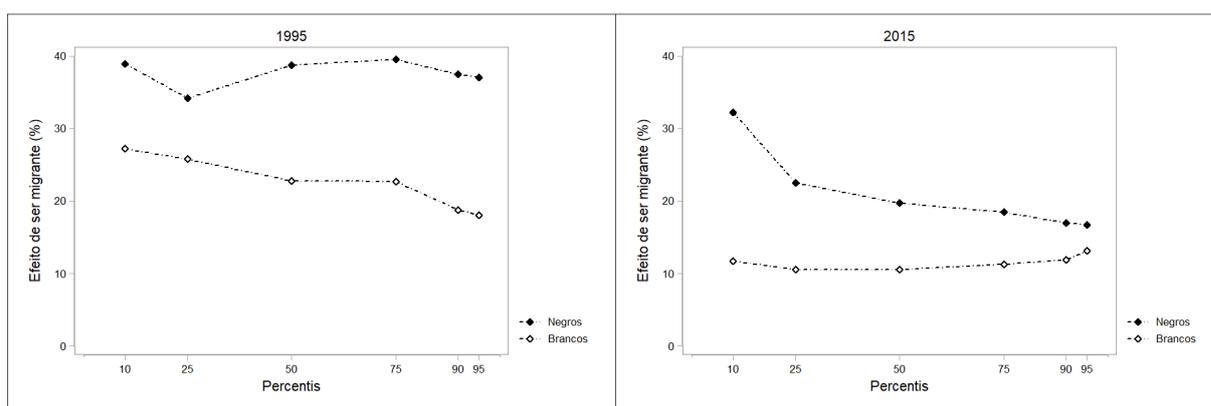
Com este exercício pretende-se verificar se, mesmo considerando indivíduos com mesmo sexo, nível de escolaridade e experiência no mercado de trabalho (medida pela idade), as diferenças entre migrantes e não migrantes permanecem, e se continuam sendo maiores para os negros vis-à-vis os brancos. A resposta é sim.

Em 1995, migrantes negros do mesmo sexo e com os mesmos níveis de escolaridade e experiência que não migrantes negros tinham um rendimento esperado 38,1% maior. Naquele mesmo ano, controlados os efeitos de tais variáveis, o rendimento médio dos migrantes brancos era 22,6% maior em relação ao dos seus pares não migrantes. Em 2015, tudo o mais constante, o efeito da migração sobre a média condicional da distribuição dos negros ainda era da ordem de 25%, sendo da ordem 13,6% o efeito sobre a média condicional da distribuição dos brancos. No que diz respeito a evolução do efeito da

<sup>17</sup>No restante desta subseção, sempre que nos referirmos à média, fica subentendido que trata-se da média geométrica.

migração sobre as medianas condicionais das distribuições dos respectivos grupos, entre 1995 e 2015, este passou de 38,7% para 19,7% se se consideram os negros, e de 22,77% para 10,54% se se consideram os brancos.

A figura 4.46 apresenta, para os anos de 1995 e 2015, o efeito da migração sobre diversos percentis das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros e brancos. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, no período analisado, para ambos os grupos de cor, há uma redução geral no efeito da migração; os valores referentes ao ano de 2015 são menores do que os referentes ao ano de 1995. Ademais, no início do período analisado, para os brancos, é nítida a tendência de redução do efeito da migração à medida que se transita da base para o topo da distribuição, o que não se verifica no caso dos negros, cujo efeito se mantém relativamente constante. No final do período, neste aspecto, o quadro se inverte: para os brancos o efeito se mantém relativamente constante ao longo da distribuição e para os negros é muito maior na base comparativamente ao topo da distribuição. Nota-se, ainda, que, em 1995, a diferença entre os efeitos da migração para negros e para brancos era maior se se consideram os percentis mais elevados, o contrário do que se observa em 2015.



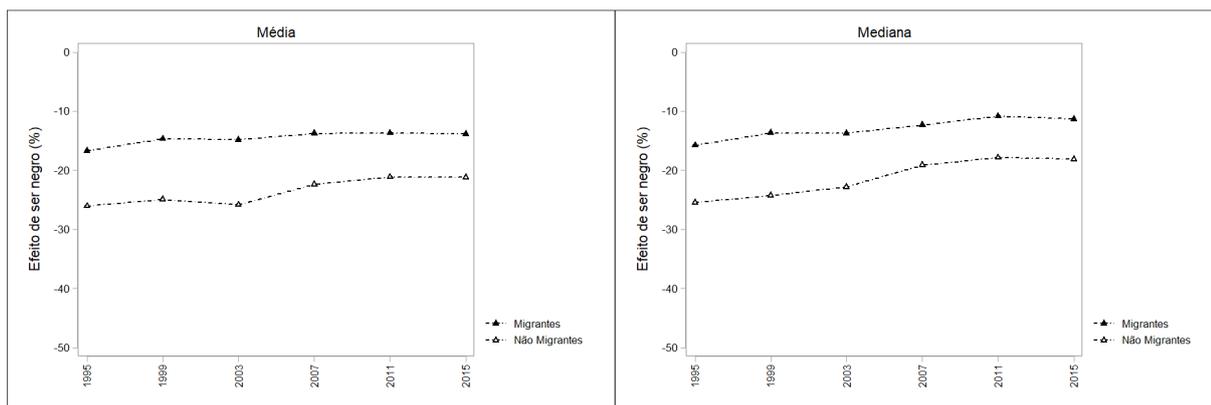
**Figura 4.46.** Evolução do efeito de ser migrante sobre diversos percentis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme as categorias de cor, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  - Brasil 1995-2015

Tudo o mais constante, em 1995, o primeiro decil da distribuição dos migrantes negros superava em 38,9% o referente à distribuição dos não migrantes negros; em se tratando dos brancos, a diferença no valor do primeiro decil era de 27,18% em favor dos migrantes. Em 2015, o efeito sobre o primeiro decil era de 32,21% se se consideram os negros e de 11,73% no caso os brancos. Seguindo para o topo da distribuição, o efeito de ser migrante sobre o nono decil da distribuição dos negros passou de 37,44 para 17% entre as duas datas. No caso dos brancos, era de 18,8% no início e de 11,87% no final do período analisado.

Assim, mesmo controlando os efeitos de variáveis como nível de escolaridade e experiência, determinantes primários da remuneração do trabalho, persiste o efeito positivo

da migração para ambas as categorias de cor, e este se mantém maior para os negros.

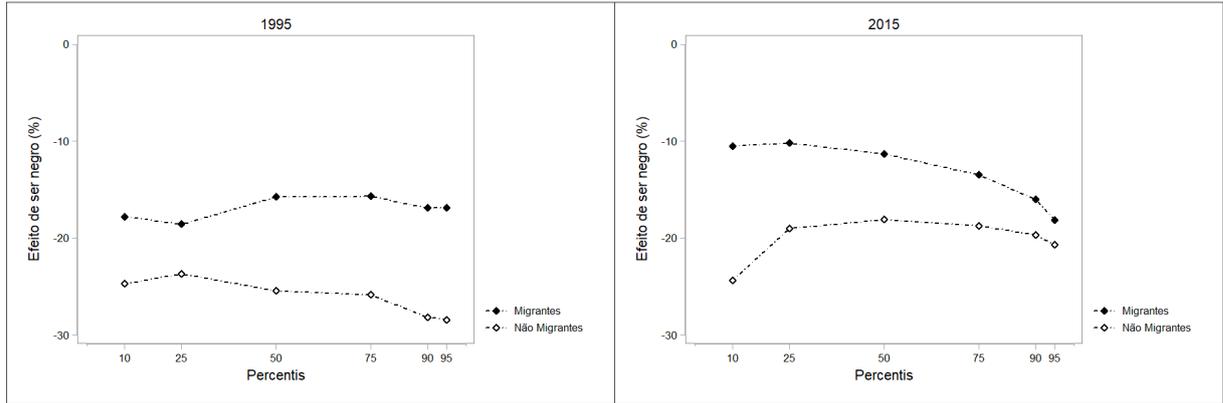
A figura 4.47 mostra a evolução, no período 1995-2015, do efeito ser negro sobre a média e sobre a mediana das distribuições dos rendimentos do trabalho de migrantes e não migrantes, após descontados os efeitos das variáveis associadas ao sexo, à escolaridade e idade dos indivíduos.



**Figura 4.47.** Evolução do efeito de ser negro sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  - Brasil 1995-2015

Conforme já argumentado, grande parte da diferença de resultado entre negros e brancos no mercado de trabalho está associada à diferença entre os níveis de escolaridade dos indivíduos dos dois grupos. Refletindo este fato, ao compararmos os gráficos da figura 4.47 com aqueles apresentados na figura 4.44, fica evidente que a inclusão dessas variáveis reduz substancialmente o efeito de ser negro sobre as distribuições do rendimento do trabalho de migrantes e não migrantes.

Por outro lado, verifica-se que a desigualdade racial continua maior entre não migrantes comparativamente aos migrantes. Em 1995, a média condicional da distribuição dos não migrantes negros era 26,04% menor do que a referente a distribuição dos não migrantes brancos; entre os migrantes a diferença em desfavor dos negros era de 16,71%. Passados 20 anos, essa diferença baixou para 21,15% entre os não migrantes e para 13,84% entre os migrantes. Quanto ao efeito ser negro sobre as medianas condicionais das respectivas distribuições, no caso dos não migrantes, este passou de -25,45% em 1995 para -18,1% em 2015; no caso dos migrantes, passou de -15,77% para -11,32% no mesmo período. A figura 4.48 mostra, para os anos de 1995 e 2015, como o efeito associado à cor varia ao longo das distribuições condicionais dos rendimentos do trabalho de migrantes e não migrantes.



**Figura 4.48.** Evolução do efeito de ser negro sobre diversos percentis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados a  $\mathbf{Z}_i$  - Brasil 1995-2015

Foram acrescentadas mais algumas variáveis aos modelos, como se segue:

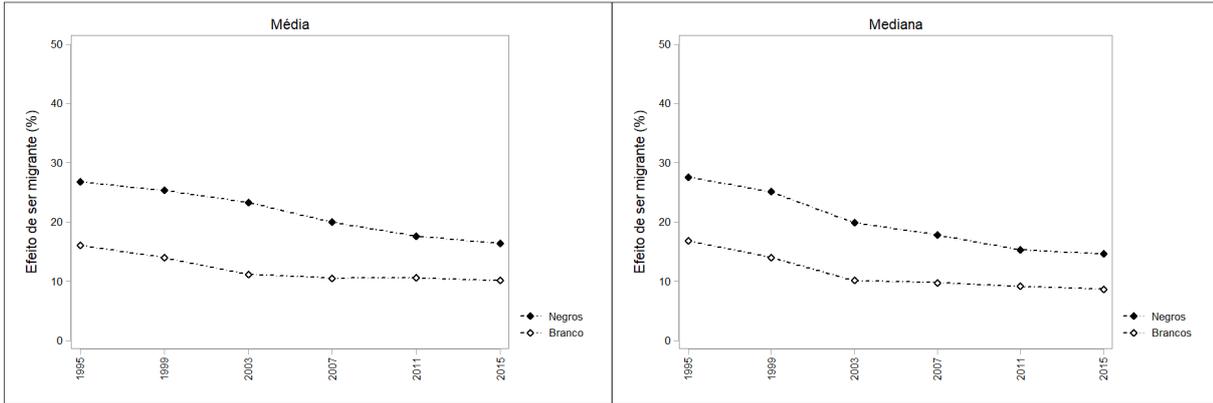
$$y_i = \alpha + M_i\beta_1 + C_i\beta_2 + M_iC_i\beta_3 + \mathbf{Z}_i\xi + \mathbf{W}_i\lambda + u_i \quad (4.6)$$

$$y_i = \alpha^{(\tau)} + M_i\beta_1^{(\tau)} + C_i\beta_2^{(\tau)} + M_iC_i\beta_3^{(\tau)} + \mathbf{Z}_i\xi^{(\tau)} + \mathbf{W}_i\lambda^{(\tau)} + u_i^{(\tau)} \quad (4.7)$$

sendo o vetor  $\mathbf{W}_i$  composto por:

- $LHT_i$ : o logaritmo natural do número de horas semanais de trabalho. O coeficiente desta variável é a elasticidade do rendimento do trabalho em relação ao tempo semanal de trabalho.
- $RU_i$ : uma variável binária para distinguir as áreas rural e urbana: assume valor 1 para rural e 0 para urbana;
- $CF_i$ : uma variável binária para distinguir a condição do indivíduo na família: assume valor 1 se o indivíduo é a pessoa de referência da família e 0 caso contrário;
- $\mathbf{ST}_i$ : um vetor contendo duas variáveis binárias para distinguir três setores de atividade: agricultura (tomado como base), indústria e serviços;
- $\mathbf{PO}_i$ : um vetor contendo quatro variáveis binárias para distinguir cinco categorias de posição na ocupação: empregado com carteira de trabalho assinada (tomada como base), empregado sem carteira de trabalho assinada, trabalhador por conta própria, funcionário público estatutário ou militar e empregador.

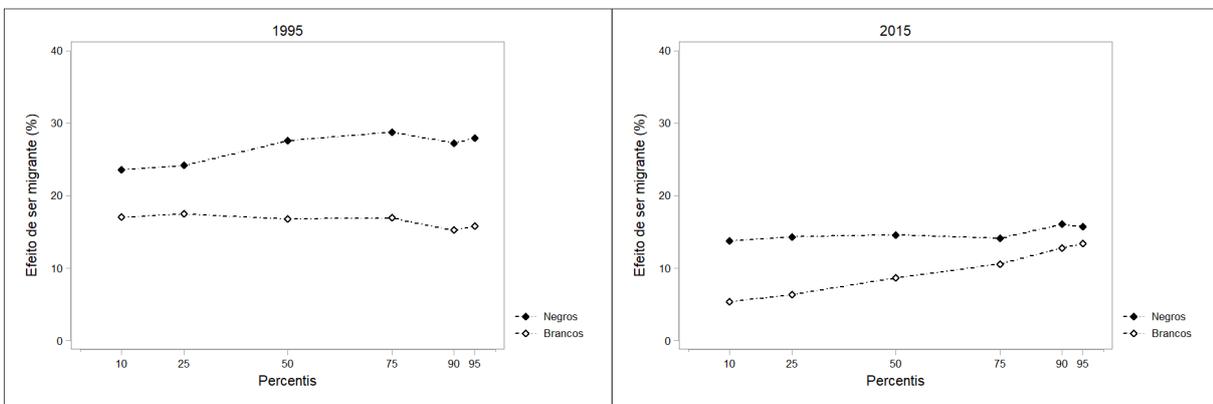
A figura 4.49 mostra a evolução do efeito da migração sobre a média e sobre a mediana das distribuições dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, após descontados os efeitos das variáveis contidas nos vetores  $\mathbf{Z}_i$  e  $\mathbf{W}_i$ .



**Figura 4.49.** Evolução do efeito de ser migrante sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme as categorias de cor, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  e  $W_i$  - Brasil 1995-2015

Com a inclusão dessas novas variáveis, sobretudo as referentes a formas de inserção no mercado de trabalho (setor de atividade e posição na ocupação), o efeito associado à migração se torna menor tanto para negros quanto para brancos, mas, qualitativamente, os resultados não mudaram: migrantes, com as mesmas características produtivas e inseridos nos mesmos segmentos do mercado de trabalho que não migrantes, apresentam melhores resultados no mercado de trabalho. De mais a mais, o efeito da migração continua se mostrando maior para os negros comparativamente aos brancos.

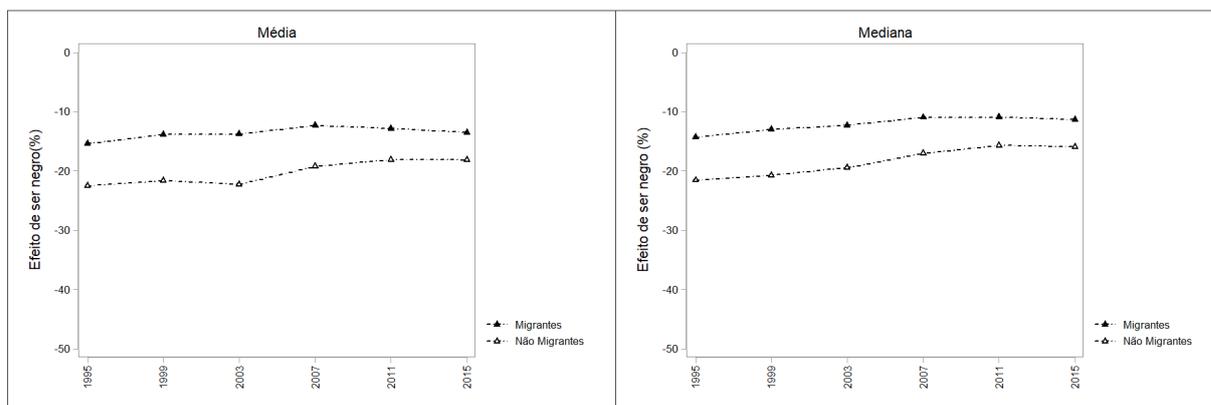
No caso dos negros, tudo o mais constante, o efeito da migração sobre a média passa de 26,72% para 16,35%, e o efeito sobre a mediana, de 27,57% para 14,6% entre 1995 e 2015; no caso dos brancos, o efeito sobre a média passa de 16,06% para 10,1% entre as duas datas, e o efeito sobre a mediana, de 16,77% para 8,66% no mesmo período. A figura 4.50 mostra, para os anos de 1995 e 2015, como o efeito associado à migração varia ao longo das distribuições condicionais dos rendimentos do trabalho de negros e brancos.



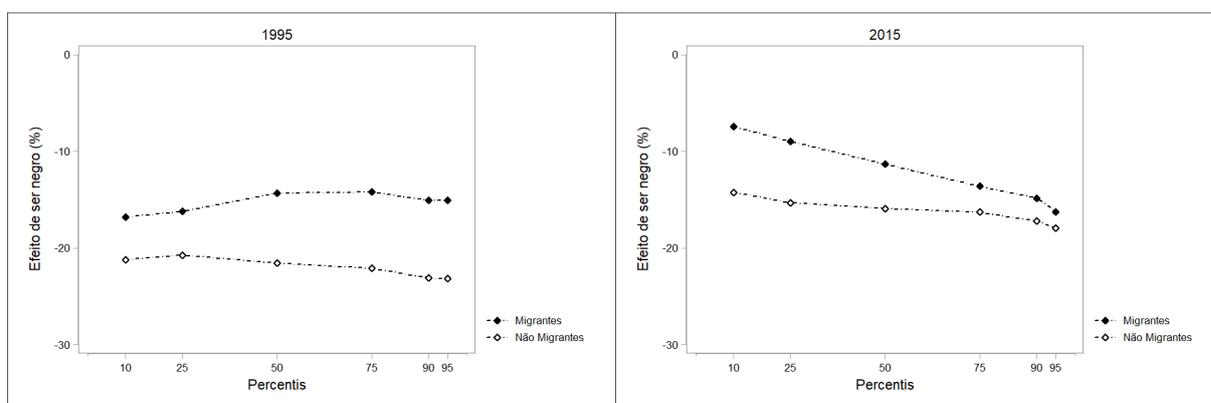
**Figura 4.50.** Evolução do efeito de ser migrante sobre diversos percentis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme as categorias de cor, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  e  $W_i$  - Brasil 1995-2015

Os resultados apresentados na figura 4.51 mostram que, em 1995, não migrantes negros com as mesmas características produtivas e inseridos nos mesmos segmentos do mercado de trabalho que não migrantes brancos recebiam, em média, um rendimento 22,53% menor. No mesmo ano, a média condicional da distribuição dos rendimentos do trabalho dos migrantes negros era 15,42% menor do que a referente à distribuição dos seus pares brancos. Em 2015, a diferença em desfavor dos negros era de 18,15% se se consideram os migrantes, e de 13,50% em se tratando dos não migrantes.

Descontados os efeitos das demais variáveis incluídas no modelo, no mesmo período, o efeito de ser negro sobre a mediana da distribuição dos não migrantes passou de  $-21,57\%$  para  $-15,93\%$ , e sobre a distribuição dos migrantes, de  $-14,32\%$  para  $-11,34\%$ . A figura 4.52 mostra, para os anos de 1995 e 2015, como o efeito associado à cor dos indivíduos varia ao longo das distribuições condicionais dos rendimentos do trabalho de migrantes e não migrantes.



**Figura 4.51.** Evolução do efeito de ser negro sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  e  $W_i$  - Brasil 1995-2015



**Figura 4.52.** Evolução do efeito de ser negro sobre diversos percentis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$  e  $W_i$  - Brasil 1995-2015

Por fim, a variável UF de residência dos indivíduos foi incluída nos modelos, que passaram a assumir as seguintes formas funcionais:

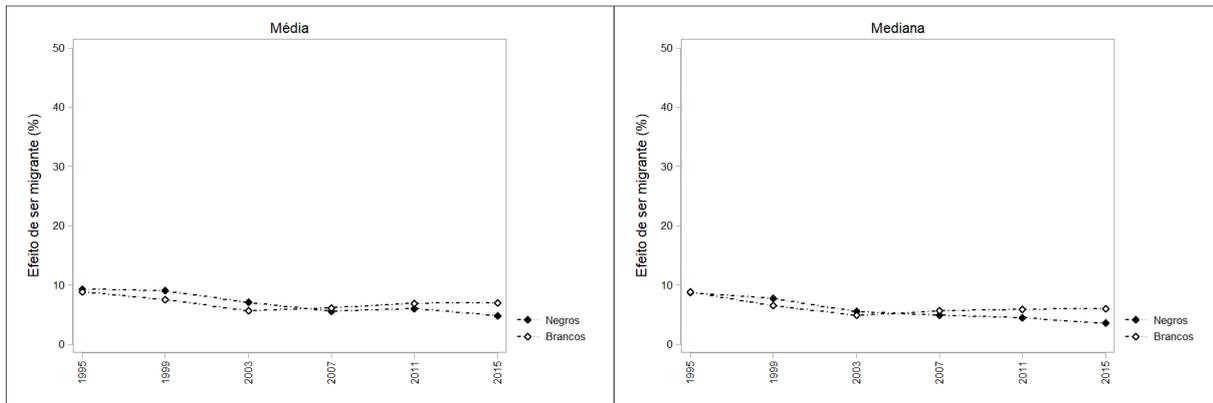
$$y_i = \alpha + M_i\beta_1 + C_i\beta_2 + M_iC_i\beta_3 + \mathbf{Z}_i\xi + \mathbf{W}_i\lambda + \mathbf{UF}_i\psi + u_i \quad (4.8)$$

$$y_i = \alpha^{(\tau)} + M_i\beta_1^{(\tau)} + C_i\beta_2^{(\tau)} + M_iC_i\beta_3^{(\tau)} + \mathbf{Z}_i\xi^{(\tau)} + \mathbf{W}_i\lambda^{(\tau)} + \mathbf{UF}_i\psi^{(\tau)} + u_i^{(\tau)} \quad (4.9)$$

sendo  $\mathbf{UF}_i$  um vetor contendo vinte e seis variáveis binárias para distinguir as 27 Unidades da Federação de residência do indivíduos. O estado de São Paulo é tomado como base<sup>18</sup>.

Com a inclusão da variável  $\mathbf{UF}_i$ , o coeficiente  $\beta_3$  [ $\beta_3^{(\tau)}$ ], associado à variável  $M_iC_i$ , torna-se estatisticamente não significativo. Isso mostra que grande parte da diferença entre os efeitos brutos da migração para brancos e para negros, assim como da diferença entre os efeitos brutos ser negro para migrantes e para não migrantes, está associada à distribuição geográfica dos indivíduos.

Além de eliminar a diferença entre as duas categorias cor, a inclusão da variável  $\mathbf{UF}_i$  reduz substancialmente o efeito associado à migração, como podemos observar na figura 4.53.

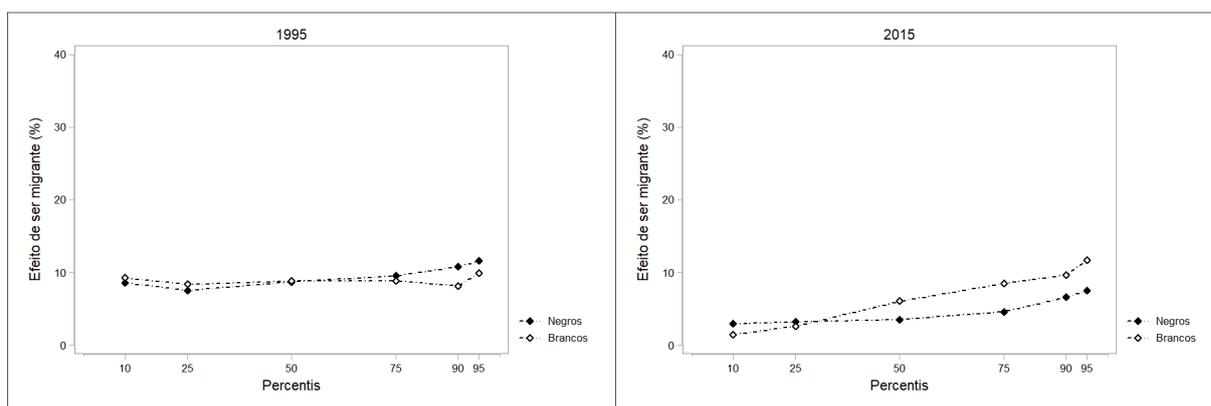


**Figura 4.53.** Evolução do efeito de ser migrante sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme as categorias de cor, após descontados os efeitos associados a  $\mathbf{Z}_i$ ,  $\mathbf{W}_i$  e  $\mathbf{UF}_i$  - Brasil 1995-2015

Descontados os efeitos das demais variáveis incluídas no modelo, tanto a média quanto a mediana da distribuição dos migrantes era, em 1995, cerca de 9% maior em relação a dos não migrantes; em 2015, a diferença havia caído para cerca de 7%. Essa diferença remanescente em favor dos migrantes está associada àquilo que a literatura

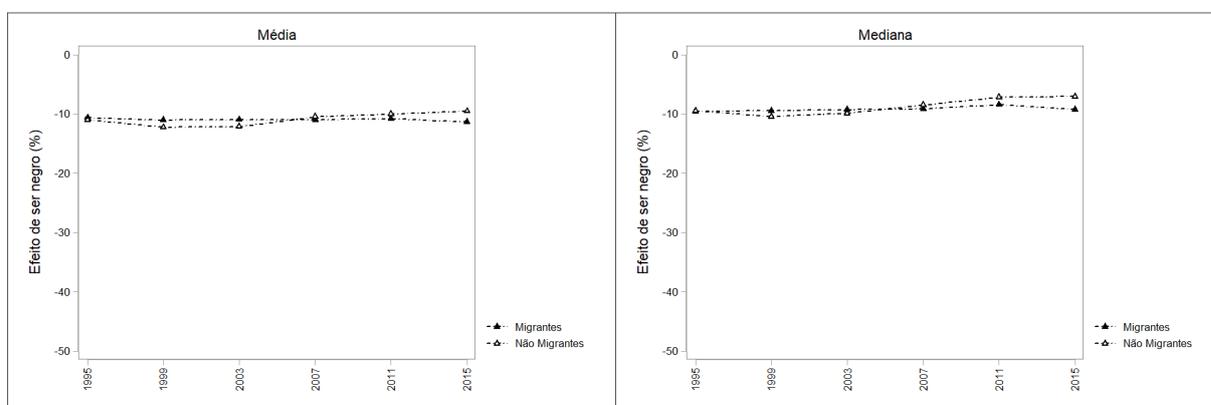
<sup>18</sup>Também testamos inserir juntamente com a variável UF de destino, a variável UF de nascimento dos indivíduos, porém, as estimativas dos coeficientes associados a essa última variável foram todas estatisticamente não significativas, e, assim sendo, por uma questão de parcimônia, optamos pela sua exclusão. Santos Junior, Menezes Filho e Ferreira (2005) afirmaram erroneamente que a inclusão conjunta das variáveis “migração”, “UF de nascimento” e “UF de residência” nos modelos causaria multicolinearidade perfeita. Isso só seria verdade se fluxos migratórios interestaduais fossem unidirecionais.

denomina de seleção positiva, isto é, a características não observáveis que em alguma medida diferenciam os indivíduos dos dois grupos, como audácia, ambição, perseverança, entusiasmo etc. A figura 4.54 mostra, para os anos de 1995 e 2015, como o efeito associado à migração varia ao longo das distribuições condicionais dos rendimentos do trabalho de negros e brancos.

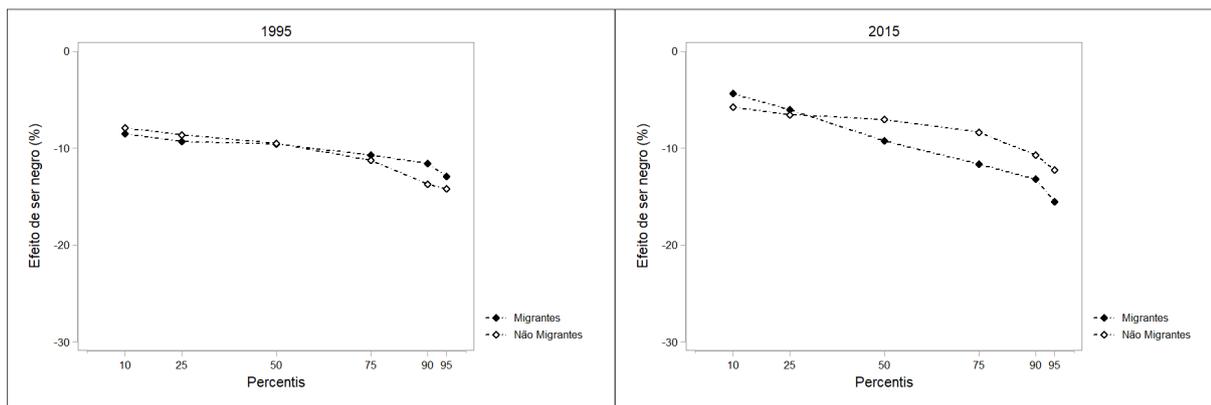


**Figura 4.54.** Evolução do efeito de ser migrante sobre diversos percentis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme as categorias de cor, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$ ,  $W_i$  e  $UF_i$  - Brasil 1995-2015

A figura 4.55 mostra que, descontados os efeitos das demais variáveis incluídas no modelo, tanto a média quanto a mediana da distribuição dos negros era, em 1995, cerca de 10% menor em relação a dos brancos; em 2015, a diferença havia caído para cerca de 8,5%. Essa diferença remanescente em desfavor dos negros é usualmente atribuída à discriminação salarial no mercado de trabalho. A figura 4.56 mostra, para os anos de 1995 e 2015, como o efeito associado à cor varia ao longo das distribuições condicionais dos rendimentos do trabalho de migrantes e não migrantes.



**Figura 4.55.** Evolução do efeito de ser negro sobre a média e sobre a mediana da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados a  $Z_i$ ,  $W_i$  e  $UF_i$  - Brasil 1995-2015



**Figura 4.56.** Evolução do efeito de ser negro sobre diversos quantis da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos, conforme a condição de migração, após descontados os efeitos associados à  $Z_i$ ,  $W_i$  e  $UF_i$  - Brasil 1995-2015

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil apresenta como marca historicamente condicionada a desigual distribuição dos indivíduos negros e brancos no território nacional. Essa polarização geográfica, com os negros concentrados nas regiões menos desenvolvidas e os brancos concentrados nas regiões mais desenvolvidas do país, é apontada como uma das causas importantes das disparidades socioeconômicas entre os mesmos. Por outro lado, desde meados do século passado, a história do país é também marcada por um intenso e ininterrupto movimento da população no território nacional e, portanto, por um intenso e ininterrupto movimento das populações negra e branca no território nacional. Neste contexto, este estudo apresentou como tema principal a análise das relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, no período 1995-2015. Mas para chegar até ali, um longo caminho foi percorrido.

Iniciamos nossas análises apresentando a distribuição regional da população brasileira residente, bem como as mudanças ocorridas nessa distribuição entre os anos inicial e final do período analisado. Chamamos a atenção para a desigual distribuição geográfica dos indivíduos negros e brancos, para as mudanças ocorridas na composição racial da população brasileira e sobretudo para as mudanças ocorridas na distribuição regional da população negra no período em questão.

Em seguida, tendo como referência a população economicamente ativa, constatamos que os padrões e mudanças foram muito similares aos observados para a população residente. Quantificamos a participação dos migrantes na força de trabalho, sua composição racial, sua origem e destino, e outras características relevantes. Dentre outros aspectos, chamou a atenção o fato de o Nordeste ser também a principal origem dos migrantes brancos, uma vez que a região concentra uma parcela relativamente pequena da população branca total. Sem surpresas, a região Sudeste se mostrou como a principal receptora dos migrantes de ambos os grupos de cor.

Passando à população ocupada, foram apresentadas e analisadas diversas características associadas à escolaridade e à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Entre 1995 e 2015, no Brasil e em todas as suas grandes regiões, foi expressiva a melhoria dos indicadores de escolaridade das pessoas ocupadas. Porém, embora as diferenças regionais tenham se reduzido, vimos que as estatísticas referentes à região Nordeste permaneceram muito aquém das observadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

No que diz respeito aos dois grupos de cor, verificamos que os indicadores de escolaridade da população negra se encontram muito abaixo dos referentes à população branca ocupada. Ademais, embora uma tendência de redução da diferença entre os níveis de escolaridade dos grupos possa ser constatada, a equalização não é observável no horizonte próximo. Vimos também que os indicadores de escolaridade da população não migrante ocupada são melhores do que os referentes à migrante, resultado este, em grande parte,

determinado pelo elevado peso dos emigrantes nordestinos na população migrante total.

Quanto às características de inserção no mercado de trabalho, em que pese a melhoria observada, o grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro continua em patamar elevado, sendo comparativamente mais elevado na região Nordeste, entre os negros e entre os não migrantes. Demos também destaque ao emprego doméstico remunerado, que ainda se configura como um dos principais meios de inserção das mulheres pobres, negras, migrantes e de baixa escolaridade no mercado de trabalho brasileiro.

O passo seguinte consistiu na análise da evolução de diversas características da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil e em suas grandes regiões, no período 1995-2015. Foi constatada uma melhoria geral nos níveis e nas formas das distribuições, porém, em todos os casos, o grau de desigualdade ainda permanece elevado, com a região Nordeste apresentando, de um modo geral, os piores indicadores.

Para os mesmos estratos geográficos e período, analisamos pormenorizadamente a evolução da desigualdade de rendimento do trabalho entre negros e brancos, deixando claro que o Brasil ainda está longe de poder ser considerado uma democracia racial. Também analisamos a evolução de indicadores de bem-estar e pobreza para o Brasil e suas grandes regiões e para as populações negra e branca. Foram observados avanços sem precedentes na história desse país, mas o contingente de pobres no Brasil, e sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, ainda é enorme, e sobrerrepresentado por negros.

Por fim, no que diz respeito às relações entre cor, migração e rendimento no mercado de trabalho brasileiro, vimos que, relativamente aos seus respectivos pares não migrantes, tanto os negros quanto os brancos migrantes apresentam melhores resultados e que a diferença se reduziu ao longo do período analisado. De mais a mais, em termos proporcionais, verificamos que essa diferença de rendimentos entre migrantes e não migrantes se mostra maior quando se consideram os negros vis-à-vis os brancos.

Concluimos que grande parte da diferença de rendimento observada entre migrantes e não migrantes no mercado de trabalho, e isso se aplica a ambas os grupos de cor, se deve a diferenças geográficas em termos das condições econômicas. Quanto ao fato do efeito da migração ser proporcionalmente maior para os negros em relação aos brancos, também argumentamos que a questão geográfica é determinante.

Também constatamos que, embora a desigualdade racial de rendimento ainda se encontre em patamar elevado, houve uma redução da mesma no período analisado. Ademais, vimos que a desigualdade racial de rendimento é menor entre os migrantes vis-à-vis os não migrantes, o que, por sua vez, está associado ao fato de a polarização regional entre os migrantes ser menor do que a polarização regional entre os não migrantes negros e brancos.

Mesmo controlando diversos fatores que potencialmente afetam o rendimento do trabalho, permaneceram diferenças entre migrantes e não migrantes e entre negros e brancos. No primeiro caso, é razoável admitir que tal diferença está associado às características

não observáveis que em alguma medida diferenciam os migrantes dos não migrantes, como audácia, ambição, perseverança, entusiasmo etc.; no segundo caso, à discriminação salarial contra os negros, que deve ser combatida.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, G. R. Desigualdade racial no Brasil e nos EUA: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v.1, n.22, p. 47-83, 1992.
- ATKINSON, A. On the measurement of poverty. **Econometrica**, v.55, n.1, p. 749-764, 1987.
- AZEVEDO, C. M. M. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada. São Paulo: AnnaBlume, 2003.
- AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: UFBA, 1996. 186p.
- BACHA, E.; HOFFMANN, R. Uma interpretação estatística do PIB, da PNAD e do salário mínimo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-74, 2015.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. Florianópolis: **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 4, n. 7, p. 9-22, 2015.
- \_\_\_\_\_. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. Brasília: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v.1, n.39, p. 77-100, 2012.
- \_\_\_\_\_. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005.
- BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**. São Paulo: Scrita, p.87-108, 1997.
- BARTOLOTTI, O. A. G. **Discriminação salarial por cor e gênero revisitada**: uma abordagem de decomposição contrafactual utilizando regressões quantílicas. 2007. 87p. Dissertação (Mestrado), Escola de economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. e MENDONÇA, R. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Niterói: UFF, 2009. 52p. (**Texto para Discussão n.249**).
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. v.2.
- \_\_\_\_\_. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006. v.1.

BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n.1, p.183-193, 1995.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo, Anhembi, 1955.

BAUER, T; ZIMMERMANN, K. F. Assessment of possible migration pressure and its labour market impact following EU enlargement to Central and Eastern Europe', **IZA Research Report 3**, 1999.

BECKER, G. S. Investment in human capital: A theoretical analysis. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2, p. 9-49, 1962.

BERNDT, E. R. Analyzing determinants of wages and measuring discrimination: dummy variables in regression models. In: BERNDT, E. R. **The practice of econometrics: classic and contemporary**. New York: Addison-Wesley, p. 150-223, 1991.

BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: BILSBORROW, R. E. **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. New York: UNFPA, 1996.

BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. **Journal of Human Resources**, Madison, v.8, p.436-455, 1973.

BORJAS G. J. **Labor economics**. New York: Mac Graw Hill, 1996.

\_\_\_\_\_. The economics of immigration. **Journal of Economic Literature**, n.32 v.4, p. 1667-1717, 1994.

\_\_\_\_\_. Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, n.77, v.4, p. 531-553, 1987.

BRITES, J.; PINCANÇO, F. O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**, n.19, p. 131-158, 2014.

BRITO, F. A. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. (**Texto para discussão n.366**).

\_\_\_\_\_.; RIGOTTI, J. I; CAMPOS, J. A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório? Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012, 26p. (**Texto para discussão n. 465**).

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, Número especial, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. 2004. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v.58, n. 2, p. 185-210, 2004.

CAMPOS, M. B. Seletividade e migração. In: BRUNO, M. (Org). **População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, v.1, cap.7, p.187-202, 2015.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

\_\_\_\_\_.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960, 384p.

CARVALHO, A. P.; NERI, M. C. Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros. Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 2000. 62p. (**Texto para Discussão n.392**).

CHEN, C. An introduction to quantile regression and the QUANTREG procedure. In: **Proceedings of the Thirtieth Annual SAS Users Group International Conference**. Cary, NC: SAS Institute Inc., 2005.

CHISWICK, B. Are Immigrants Favorably Self-Selected? **American Economic Review**, n.89, v.2, p. 181-185, 1999.

\_\_\_\_\_. The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-Born Men. **Journal of Political Economy**, n.86, p. 897-921, 1978.

CUNHA, J. M. P. O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 43p. (**Texto para discussão, 875**).

\_\_\_\_\_.; JAKOB, A. E. O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: NEPO/UNICAM, 2011.

DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. In: **Transnationalisation and Development (s): Towards a North-South Perspective**. Center for Interdisciplinary Research, Bielefeld, Germany, 2007.

DIEESE. O emprego doméstico no Brasil. **Estudos e Pesquisas**, n.68, 2013. 27p.

\_\_\_\_\_. Salário mínimo constitucional. Nota técnica, n.8, 2005. 5p.

FAIST, T. Transnationalization in International Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture. **Ethnic and Racial Studies**, n.23, v.2, p. 189–222, 2000.

FAZITO, D. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002.

FOSTER, J. E.; GREER, J.; THORBECKE, E. A class of Decomposable Poverty Measures. **Econometrica**, v.52, p. 761-765, 1984.

FOSTER, J. E.; WOLFSON, M. C. Polarization and the decline of the middle class: Canada and the US. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative, [1992] 2009. (**OPHI Working Paper, n. 31**).

FERNANDES, D. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras de cor. Monografias Premiadas, Brasília: IPEA, 2005. 51p.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. v.1, 440p.

FERREIRA, F. H. G. et al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Econômica**, v. 8, n. 1, p. 147–169, 2006.

FIRPO, S.; FORTIN, N.; LEMIEUX, T. Unconditional Quantile Regressions. **Econometrica**, Chicago, v. 77, p. 953-973, 2009.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Pernambuco: Global, 2003.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-174, 2014.

GOMES, F. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, São Paulo, 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p.269-287, 2006.

\_\_\_\_\_. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.47, n.1, p.9-43, 2004.

\_\_\_\_\_. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 93-107, 2003a.

\_\_\_\_\_. Raça e pobreza no Brasil – a rationale dos estudos de desigualdade racial. In: DURHAN, E. R.; BORI, C. **O negro no ensino superior**. São Paulo: USP/Nupes, v.

1, p. 3-15, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: Edições 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, p. 26-44, 1995.

HAO, L.; NAIMAN, D. **Quantile regression.** Sage Publications, Inc, 2007.

HASENBALG, C. A. Raça e Mobilidade Social. In: HASENBALG, C. A.; Silva, N. V. **Estrutura Social, Mobilidade e Raça, Rio de Janeiro:** Vértice, 1988. cap.6, p.111-143.

\_\_\_\_\_. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P. M. (Ed.). **Race, class and power in Brazil.** Los Angeles: UCLA-CAAS, 1985. p. 25-41.

\_\_\_\_\_. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Graal, Rio de Janeiro, 1979. 302p.

\_\_\_\_\_.; SILVA, N. V. **Estrutura social, mobilidade e raça,** Rio de Janeiro: Vértice, 1998. 200p.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V.; LIMA, M., (Eds.). **Cor e estratificação social,** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. 240p.

HENRIQUES, R. Desigualdade racial no Brasil: a evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: IPEA, 2001. 52p. (**Texto para discussão n.807**).

\_\_\_\_\_. **Raça e gênero no sistema de ensino:** os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002. 98p.

HICKS, J. R. Distribution and Economic Progress: A Revised Version. **The Review of Economic Studies**, v. 4, n. 1, 1936, p. 1-12.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial:sobre as entranhas do racismo no Brasil. In ZANINI, M. C. C. (Org.) **Por que “raça”?** Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. EDUFMS, Santa Maria, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora da Unesp, 2006. 454p.

\_\_\_\_\_. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX: Bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 42/43, n. jan/jul, p. 63-110, 2003.

\_\_\_\_\_. Ideologia do branqueamento - racismo à brasileira?. In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, 2000, Porto. **Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Porto, 2000. v. II. p. 1-10.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: Uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, Londrina, v.7, n.2, p.5-28, 2019.

\_\_\_\_\_. Renda e seu imposto: potencial redistributivo, limite de isenção, progressividade e mensuração da renda. In: AFONSO, J. R. (Org.); LUKIC, M. R. ORAIR, R. O.; SILVEIRA, F. G. (OrgS.). **Tributação e desigualdade**. Belo Horizonte: Livramento, 2017, cap. 11, p.367-389.

\_\_\_\_\_. Medidas de polarização da distribuição da renda e sua evolução no Brasil de 1995 a 2013. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1 (59), p. 165-187, 2017.

\_\_\_\_\_. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 52., 2014, Goiânia. **Anais do 52º Congresso da Sober**, Goiânia: SOBER, 2014. p.1110-1131.

\_\_\_\_\_. Desigualdade de distribuição de renda no Brasil: A contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, p.213–231, 2009.

\_\_\_\_\_. Polarização da distribuição da renda no Brasil. **Econômica**, v. 10, n. 2, p. 169-186, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Distribuição de renda**: medida de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998. 275p.

\_\_\_\_\_.; BOTASSIO, D. C.; JESUS, J.G. **Distribuição de renda**: medida de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: EDUSP, 2019. 384p.

IANNI, O. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas**. Informação demográfica e socioeconômica, n.41, 2019a, 12p.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário. Agência de notícias. Pretos ou pardos são minoria na direção de grandes estabelecimentos agrícolas. **Disponível em:** <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26139-pretos-ou-pardos-sao-minoria-na-direcao-de-grandes-estabelecimentos-agricolas>. Consultado em 12-11-2019b.

IETS. Linhas de pobreza, 1985-2014. **Disponível em:** <<https://www.iets.org.br/spip.php?article406>>. Consultado em 27-08-2019.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigual-**

**dades raciais no Brasil 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008. cap.2, p. 49-68.

\_\_\_\_\_.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil:** um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002. 72p.

JANNUZZI, P.M. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 255-278, 2002.

\_\_\_\_\_. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, 16, n.1/2 jan./dez. 1999.

\_\_\_\_\_.; MONTAGNER, P.; TAIRA, E. . Migração e Mobilidade Social: revisitando a discussão a partir da Pnad 2014. **Ciências do Trabalho**, v. 13, p. 1-15, 2019.

JESUS, J. G. **Diferenças de rendimento entre negros e brancos no Brasil: evolução e determinantes.** 2016. 86p. Dissertação (Mestrado), Departamento de Economia, Sociologia e Administração, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

\_\_\_\_\_.; HOFFMANN, R. **Desigualdade de renda no Brasil:** a contribuição de parcelas do Rendimento Domiciliar Per Capita, destacando o setor agrícola. *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 25-40, 2015.

JUHN, C.; MURPHY, K. M.; PIERCE, B. Wage Inequality and the Rise in Returns to Skill. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 101, p. 410-442, 1993.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, 2006.

KOENKER, R. **Quantile Regression.** Cambridge: Cambridge University Press, 366p., 2005.

\_\_\_\_\_.; HALLOCK, K. F. Quantile Regression. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 4, p. 143-156, 2001.

KOENKER, R.; BASSETT, G. Regression quantiles. **Econometrica**, v. 46, n. 1, p. 33-50, 1978.

KUREKOVA, L. Theories of migration: conceptual review and empirical testing in the context of the EU EastWest flows. **Interdisciplinary conference on migration: economic change, social challenge.** University College London, 2011.

KUZNESOF, E. Historia del servicio doméstico en la América Hispana (1492-1980). In: CHANEY, E., CASTRO, M. G. (eds.). **Muchacha no more:** household workers in

Latin America and the Caribbean. Filadelfia: Temple University Press, 1989 e Editorial Nueva Sociedad, 1993.

LAMEIRA, V.C.; GONÇALVES, P. S.; FREGUGLIA, R.S. O papel das redes na mobilidade laboral de curta e longa distância: evidências para o Brasil formal. **Estudos Econômicos**, São Paulo. v.45. n.2. p.401-435, 2015.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. **The Manchester School**, v. 22, p.139-191, 1954.

MACHADO, J.; MATA, J. Counterfactual decomposition of changes in wage distributions using quantile regression. **Journal of Applied Econometrics**, Kingston, v.20, n.1, p. 445-465, 2005.

MACIEL, F. T.; CUNHA, M. S. Migração e diferenciais de rendimento no Brasil: uma análise sobre o efeito do tempo de chegada ao local de destino. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, n. 3, p. 627-650, 2013.

MAGGIE, Y. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MAIO, M. C. O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. **Revista USP**, São Paulo, n.46, v. jul/ago, p. 115-128, 2000.

\_\_\_\_\_. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, pp. 141-58, 1999.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, J. A. M. Cenários demográficos para o século XXI e algumas implicações sociais. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Ipea, n. 2, p. 61-91, 1989.

MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and Development Review**, p. 431-466, 1993.

MATOS, R.; BRAGA, F. G. Redes sociais, redes territoriais e migrações. **Cadernos do Ieste**, 2017.

\_\_\_\_\_. Migração e rede urbana: procedências e inserção ocupacional. In: **XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002.

MEDEIROS, M; SOUZA, P. H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil, 2006 a 2012: estimativas com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.20, p.971-986, 2015.

\_\_\_\_\_. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais, IPEA, 2016. (**Texto para discussão 2170**).

MEINSHAUSEN, N. Quantile regression forests. **Journal of Machine Learning Research**, v. 7, n. Jun, p. 983-999, 2006.

MELLY, B. Estimation of counterfactual distributions using quantile regression. **Labour Economics**, Amsterdam, v.12, p.577-590, 2005.

MELO, H. P. O Serviço Doméstico Remunerado No Brasil: de Criadas a Trabalhadoras. **Texto para Discussão do IPEA**: Rio de Janeiro, 1998, 29p.

MELLO, M. F. de. **Análise da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: PUC, 1982.

MENEZES-FILHO, N.; KIRSCHBAUM, C. Educação e desigualdade no Brasil, In: ARRETICHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1. São Paulo: Editora Unesp. 2015. p. 109-132.

MENEZES-FILHO, N.; OLIVEIRA, A. P. A contribuição da educação para a queda na desigualdade de renda per capita no Brasil. São Paulo: Insper, 2014. 29p. (**Policy Paper n.9**).

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v.2., p. 285-304, 2007.

\_\_\_\_\_. A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90. In: Henriques, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap.8, p. 231-250.

MINCER, J. **Schooling, experience and earnings**. Columbia University Press, 1974.

MORGAN, M. M. **Income concentration in a context of late development**: an investigation of top incomes in Brazil using tax records, 1933-2013. Master dissertation. Paris school os Economics, 2015.

MOURA, H. (Org). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora Unicamp, 1986.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.287-308, 2006.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economics Review**, Malden, v. 14. n. 3, p. 693-709, 1973.

OLIVEIRA, C. **Mobilidade socio-ocupacional no Brasil no novo milênio**. 2018. 87p. Dissertação (Mestrado), ESALQ/USP, Piracicaba, 2018.

OLIVEIRA, L. E. G. D.; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. 86p.

OSORIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. 362p. Tese (Doutorado), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Desigualdade racial da pobreza no Brasil. Brasília: Ipea, 2019. 40p. (**Texto para discussão n.2487**).

\_\_\_\_\_. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008. cap.3, p. 65-96.

\_\_\_\_\_. A mobilidade social dos negros brasileiros. Brasília: Ipea, 2004. 25p. (**Texto para discussão n.1033**).

\_\_\_\_\_. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Brasília: IPEA, 2003a. 51p. (**Texto para discussão n.996**).

\_\_\_\_\_. **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda**. 2003. 116p. Dissertação (Mestrado), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003b.

PAIXÃO, M. Níveis de incidência de pobreza e indigência sobre os grupos de cor ou raça no Brasil e estimação dos efeitos das políticas governamentais de transferência de rendimentos sobre as desigualdades. In: 1º Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do 1º Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Rio de Janeiro: AELA, 2009. p.333-366.

PANTA, M. Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: SILVA, N. M.; PANTA, M. (Org.). **Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade**. Universidade Estadual de Londrina, 2014. 166 p.

PASTORE, J. **Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil**, São Paulo: T.A Queiróz Editor, 1979.

\_\_\_\_\_.; SILVA, N. V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo, Macron Books, 2000. 98p.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, 2004. 36p. (**Working paper n.11**).

PELIANO, J. C. P. **Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil**: a ordem e o progresso desiguais. 1992. 349.p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1992.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. 486p.

PINTO, L. C. **O Negro no Rio de Janeiro**: relações de raça numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. 276p.

PRATA, A. C. A.C. **Diferenciais salariais por raça no Brasil: análises contrafactuais nos anos de 1996 e 2006**. 2009. 75p. Dissertação (Mestrado), Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRAXEDES, R. R. **Projeto UNESCO**: quatro respostas para a questão racial no Brasil. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

RAMALHO, H. M. de B.; QUEIROZ, V. dos S. Migração interestadual de retorno e autoseleção: evidências para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 2011.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n.4, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 476p.

REIS, M. Fields of study and the earnings gap by race in Brazil. **Working Paper 67**, Rio de Janeiro: REAP, 2014. 28p.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados**

**censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo.** 1999. Tese de Doutorado. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. 142p.  
 ROCHA, S. Poverty upsurge in 2015 and the rising trend in regional and age inequality among the poor in Brazil. **Nova Economia**, v.29, n.1, p. 249-275, 2019.

\_\_\_\_\_. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011). Rio de Janeiro: BNDES, 2013. 52p. (**Estudos e Pesquisas n.492**).

\_\_\_\_\_. O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997- 2009). **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 629-645, 2012.

\_\_\_\_\_. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n.2, p. 205-224, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b, 244p.

\_\_\_\_\_. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza”. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 27, n.2, 1997, p. 313-352.

SANTOS JUNIOR, E. R. **Migração e seleção: O caso do Brasil.** Dissertação de mestrado. Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_.; MENEZES-FILHO, N. A.; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Ensaio Econômicos**, n. 484, 2005.

SANTOS, M. A. et al. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. 2010. 18p. (**Texto para discussão n.398**).

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências.** Rio de Janeiro, Revan, 1999, 190p.

SCHWARCZ, L. M. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: **Brasil afro-brasileiro.** Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

SILVA, N. V. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; Silva, N. V. (Ed.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

\_\_\_\_\_. Cor e mobilidade ocupacional. In: Silva, N. V.; Pastore J. (Eds.). **Mobilidade Social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000. 98p.

\_\_\_\_\_. Diferenças Raciais de Rendimentos. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. **Cor e estratificação racial.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. cap.6. p. 184-216.

\_\_\_\_\_. Cor e pobreza no centenário da abolição. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Ed.). **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. cap.5, p.119-137.

\_\_\_\_\_. Cor e o processo de realização socioeconômica. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. (Eds.). **Estrutura social mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. cap.5. p.144-163.

\_\_\_\_\_. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.21-44, 1980.

\_\_\_\_\_. As duas faces da mobilidade. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 21, v.1, p. 49-67, 1979.

SILVA, T., SILVEIRA NETO, R. Migração e seleção no Brasil: evidências para o decênio 1993-2003. **Anais do X Encontro Regional de Economia**, Fortaleza, 2005.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, H. (Org). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

SOARES, S. S. D. Distribuição de renda entre 1995 e 2009. **Comunicado 63**, Brasília: IPEA, 2010. 21p.

\_\_\_\_\_. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1870 a 2007. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008a. cap.4, p. 97-117.

\_\_\_\_\_. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008b. cap.5, p. 119-129.

\_\_\_\_\_. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: IPEA, 2006. 29p. (**Texto para Discussão 1166**).

\_\_\_\_\_. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Brasília: IPEA, 2000. 26p. (**Texto para discussão 769**).

\_\_\_\_\_.; FONTOURA, N. D. O.; PINHEIRO, L. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. In: BARROS, R. P. D.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.v.2. cap. 29, p. 401-415.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 101-116, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. Belo Horizonte. Tese de

doutorado. Cedeplar/Face/UFMG, 2002.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economic Letters**, 82, p. 307-314, 2004.

SOUZA, P. F.; RIBEIRO, A. C. R.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil Considerações sobre classe, educação e raça. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n.73, p. 77-100, 2010.

STARK, O. **The migration of labor**. Harvard University Press, Cambridge, 1991.

\_\_\_\_\_.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.

TAYLOR, J. E. Differential migration networks information and risk. In: STARK, O. (Ed.). **Migration, human capital and development**. Greenwich, Connecticut, Jai Press Inc., v.4, p.147-171, 1986.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003. 347p.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. cap.1, p.19-47.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS, L. V. (ed.), **Immigration reconsidered**. Nova York: Oxford University Press, p. 79-95, 1990.

TODARO, M. P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano nos países subdesenvolvidos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

WAGLEY, C. Race relations in an amazon community. In: WAGLEY, C. (Ed.). **Race and Class in Rural Brazil**, Paris: UNESCO, 1952. cap.4, p.116-141.

WOLFSON, M. C. When inequalities diverge. **American Economic Review**, v. 84, n. 2, p. 353-358, 1994.

\_\_\_\_\_. Divergent inequalities: theory and empirical results. **Review of Income and Wealth**, v. 43, n. 4, p. 401-421, 1997.

ZUCCHI, J. D; HOFFMANN, R. 2004. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v.15, n.1, p. 107-129, 2004. "

## ANEXOS

Tabela A1. Linhas de pobreza, conforme regiões e estratos. Brasil, 2014

Regiões e Estratos	Linha de pobreza (R\$)
Norte	
Região metropolitana de Belém	259.25
Urbano não metropolitano	225.99
Rural não metropolitano	113.37
Nordeste	
Região metropolitana de Fortaleza	245.39
Região metropolitana de Recife	362.31
Região metropolitana de Salvador	316.49
Urbano não metropolitano	217.37
Rural não metropolitano	131.11
Minas Gerais e Espírito Santo	
Região metropolitana de Belo Horizonte	315.29
Urbano não metropolitano	211.97
Rural não metropolitano	125.49
Rio de Janeiro	
Região metropolitana do Rio de Janeiro	365.82
Urbano não metropolitano	227.61
Rural não metropolitano	166.16
São Paulo	
Região metropolitana de São Paulo	424.60
Urbano não metropolitano	271.32
Rural não metropolitano	170.69
Sul	
Região metropolitana de Curitiba	283.58
Região metropolitana de Porto Alegre	225.69
Urbano não metropolitano	191.23
Rural não metropolitano	128.92
Centro-Oeste	
Brasília	410.76
Urbano não metropolitano	290.15
Rural não metropolitano	166.64

Fonte: Sonia Rocha (IETS, 2019).

**Tabela A2.** Estimativas dos parâmetros associados às variáveis  $M_i$ ,  $C_i$  e  $M_iC_i$ , com base nas equações 4.2 e 4.3. Brasil, 1995-2015

Variável	Ano	Média	$\tau = 10$	$\tau = 25$	$\tau = 50$	$\tau = 75$	$\tau = 90$	$\tau = 95$
$M_i$	1995	0.1970	<b>0.0000</b>	0.2877	0.1335	0.1313	0.1542	<b>0.0000</b>
	1999	0.1785	0.0451	0.1906	0.1335	0.1335	0.0645	0.1278
	2003	0.1322	0.1823	0.0690	0.0408	0.0513	<b>0.0000</b>	0.1542
	2007	0.1427	0.2364	0.1178	0.1431	0.2231	0.1823	0.2231
	2011	0.1359	0.0862	0.1542	0.0395	0.1625	0.2231	0.1823
	2015	0.1148	0.1184	0.1054	0.0339	0.0770	0.0513	0.2513
$C_i$	1995	-0.6604	-0.6932	-0.4055	-0.6242	-0.7850	-0.8755	-0.9163
	1999	-0.6331	-0.6628	-0.4308	-0.5697	-0.7221	-0.9163	-0.8938
	2003	-0.6137	-0.7134	-0.3365	-0.5570	-0.6827	-0.9163	-0.9163
	2007	-0.5199	-0.6932	-0.2877	-0.4487	-0.5390	-0.7340	-0.7985
	2011	-0.4360	-0.6932	-0.0961	-0.4050	-0.5306	-0.5754	-0.6932
	2015	-0.4349	-0.5596	-0.1329	-0.3716	-0.5108	-0.6419	-0.6932
$M_iC_i$	1995	0.2270	0.5878	-0.1054	0.2495	0.2995	0.2580	0.3185
	1999	0.1936	0.4323	<b>0.0170</b>	0.2820	0.2521	0.2231	0.1599
	2003	0.1885	0.2434	0.1133	0.2826	0.1719	0.2231	0.1335
	2007	0.1450	0.2744	0.1186	0.1385	<b>-0.0302</b>	0.0408	<b>0.0220</b>
	2011	0.1141	0.4278	-0.1252	0.1818	0.0843	<b>-0.0225</b>	0.0645
	2015	0.1091	0.2871	-0.0903	0.1484	0.1054	0.1310	-0.0690

Fonte: Resultados da pesquisa, com base nos microdados da PNAD.

Nota: Os valores em negrito denotam as estimativas de parâmetros que não foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de 10% de significância. Todas as demais estimativas foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.

**Tabela A3.** Estimativas dos parâmetros associados às variáveis  $M_i$ ,  $C_i$  e  $M_iC_i$ , com base nas equações 4.4 e 4.5. Brasil, 1995-2015

Variável	Ano	Média	$\tau = 10$	$\tau = 25$	$\tau = 50$	$\tau = 75$	$\tau = 90$	$\tau = 95$
$M_i$	1995	0.2037	0.2405	0.2291	0.2052	0.2045	0.1722	0.1660
	1999	0.1777	0.2317	0.1988	0.1759	0.1510	0.1576	0.1452
	2003	0.1413	0.1311	0.1335	0.1294	0.1315	0.1332	0.1593
	2007	0.1378	0.1171	0.1231	0.1162	0.1192	0.1305	0.1199
	2011	0.1349	0.1320	0.1249	0.1098	0.1125	0.1178	0.1405
	2015	0.1276	0.1109	0.1002	0.1002	0.1068	0.1122	0.1231
$C_i$	1995	-0.3017	-0.2839	-0.2703	-0.2938	-0.2993	-0.3309	-0.3343
	1999	-0.2869	-0.2543	-0.2511	-0.2778	-0.2914	-0.3154	-0.3423
	2003	-0.2987	-0.3395	-0.2772	-0.2586	-0.2765	-0.3147	-0.3416
	2007	-0.2534	-0.2769	-0.2365	-0.2124	-0.2320	-0.2648	-0.2901
	2011	-0.2374	-0.2700	-0.2054	-0.1966	-0.2139	-0.2459	-0.2546
	2015	-0.2377	-0.2793	-0.2109	-0.1997	-0.2073	-0.2192	-0.2321
$M_iC_i$	1995	0.1188	0.0882	0.0648	0.1221	0.1285	0.1459	0.1492
	1999	0.1283	0.0894	0.0920	0.1308	0.1403	0.1474	0.1517
	2003	0.1382	0.2093	0.1460	0.1110	0.1090	0.1285	0.1095
	2007	0.1050	0.1974	0.1230	0.0804	0.0689	0.0490	0.0654
	2011	0.0900	0.1380	0.0872	0.0817	0.0672	0.0725	0.0556
	2015	0.0887	0.1684	0.1030	0.0796	0.0624	0.0447	0.0315

Fonte: Resultados da pesquisa, com base nos microdados da PNAD.

Nota: Todas as estimativas foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.

**Tabela A4.** Estimativas dos parâmetros associados às variáveis  $M_i$ ,  $C_i$  e  $M_iC_i$ , com base nas equações 4.6 e 4.7. Brasil, 1995-2015

Variável	Ano	Média	$\tau = 10$	$\tau = 25$	$\tau = 50$	$\tau = 75$	$\tau = 90$	$\tau = 95$
$M_i$	1995	0.1490	0.1572	0.1609	0.1551	0.1564	0.1417	0.1464
	1999	0.1310	0.1357	0.1359	0.1312	0.1304	0.1254	0.1436
	2003	0.1060	0.0881	0.0918	0.0963	0.1117	0.1300	0.1265
	2007	0.1000	0.0728	0.0827	0.0931	0.0942	0.1015	0.0988
	2011	0.1003	0.0852	0.0821	0.0873	0.0979	0.0938	0.1134
	2015	0.0962	0.0524	0.0616	0.0831	0.1007	0.1204	0.1255
$C_i$	1995	-0.2553	-0.2383	-0.2323	-0.2431	-0.2497	-0.2627	-0.2638
	1999	-0.2441	-0.2084	-0.2172	-0.2322	-0.2454	-0.2629	-0.2742
	2003	-0.2517	-0.2285	-0.2197	-0.2163	-0.2341	-0.2645	-0.2806
	2007	-0.2136	-0.1748	-0.1796	-0.1871	-0.2033	-0.2153	-0.2269
	2011	-0.1997	-0.1564	-0.1562	-0.1707	-0.1827	-0.2129	-0.2188
	2015	-0.2003	-0.1538	-0.1663	-0.1735	-0.1780	-0.1891	-0.1977
$M_iC_i$	1995	0.0879	0.0544	0.0554	0.0884	0.0964	0.0992	0.1001
	1999	0.0947	0.0683	0.0782	0.0926	0.1143	0.1335	0.1176
	2003	0.1034	0.1104	0.0935	0.0849	0.0902	0.0987	0.1022
	2007	0.0820	0.0993	0.0848	0.0708	0.0722	0.0567	0.0355
	2011	0.0620	0.0474	0.0550	0.0549	0.0506	0.0788	0.0679
	2015	0.0553	0.0763	0.0723	0.0531	0.0315	0.0285	0.0204

Fonte: Resultados da pesquisa, com base nos microdados da PNAD.

Nota: Todas as estimativas foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.

**Tabela A5.** Estimativas dos parâmetros associados às variáveis  $M_i$ ,  $C_i$  e  $M_iC_i$ , com base nas equações 4.8 e 4.9. Brasil, 1995-2015

Variável	Ano	Média	$\tau = 10$	$\tau = 25$	$\tau = 50$	$\tau = 75$	$\tau = 90$	$\tau = 95$
$M_i$	1995	0.0847	0.0885	0.0804	0.0845	0.0850	0.0783	0.0946
	1999	0.0725	0.0703	0.0657	0.0631	0.0631	0.0738	0.0816
	2003	0.0549	0.0304	0.0304	0.0473	0.0751	0.0899	0.0852
	2007	0.0596	0.0294	0.0402	0.0546	0.0664	0.0664	0.0748
	2011	0.0668	0.0389	0.0493	0.0572	0.0721	0.0700	0.0609
	2015	0.0675	<b>0.0147</b>	0.0259**	0.0587	0.0816	0.0925	0.1107
$C_i$	1995	-0.1168	-0.0826	-0.0903	-0.0998	-0.1194	-0.1474	-0.1536
	1999	-0.1309	-0.0884	-0.0934	-0.1104	-0.1363	-0.1523	-0.1805
	2003	-0.1294	-0.1033	-0.0964	-0.1041	-0.1228	-0.1548	-0.1903
	2007	-0.1109	-0.0703	-0.0769	-0.0891	-0.1101	-0.1324	-0.1652
	2011	-0.1060	-0.0674	-0.0599	-0.0748	-0.1030	-0.1404	-0.1682
	2015	-0.1004	-0.0594	-0.0677	-0.0732	-0.0873	-0.1135	-0.1311
$M_iC_i$	1995	<b>0.0042</b>	<b>-0.0062</b>	<b>-0.0077</b>	<b>-0.0010</b>	<b>0.0061</b>	0.0243*	<b>0.0150</b>
	1999	<b>0.0137</b>	<b>-0.0026</b>	<b>0.0110</b>	<b>0.0112</b>	0.0347*	0.0380*	0.0437*
	2003	<b>0.0133</b>	0.0334*	<b>0.0131</b>	<b>0.0064</b>	<b>-0.0098</b>	<b>0.0075</b>	<b>0.0226</b>
	2007	<b>-0.0054</b>	<b>0.0093</b>	<b>0.0076</b>	<b>-0.0070</b>	<b>-0.0139</b>	<b>-0.0157</b>	<b>-0.0288</b>
	2011	<b>-0.0086</b>	<b>-0.0043</b>	<b>-0.0130</b>	<b>-0.0136</b>	<b>-0.0155</b>	<b>0.0202</b>	0.0429**
	2015	<b>-0.0203</b>	<b>0.0144</b>	<b>0.0055</b>	-0.0239**	-0.0366**	-0.0284*	-0.0380**

Fonte: Resultados da pesquisa, com base nos microdados da PNAD.

Nota: Os valores em negrito denotam as estimativas de parâmetros que não foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de 10% de significância. \*\* e \* denotam as estimativas estatisticamente diferentes de zero aos níveis de significância de 5% e 10%, respectivamente. Todas as demais estimativas foram estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.